



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional – PPGDSCI

Juliana Sandi Pinheiro

**A ATUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA MINUSTAH:
estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**

Brasília
2015

Juliana Sandi Pinheiro

**A ATUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA MINUSTAH:
estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Lytton Leite Guimarães.

Brasília
2015

Juliana Sandi Pinheiro

**A ATUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA MINUSTAH:
estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Lytton Leite Guimarães.



Professor Doutor Lytton Leite Guimarães (orientador) – PPGDSCI/UnB



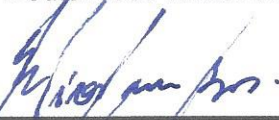
Professor Doutor Eiiti Sato – PPG do IREL/UnB



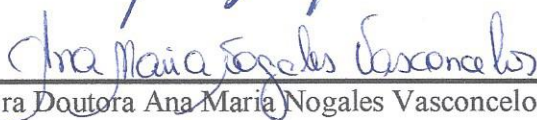
Tenente Coronel, R1, Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti (Doutor pela UFF) – CCOPAB



Professor Doutor José Walter Nunes – PPGDSCI/UnB



Professor Doutor Rodrigo Pires de Campos – PPGDSCI/UnB



Professora Doutora Ana Maria Nogales Vasconcelos (suplente) – PPGDSCI/UnB

Brasília, 18 de dezembro de 2015

*Aos meus queridos pais por sua dedicação e
confiança.*

*Aos meus amados irmãos por todo apoio e
carinho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meus pais e irmãos, por estarem sempre ao meu lado e por terem acompanhado meus esforços e dedicação aos estudos em nível de doutorado.

Durante o período em que vivi fora do Brasil realizei estágio na Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. O apoio profissional e incentivo à pesquisa que minha supervisora da ONU (DPA-AED), Denise Cook, generosamente ofereceu foram de grande auxílio em meu trabalho.

Congratulo os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UNB) por terem acreditado em mim e no potencial da minha pesquisa.

O professor Lytton Leite Guimarães, meu orientador, que ao longo dos últimos 15 anos tem acompanhado meu crescimento profissional e intelectual, foi o grande incentivador do meu trabalho. Outra importante fonte de inspiração foi a querida professora Nancy a quem tive a sorte de conhecer durante o exame de admissão ao PPGDSCI. Juntamente com o professor José Walter, a professora Nancy incentivou meu amadurecimento intelectual. Adicionalmente, felicito o professor Rodrigo Pires de Campos pela inspiração e exemplo. Cumprimento, igualmente, a professora Ana Maria Nogales Vasconcelos pela dedicação ao PPGDSCI e constante apoio ao trabalho de tese.

O apoio do Governo brasileiro (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES) por meio de bolsa estudos de doutorado no Brasil foi fundamental para conclusão da tese.

Ao Ministério da Defesa e ao Exército Brasileiro que permitiram acesso a importantes fontes primárias de pesquisa expresse minha gratidão. A colaboração do General Augusto Heleno que por duas ocasiões explanou longamente sobre sua experiência na MINUSTAH inspirou as indagações que serviram de base para o trabalho de tese. Posteriormente, as contribuições do General Fernando Goulart auxiliaram na elucidação das indagações de pesquisa e contribuíram para o conhecimento da experiência operacional dos militares brasileiros da MINUSTAH. Os Coronéis Lacerda e Urioste, com base em sua ampla experiência, forneceram subsídios adicionais para o esclarecimento da ação das tropas brasileiras no Haiti. Adicionalmente, a colaboração do Coronel Migon, do

Tenente Coronel Cavalcanti e das unidades militares do Exército Brasileiro que gentilmente cooperaram na consecução deste trabalho de pesquisa como a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) permitiu um melhor conhecimento da natureza da ação militar brasileira em missões de paz.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as práticas de enfrentamento das gangues haitianas por parte dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. Para tal, foi verificado de maneira sucinta o problema das gangues na sociedade haitiana com base no conceito de anomia, discutidas perspectivas teóricas acerca das operações de paz da ONU, debatido conceitualmente a estratégia segundo as visões de mundo estruturada e da habitação, apresentada a Grande Estratégia brasileira em conjunto com a doutrina de emprego do Exército brasileiro para pacificação e descrita a experiência operacional dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. O problema de pesquisa indaga se o *modus operandi* das tropas brasileiras no tocante ao enfrentamento das gangues no Haiti é inovador. Um parâmetro para inovação talvez seja o emprego de tropas concomitantemente em atividades de enfrentamento das forças adversas e em trabalhos de suporte humanitário sem que haja desvio da função militar. Com o objetivo de responder a essa indagação foram analisados os relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. A análise de conteúdo dos relatórios finais de emprego foi fundamental para observação das ações empreendidas pelas tropas. A estrutura analítica criada para revisão dos referidos documentos, com a comparação entre índices temáticos em conjunto com suas respectivas unidades de registro e de contexto, permitiu a extração de informações dos documentos adequadas para elucidação do problema e dos objetivos da pesquisa. A descrição da experiência operacional das tropas brasileiras, das estratégias de emprego e da posição muitas vezes crítica quanto à missão por parte dos militares brasileiros são algumas das principais contribuições do presente estudo. Pela primeira vez no meio acadêmico civil, um estudo pôde contar com o acesso a importantes relatórios do Ministério da Defesa que reportam atividades operacionais de tropas que ainda se encontram mobilizadas. A MINUSTAH congrega a primeira experiência brasileira de uso da força no nível tático em uma missão de estabilização das Nações Unidas governada majoritariamente pelo Capítulo VII da Carta. O Estado brasileiro ambiciona ser mais do que um mero contribuinte de tropas para as missões de paz das Nações Unidas. Habilitar-se como proponente de metodologias de trabalho que possam ser eficazes em cenários de alta complexidade no âmbito das missões de paz é, portanto, uma conquista estratégica que aproxima o País do processo de tomada de decisão internacional.

Palavras-chave: MINUSTAH; Exército Brasileiro; Uso da força; Estratégia; Gangues haitianas.

ABSTRACT

This study aims to examine the coping practices of Haitian gangs by Brazilian contingents of MINUSTAH. To this end, it was checked briefly the problem of gangs in Haitian society based on the concept of anomie, discussed theoretical perspectives about the UN peacekeeping operations, conceptually debated the strategy according to the building and the dwelling worldviews, presented the Brazilian Grand Strategy in conjunction with the Brazilian Army doctrine of “pacification”, and described the operational experience of the Brazilian contingents of MINUSTAH. The research problem asks whether the *modus operandi* of the Brazilian troops in regard to coping with gangs in Haiti is innovative. A parameter to innovation may be the use of troops simultaneously in coping activities of opposing forces and humanitarian support work without deviation from the military function. In order to answer this question the final reports of employment of Brazilian contingents of MINUSTAH were analyzed. The content analysis of the final reports was instrumental in observing the actions taken by the troops. The analytical framework established to review the documents, with the comparison between thematic indices together with their respective reporting units and context, allowed to obtain the necessary data from the documents for elucidation of the problem and research objectives. The description of the operational experience of the Brazilian troops, the employment strategies and some critic positions about the mission by the Brazilian military are some of the major contributions of this study. For the first time in the Academia, a researcher was allowed access to important Ministry of Defense reports that describe the operating activities of Brazilian troops. MINUSTAH brings together the first Brazilian experience of the use of force at the tactical level in a United Nations stabilization mission governed mainly by Chapter VII of the Charter. The Brazilian state aims to be more than just a contributor of troops to UN peacekeeping missions. To be qualified as proponent of working methodologies that can be effective in highly complex scenarios within the framework of peacekeeping missions is therefore a strategic achievement that approximates the country to the international decision-making process.

Keywords: MINUSTAH; Brazilian Army; Use of force; Strategy; Haitian gangs.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OS MODELOS DE CONFLITO, VIOLÊNCIA E PAZ DE GALTUNG	55
FIGURA 2 – FORMAS DE INTERAÇÃO DA TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO.....	79
FIGURA 3 – FASES NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO	119

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – FASES DE CONFLITOS E SUAS RESPECTIVAS ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO	59
TABELA 2 – CONTRASTANDO AS EPISTEMOLOGIAS ESTRUTURADA E DA HABITAÇÃO	76
TABELA 3 – RELAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINAIS DE EMPREGO DESCRITOS NO CAPÍTULO 6	121
TABELA 4 – RELAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINAIS DE EMPREGO DESCRITOS NO CAPÍTULO 7	167
TABELA 5 – VARIAÇÃO DA ATITUDE DA POPULAÇÃO HAITIANA COM RELAÇÃO ÀS TROPAS BRASILEIRAS.....	196

LISTA DE SIGLAS

- ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
- ACISO – Ação Cívico-Social
- ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana
- BRABATT – *Brazilian Battalion* (Batalhão Brasileiro)
- CCJC – Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania
- CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha
- CIMIC – Coordenação/Cooperação Civil-Militar
- CIOpPaz – Centro de Instrução de Operações de Paz
- COTER – Comando de Operações Terrestres
- CREDN – Comissão Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- CSN – Conselho de Segurança Nacional
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
- DMED – Diretriz Ministerial de Emprego da Defesa
- DPED – Diretriz Presidencial de Emprego de Defesa
- DPKO – *Department of Peacekeeping Operations* (Departamento de Operações de Manutenção da Paz)
- EB – Exército Brasileiro
- ECEME – Escola de Comando e Estado Maior do Exército
- EFD – Estado Final Desejado
- EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
- EMCFA – Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
- END – Estratégia Nacional de Defesa
- EUA – Estados Unidos da América
- FA – Forças Armadas
- FADH – *Forces Armées d'Haïti* (Forças Armadas do Haiti)
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral em Tarifas e Comércio)
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americana

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional

MD – Ministério da Defesa

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIF – *Multinational Interim Force* (Força Multinacional Interina)

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti

MNF – *Multinational Force* (Força Multinacional)

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OE – Operação de Estabilização

OEA – Organização dos Estados Americanos

OG - Organizações Governamentais

OI – Organismos Internacionais

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMP – Operação de Manutenção da Paz

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUC – *Opération des Nations Unies au Congo* (Operação das Nações Unidas no Congo)

OP – Operação de Paz

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Política Nacional de Defesa

PNH – Polícia Nacional Haitiana

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

QIP – *Quick Impact Project* (Projeto de Impacto Rápido)

R2P – *Responsibility to Protect* (Responsabilidade de Proteger)

UN – *United Nations* (Nações Unidas)

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNDP – *United Nations Development Program* (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

UNEP – *United Nations Environment Programme* (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)

UNMIH – *United Nations Mission in Haiti* (Missão das Nações Unidas no Haiti)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA	14
1.1.1 <i>Formulação da situação problema</i>	14
1.1.2 <i>Delimitação da pesquisa</i>	16
1.1.3 <i>Objetivos da pesquisa</i>	17
1.1.4 <i>Importância do estudo</i>	17
1.2 METODOLOGIA	21
1.3 INTRODUÇÃO AO MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	26
2 HAITI: UMA SOCIEDADE ANÔMICA?.....	30
2.1 A TEORIA DA ANOMIA SEGUNDO EMILE DURKHEIM	30
2.2 A PERSPECTIVA DE ROBERT K. MERTON: ESTRUTURA SOCIAL E ANOMIA	33
2.3 O CASO HAITIANO	35
2.3.1 <i>A conjuntura haitiana</i>	35
2.3.2 <i>Gangues haitianas: anomia e comportamento desviante</i>	39
3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS QUANTO ÀS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ONU.....	48
3.1 DEFININDO AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.....	48
3.2 CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM DOS ESTUDOS SOBRE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	54
3.2.1 <i>Os modelos de Galtung acerca do conflito, da violência e da paz</i>	54
3.2.2 <i>Outras contribuições dos estudos sobre resolução de conflitos</i>	57
3.3 PERSPECTIVAS A PARTIR DE TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	59
4 O COMPLEXO ESTRATÉGICO CONTEMPORÂNEO: MAIS DO MESMO?	65
4.1 CONCEITOS CLÁSSICOS SOBRE ESTRATÉGIA MILITAR	65
4.2 A ESTRATÉGIA ENQUANTO PRÁTICA: PERSPECTIVAS ESTRUTURADA E DA HABITAÇÃO	69
4.3 A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE GIDDENS	77
4.4 A ESTRATÉGIA ENQUANTO PRÁTICA E AS TROPAS BRASILEIRAS	85
5 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO ENGAJAMENTO BRASILEIRO COM A MINUSTAH.....	90
5.1 O ENVOLVIMENTO COM O CASO HAITIANO.....	90
5.2 O PROCESSO POLÍTICO DO ENGAJAMENTO BRASILEIRO NA MINUSTAH.....	93
5.3 O INTERESSE DIPLOMÁTICO-MILITAR BRASILEIRO EM ENGAJAR-SE NA MINUSTAH.....	98
5.4 A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA E AS MISSÕES DE PAZ DA ONU	102
5.5 A DOUTRINA DE PACIFICAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	110
6 A ATIVIDADE DOS CONTINGENTES BRASILEIROS DA MINUSTAH ENTRE DEZEMBRO DE 2004 E DEZEMBRO DE 2007	121
6.1 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA E AS PRÁTICAS DOS MILITARES BRASILEIROS NO HAITI.....	122
6.2 A EXPERIÊNCIA OPERACIONAL DO 2º, 3º E 4º CONTINGENTES BRASILEIROS DA MINUSTAH	125
6.3 A EXPERIÊNCIA OPERACIONAL DO 5º, 6º E 7º CONTINGENTES BRASILEIROS DA MINUSTAH	153
7 A ATIVIDADE DOS CONTINGENTES (8º AO 20º) BRASILEIROS DA MINUSTAH.....	167
7.1 A EXPERIÊNCIA OPERACIONAL DO 8º AO 11º CONTINGENTE BRASILEIRO DA MINUSTAH.....	168
7.2 A EXPERIÊNCIA OPERACIONAL DO 12º, 14º E 17º CONTINGENTES BRASILEIROS DA MINUSTAH.....	184
7.3 A EXPERIÊNCIA OPERACIONAL DO 18º AO 20º CONTINGENTE BRASILEIRO DA MINUSTAH.....	199
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	219

1 INTRODUÇÃO

A ação das gangues no perímetro urbano de Porto Príncipe, capital do Haiti, contribuía para a instabilidade política e polarização da sociedade haitiana¹. Tanto a criminalização quanto a politização das gangues são emblemáticas da complexidade do cenário haitiano onde as desigualdades socioeconômicas aliadas à ausência de instâncias governamentais têm negado a grandes parcelas da população condições mínimas de vida que garantam, dentre outros fatores, proteção, alimentação, educação e saúde.

Essa situação de crise tem sido mediada por ações da comunidade internacional. Porém, nem sempre há consenso quanto ao tipo de abordagem a ser adotada, particularmente quanto ao problema das gangues. O presente estudo propõe, então, um recorte analítico para descrição e análise das práticas do Exército Brasileiro de enfrentamento das gangues no âmbito da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Tal abordagem apresenta ações voltadas prioritariamente para a área da segurança, mas com elementos que promovem a presença de organizações civis, ações cívico-sociais e projetos de impacto rápido voltados para melhoria da condição de vida da população haitiana.

1.1 O problema da pesquisa

1.1.1 Formulação da situação problema

O Governo brasileiro, em termos da sua inserção internacional, ambiciona ser um ator relevante no âmbito da manutenção da paz e da segurança internacional². Para tal,

¹ Ver, por exemplo, as observações realizadas pelo General João Carlos Vilela Morgero, Comandante da Brigada Brasileira, constantes do Relatório Final de Emprego do 2º Contingente. Uma exposição mais detalhada do relatório é realizada no Capítulo 6 da tese, mas ao descrever os condicionantes operacionais da atuação da Brigada Brasileira no Haiti (p. 23-25), o General Morgero, expõe o complexo cenário haitiano e como vários atores (ex-militares, líderes políticos, grupos criminosos) associavam-se às gangues como forma de pressionar as instituições do Governo haitiano. Além disso, o Secretário Geral da ONU em seu relatório 16 de abril de 2004 (S/2004/300) também faz menção ao papel das gangues na promoção da instabilidade e polarização política no Haiti (p. 7).

² Ver, por exemplo, a Estratégia Nacional de Defesa (END) (2008, p. 54) do Governo brasileiro que prevê, entre suas ações estratégicas, a ampliação da participação em operações de paz, o incremento do adestramento das forças armadas como forma de preparação para esse tipo de missão e a promoção das atividades de um Centro de Instrução de Operações de Paz.

participa de missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e de debates acerca da reforma de seu Conselho de Segurança. Todavia, o protagonismo almejado não se constrói apenas com a cessão de tropas e de oficiais de comando para as diversas missões de paz. É preciso que o País tenha capacidade de empreender e/ou propor metodologias de trabalho que atendam às demandas do ambiente operacional, mas também que inovem e apresentem soluções para eventuais problemas e dificuldades muito comuns em cenários de alta complexidade.

Indaga-se, então, se o *modus operandi* das tropas brasileiras no tocante ao enfrentamento das gangues no Haiti é inovador. Um parâmetro para inovação talvez seja o emprego de tropas concomitantemente em atividades de enfrentamento das forças adversas e em trabalhos de suporte humanitário sem que haja desvio da função militar. Com o objetivo de responder a essa indagação foram analisados os relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, descritos com detalhes na metodologia.

Quando pensadas em seu conjunto, as doutrinas aplicadas pelo Exército Brasileiro no Haiti vêm contribuindo para criar condições junto à sociedade haitiana que permitam mudanças comportamentais e de mentalidade de modo a facilitar a introdução de soluções de desenvolvimento e segurança. Os Relatórios Finais de Emprego dos Contingentes Brasileiros da MINUSTAH reportam, por exemplo, situações em que foram empregadas operações psicológicas com o objetivo de aproximar o soldado brasileiro da população haitiana e de cessar o apoio dos haitianos aos líderes das gangues (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 37).

Pobreza e conflito são componentes típicos de sociedades em crise, os quais tendem a arregimentar insatisfações, entre lideranças políticas e a própria população, facilitando a proliferação de movimentos de contestação do ordenamento doméstico e internacional. Porém, a cooptação criminoso da população realizada por gangues ou por grupos políticos que fazem uso desse instrumental, obstaculiza as ações sociais de contestação ao comprometerem sua independência e legitimidade. Tem-se, então, um paradoxo de difícil solução onde as ações exclusivamente voltadas para a área da segurança, apesar de atenuarem os impactos imediatos da violência conflituosa, tendem a ser inócuas ou pouco eficazes para solucionar os dilemas estruturais que contribuem para a pobreza e a desigualdade.

Logo, estratégias de enfrentamento das gangues que agregam elementos de apoio humanitário e de promoção do desenvolvimento às ações de combate desses grupos criminosos podem ser um meio eficaz para obtenção de uma zona de equilíbrio entre as forças de paz da ONU e a população civil. Nesse contexto, um diferencial da abordagem do Exército Brasileiro para o enfrentamento das gangues no Haiti pode ser o fato das funções tipicamente militares a serem exercidas pelos contingentes incluírem trabalhos de suporte humanitário em paralelo às operações robustas de combate. Poucos são os Estados que de fato possuem capacitação para prover metodologias inovadoras que venham a ser exitosas ao lidar com problemas difusos como os apresentados pela sociedade haitiana. O presente estudo oferece, então, um recorte analítico voltado para exposição crítica das práticas do Exército Brasileiro no Haiti, particularmente quanto ao enfrentamento das gangues.

1.1.2 Delimitação da pesquisa

A delimitação da pesquisa em termos da análise do enfrentamento das gangues almeja constatar como o *modus operandi* do Exército Brasileiro tem sido decisivo no sentido de prover soluções para o crítico cenário haitiano. Pesquisa preliminar em teses da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e artigos publicados por oficiais do Exército Brasileiro mostram que a abordagem de enfrentamento das gangues haitianas passou por diferentes fases operacionais, variando do maior ao menor engajamento robusto em conjunto com medidas de promoção do desenvolvimento no âmbito dos projetos de impacto rápido e das ações cívico-sociais.

Se a atuação do 1º ao 6º contingentes foi marcada pelos combates e enfrentamentos principalmente nas regiões de *Bel Air* e *Cité Militaire*, o sentido de manutenção e estabilização após a conquista do espaço empreendido a partir do 7º contingente reforça a ideia de melhoria da situação. Porém, após o terremoto de janeiro de 2010, novos condicionantes entraram no cenário, mas o problema das gangues persiste, talvez em termos de uma terceira fase operacional.

1.1.3 Objetivos da pesquisa

Busca-se analisar as práticas de enfrentamento das gangues haitianas por parte dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. Especificamente objetiva-se:

- Analisar o problema das gangues na sociedade haitiana com base no conceito de anomia;
- Realizar um breve retrospecto dos aspectos teóricos que envolvem as operações de paz da ONU;
- Contrastar conceitualmente a estratégia militar às premissas sociológicas da teoria da estruturação de Giddens e da estratégia enquanto prática.

1.1.4 Importância do estudo

As Nações Unidas comandam o segundo maior contingente de tropas em atividade no mundo, atrás somente dos EUA. O CSNU tem nas missões de paz o seu principal instrumento de atuação direta nas crises e conflitos internacionais. Manter-se presente no CSNU faz parte da estratégia de inserção internacional do Brasil. Conjuntamente com o Japão, o Brasil é o país que por mais vezes exerceu um mandato eletivo no órgão³. O Conselho de Segurança é composto por 15 membros, sendo 5 membros permanentes com poder de veto (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e República Popular da China). Os demais 10 membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos.

Em parte, a própria história das Nações Unidas confunde-se com o paradoxo conceitual e operacional que envolve suas operações de manutenção da paz (OMP). Porém, são variados e conhecidos os dilemas da sua sustentação orçamentária, as deficiências do seu processo decisório, controlado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança, e as dificuldades inerentes ao emprego de tropas e pessoal provenientes de diferentes países e, por consequência, com grande diversidade quanto ao seu preparo e domínio

³ O Brasil participou como membro não permanente do CSNU durante os biênios: 1946 – 1947, 1951 – 1952, 1954 – 1955, 1963 – 1964, 1967 – 1968, 1988 – 1989, 1993 – 1994, 1998 – 1999, 2004 – 2005, 2010 – 2011. Fonte: <http://www.un.org/en/sc/members/elected.asp>. Acessado em: 15 de março de 2015.

técnico. Os dissensos e consensos construídos em torno das OMPs são frequentemente debatidos e até mesmo usados em campanhas midiáticas que se revezam no apoio ou na crítica negativa às intervenções realizadas pelas Nações Unidas.

Desde a década de 1990, em decorrência das circunstâncias encontradas no terreno e também em função do interesse dos Estados que controlam o processo decisório, tem-se experimentado a ampliação do escopo e das modalidades de intervenção das Nações Unidas. O crescente envolvimento da ONU nos dilemas internos dos seus Estados membros tem ensejado a construção de um léxico normativo peculiar que justifica e embasa intervenções cada vez mais amplas em termos da política doméstica dos Estados. Esse processo, conforme identificado por Friis (2010), tem aproximado a doutrina de manutenção da paz das Nações Unidas das doutrinas de contra insurgência adotadas por países membros da OTAN.

Apesar de identificarem a necessidade de soluções integradas em termos do nexo da segurança e do desenvolvimento, as doutrinas de contra insurgência tendem a ser construídas com base nos possíveis riscos e ameaças de segurança interna e internacional que sociedades em crise podem oferecer. Logo, tais iniciativas são essencialmente securitárias, mas fazem uso do desenvolvimento como um “vetor” em suas soluções de segurança, como é o caso da doutrina de corações e mentes.

As estratégias decorrentes desse tipo de orientação enfocam o que se convencionou chamar de “estabilização”. Se, em um dado momento histórico anterior ao atentado às Torres Gêmeas em Nova Iorque, realizado em 11 de setembro de 2001, era possível discernir uma agenda de desenvolvimento global independente das questões associadas à manutenção da segurança em países e regiões assolados por conflitos ligados, entre outros fatores, à desigualdade e à pobreza, as ações de estabilização vieram a transigir as noções de desenvolvimento para o domínio sistêmico dos fatores de segurança, algo que já havia sido experimentado, por exemplo, na Guerra do Vietnã e, posteriormente, com a intervenção da OTAN no conflito dos Balcãs durante a década de 1990.

Todavia, não há uma posição consensual que delimite o enfoque e o escopo das operações de estabilização. Após o choque terrorista do início do século XXI⁴, novas

⁴ Além dos atentados às Torres Gêmeas em Nova Iorque e ao Pentágono, executados em 11 de setembro de 2001, outras ações terroristas de grande repercussão marcaram o início do século XXI, dentre as quais, os atentados aos trens em Madri, realizados em 11 de março de 2004, à escola russa localizada em Beslan, desencadeado em 1 de setembro de 2004 e ao metrô em Londres, ocorrido em 7 de julho de 2005.

experiências tiveram início, desta vez dentro do sistema de segurança coletiva da ONU, sendo a “*Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*” (MINUSTAH) um dos exemplos mais notórios e conhecidos.

Segundo Barakat, Deely, Zyck (2010, p. s300, p. s311), a estabilização consiste em um processo que combina o combate (incluindo a contra-insurgência e a guerra irregular) ao apoio humanitário para reconstrução e/ou desenvolvimento local durante ou na sequência imediata de um conflito violento, a fim de impedir a continuação ou a reincidência de conflitos ou níveis desestabilizadores de violência não conflitiva. Os autores situam a nascente agenda de estabilização a partir de um processo histórico onde há a suposição de que a “assistência para a estabilização” orientada por pressupostos parcialmente humanitários ou desenvolvimentistas pode mitigar a insegurança, tornando as populações locais mais inclinadas a apoiar agentes externos e autoridades locais com pouca confiança por parte dessas populações.

Em outras palavras, as operações de estabilização empregam estratégias que objetivam conquistar os corações e mentes tanto em termos locais quanto internacionais, incluindo agências provedoras de pessoal e financiamento para as atividades e operações a serem realizadas. A participação brasileira na MINUSTAH e a atuação da missão do Brasil no Haiti, como um todo, inserem-se em um contexto estratégico-operacional mais amplo, onde as antigas operações de manutenção da paz (OMP) deram lugar a operações de estabilização (OE). Trata-se de uma mudança do padrão brasileiro de emprego da força em situações de crise e de ações junto a populações empobrecidas no exterior que ainda não foi debatido segundo suas qualidades estratégicas.

A participação na MINUSTAH é a maior operação militar brasileira no exterior desde a Segunda Guerra Mundial. Além do aparelhamento que engajamentos desta natureza promovem junto às organizações militares envolvidas, há espaço para importantes intercâmbios e aprimoramentos profissionais. Ampliam-se, igualmente, os projetos de cooperação e o acesso ao capital e investimentos. Tais operações, no entanto, nem sempre apresentam sucesso em seus objetivos políticos e estratégicos, algo que frequentemente denigre a imagem dos atores envolvidos e resulta em perdas humanas e materiais para as populações locais.

O desenvolvimento de capacidades propositivas em termos do uso da força e do planejamento no teatro de operações demanda constante atualização e preparo. Atualmente,

o Brasil conta com um centro de preparo específico de contingentes a serem mobilizados em missões de paz da ONU, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), além de possuir guarnições nas regiões militares prontas para serem mobilizadas em caso de necessidade. Segundo país em número de tropas mobilizadas, atrás somente do Uruguai, o Brasil é o país sul americano engajado no maior número de missões de paz das Nações Unidas (10 no total) e com maior número de observadores e peritos cedidos⁵.

A cessão de tropas e de observadores e peritos (civis, militares e policiais) é um instrumento importante para troca de informações militares, para o reconhecimento de regiões, para o aperfeiçoamento profissional e para o aprendizado de novas metodologias de trabalho. A análise do quadro de missões em que o Governo brasileiro vem mobilizando agentes desde a Guerra Fria demonstra o interesse do País em missões majoritariamente governadas pelo Capítulo VI da Carta da ONU e por países que falam a língua portuguesa. Porém, a MINUSTAH, uma missão governada pelo Capítulo VII da Carta, não representa um desvio do padrão de atuação brasileiro, mas a reafirmação do interesse do País em projetar-se como promotor de soluções de desenvolvimento e segurança para as crises internacionais de acordo com suas capacidades operacionais e interesses estratégicos⁶.

Convém, portanto, conhecer o emprego das tropas brasileiras no Haiti, particularmente no tocante ao enfrentamento das gangues. As práticas do Exército Brasileiro vêm sendo aprimoradas e também empregadas em comunidades empobrecidas no Brasil, como no âmbito das Operações Arcanjo realizadas em favelas do Rio de Janeiro. Pretende-se, assim, contribuir para o conhecimento empírico e teórico do engajamento brasileiro em missões de paz.

⁵ Dados de 31 de dezembro de 2014. Fonte: *United Nations Department for Peacekeeping Operations* (UNDPKO).

⁶ O Capítulo VI da Carta da ONU versa a respeito da solução pacífica de controvérsias e prevê em seu Artigo 34 que o CSNU “poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos entre as Nações ou dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais”. Já o Capítulo VII da Carta trata da ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. Em seu Artigo 42 estabelece que “no caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas” (fonte: Carta das Nações Unidas disponível em http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf Acessado em: 12 de setembro de 2015).

1.2 Metodologia

A pesquisa na qual se baseia a presente tese foi conduzida em duas etapas. A primeira etapa envolveu revisão bibliográfica com enfoque teórico-conceitual que subsidia cada um dos capítulos da tese. A segunda etapa compreendeu pesquisa realizada em Brasília e no Rio de Janeiro junto ao Ministério da Defesa, ao Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro, à Escola de Comando e Estado Maior do Exército e ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Ao longo dessa etapa foram obtidos e organizados para análise os “Relatórios Finais de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz” de cada um dos contingentes brasileiros que atuaram no Haiti, com algumas exceções a serem mencionadas posteriormente, aplicando-se a análise de conteúdo. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com oficiais gerais brasileiros que comandaram o componente militar da MINUSTAH e pesquisados artigos e estudos de oficiais brasileiros que serviram na MINUSTAH, os quais complementam a análise dos referidos relatórios finais de emprego.

Segundo Lawrence Bardin (2011, p. 48) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das comunicações, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de sua produção e recepção. Para Bardin (2011, p. 35), a análise de conteúdo possui duas funções que na prática podem ou não se dissociar:

- Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão para descoberta.
- Uma função de “administração da prova”: segundo a autora, hipóteses sob a forma de questões ou afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação.

De acordo com Bardin (2011, p. 44), a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção da comunicação (ou,

eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Segundo a autora (p. 45), tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma fase à outra.

As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) A pré-análise; 2) A exploração do material e; 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Durante a pré-análise busca-se a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final. Estes três fatores não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica. Por exemplo, a escolha dos documentos depende dos objetivos, ou, inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. Ou seja, a pré-análise tem por objetivo a organização do conteúdo (BARDIN, 2011, p. 125).

Em termos do presente estudo, tomando como referência o objetivo de analisar as práticas de enfrentamento das gangues haitianas consolidadas nas “estratégias” de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, foram obtidos os “Relatórios Finais de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz” dos Contingentes brasileiros que atuaram no Haiti, compreendendo um período de 10 anos entre 1 junho de 2004 à 4 de dezembro de 2014, perfazendo um total de 20 contingentes. É importante ressaltar que os Relatórios Finais de Emprego do 1º, do 3º e do 13º ao 16º Contingentes não foram disponibilizados pelo Ministério da Defesa (o relatório do BRABATT 2 – *Brazilian Battalion 2* – do 14º e do 17º estão inclusos na relação que a pesquisadora dispõe). Ou seja, um total de dez relatórios não pode ser consultado, fato que não trouxe maiores prejuízos para a análise realizada, já que outros dezesseis relatórios foram obtidos e analisados. Cabe lembrar que após o terremoto de janeiro de 2010, do 12º ao 17º Contingentes, a

MINUSTAH passou a contar com dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz do Brasil, cada um com seu respectivo relatório final de emprego.

Os referidos relatórios são confidenciais e têm circulação restrita. Seu acesso foi garantido por deferência do Alto Comando do Exército Brasileiro após um ano e meio de negociação e de pedidos realizados pela pesquisadora junto às organizações militares responsáveis (Ministério da Defesa, Alto Comando do Exército, Comando de Operações Terrestres). Em 30 de abril de 2015, a primeira parte dos relatórios foi entregue à pesquisadora. Conforme prevê a etapa da pré-análise, a fase da escolha dos documentos se consumou na medida em que os sucessivos contatos com as organizações militares, particularmente, o Comando de Operações Terrestres (COTER), o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) possibilitaram melhor conhecimento sobre a prática militar, especificamente sobre o ambiente operacional das missões e a maneira como os militares reportam suas atividades.

O “Relatório Final de Emprego dos Contingentes”, nesse contexto, compreende o relato mais completo dos fatos transcorridos e das circunstâncias que envolvem o emprego das tropas brasileiras no Haiti. Esses documentos constituem o chamado *corpus* da análise, ou seja, formam o conjunto demarcado para ser submetido aos procedimentos analíticos com base nas regras da exaustividade (compreendem todos os relatos de campo disponíveis até o momento), da homogeneidade (fazem referência ao objeto do presente estudo) e da pertinência (os documentos são adequados enquanto fonte de informação, de modo a corresponder ao objetivo que suscita a análise) (BARDIN, 2011, p. 126-128).

Ainda durante a etapa da pré-análise foi realizada a leitura flutuante (conforme designação de Bardin, 2011) dos documentos com o objetivo de conhecer o texto e de avaliar sua utilidade para o esclarecimento do problema de pesquisa. A delimitação do problema de pesquisa permitiu a criação de um roteiro para leitura do *corpus* e facilitou a utilização de procedimentos de análise fechados.

Conforme esclarece Bardin (2011, p. 129), os procedimentos fechados são métodos de observação que funcionam segundo o mecanismo da indução e servem para experimentação das hipóteses. Para a autora, o trabalho do analista é insidiosamente orientado por hipóteses implícitas. Daí a necessidade das posições latentes serem reveladas e postas à prova pelos fatos (posições suscetíveis de introduzir desvios nos procedimentos

e nos resultados). É a partir de uma hipótese, por exemplo, que se realiza a escolha dos índices e a elaboração dos indicadores. O índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. De acordo com Bardin (2011, p. 130), caso parta do princípio de que este tema possui tanto mais importância para o locutor quanto mais frequentemente é repetido, o indicador correspondente será a frequência deste tema, de maneira relativa ou absoluta, com relação a outros temas.

A leitura flutuante dos relatórios finais de emprego mostrou que em todos os documentos há subdivisões dedicadas às seções de pessoal (G-1), de inteligência (G-2), de operações (G-3), de logística (G-4), de comando e controle (G-6), de assuntos civis (G-9) e de comunicação social (G-10). De maneira geral, a análise do cenário e o relato das operações são apresentados nas seções de inteligência, de operações e de assuntos civis dos relatórios, mas isto não exclui a análise do relatório como um todo. Tomando como referência o objeto do estudo, quais sejam as práticas ou atividades de enfrentamento das gangues haitianas por parte das tropas brasileiras, é possível delinear como índice da análise de conteúdo dos relatórios a “menção às forças adversas” (por exemplo, gangues e ex-militares).

O trabalho das forças militares na MINUSTAH envolve o enfrentamento de forças adversas, mas comparativamente à “menção às forças adversas” é possível relativizar sua ênfase com a menção que os relatórios fazem aos possíveis “trabalhos de suporte humanitário” com a alusão, por exemplo, a “ações cívico-sociais” (ACISO), “coordenação civil-militar” (CIMIC, sigla inglesa para “*civil-military coordination*”), “projetos de impacto rápido” (QIP, sigla inglesa para “*quick impact project*”), “ajuda humanitária”, “ação humanitária”, entre outros.

Nesse contexto, a frequência com que as palavras “ganguê” e “ex-militares” relativizadas com os termos que implicam em “trabalhos de suporte humanitário” aparecem nos relatórios finais de emprego serve de indicador para análise do *modus operandi* das tropas brasileiras e da situação de segurança, uma vez que os respectivos relatórios reportam as principais atividades operacionais de cada um dos contingentes. Quanto mais referências forem realizadas ao enfrentamento das forças adversas mais temerária será situação de segurança. Quanto maior for a ênfase em trabalhos de suporte humanitário maior será o descolamento da função militar original, mas em contrapartida, melhor será a situação de segurança, o que talvez demonstre resultados positivos das ações

de enfrentamento das forças adversas realizadas por parte das tropas da MINUSTAH, inclusive dos contingentes brasileiros. A análise de conteúdo dos relatórios permite que essas hipóteses sejam verificadas.

Em termos da preparação do material para análise, os relatórios finais de emprego foram reunidos, preservados em seu formato original e preparados para procedimentos digitais de busca textual. Os indicadores de frequência foram, então, pesquisados em cada um dos documentos e relatórios contendo as páginas e sentenças em que são citados no texto foram gerados. Os seguintes termos foram pesquisados e usados como indicadores de frequência: “força adversa”, “gangue”, “ex-militares”, “Assuntos Civis (As Civ)”, “humanitária”, “humanitário”, “ações cívico-sociais (ACISO)”, “cooperação/coordenação civil-militar (CIMIC)”, “projeto de impacto rápido (QIP)”.

Passou-se, então, para etapa da exploração do material que, segundo Bardin (2011, p. 131) consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição e enumeração, em função de regras previamente formuladas. Ou seja, as técnicas de análise foram administradas no *corpus* (relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros). Em termos das técnicas de codificação, tanto a palavra quanto o tema foram utilizados como unidades de registro. Dois temas servem de índice e se sobressaem na análise: “menção às forças adversas” e “menção a trabalhos de suporte humanitário”. A análise do tema permite a descoberta dos “núcleos de sentido” que compõem a comunicação. Sua presença, ou frequência de aparição, tem significado para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 2011, p. 135). Em outras palavras, a escolha do tema auxilia o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências.

Para cada unidade de registro há uma respectiva unidade de contexto, a frase para a palavra e o parágrafo ou seção do documento para o tema. Sua determinação é presidida pelos critérios do custo e da pertinência. É preciso obter, então, uma dimensão ótima no nível do sentido para que a análise seja realizada com sucesso (BARDIN, 2011, p. 137). Para tal existem algumas regras de enumeração que podem ser aplicadas. Conforme mencionado anteriormente, cada índice analítico ou tema tem em seu contexto palavras-chave ou termos que servem de indicador. Quinze palavras-chave e termos foram escolhidos por seu significado e relevância para os respectivos temas (“força(s) adversa(s)”, “gangue”, “*chimère*”, “ex-militares”, “assuntos civis (As Civ)”, “humanitária”, “humanitário”, “ações cívico-sociais (ACISO)”, “cooperação/coordenação civil-militar

(CIMIC), “projeto de impacto rápido (QIP)”. Sua presença ou ausência dão significado ao contexto do tema. Além disso, sua frequência, ordem de aparição e coocorrência⁷ também são pertinentes (BARDIN, p. 138-141).

A medida de coocorrência dá conta da distribuição dos elementos e da sua associação. Para Bardin (2011, p. 143), a distribuição dos elementos pode constituir um ponto significativo de conhecimento. Em termos da presente análise, a coocorrência de termos associados aos temas pode servir de indicador da versatilidade das tropas que atuam tanto no combate quanto em trabalhos de suporte humanitário. Porém, tal medida deve ser relativizada com a estrutura do documento que segundo sua organização e desencadeamento lógico possui seções que lidam especificamente com certas temáticas como, por exemplo, pessoal (G-1), inteligência (G-2), operações (G-3), logística (G-4), comando e controle (G-6), assuntos civis (G-9) e comunicação social (G-10).

Ou seja, o fato dos documentos organizarem-se em seções temáticas não exclui a busca por coocorrências, mas é importante esclarecer que cada um dos índices tende a ser abordado por seções específicas dos relatórios. Por exemplo, a “menção às forças adversas” tende a ser abordada nas seções de inteligência (G-2) e de operações (G-3). Já os “trabalhos de suporte humanitário” tendem a ser mencionados nas seções de assuntos civis (G-9) e de comunicação social (G-10). A identificação de coocorrências, todavia, é um instrumento útil para verificar se o emprego de tropas do Brasil agrega funções humanitárias às originalmente militares a serem exercidas pelos contingentes brasileiros da MINUSTAH.

1.3 Introdução ao marco teórico-conceitual

Uma vez finalizada a análise mecânica dos relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH com base nos procedimentos descritos anteriormente que incluem, por exemplo, a criação de planilhas comparativas das unidades de registro em conjunto com as unidades de contexto, tem-se a etapa do tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. As informações relevantes foram, então, condensadas e postas para análise com base no referencial teórico proposto para o estudo.

⁷ Para Bardin (2011) quando duas ou mais unidades de registro são encontradas dentro da mesma unidade de contexto tem-se a chamada “coocorrência”, ou seja, a ocorrência simultânea de termos pertencentes a índices analíticos dentro da mesma unidade de contexto.

O marco teórico-conceitual divide-se em quatro conjuntos de abordagens, cada uma tratada em um capítulo específico da tese. Os referidos capítulos lidam com aspectos conceituais da questão das gangues na sociedade haitiana (Capítulo 2), das concepções teóricas acerca das missões de paz da ONU (Capítulo 3), do complexo estratégico contemporâneo (Capítulo 4) e dos aspectos institucionais do envolvimento brasileiro com a MINUSTAH (Capítulo 5). Esses capítulos subsidiam a análise realizada nos capítulos 6 e 7 que concentram a descrição da experiência operacional dos contingentes brasileiros da MINUSTAH.

A abordagem apresentada no Capítulo 2 utiliza o conceito de anomia para analisar o cenário haitiano. Esse conceito revela os dilemas estruturais da sociedade haitiana e situa a problemática das gangues a partir do vazio institucional e da ausência de normas que atendam aos anseios sociais. Essa abordagem dá conta do teatro operacional em que se dá a mobilização das tropas brasileiras. É importante esclarecer que o conceito de anomia foi primeiramente empregado pelo sociólogo francês Emile Durkheim em trabalhos publicados no final do século XIX e início do século XX. O sociólogo norte-americano Robert K. Merton viveu décadas mais tarde e trabalhou com o conceito de anomia em outro contexto histórico e social. A análise de Durkheim é útil para compreensão das raízes estruturais e normativas da crise haitiana. Já os estudos de Merton esclarecem os vínculos disfuncionais dos cidadãos haitianos com suas instituições e como essa patologia social favorece o aparecimento do comportamento delinquente.

A abordagem apresentada no Capítulo 3 enfoca as várias perspectivas teóricas que analisam as missões de paz da ONU. Parte dos estudos que abordam o tema tem se concentrado nos aspectos conceituais que definem essas missões de paz ao longo do tempo. Nesse contexto, as operações de paz têm sido agregadas em sucessivas gerações como forma de delimitar suas características operacionais e a racionalidade política por trás dos seus mandatos e objetivos estratégicos. A maior parte das contribuições teóricas sobre o tema enfoca o nível político. No lugar de discutirem a doutrina de emprego das tropas, essas contribuições dedicam-se a análise das questões relativas ao papel dos Estados e às implicações acerca da soberania. Além do nível político, existem os níveis estratégico, operacional e tático. Apesar das implicações políticas das missões de paz da ONU serem relevantes, a presente tese, principalmente em termos da descrição da experiência operacional dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, oferece elementos para o debate

da forma de emprego das tropas brasileiras, algo que diz respeito aos níveis operacional e tático. Lições doutrinárias orientadas pelas práticas bem-sucedidas do emprego de tropas não costumam fazer parte das discussões teóricas acerca das operações de paz da ONU, sendo a própria Organização, por meio de manuais e documentos doutrinários, a principal promotora de reflexões sobre o tema.

A abordagem apresentada no Capítulo 4 lida com os conceitos de estratégia. Primeiramente, são apresentadas várias definições de estratégia segundo a perspectiva militar. Todavia, considera-se que a estratégia seja uma prática social e como tal passível de ser tratada com base em duas visões de mundo. A visão de mundo estruturada aproxima-se das definições de estratégia elaboradas pelos estudiosos militares e enfoca as intervenções propositadas sobre a realidade, enfatizando a ideia de controle. Já a visão de mundo da habitação aproxima-se dos aspectos instintivos da natureza humana e da chamada inteligência prática para explicar como a prática individual atende a demandas da realidade sem que seja necessária uma elaboração intelectual sobre a ação praticada. Essas práticas rotineiras passam por um processo de institucionalização debatido, na presente tese, com auxílio da proposta analítica do sociólogo inglês Antony Giddens quanto à chamada teoria da estruturação.

A abordagem apresentada no Capítulo 5 dá conta dos aspectos institucionais do engajamento brasileiro com a MINUSTAH. Após uma breve descrição do histórico de envolvimento multilateral do Governo Brasileiro com o caso haitiano, realiza-se a apresentação do processo político doméstico que culminou com o engajamento na MINUSTAH. Passa-se, então, a uma apresentação da Grande Estratégia brasileira relativa à participação do País nesse tipo de missão. Ao final do capítulo, apresenta-se a doutrina de pacificação do Exército brasileiro que, juntamente com a doutrina de garantia da lei e da ordem, aborda as ações necessárias para restaurar e manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. A doutrina de garantia da lei e da ordem tem caráter reservado, ou seja, sua circulação é restrita. Já a doutrina de pacificação tornou-se pública em 2015 por meio do Manual de Campanha Operações de Pacificação (EB20-MC-10.217).

Por fim, nos capítulos 6 e 7 da tese é descrita a experiência operacional das tropas brasileiras da MINUSTAH, particularmente no tocante ao enfrentamento das gangues haitianas. A análise dos relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros permitiu a

identificação do *modus operandi* brasileiro que conjuga ações de enfrentamento da força adversa com a realização de trabalhos humanitários. Adicionalmente, é possível verificar com base nos relatórios a posição dos militares brasileiros quanto ao crítico cenário haitiano e quanto a dificuldades operacionais vivenciadas pelas tropas da MINUSTAH.

Objetivou-se, dessa maneira, construir o arcabouço analítico para que o enfrentamento das gangues haitianas pelos contingentes brasileiros da MINUSTAH pudesse ser analisado. As informações foram interpretadas com base nos propósitos do estudo, de modo a revelar os conteúdos manifestos e latentes da comunicação e sua relação com o referencial teórico-conceitual, abordado nos capítulos seguintes. A hipótese da versatilidade operacional das tropas brasileiras orienta o trabalho de análise cujo resultado é discutido no capítulo conclusivo.

2 HAITI: UMA SOCIEDADE ANÔMICA?

A condição comportamental do desvio ou da delinquência pode, em termos teóricos, ser analisada como um problema individual conforme preconiza, por exemplo, a teoria biológica do atavismo concebida no final do século XIX pelo italiano Cesare Lombroso. Segundo esta perspectiva os criminosos são reminiscências evolucionárias de estágios anteriores de desenvolvimento psicológico. Porém, há explicações que se opõem a este individualismo analítico e enfatizam o nível de análise social. O sociólogo francês Emile Durkheim argumenta que fatos sociais como variações nos índices de crime ou de suicídio podem ser explicados pela análise das condições sociais como o colapso das normas que operam em uma dada sociedade. Partindo da premissa estrutural de Durkheim, o presente capítulo abordará a condição de anomia implicada no problema das gangues na sociedade haitiana.

2.1 A teoria da anomia segundo Emile Durkheim

Segundo Traub e Little (1999, p. 1), dizer que algo cumpre uma função geralmente significa dizer que serve a algum propósito útil ou necessidade. Para os autores, a principal hipótese do funcionalismo sociológico é que processos sociais recorrentes cumprem a função de manter os sistemas sociais. Considerando o todo, tal como a sociedade ou um grupo social, como unidade de análise, um dado padrão social é, então, estudado em termos das suas funções ou contribuições positivas para adaptação e persistência do sistema. Assim como no modelo darwinista, o funcionalismo sociológico postula que instituições sociais estabelecidas ou padrões de comportamento funcionam como em um organismo vivo, tornando plausível a hipótese da existência de um mundo biológico sempre em evolução, com órgãos e sistemas desenvolvidos para atender as necessidades das espécies.

Todas as atividades sociais, portanto, explicam os autores, são estudadas sob a perspectiva de como elas podem contribuir para manutenção e continuidade da sociedade ou grupo. Logo, padrões recorrentes tanto de comportamentos convencionais quanto desviantes existem e sobrevivem nos grupos e sociedades porque servem a algum propósito ou necessidade. Nesse contexto, a divisão do trabalho analisada por Emile

Durkheim, por exemplo, é uma fonte de solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1999, p. 390). Segundo o autor, é justamente o princípio da solidariedade que une as atividades e funções organizacionais em um dado sistema (p. 388-389).

Para Durkheim (1999, p. 384-385), as relações de trabalho são de fato relações solidárias que dependem mutuamente umas das outras e que ao longo do tempo têm suas trocas moderadas por meio da regulamentação social. As regras são um prolongamento da especialização e da divisão do trabalho. Segundo Durkheim (1999, p. 382), as práticas recorrentes ou maneiras de reagir ao longo do tempo se repetem com maior frequência, tornando-se hábitos, os quais à medida que adquirem força se transformam em regras de conduta. De fato, não é a divisão do trabalho em si que dá origem à regulamentação, mas sim as funções (maneira de agir) da vida social.

A deturpação da ordem orgânica, porém, pode ser responsável pela disjunção das partes funcionais de um dado sistema que tendem a não concorrer entre si. Portanto, as partes acabam formando um conjunto sem unidade pelo fato de não estarem organizadas. Logo, argumenta Durkheim (1999, p. 385), se a divisão do trabalho não produz solidariedade, é porque as relações entre os órgãos não são regulamentadas, é porque elas estão num estado de anomia. Tal ausência de regulação ou de normas pode ser decorrente da falta de contato contínuo e suficientemente prolongado entre as partes. Se forem raros os contatos entre as partes de um dado sistema, as relações não se repetem o suficiente para se determinar.

A solidariedade orgânica, entretanto, demanda certa consciência. Para Durkheim (1999, p. 388-390), é procedente uma das mais graves críticas que se faz da divisão do trabalho, qual seja, a alienação. Porém, suas causas não são consequências da divisão do trabalho em si, mas uma condição anormal e excepcional de anomia. A ordem natural quanto ao problema da alienação, então, torna-se desnaturalizada, pois a vida em sociedade normalmente exige que o indivíduo não se encerre estreitamente nela, mas mantenha-se em relação constante com as funções vizinhas, tome consciência de suas necessidades e as mudanças que nela sobrevêm. Ou seja, a divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação, compreendendo que suas ações têm finalidade fora de si mesmas (DURKHEIM, 1999, p. 390).

Tal premissa é também verdadeira, na concepção de Durkheim, quando ressalvado um comportamento desviante como o do suicídio. Ao discorrer sobre o tema, Durkheim (2000) realiza uma importante contribuição para compreensão da natureza humana e de como a sociedade pode interferir nos padrões de comportamento dos indivíduos. Tal comportamento, no caso dos animais, é balizado pelo instinto de sobrevivência, o qual contribui para as interações entre espécies e para que suas necessidades alcancem um limite natural.

No caso dos seres humanos, de acordo com Durkheim (2000), os instintos não proporcionam tamanha barreira às necessidades e vontades. De fato, parece não haver limites para a vontade humana, quanto mais o indivíduo adquire, mais ambiciona adquirir. Logo, o equilíbrio da existência humana é constantemente testado e ameaçado pelo querer e pela insatisfação ao se defrontar com a impossibilidade de corresponder ou adquirir o que é ambicionado. A sociedade, nesse contexto, exerce a função do instinto animal ao proporcionar incentivos por meio da cultura estabelecida para que sejamos socializados segundo um dado padrão comportamental.

Para Durkheim (2000), as pessoas são persuadidas pela sociedade a acreditar que o que elas possuem coincide com o que elas merecem. Em uma sociedade estável, as pessoas internalizam as regras sociais ou normas a respeito de quais são os desejos e aspirações apropriados e adequados para suas circunstâncias. No entanto, o equilíbrio original entre aspirações e circunstâncias culturalmente produzido pode cessar de existir em função de mudanças abruptas transcorridas tanto na economia e na política quanto na sociedade.

É nesse contexto que Durkheim (2000) argumenta que os índices de suicídio podem se elevar como no caso dos períodos de depressão econômica. Todavia, mesmo em tempos de expansão econômica os mesmos índices podem ser verificados. A explicação encontrada para esta tendência é que durante esse período as pessoas podem sentir que suas circunstâncias permitem um comportamento excessivo em termos de aspirações possíveis em seu sistema social, fazendo com que percam os condicionantes culturais que limitam seu comportamento. Tem-se, então, uma situação de anomia onde os limites normativos deixam de existir.

Nesse contexto, é importante esclarecer que Durkheim nunca deixou suficientemente clara a distinção analítica entre os polos estrutural e normativo do processo anômico (MARKS, 1974, p. 330-331). O polo normativo funciona para regular as relações

funcionais dos indivíduos. Na sua ausência há uma patologia caracterizada pela falta de harmonia nestas relações. Em termos do polo estrutural, a patologia ocorre a partir da deficiência na interação social, a qual impede que as normas de interação possam normalmente ser geradas. Tanto na análise da divisão do trabalho quanto do suicídio, Durkheim ora identificou a anomia com um polo ou com outro em função da sua linha argumentativa. Todavia, de acordo com Marks (1974, p. 331), independentemente da maneira como um dos polos é referido, o outro está sempre implícito.

A análise funcionalista de Durkheim encontrou ressonância nos estudos da chamada Escola de Chicago e em argumentos como do sociólogo americano Robert K. Merton que tornou mais explícita as fontes sociais da quebra de consenso quanto às normas e suas consequências estruturais para a emergência de diferentes tipos de comportamento desviante. A seguir é a apresentada a teoria da anomia segundo a perspectiva de Merton.

2.2 A perspectiva de Robert K. Merton: estrutura social e anomia

A teoria da anomia de Durkheim foi aproveitada por Merton para construção de uma teoria geral do comportamento desviante. A anomia, nesse contexto, corresponde à falta de coordenação entre meios e objetivos dentro de uma estrutura social que garanta para os cidadãos possibilidades reais de satisfação de anseios culturalmente estabelecidos (MERTON, 1938, p. 674 e 682). O principal argumento desenvolvido por Merton estipula que quando virtualmente todas as pessoas em uma dada sociedade são ensinadas a perseguir objetivos culturalmente prescritos como riqueza e sucesso ocupacional, o fato de nem todo mundo conseguir por meios institucionalmente estabelecidos alcançar estes objetivos por justamente não possuírem acesso a meios legítimos de ascensão, cria as condições para a chamada “gênese social” dos variados tipos de comportamento desviante (MERTON, 1938, p. 676-677).

Segundo Merton (1938, p. 677), a conformidade quanto aos meios e objetivos culturais é a característica essencial e mais difundida das sociedades. Ou seja, o comportamento convencional orientado aos valores básicos do grupo é a regras no lugar da exceção. Em sua tipologia do comportamento desviante, Merton (1938, p. 676-678) distingue cinco tipos de ordem social que constituem padrões distintos de relação entre meios culturais e objetivos culturais:

- I. Conformidade: os conformistas têm acesso aos objetivos aprovados pela sociedade e aos meios legítimos para alcançá-los;
- II. Inovação: inovadores têm atitude positiva quanto aos objetivos, mas negativa quanto aos meios para alcançá-los. É nesta categoria, por exemplo, que reside o crime;
- III. Ritualismo: os ritualistas não apresentam conformidade com os objetivos estipulados pela sociedade, porém permanecem fortemente comprometidos com meios legítimos;
- IV. Retirada: rejeitam tantos os objetivos quanto os meios legítimos para alcançá-los;
- V. Rebelião: os rebeldes são aquelas pessoas que rejeitam tantos os meios quanto os objetivos culturalmente inseridos na ordem social, e os substituem por suas próprias práticas.

Onde há conformidade, há igualmente estabilidade e continuidade. Os momentos de ruptura ocorrem quando há a deturpação da ordem social por meio da quebra da matriz emocional que sustenta a vida em sociedade. A ênfase excessiva na acumulação da riqueza como símbolo de sucesso, na perspectiva de Merton (1938, p. 675-676), pode estar exercendo força contrária ao controle efetivo dos modos de aquisição de fortuna regulados institucionalmente. O resultado são comportamentos desviantes como fraude, corrupção, vício, crime, os quais assumem proeminência quando a ênfase no sucesso cultural ocorre divorciada da sua respectiva coordenação institucional.

Esta incompatibilidade cultural acontece, por um lado, quando as expectativas da sociedade requerem que as pessoas orientem sua conduta na direção da perspectiva da acumulação da riqueza e, por outro, quando lhes é negada oportunidades efetivas para institucionalmente fazê-lo. A consequência dessa inconsistência estrutural é o desenvolvimento de personalidades psicopatológicas, a conduta antissocial e as atividades revolucionárias (MERTON, 1938, p. 679).

Esta “má integração cultural” é especialmente verdadeira quando ressaltado o problema da pobreza. De acordo com Merton (1938, p. 680-681) há uma correlação entre o crime e a pobreza. Porém, a pobreza não é uma variável isolada, mas um dos fatores

pertencentes a uma complexa e interdependente rede de variáveis socioculturais. Uma consequência da pobreza é a limitação das oportunidades, mas isto por si só não é condição suficiente para o comportamento criminoso. Tal comportamento somente ocorre quando a pobreza coexiste com desvantagens competitivas para obtenção de valores culturais aprovados por todos os membros da sociedade. Ou seja, para que haja crime é preciso que haja igualmente, além da pobreza, oportunidades limitadas e um sistema compartilhado de símbolos de sucesso. Logo, a expressão “os fins justificam os meios” é um problema que reflete a falta de coordenação cultural na sociedade.

Portanto, enquanto Durkheim atribui a anomia à quebra ou desregulação das normas em uma dada sociedade, de modo a desabilitar o controle do comportamento, para Merton a anomia consiste na discrepância entre objetivos culturalmente aceitos e meios legitimamente institucionalizados para alcançá-los. Para Durkheim, a anomia é resultado de situações de crise na sociedade, especialmente associadas à instabilidade econômica. Já Merton vê a anomia como consequência de uma discrepância relativamente constante da sociedade norte americana quanto a sua ênfase excessiva no sucesso orientado para realização de objetivos e a sua falha em prover igualdade de oportunidades.

2.3 O caso haitiano

2.3.1 A conjuntura haitiana

O Haiti é um pequeno país de 27.750 Km², território equivalente ao Estado de Alagoas, situado na região do Caribe. O nome Haiti advém do *créole Ayiti* e significa terra das montanhas. O território haitiano ocupa aproximadamente $\frac{1}{3}$ dos 75.000 Km² da Ilha de *Hispaniola*, sendo que os $\frac{2}{3}$ remanescentes correspondem ao país vizinho, à República Dominicana que ocupa o leste da ilha. A população do Haiti, estimada em 10,46 milhões em 2014, é majoritariamente composta por negros.⁸

O Haiti foi o primeiro e único Estado independente a ser constituído por uma revolução de escravos negros, sendo a única república negra das Américas e a segunda mais antiga precedida apenas pelos EUA. Ainda assim, é um dos países mais pobres e de

⁸ Fonte: World Bank, World Development Indicators. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/haiti>. Acessado em: 8 de setembro de 2014.

menor desenvolvimento humano do mundo, ocupando o 168º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que agrega 187 países e territórios em 2014⁹.

Do Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 7.843.484.458 em 2012¹⁰, deriva uma renda anual per capita estimada em US\$ 725 em 2011. Quase a metade da população haitiana vive com menos de US\$ 1 por dia e aproximadamente 80% vive com menos de US\$ 2 dólares por dia¹¹. A estrutura econômica do país é altamente dependente do financiamento externo na forma de empréstimos de modo a comprometer grande parte do PIB com o endividamento.

A composição populacional é basicamente de jovens. Estimativas de 2012 indicam que dos 10 milhões de habitantes cerca de 31,1% têm menos de 15 anos¹². Adicionalmente, em 2013 o PNUD revela que a expectativa de vida era de 62,4 anos¹³. A população economicamente ativa total em 2012 compreendia cerca de 3,946 milhões de pessoas¹⁴, sendo que mais da metade, cerca de 2,3 milhões de pessoas, estavam no setor agrícola¹⁵. Apesar de haver grande concentração urbana na capital Porto Príncipe (2,207 milhões de pessoas em 2011¹⁶) e em grandes cidades como *Carrefour* e *Delmas*, a maior parte da população, cerca de 60%, vive na zona rural.

Estimativas revelam que a produção agrícola nacional não é suficiente para cobrir as necessidades alimentícias da maior parcela da população. Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no período compreendido entre 2005 e 2007 informam que 57% da população haitiana sofre de desnutrição. A insegurança alimentar é classificada pela FAO como alarmante e atinge grande parte das famílias

⁹ Fonte: UNDP. International Human Development Indicators. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>. Acessado em: 8 de setembro de 2013.

¹⁰ Fonte: World Bank, World Development Indicators. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>. Acessado em: 21 de novembro de 2013.

¹¹ Fonte: World Development Bank, Haiti Overview. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Acessado em: 21 de novembro de 2013.

¹² Fonte: United Nations Statistics Division. Disponível em: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Haiti>. Acessado em: 21 de novembro de 2013.

¹³ Fonte: UNDP. Explanatory note on 2013 HDR composite indices. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/images/explanations/HTI.pdf>. Acessado em: 21 de novembro de 2013.

¹⁴ Fonte: FAO, AQUASTAT. Disponível em: <http://knoema.com/FAOAQST2013/fao-aquastat-2013?tsId=1073420>. Acessado em: 21 de novembro de 2013.

¹⁵ Fonte: FAO Stat. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/550/default.aspx#ancor>. Acessado em: 06 de novembro de 2011.

¹⁶ Fonte: UN Data: <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Haiti>. Acessado em: 21 de novembro de 2013.

também afetadas pelo surto de cólera e por furacões como o Tomas e o Sandy que fizeram milhares de vítimas¹⁷.

O cenário ambiental é também de extrema gravidade. Profundos desequilíbrios entre os ambientes natural e humano são agravados pela situação de pobreza extrema, pela prevalência de uma economia de subsistência e pela situação geográfica, geológica, geomorfológica e climática que deixam o país exposto a uma ampla gama de fenômenos naturais perigosos. Igualmente importantes são as dificuldades do Governo em assegurar eficiência e viabilidade em relação à gestão dos recursos e do território, dos riscos e desastres, além da poluição ambiental, tanto nas cidades quanto no meio rural¹⁸.

Em 12 de janeiro de 2010, um deslocamento das placas tectônicas do Caribe e da América do Norte durante a tarde resultou em um forte terremoto cujo epicentro foi localizado na costa haitiana a aproximadamente 25 km de Porto Príncipe. Após uma série de tremores menores, um segundo terremoto igualmente forte e um pouco mais distante, a cerca de 59 km a oeste de Porto Príncipe, atingiu novamente o Haiti. A proximidade de áreas densamente povoadas e vulneráveis aliada à fragilidade das construções e a magnitude dos tremores resultaram em um nível sem precedentes de danos. O impacto foi sentido em todo o país, mas os departamentos mais afetados se localizam no oeste e no sudoeste. Os principais centros urbanos que entraram em colapso com o tremor foram Porto Príncipe, *Cité Soleil, Delmas, Jacmel, Leogane, Gressier, Grand-Goave, Petit-Goave, Carrefour, Petionville, Vallée de Jacmel, Tabarre, Miragoane, Ganthier, Kenscoff e Tomazeau* (UNEP, 2010, p. 10).

Os problemas de infraestrutura foram ainda mais agravados. Em consequência do terremoto, cerca de 105 mil casas foram completamente destruídas e mais de 208 mil outras residências foram danificadas. Adicionalmente, por volta de 1.300 instituições de ensino e mais de 50 hospitais e centros de saúde desabaram ou foram inutilizados. Os resultados da análise conjunta entre *UNOSAT-JRC-World Bank/Image Cat* mostram que mais de 90 mil edifícios foram parcialmente ou completamente destruídos. Isso representa pouco menos de um terço do número total de edifícios presentes nas áreas afetadas. A capital Porto Príncipe foi a região mais atingida, mas muitos edifícios também foram

¹⁷ Fonte: FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/014/am577e/am577e00.pdf>. Acessado em: 6 de novembro de 2011.

¹⁸ United Nations Environment Programme (UNEP). **GEO Haiti: State of the Environment Report**, 2010, p. 11-12.

destruídos nas cidades de *Carrefour*, *Delmas*, *Leogane* e *Pétion-Ville*. O Palácio Presidencial, o Parlamento, o Palácio da Justiça e a maioria dos edifícios da administração pública também foram total ou parcialmente danificados (UNEP, 2010, p. 11-13).

Estimativas do subsetor da habitação das Nações Unidas revelam danos em torno de US\$ 2,333 bilhões. O valor total de perdas e danos causados pelo terremoto é estimado em US\$ 7,863 bilhões, o equivalente a pouco mais de 120% do PIB do Haiti em 2009. O setor privado respondeu pela maior parte das perdas e danos com US\$ 5,491 bilhões (ou 70% do total), enquanto o setor público foi assolado com perdas e danos em torno de US\$ 2,374 bilhões (ou 30%) (UNEP, 2010, p. 12-13).

Dados da Organização Internacional de Defesa Civil estimam que 3 milhões de pessoas foram afetadas pelo terremoto, das quais 1,5 milhões (ou 15% da população do país) foram diretamente afetadas. Números da CEPAL indicam que 222 mil pessoas perderam a vida, 311 mil ficaram feridas e 869 estão desaparecidas. Quase 1,3 milhões vivem, atualmente, em campos de emergência e abrigos temporários na área metropolitana de Porto Príncipe. Estima-se que mais de 500 mil pessoas deixaram Porto Príncipe com o objetivo de encontrar abrigo em outras regiões do país (UNEP, 2010, p. 11).

As consequências do terremoto de janeiro de 2010 são apenas mais um capítulo da densa e complexa história haitiana. A instabilidade política, outro traço marcante da trajetória do país, tem origem na revolta dos escravos iniciada em 1791 que culminou com uma sangrenta guerra contra a França de Napoleão que havia transformado o Haiti na “Pérola das Antilhas” graças à exportação de açúcar, cacau e café. Desde o período colonial e principalmente após a independência em 1804 a conformação da sociedade haitiana passou a dividir-se basicamente em dois polos que nunca chegaram a se associar: a elite econômica, integrada pela minoria mulata, oficiais militares e comerciantes, e a camada pobre da população, constituída fundamentalmente por negros.

No período que imediatamente sucedeu os treze anos de sangrentas lutas pela independência entre 1791 e 1804, negros e mulatos, unidos em determinados momentos na causa comum contra os europeus, passaram a hostilizar-se numa forma *sui generis* de racismo medido nem tanto pelos preceitos raciais e culturais, mas pelas ambições de cada grupo de exercer o controle político do Estado emergente (CÂMARA, 1996, p. 50). A estabilidade, no entanto, foi curiosamente alcançada com o governo de François Duvalier eleito democraticamente em 1957 no primeiro sufrágio realizado no país.

Contudo, em plena Guerra Fria, o *Papa Doc*, como Duvalier era reconhecido pela maioria negra da população, abandonou sua plataforma reconciliadora de pluralismo ideológico e político, fechou sindicatos e mergulhou novamente o país em uma espiral de violência garantida à força por sua milícia pessoal, os “voluntários da segurança nacional” ou *tontons macoutes*, como eram conhecidos. O fim da ditadura Duvalier que contou ainda com o governo de Jean-Claude, o *Baby Doc*, “coincidiu” com o fim da Guerra Fria e com o processo de transição democrática na maior parte dos países latino-americanos.

Porém, o processo de transição democrática no Haiti foi abruptamente interrompido por sucessivos golpes militares ao longo dos anos 1990, suscitando intervenções por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da própria Organização das Nações Unidas (ONU), além de países como o Canadá, os Estados Unidos (EUA) e a França, sem contudo resultarem em soluções duradouras e sustentáveis para os dilemas da sociedade haitiana. A MINUSTAH, uma das missões de paz da ONU de maior duração e emprego de pessoal, é também uma das missões que mais inovou em termos da discricionariedade quanto ao uso da força em situações que envolvem questões eminentemente domésticas dos Estados membros da ONU.

As intervenções da comunidade internacional no Haiti, além da participação de organizações haitianas, envolvem uma pluralidade de atores que empregam diferentes abordagens e estratégias. O envolvimento do Governo brasileiro é amplo e duradouro, perfazendo ações multissetoriais que têm contado com a aquiescência dos Governos haitianos para sua execução. Soluções duradouras para os dilemas estruturais da sociedade haitiana são um objetivo comum para todas as organizações e governos envolvidos.

2.3.2 *Gangues haitianas: anomia e comportamento desviante*

A história do Haiti, bem como as origens sócio estruturais da crise que o país vivencia desde a malograda transição democrática, encontram-se descritas em duas importantes referências: *The Prophet and Power* de Alex Dupuy (2007) e *Haiti: The Aftershocks of History* de Laurent Dubois (2012). A vivência sociopolítica, os dilemas da economia e a cooperação e intervenção da comunidade internacional são elementos que costumam ser atribuídos ao processo histórico que, de maneira geral, resultou na crônica crise haitiana. Existem, porém, poucas referências publicadas que tenham construído dados

sobre as gangues haitianas. A presente tese apoia-se nos estudos de Athena Kolbe (2013), David Becker (2011) e Robert Muggah (2010), Dziedzic e Perito (2008).

Os dados conjunturais do Haiti mostram uma sociedade convulsionada em seus problemas econômicos, políticos e sociais. Essa má integração cultural, conforme argumenta Merton (1938), tem relação com as constantes convulsões sociais e o crime. A simples perspectiva de progresso individual que impulsiona a vida em sociedade praticamente inexistente na sociedade haitiana em função da carência de oportunidades institucionais. Como consequência, tem-se instabilidade social e tendências de comportamento patológico e antissocial por parte de muitos indivíduos e suas instâncias de representação.

De acordo com Merton (1938, p. 680-681), há uma correlação entre o crime e a pobreza. Uma consequência da pobreza é a limitação das oportunidades. Apesar de não haver uma causalidade simples que ligue a pobreza e a exclusão social à violência armada nos grandes centros urbanos, no Haiti, assim como no Brasil, percebe-se uma associação entre esses três fatores (pobreza, exclusão social e violência) que se reforçam mutuamente de modo a constituir um círculo vicioso de difícil solução. Enquanto cada forma de violência tem sua repercussão local, há igualmente fatores nacionais e globais da sociedade haitiana que permitem a utilização do conceito de anomia como explicação macrossociológica do problema das gangues.

No caso haitiano, o processo de transição democrática iniciado no final dos 1980 não consolidou as estruturas estatais de amparo dos anseios e necessidades do povo. Pelo contrário, a anomia nesse contexto consiste na instabilidade resultante da quebra da ordem regulatória que assegura as normas de convivência na sociedade. Desde a queda da ditadura Duvalier diversas facções das elites locais têm competido pela primazia na gestão do Estado sem, contudo, garantir que essa estrutura proporcione amparo legal e social às necessidades dos cidadãos.

Em 2005, a despeito da presença da MINUSTAH, conforme esclarece o *International Crisis Group* (ICG, 2005, n. 13), a sociedade haitiana apresentava-se profundamente polarizada. O colapso da autoridade do Estado e das instituições estatais ao longo da década anterior abriu caminho para o surgimento de grupos violentos assentados em conflitos sociais e lutas políticas, mas também de cunho apolítico como quadrilhas de traficantes e sequestradores. Subjacente a essa violência observa-se a falta de

comprometimento das elites políticas em organizar uma resposta sincera e sustentável à crônica pobreza, privação e exclusão social que colocam a população haitiana em situação de risco. Passada uma década desde a intervenção da MINUSTAH, os desafios da sociedade haitiana, apesar da melhora na situação da segurança, permanecem: revitalização social e econômica, solução para o problema ambiental, emprego, serviços sociais e processo eleitoral confiável.

Por um lado, o Haiti carece de instituições que proporcionem igualdade de oportunidades para ascensão social ou mesmo a simples garantia de direitos, conforme argumenta Merton (1938). Por outro, assim como argumenta Durkheim (1999, 2000), a ausência de interações “normais” entre as instituições do Estado haitiano e a população ao longo do tempo não permite que regras de convivência sejam erigidas, resultando na desregulação e conseqüente estado de anomia. Quebrar esse paradigma disfuncional é uma tarefa complexa que depende da cooperação entre o Governo e instituições haitianas e a comunidade internacional.

Nesse contexto, a anomia do setor de segurança é um fator de conseqüência prolongada em função do colapso da ordem política. Sem uma liderança referendada pela população, a reforma das instituições haitianas continua sendo postergada. Segundo Dziedzic e Perito (2008, p. 2), mesmo antes do terremoto de janeiro de 2010, o sistema judicial haitiano apresentava-se como inoperante e com estruturas penais antiquadas, ou seja, sem condições para fazer frente à pressão das gangues. Além disso, a única força de segurança do país, a Polícia Nacional Haitiana (PNH) apresenta déficit de efetivos e equipamentos, além de ser foco da desconfiança da população em função do seu legado de corrupção e implicação com o problema das gangues.

De acordo com Dziedzic e Perito (2008, p. 2), apesar de serem presumidamente criminais por natureza, no Haiti as gangues são um fenômeno inerentemente político. As elites poderosas de todo o espectro político, do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide à burguesia, têm explorado as gangues como instrumentos de guerra política, fornecendo armas, financiamento e proteção contra a detenção. Ideologicamente associado às demandas sociais dos pobres haitianos, o Governo de Jean-Bertrand Aristide e muitos dos seus correligionários viram nas gangues a possibilidade de arregimentar uma oposição armada à pressão exercida por ex-militares (as forças armadas haitianas foram

desmobilizadas ao longo da década de 1990) e por serviços de segurança privada financiados pelas elites econômicas e sociais.

Conhecidos como *chimères* esses grupos armados, durante o segundo governo de Aristide, emergiam das favelas para silenciar opositores políticos e pressionar a população. Com a segunda deposição de Aristide, essas gangues capturaram o controle de várias favelas como *Cité Soleil* e *Bel Air*, convertendo-as nas principais fontes de insegurança para a capital. Na ausência de um fiador, os *chimères* e demais grupos armados agenciam seguidores, promovem obras de impacto social junto à população e vendem seus serviços a políticos corruptos, empresários ou a quem pagar mais.

Na perspectiva de Dziedzic e Perito (2008, p. 2), os *chimères* foram apenas a manifestação mais recente da prática haitiana de criação de grupos paramilitares para servir como um contrapeso às forças de segurança dos governos na luta pelo controle da população. Durante seu longo e brutal governo, François “*Papa Doc*” Duvalier criou o *Tontons Macoutes*, uma força paramilitar leal de bandidos armados a quem foi dada imunidade completa e permissão para assassinar, estuprar e perseguir opositores políticos do regime. Duvalier usou aquele grupo para anular quaisquer desafios à sua autoridade por parte dos militares do Haiti e para intimidar e aterrorizar a população. De maneira similar, após o golpe de Estado que removeu Aristide do poder, em 1991, os militares do Haiti e seus aliados políticos de direita, criaram os *attaches*, um grupo de bandidos responsável pelo assassinato do Ministro da Justiça haitiano Guy Malary e outros partidários de Aristide.

Segundo Kolbe (2013, p. 4) estes são os principais grupos armados que recentemente atuam no Haiti:

- **Gangues urbanas:** tais como *Baz Labanye*, *Lame Ti Machete*, *Bois Neuf*, *Armee Sans Tete*, *Baze Solino* e *Rat*. Grupos pequenos e geograficamente isolados compostos principalmente de jovens nas zonas urbanas populares. Tais grupos podem ou não ser politicamente motivados e muitas vezes são apoiados financeiramente por empresários. Eles costumam se envolver em crimes de pequena escala, incluindo a violência contra aqueles percebidos como uma ameaça à sua vizinhança, extorsão de empresas locais ou de comerciantes de rua, e a venda local de contrabando. Gangues urbanas costumam fornecer

serviços sociais para os moradores, incluindo assistência com cuidados médicos e custos de enterro, pagando propinas para as crianças desfavorecidas, coleta de lixo, reparo em casas, e a organização de eventos sociais e musicais.

- **Ex-militares (ex-FADH – *Forces Armées d'Haïti*):** reúne grupos como o *Front pour la Libération et la Reconstruction Nationale*, o *Revolutionary Artbonite Resistance Front*, o *Gonaives Resistance Front/Cannibal Army*, o *Lambi 12 Grand Saline* e o *Group Zero*. Esses grupos costumam reunir de dezenas a algumas centenas de indivíduos em cada localização. Além disso, tais grupos são coordenados em nível nacional, sendo liderados por ex-militares. Recentemente, grupos de ex-FADH ocuparam antigas bases militares e outras propriedades do governo em todo o país para operar programas de treinamento para novos recrutas. Novos membros são considerados recrutas. Eles têm armas de acesso e podem avançar para posições de liderança. Segundo Kolbe (2013), apesar de raro, ocasionalmente gangues urbanas armadas se juntaram a grupos insurgentes maiores. Por exemplo, o *Cannibal Army*, uma gangue urbana da zona popular de *Raboteau* na cidade de *Gonaives*, fez uma aliança pública com os grupos de ex-FADH, e se juntaram à insurgência contra o governo eleito do Haiti para auxiliar na derrubada do presidente Aristide em 2004. A gangue rapidamente adotou atividade criminosa em meados de 2004 e já não se encontra mais associada aos ex-militares.
- **Milícias privadas:** Compostas principalmente de homens que trabalham para as empresas de segurança privada, esses grupos se identificam com aqueles que os contratam e, assim, muitas vezes não têm nomes próprios e um senso de identidade de grupo. Milícias privadas podem envolver-se em atividades criminosas, incluindo o tráfico, a extorsão e a perseguição sindical. Apesar disso, muitas limitam suas atividades a prestação de segurança, a qual é semelhante (embora mais extensa) à segurança fornecida por empresas de segurança privada. Membros são considerados como empregados, os quais têm acesso a armas e, ocasionalmente, avançam em posições de liderança.

- **Redes criminais:** também não costumam ser identificadas por um nome particular. As redes criminosas têm amplitude regional ou nacional e frequentemente estão associadas a famílias ricas e poderosas. Tais grupos se envolvem tanto em negócios legais como ilegais, incluindo importação/exportação, o tráfico de armas, drogas e pessoas, a loteria, o empréstimo de dinheiro, os esquemas de proteção e lavagem de dinheiro. Membros são considerados como empregados. Apesar de terem acesso a armas, o avanço em posições de liderança parece ocorrer em função de laços familiares.

Para Kolbe (2013, p. 3), apesar da comunidade internacional definir as gangues como grupos urbanos armados, para a população haitiana tratam-se de “associações políticas”, “grupos comunitários” ou simplesmente “*bases*”. Todavia, a unidade especializada da política haitiana para lidar com esses grupos é chamada de “unidade anti-gangue”. Segundo Becker (2011, p. 141), as gangues costumam usufruir algumas vezes do apoio da população que os consideram como defensores de um governo abusivo em termos da sua segurança policial. As gangues, nesse contexto, são unidades autossuficientes que crescem quando não confrontadas, especialmente dentro do ambiente permissivo de um Estado fraco.

Segundo Becker (2011, p. 139-140), as gangues haitianas operam dentro de um conjunto básico de regras: funcionam como “empreendedoras da violência”, aproveitando a instabilidade política para ganhar dinheiro e poder, e por meio desse processo recrutar mais adeptos. Estes, por conseguinte, podem até mesmo incluir benfeitores políticos que reconhecem nas gangues a capacidade de mobilizar votos ou obstruir o processo eleitoral. A trajetória evolutiva das gangues no Haiti seguiu uma progressão relativamente linear. As gangues agem para defender seu espaço e para que possam atuar com impunidade. Uma vez estabelecidas em uma zona, conformam uma base para ampliar suas atividades, especialmente sequestros. Esses grupos consolidaram sua autoridade com facilidade, pois desde muito cedo reconheceram as necessidades do povo haitiano ao constituírem uma rede de apoio social para seus membros. Além disso, há poucas alternativas aos jovens haitianos desempregados que encontram nesses grupos uma forma de subsistência.

Dados elaborados por Kolbe (2013, p. 5-6) revelam que a faixa etária dos jovens envolvidos com gangues está em torno dos 22 anos, sendo mais de 95% do sexo masculino.

Normalmente esses jovens têm apenas cerca de sete anos de escolaridade, tendo vivenciado situações de violência intrafamiliar (48,72%) ou sido vítima de crime violento perpetrado por membros fora da família (38,7%). Dentre as razões que alegam para se reunirem a esses grupos armados, 28,8% pensam que estão servindo à comunidade e 31,6% revelam que desejam melhorar sua vida. Para a autora (2013, p. 8), períodos de crise política estão frequentemente associados ao aumento do crime de maneira geral. A exceção é a região de *Bel Air* (incluindo *Delmas 2*) onde as tropas brasileiras desempenharam papel decisivo na pacificação.

De acordo com Muggah (2010, p. s446-s447), embora persistam os principais desafios da estabilização e crises episódicas de violência, incluindo alguns incidentes polêmicos atribuídos à própria MINUSTAH, a situação da segurança apresenta sensível melhora, particularmente desde 2007. Pesquisa realizada junto a 1.800 famílias haitianas em 2009 detectou uma redução significativa dos principais indicadores de violência armada (assassinatos e violência física e sexual) em áreas anteriormente designadas como “*red zones*” (*Martissant/Grab Ravine, Cité Soleil e Bel Air*) desde o início das atividades robustas de confrontação das gangues por parte da MINUSTAH.

Até 2007 eram consideráveis as críticas à chamada “ocupação do Haiti” pela MINUSTAH e governos ocidentais. Esta preocupação aumentou após uma série de ações de grande porte realizadas em favelas da capital em busca de criminosos fugitivos conhecidos e narcotraficantes. Críticos dessas ações argumentaram que se tratava de operações que perseguiram civis e apoiadores do ex-Presidente Aristide. Porém, a ênfase principal das operações realizadas a partir de 2004 tem sido a contenção e redução da violência armada no país. Tal objetivo tem sido perseguido por meios convencionais como o investimento em mecanismos formais de aplicação das leis, incluindo reformas judiciais, policiais e penais (MUGGAH, 2010, p. s446-s447).

Além das iniciativas para reforma do setor de segurança, treinamento e aparelhamento da polícia haitiana, a contenção da violência tem sido realizada de maneira proativa no nível das comunidades e vizinhanças por meio de atividades de estabilização local em centros urbanos marcados pela violência. Essas iniciativas realizadas no nível local tornaram-se cada vez mais proeminentes na sequência das chamadas “operações de pacificação” realizadas pelas forças de paz da MINUSTAH entre 2004 e 2007 nas grandes favelas urbanas, especificamente em *Bel Air, Cité Soleil e Martissant*. Segundo avalia

Muggah (2010, p. s447), depois de um curto período de tempo, parece que a violência interpessoal começou a diminuir substancialmente, apresentando dividendos de segurança no nível local em termos da diminuição do número de mortes, assaltos e percepção da insegurança. A percepção de melhoria da situação de segurança persistiu mesmo após os terremotos de janeiro de 2010, conforme comprovam pesquisas realizadas junto a famílias haitianas em março de 2010.

Por fim, é importante acrescentar que a melhora geral na percepção de segurança por parte da população pode estar refletida na renovada aceitação do povo haitiano pelas forças de segurança do Estado. A efetividade das instituições e das relações do povo com o Estado são objeto do empreendimento de estabilização promovido pela comunidade internacional no Haiti. Porém, se a anomia persistir, a tendência é que a sociedade haitiana crie vínculos disfuncionais com seus parceiros internacionais tornando-se dependente das ações da MINUSTAH, promovendo-se a deturpação da ordem social a cada período eleitoral. A instabilidade do processo eleitoral demanda atenção continuada. Todavia, oficiais do Exército brasileiro que atuaram na MINUSTAH até 2014 declaram em conversas informais que é chegada a hora para retirada das forças de paz da ONU do Haiti.

Tal posicionamento encontra ressonância na política das Nações Unidas para o Haiti, uma vez que desde outubro de 2012 a ONU vem promovendo a redução do contingente militar da MINUSTAH. Entre outubro de 2012 e outubro de 2013 o efetivo militar foi reduzido de 6.270 homens e mulheres para 5.021 agentes. Em 18 de março de 2015, o CSNU autorizou nova redução do efetivo militar desta vez para 2.370 agentes a partir de junho de 2015. Segundo Olívia Freitas, enviada especial da Folha de São Paulo ao Haiti, a decisão do CSNU de reduzir em 53% o componente militar da missão, provoca receio de que nas eleições programadas para o segundo semestre de 2015 a violência volte a tomar as ruas do país. Segundo a jornalista, há uma estratégia por parte da ONU de encerrar sua participação militar no Haiti¹⁹.

As estratégias da ONU para retirada das forças militares internacionais do Haiti são apresentadas no capítulo 7, o qual aborda a experiência operacional dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. De maneira geral, o processo de redução do efetivo da ONU mostra que a missão como um todo tem sido bem-sucedida na garantia do ambiente seguro e estável e na promoção do fortalecimento das instituições do Estado haitiano.

¹⁹ Fonte: (19/04/2015) <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/04/1618518-reducao-de-tropas-da-onu-no-haiti-pre-eleicoes-preocupa-brasileiros.shtml>. Acessado em: 9 de setembro de 2015.

A anomia é uma disfunção social que precisa ser tratada por meio, por exemplo, do incentivo ao estabelecimento de relações sociais bem ordenadas que ao longo do tempo possam servir de fundamento ou edificar instituições que atendam aos anseios de ascensão e progresso social. A estabilidade almejada passa, portanto, por iniciativas capazes de promover atitudes propensas ao desenvolvimento sócio-político e econômico da nação. As atividades das tropas brasileiras no âmbito da MINUSTAH têm incentivado mudanças de atitudes da população com relação às gangues, dando apoio e fortalecendo as instituições haitianas. Trata-se de uma ação pioneira no âmbito das missões de paz das Nações Unidas que é analisada de forma mais detalhada nos capítulos 6 e 7 da presente tese.

As operações de manutenção da paz como a MINUSTAH são altamente complexas, pois envolvem uma ampla gama de atores e de tarefas. No capítulo seguinte é realizada uma exposição mais detalhada sobre os aspectos conceituais e teóricos que envolvem as missões de paz das Nações Unidas.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS QUANTO ÀS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ONU

Apesar da literatura sobre as operações de manutenção da paz (OMP) ter crescido significativamente principalmente a partir dos anos 1990, quando houve aumento do número de intervenções realizadas pelas ONU, são poucos os estudos que analisam as OMPs com base em referências teóricas. A seguir, são apresentadas algumas das principais considerações teóricas quanto às OMPs.

3.1 Definindo as operações de manutenção da paz

Existe uma pluralidade de definições na literatura internacional sobre as operações de manutenção da paz da ONU. O termo manutenção da paz ou “*peacekeeping*” por si só não explica qual é o tipo de operação que está sendo realizada. Ao longo dos anos 1990, a quantidade e variedade de intervenções realizadas pelas Nações Unidas fez com que muitos acadêmicos e profissionais da área passassem a qualificar as operações de manutenção da paz de modo a distingui-las segundo seu enfoque operacional. Logo, ao termo “*peacekeeping*” foram agregadas palavras como “*classical* ou *traditional*”, “*second generation*”, “*enforcement*”, “*making*”, “*building*”, entre outras.

Dentre as qualificações mais reconhecidas quanto às missões de paz da ONU, é importante destacar a classificação sugerida por Michael Doyle que distribui as operações de manutenção da paz da ONU segundo o tipo de atividade que executam²⁰ (DOYLE apud BURES, 2007, p. 409):

- **Primeira geração:** normalmente associada às primeiras intervenções realizadas pela ONU com base no Capítulo VI da Carta (e na sua interpretação conhecida por 6 ½), com operações de interposição de efetivos militares após a realização de uma trégua entre os beligerantes;

²⁰ É importante esclarecer que a classificação proposta por Doyle não tem necessariamente uma orientação cronológica. Ou seja, segundo o autor, a intervenção da ONU realizada entre 1960 e 1964 no Congo (ONUC) é um dos exemplos mais notórios quanto às operações de manutenção da paz de terceira geração.

- **Segunda geração:** operações que almejam a reconstrução política de Estados em crise, realizadas com base no consentimento das partes em conflito;
- **Terceira geração:** operações realizadas com base no Capítulo VII da Carta da ONU mobilizadas mesmo diante da ausência de consentimento entre partes em conflito.

Porém, conforme argumenta Kenkel (2013), com base em uma perspectiva mais atualizada e sensível aos desenvolvimentos práticos e teóricos do campo, é possível constatar a existência de pelo menos cinco gerações de operações de paz. Na primeira geração, conhecida como “manutenção da paz tradicional”, as missões costumam ser mobilizadas após uma trégua entre os beligerantes com o objetivo de constituir um ambiente propenso a resolução pacífica do conflito, normalmente por meio da interposição de forças entre os beligerantes. Outras atividades incluem monitoramento de fronteiras, verificação de zonas desmilitarizadas e criação de espaço político para negociação e mediação. Tais missões costumam ser reguladas pelo Capítulo VI da Carta e operam sob regras de engajamento bem restritivas, além de serem equipadas com armamentos leves.

As restrições impostas a esse tipo de missão cristalizaram três princípios fundamentais que guiam as operações de paz até hoje. São eles: 1) O consentimento da nação anfitriã; 2) A imparcialidade, ou seja, o tratamento igual e sem discriminação entre as facções em conflito; e 3) O não uso da força pelas tropas das Nações Unidas. O consentimento das partes é um pré-requisito para que se evite a violação do direito de não intervenção da nação anfitriã. Já a imparcialidade é necessária para que o funcionamento efetivo da missão seja assegurado em função da importância de se manter a credibilidade entre todas as partes envolvidas. Por fim, o não uso da força reflete a ideia de que as Nações Unidas não são uma parte no conflito, mas sim uma presença enviada para auxiliar na sua resolução.

Conforme esclarece Kenkel (2013, p. 127), apesar de na prática as forças da ONU terem que lidar com variados graus de consentimento e como consequência alcançarem sucesso limitado quanto ao critério da imparcialidade, as missões de paz até a atualidade fundamentam-se fortemente na noção da persuasão moral, ou seja, na ideia assentada parcialmente no etos da solução pacífica dos conflitos de que as partes conflagradas

tendem a se conformar com o mandato e a presença das Nações Unidas, conduzindo suas ações de maneira pacífica. Porém, uma crítica que se faz a este tipo de conduta é o fato de que os incentivos para paralisação do conflito possam na realidade dificultar sua solução, razão pela qual as Nações Unidas teriam expandido suas intervenções em termos de uma segunda geração de operações de paz.

A segunda geração de operações de paz acrescenta as chamadas tarefas civis como uma tentativa de criar condições que estimulem a resolução do conflito ao lidarem com suas causas subjacentes. Dentre as tarefas civis realizadas estão organização de eleições, desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), entrega de ajuda humanitária, promoção de direitos humanos, assistência a refugiados e construção de capacidades de governo. Uma ampliação de tais tarefas inclui, ainda, a mobilização de forças policiais, algo que vem se constituindo como um terceiro pilar das operações de paz.

Segundo Kenkel (2013, p. 127), as mudanças desencadeadas no cenário internacional pelo fim da Guerra Fria resultaram em profundas modificações na natureza e extensão das operações de paz. Paul Diehl (apud KENKEL, 2013, 127) divide essas mudanças em termos do incremento da oferta e da demanda por missões de paz. Por um lado, na perspectiva da demanda, o fim das guerras limitadas em território africano provocadas pelo conflito bipolar demandou crescente assistência da comunidade internacional nos processos de transição política. Adicionalmente, os chamados impulsos étnicos, anteriormente coibidos pelo conflito sistêmico, conduziram a guerras civis extremamente destrutivas no hemisfério norte por causa da desintegração dos regimes comunistas. Por outro lado, no campo da oferta, um melhor entendimento entre as superpotências com relação aos vetos às ações do Conselho de Segurança da ONU permitiu maior flexibilidade para que as intervenções fossem realizadas. Esse processo coincidiu com um aumento da sensibilidade da comunidade internacional quanto à sua responsabilidade de prover ajuda humanitária. Como consequência, no lugar de apenas paralisar os conflitos, as tarefas das missões de paz tornaram-se mais complexas.

Para Bellamy e Williams (apud KENKEL, 2013, p. 128), as missões de segunda geração possuem seis características que as distinguem de outras missões: 1) São realizadas em lugares onde a violência está em curso; 2) Ocorrem em um contexto de “novas guerras”, ou seja, no âmbito intra-estatal; 3) Empregam novas tarefas realizadas por civis; 4) Devem interagir com um crescente número de atores humanitários em

emergências complexas; 5) Normalmente têm seu mandato corrigido e/ou alterado; e 6) Sofrem de deficiência entre meios e objetivos.

Assim como as missões de primeira geração, essas operações são mobilizadas com base no capítulo VI da Carta e geralmente não apresentam modificações quanto às regras de engajamento. Ou seja, seu sucesso permanece dependente da persuasão moral por parte das Nações Unidas e da vontade das partes beligerantes. O descompasso com a realidade brutal dos conflitos impôs, no entanto, severas derrotas às incursões das Nações Unidas, o que engendrou modificações na configuração das missões principalmente no tocante ao uso da força.

A terceira geração de missões é caracterizada por operações de imposição da paz e pela ampliação da permissão quanto ao uso da força para impor os objetivos do mandato da missão, com base no Capítulo VII da Carta. Essa nova postura operacional adveio do reconhecimento de que a imparcialidade por parte das Nações Unidas resultava na inação diante de fragrantemente e severas atrocidades humanitárias perpetradas pelas facções em conflito. O impulso humanitário para as intervenções realizadas ao longo da década de 1990 suscitou debates quanto à relação entre os direitos humanos e o princípio da não intervenção. As dificuldades de alinhamento entre a necessidade de intervir e a soberania estatal sobre os assuntos domésticos resultaram em intensos debates e até em paralisia do Conselho de Segurança que em alguns casos, como o de Kosovo em 1999, inicialmente não autorizou a mobilização de tropas.

Por essa razão, as operações de paz de terceira geração costumam, no lugar de utilizar tropas secundadas pelas Nações Unidas, delegar o emprego de forças a organizações regionais ou a coalizões de Estados interessados com base no Capítulo VIII da Carta. Essas missões frequentemente possuem um mandato limitado e temporário que objetiva restaurar um ambiente capaz de receber ações empreendidas pelo componente civil da missão. Porém, o incremento quanto ao uso da força associado à crescente intrusão nos assuntos domésticos do país anfitrião pelo componente civil marca outra geração de operações de paz.

De acordo com Kenkel (2013, p. 132), a quarta geração de missões de paz consiste em operações de consolidação da paz robustas que combinam maior permissão quanto ao uso da força e tarefas civis ampliadas e mais intrusivas quanto à autonomia local. Essas missões costumam ser descritas pela literatura especializada e pelas doutrinas nacionais

como operações de apoio à paz. Tais operações de consolidação da paz constituem uma mudança sensível da lógica anterior de emprego de tropas por parte das Nações Unidas por intencionarem mudanças de atitude entre as partes conflagradas. A MINUSTAH, segundo Kenkel (2013, p. 133), é uma típica missão de paz de quarta geração.

Conforme argumente Paris (apud KENKEL, 2013, p. 133), o principal instrumento para as missões de consolidação de paz alcançarem seus objetivos envolve o duplo processo de institucionalização política e liberalização econômica. A institucionalização consiste no envolvimento externo direto no processo de organização das instituições de governo e a liberalização abre a economia local e garante seu acesso ao capital internacional. Além dessas tarefas, esse tipo de missão costuma envolver múltiplas organizações e agências governamentais e não governamentais, e a estabelecer como meta a solução das raízes dos conflitos pela força se necessário.

Por fim, ainda que de maneira incipiente, Kenkel (2013, p. 135) argumenta que o emprego de múltiplos atores e tarefas vem caracterizando o trabalho de uma quinta geração de missões híbridas. O hibridismo, nesse contexto, refere-se ao fato destas missões empregarem tanto tropas quanto forças policiais sob comando misto, com as Nações Unidas e organizações regionais secundando forças à mesma missão, mas sob cadeias de comando separadas e mandatos distintos.

Segundo Bellamy, Williams e Griffin (2010, p. 30-39), a manutenção da paz envolve duas concepções distintas da política mundial, cada qual fundamentada em uma imagem discreta da chamada paz liberal. De acordo com os autores (p. 23-25), a teoria da paz liberal é a mais influente para o estudo das operações de manutenção da paz da ONU. No nível interestatal, a paz liberal baseia-se na observação de que Estados democráticos não declaram guerra contra Estados que também sejam governados por regimes democráticos. Isso não implica em dizer que Estados democráticos não entrem em guerra, mas que tendem a não se envolverem em conflagrações uns contra os outros. Além disso, sociedades governadas por regimes democráticos estão menos sujeitas a se desmembrar por meio de guerra civil ou da anarquia.

Logo, com base nos preceitos da paz liberal, as operações de manutenção da paz podem ser classificadas como vestfálicas e pós-vestfálicas (BELLAMY, WILLIAMS E GRIFFIN, 2010, p. 13). Segundo Adam Watson (1992), o sistema político internacional tem origem no processo europeu de legitimação de Estados independentes a partir do

Tratado de Vestfália (1648). Além do incentivo à codificação das normas e práticas internacionais, Vestfália consagrou a autoridade central do Estado sobre seus assuntos domésticos e internacionais. O respeito mútuo da soberania e a não intervenção nos assuntos domésticos entre os Estados são princípios constitutivos do sistema político internacional e estão consagrados na Carta das Nações Unidas.

De acordo com a acepção vestfaliana para o estudo das operações de manutenção da paz, a paz é alcançada por meio da criação de espaço político e de instituições para que os Estados resolvam suas diferenças com base no consentimento e na cooperação. Ou seja, o que acontece no âmbito intra-estatal não é um problema para os *peacekeepers*, a não ser que os países anfitriões os convidem. No entanto, outras perspectivas analíticas consideram que a ordem vestfaliana está em colapso. Baseando-se na noção da “soberania como responsabilidade”²¹, os proponentes da perspectiva pós-vestfaliana advogam a realização de intervenções humanitárias para estabilização e reconstrução de sociedades em crise e/ou devastadas pela guerra, com ou sem consentimento dos respectivos governos.

Segundo Bellamy, Williams e Griffin (2010), as missões de paz realizadas com base em preceitos vestfalianos concentram-se na execução de operações que: a) almejam criar espaço para solução política de disputas entre os Estados (*traditional peacekeeping*); b) objetivam auxiliar na execução de acordos políticos abrangentes entre as partes em conflito (*managing transition*). Já as missões pós-vestfalianas podem ser conduzidas de modo a impor a vontade do CSNU por meios militares ou através de sanções econômicas (*peace enforcement*). Além disso, tais operações podem igualmente compreender amplas tarefas humanitárias em contextos políticos marcados pela ativa violência ou por uma paz instável (*wider peacekeeping*). Finalmente, as missões pós-vestfalianas podem promover o estabelecimento de democracias liberais em sociedades devastadas pela guerra. Tais operações são geralmente multifacetadas (compostas por efetivos civis e militares) e

²¹ Implícita à noção da “soberania como responsabilidade” está a ideia que Estados soberanos somente gozam do direito à não intervenção enquanto respeitarem e protegerem os direitos dos seus cidadãos. Proponentes dessa noção vêm promovendo princípios norteadores para realização de intervenções humanitárias com base na chamada “Responsabilidade de Proteger” (*Responsibility to Protect – R2P*). De acordo com a R2P, cabe à comunidade internacional a responsabilidade de prevenir e de abordar tanto as causas estruturais como as causas imediatas que colocam as populações em risco, a responsabilidade de reagir e intervir em situações que envolvem necessidades humanitárias por meio de medidas não coercitivas e coercitivas, e a responsabilidade de reconstruir sociedades devastadas pela guerra, oferecendo assistência integral para reconciliação (CANADA, **Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty – ICISS, The Responsibility to Protect**, 2001).

empregam noções mais amplas e flexíveis quanto à necessidade de consentimento, imparcialidade e mínimo uso da força (*peace support operations*).

Observa-se, dessa maneira, que a inexistência de consenso conceitual e terminológico quanto às operações de manutenção da paz complica seu estudo, dificultando o processo de generalização necessário para construção de teorias. Segundo Van Evera (apud PARIS, 2000, p. 28), as teorias são declarações que descrevem e explicam causas ou efeitos de classes de fenômenos. No caso específico das missões de paz da ONU, são raros os estudos que desenvolvem argumentos teóricos. Nas seções seguintes são apresentadas algumas das principais contribuições teóricas para o estudo das operações de manutenção da paz da ONU.

3.2 Contribuições da abordagem dos estudos sobre resolução de conflitos

De acordo com Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011, p. 4), como campo distinto de estudo a resolução de conflitos iniciou-se nos anos 1950 e 1960. No calor da Guerra Fria, um grupo de pesquisadores de diferentes disciplinas observou a relevância de se estudar o conflito como um fenômeno geral, com propriedades similares independentemente de ocorrerem nas relações internacionais, na política doméstica, nas relações industriais, nas comunidades e famílias ou entre indivíduos. Com o passar dos anos, técnicas e modelos para resolução de conflitos tornaram-se difundidos e passaram a ser aplicados em várias situações no terreno, como em intervenções por parte das Nações Unidas. Dentre os modelos mais difundidos, encontra-se aquele proposto pelo sociólogo norueguês Johan Galtung.

3.2.1 Os modelos de Galtung acerca do conflito, da violência e da paz

Segundo Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011, p. 7-8), os conflitos são uma característica universal das sociedades. Os conflitos têm origem na diferenciação econômica, na mudança social, na formação cultural, em desenvolvimentos psicológicos e na organização política, áreas da convivência humana que possibilitam que partes tenham objetivos incompatíveis entre si. A identidade das partes em conflito, o nível em que este

conflito está sendo desenvolvido e o objeto de luta (recursos escassos, relações desiguais) podem variar ao longo do tempo e também podem em si serem objeto de disputa. Conforme observa Morton Deutsch (1949, 1973), existem conflitos destrutivos e construtivos. Enquanto os primeiros devem ser evitados, os segundos são um aspecto valioso e necessário da criatividade humana.

Johan Galtung, por exemplo, no final da década de 1960 (1969, 1996) propôs um modelo influente sobre a variação dos conflitos com base nos vértices de um triângulo cada qual representativo da “contradição”, da “atitude” e do “comportamento” (vide Esquema 1)²². Para Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011, p. 10), a contradição a que Galtung se refere versa a respeito da situação de conflito subjacente, que inclui a “incompatibilidade de objetivos” de fato ou percebida entre as partes em conflito, gerada pelo que Chris Mitchell (1981, p. 18) caracteriza como desencontro entre valores sociais e estrutura social.

Figura 1 – Os modelos de conflito, violência e paz de Galtung



²² No relatório “Uma Agenda para Paz” apresentado em junho de 1992, Boutros Boutros-Ghali assim define as categorias operacionais das missões de paz das Nações Unidas: a) **Diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*)**: implica em um conjunto de ações que almejem a contenção dos conflitos e evitem o surgimento de novas contendas entre os atores envolvidos; b) **Promoção da paz (*peacemaking*)**: é implementada com base no Capítulo VI da Carta em áreas onde já houve conflitos com o objetivo de levar as partes litigantes a um acordo; c) **Manutenção da paz (*peacekeeping*)**: envolve a mobilização de uma operação por parte da ONU com componentes civis, militares e policiais. Entre as condições para seu sucesso, Boutros-Ghali ressalta a necessidade de mandatos claros e exequíveis, a cooperação entre as partes para execução do mandato, o apoio contínuo do CSNU, a flexibilidade dos Estados em contribuir com especialistas e pessoal civil, militar e policial, o adequado apoio financeiro e logístico, e a eficiência na interação entre a cadeia de comando no terreno e o Secretariado das Nações Unidas; d) **Consolidação da paz (*peacebuilding*)**: compreende a execução de projetos para a reestruturação das instituições, da infraestrutura física e das atividades econômicas em regiões assoladas por conflitos; e) **Imposição da paz (*peace enforcement*)**: apesar de prevista no Relatório, foi motivo de controvérsia entre os Estados membros por expandir os preceitos clássicos da manutenção da paz. Nesse caso, o Relatório prevê a manutenção e a restauração da paz por meio do uso da força militar amparado no Capítulo VII da Carta e sem a necessidade da anuência das partes em conflito se os riscos operacionais de uma ação com base na “manutenção da paz” forem muito elevados.

Em um conflito simétrico a contradição é definida pelas partes, seus interesses e o choque de interesses entre as partes. Já o conflito assimétrico é definido pelas partes, seu relacionamento, e o conflito de interesses inerentes a este relacionamento. A atitude, neste contexto, inclui a percepção e a má percepção das partes quanto a si mesmas e com relação umas às outras. Tais atitudes podem ser positivas ou negativas. Porém, em conflitos violentos as partes tendem a desenvolver estereótipos degradantes entre si, sendo que as atitudes são frequentemente influenciadas por emoções tais como o medo, a raiva, a amargura e o ódio. As atitudes incorporam elementos emotivos (sentimentos), cognitivos (crenças), conativos (desejos e vontades).

Por fim, o comportamento como terceiro vértice da cadeia de conflitos de Galtung envolve cooperação ou coerção, gestos que significam conciliação ou hostilidade. O comportamento de conflito violento é caracterizado por ameaças, coerção e ataques destrutivos. Na perspectiva de Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011, p. 11), os analistas que enfatizam os aspectos objetivos de tais relacionamentos estruturais, interesses concorrentes ou comportamentos são tidos como proponentes de uma visão instrumental das fontes de conflito.

Conforme sintetizam os autores (2011, p. 11), o conflito na perspectiva de Galtung compreende um processo dinâmico no qual estrutura, atitudes e comportamento influenciam uns aos outros e se modificam constantemente. Todos os três elementos precisam estar presentes para que haja de fato conflito. Se qualquer um dos elementos estiver ausente, o conflito torna-se latente ou estrutural como no caso de existir uma estrutura de conflito na ausência de atitudes ou comportamento. Nesse contexto, a solução do conflito demanda um conjunto de mudanças que implicam no desestímulo ao comportamento conflituoso, uma modificação das atitudes e a transformação dos relacionamentos ou choque de interesses que estão no centro da estrutura do conflito.

Segundo Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011, p. 11), uma ideia associada às teses de Galtung (1990) corresponde à distinção entre violência direta (crianças são assassinadas), violência estrutural (crianças morrem por causa da pobreza) e violência cultural (tudo aquilo que nos cega para este problema ou contribui para justificá-lo). A violência direta pode ser encerrada por meio da mudança do comportamento conflituoso, a violência estrutural por meio da remoção das contradições culturais e injustiças, e a violência cultural por meio da mudança de atitude. Tais respostas podem ser associadas às

estratégias de intervenção da Organização das Nações Unidas (vide Esquema 1). Estas intervenções almejam criar condições para que a chamada “paz negativa” possa ser transformada em “paz positiva”. Segundo Galtung (1990), para que haja “paz negativa” é preciso que a violência direta seja encerrada. Já a “paz positiva” demanda também a superação das violências estrutural e cultural. Ou seja, a resolução do conflito deve almejar a paz positiva para diminuir a propensão ao surgimento de novos conflitos, algo que de maneira geral as intervenções da ONU almejam alcançar.

3.2.2 Outras contribuições dos estudos sobre resolução de conflitos

Uma das maneiras de se abordar as missões de paz das Nações Unidas tem sido por meio do reconhecimento do seu papel de mediação de conflitos. Entre os analistas que se dedicaram a essa tarefa, é relevante destacar o trabalho de William Zartman (1985) que testou diferentes tipos de intervenção por parte da comunidade internacional, descobrindo que sua efetividade está intimamente relacionada ao impasse gerado pelo potencial de beligerância entre as partes em conflito. Já para Fen Osler Hampson (1996), um dos principais determinantes para o sucesso da manutenção da paz relaciona-se com o nível de comprometimento dos interventores (BELLAMY, WILLIAMS E GRIFFIN, 2010, p. 18-19).

Outras contribuições teóricas apontam para os efeitos do contexto e a propensão das partes em conflito em aceitar intervenções de terceiros, definindo em qual medida esses esforços são bem-sucedidos por meio da gestão do conflito (DIEHL, DRUCKMAN e WALL, 1998). Porém, de acordo com Fetherston (2000b), há uma grande diferença entre as análises que se apoiam na gestão de conflitos daquelas que desenvolvem perspectivas com base na resolução de conflitos, uma vez que cada qual compromete-se com diferentes visões quanto à paz. Por exemplo, enquanto a resolução de conflitos enfatiza a necessidade de remover suas causas determinantes de modo a possibilitar a construção de uma paz duradoura, a gestão de conflitos tem objetivos mais limitados como a cessão de hostilidades e o término da violência. Logo, diferentemente da gestão de conflitos, a paz no contexto da resolução de conflitos é mais do que simplesmente a ausência de violência entre os beligerantes.

Segundo Fetherston (2000a), por ser uma atividade de terceiros baseada no consenso, a manutenção da paz das Nações Unidas é um tipo de resolução de conflitos e como tal pode fazer uso das ferramentas teóricas dos estudos sobre resolução de conflitos. Em particular, a autora sugere que as operações de manutenção da paz da ONU passam por diferentes fases, sendo importante identificar quais são as estratégias de intervenção mais eficazes em cada estágio. Para a autora é importante que os *peacekeepers* tenham noção dos meios disponíveis e dos objetivos desejáveis para que possam ser mais bem treinados na arte da mediação e da resolução de conflitos, de modo a conectar os níveis macro (o contexto político da intervenção) e micro (a perspectiva dos interventores de maneira individual).

Porém, conforme argumenta Bures (2007, p. 416-418), em função da diversidade de papéis que os *peacekeepers* passaram a desempenhar em operações de contingência complexa do pós-Guerra Fria, a manutenção da paz tende a não ficar restrita apenas às atividades de mediação e negociação. Com efeito, os *peacekeepers* começaram a envolver-se em atividades de imposição da paz em apoio da estabilidade democrática e do estabelecimento de zonas livres de conflito, tornando-se partes ativas na sua resolução. Esse processo ganhou evidência a partir do momento em que ficaram claros os limites das estratégias baseadas no consentimento, principalmente em contextos em que o papel mais limitado e imparcial implicou em aumento do sofrimento da população local, como foi o caso da primeira intervenção da ONU no Haiti.

Além disso, para cada fase do conflito existe um tipo diferente de abordagem. De acordo com Ryan, a identificação de diferentes fases do conflito pela literatura sobre resolução de conflitos sugere que é possível determinar o momento mais apropriado para que a intervenção pelos *peacekeepers* seja realizada. Ou seja, segundo o autor, no lugar de restringir a manutenção da paz a apenas uma fase do conflito (como, por exemplo, no momento em que há um decréscimo nas hostilidades), deve-se considerar sua utilidade em todas as fases do conflito conforme exemplificado na Tabela 1 (RYAN apud BURES 2007, p. 420).

Tabela 1 – Fases de conflitos e suas respectivas estratégias de resolução

Fase	Estratégia
1. Pré-violência	Prevenção de conflitos e manutenção da paz “preventiva” segundo os padrões da ONU.
2. Escalada	Crise/intervenção humanitária, possivelmente manutenção da paz de “terceira geração”.
3. Persistência	Promoção da paz e trabalho de assistência, possivelmente manutenção da paz de “terceira geração”.
4. Decréscimo	Promoção da paz e manutenção da paz “tradicional”.
5. Pós-violência	Consolidação da paz e manutenção da paz de “segunda geração”.

Fonte: Ramsbotham e Woodhouse (2000) citados por Bures (2007, p. 420).

Como diferentes tipos de operações de manutenção da paz são adequados para diferentes fases do conflito, isso cria um impedimento para generalização da manutenção da paz em termos teóricos. Uma macro teoria teria que englobar a manutenção da paz tradicional, a consolidação da paz, a promoção da paz e até mesmo a imposição da paz e medidas preventivas realizadas tanto no âmbito das Nações Unidas quanto fora da ONU. Por se tratarem de fenômenos distintos cada qual com sua própria dinâmica e aplicável a um contexto específico, verifica-se que é extremamente complicado conhecer como um dado instrumento político pode produzir determinados efeitos e quais condições precisam estar presentes para que esse instrumento opere como planejado. Tem-se, portanto, um importante impedimento para consolidação teórica do campo, algo que as abordagens realizadas com base nas teorias das relações internacionais, examinadas a seguir, tampouco foram capazes de superar.

3.3 Perspectivas a partir de teorias das relações internacionais

Apesar de não fazer menção explícita às teorias das relações internacionais, implicitamente, a literatura sobre as operações de manutenção da paz da ONU baseia-se principalmente em premissas das correntes cosmopolita e institucionalista neoliberal que enfatizam a relevância das normas, valores, regras e instituições para mediação e solução das crises que envolvem ameaça à paz e à segurança internacionais. Entre os autores que explicitamente utilizam teorias das relações internacionais para o estudo das missões de paz da ONU é importante destacar os trabalhos de Kai Kenkel (2012), Stephen Krasner

(1999, 2004, 2005), Alistair Smith e Allan Stam (2003), Roland Paris (2003), Robert Keohane (2003) e Laura Neack (1995).

Tanto Krasner (2004) quanto Keohane (2003) desenvolvem abordagens pós-vestfalianas quanto à questão da soberania. Segundo aqueles autores, a concepção clássica e unitária da soberania (direito exclusivo para determinação de políticas dentro de um dado território) é um grande obstáculo para que haja uma efetiva reconstrução de sociedades devastadas por conflitos prolongados. Ambos os autores baseiam seus argumentos nos quatro significados de soberania propostos por Krasner (apud KEOHANE, 2003, p. 284-285):

- **Soberania doméstica:** organização da autoridade de maneira efetiva dentro do território de um Estado;
- **Soberania interdependente:** habilidade dos Estados em regular movimentos através das suas fronteiras;
- **Soberania legal internacional:** reconhecimento mútuo de uma entidade como um Estado;
- **Soberania vestfaliana:** exclusão das pressões originadas das estruturas de autoridade externas do processo decisório doméstico.

Para Keohane (2003), as sociedades que estão se reabilitando de conflitos prolongados não devem aspirar por todos os quatro tipos de soberania de maneira absoluta. Em vez disso, é importante primeiro garantir políticas coerentes com os diferentes graus da soberania. Com efeito, talvez seja necessário ignorar a soberania vestfaliana e introduzir as sociedades colapsadas diretamente para uma “soberania limitada” de modo a integrá-las em instituições multilaterais mais amplas com autoridade supranacional.

De acordo com Krasner (2004 e 2005), novas formas institucionais que comprometem a soberania vestfaliana precisam ser concebidas para que seja assegurada a governança doméstica de Estados falidos, em processo de falência ou ocupados. Com esse objetivo em mente, Krasner (2004) introduz a noção de “soberania compartilhada”: a) um arranjo sob o qual parceiros estrangeiros compartilham autoridade em conjunto com representantes nacionais quanto a aspectos da governança doméstica; b) a tutela de fato onde atores externos controlam processos da soberania doméstica por um período

indefinido de tempo e sem comprometimento de restauração de maneira imediata da autoridade local. Porém, até mesmo Krasner reconhece que não há consenso entre os Estados para que normas tão desafiadoras das convenções tradicionais quanto à soberania ganhem espaço político em processos que envolvem a manutenção da paz.

Já Kenkel (2012) acredita que há sim espaço político para adoção de parâmetros mais flexíveis quanto à noção de soberania, principalmente em casos que envolvem crises humanitárias. Segundo o autor, já nos acordos que deram conclusão à Guerra dos Trinta Anos (*Vestfália*) estava claro que soberania não implicava liberdade dos soberanos para realizar aquilo que lhes agradasse no interior de suas fronteiras, sem temor de intervenção por potências estrangeiras em nome da proteção dos direitos humanos. Nesse contexto, ao lado do contínuo processo de universalização das populações que são alvos de incursões humanitárias por meio de operações de manutenção da paz da ONU, veio a codificação das bases para intervenção, com o locus desta sistematização estando consolidado nos regimes de direitos humanos e de ação humanitária estabelecidos por organizações como as Nações Unidas e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) (KENKEL, 2012, p. 21).

Em outras palavras, a consolidação dos regimes internacionais de direitos humanos tem sido acompanhada por uma evolução normativa que garanta a realização de intervenções no âmbito doméstico dos Estados com base em princípios humanitários (KENKEL, 2012). Tal processo visa a criação de uma paz estável por meio da promoção e da defesa dos princípios que sustentam a tese da paz liberal. Logo, de forma cada vez mais acentuada, as operações de manutenção da paz almejam viabilizar a criação de sociedades democráticas e economias de livre mercado, também associadas à ideia de progresso e estabilidade. Essas iniciativas têm sido instrumentalizadas dentro do regime de segurança coletiva da ONU, o que a princípio asseguraria sua legitimidade.

Em última instância, esse ambiente normativo internacional influencia o desenho das operações de manutenção da paz tornando-as mais predispostas a desenvolver e executar estratégias em consonância com as normas da “cultura global”, legitimando, dessa maneira, práticas e condutas amplamente aceitas e difundidas (BELLAMY, WILLIAMS E GRIFFIN, 2010, p. 25-26). Essa predisposição faz com que as operações de manutenção da paz, por exemplo, promovam tão logo seja possível processos eleitorais para estabilização do sistema político e de recuperação econômica, inclusive por meio de políticas de liberalização e de facilitação de investimentos estrangeiros.

De acordo com Paris (2003), com base na teoria política mundial (*world polity theory*), outro importante alicerce teórico para o estudo das missões de paz da ONU, a chamada “cultura global”, composta por regras sociais formais e informais, orienta os processos de constituição e condução de operações de manutenção da paz. Com base nessa perspectiva, os mandatos e as práticas das OMPs emergem não apenas com fundamento nos cálculos racionais sobre quais seriam os melhores procedimentos para solucionar uma dada crise internacional, mas também se apoiam na orientação ideológica das organizações envolvidas, geralmente comprometidas com os preceitos da paz liberal, ou seja, com o emprego de iniciativas para que haja rápida democratização e liberalização.

Porém, cálculos racionais também podem fundamentar a constituição e mobilização de operações de manutenção da paz da ONU. Smith e Stam (2003) utilizam o *random walk model* para examinar as OMPs em um contexto que envolve guerra e cessão de hostilidades. Segundo os autores, as forças de manutenção da paz oferecem a possibilidade para constituição artificial de uma fronteira entre as partes em conflito, o que ampliaria dramaticamente as perspectivas de paz. Ao se posicionar entre as partes beligerantes, os *peacekeepers* reduzem a probabilidade que estas venham a ser bem sucedidas em suas batalhas, conquistando, por exemplo, espaço no terreno. Quanto mais poderosas forem as forças de manutenção da paz mais complicado será para as partes em conflito contornarem sua presença, por consequência, mais bem-sucedidos serão os esforços de manutenção da paz. No entanto, conforme argumenta Bures (2007, p. 423), o *random walk model* ignora o fato que a maior parte dos mandatos das OMPs na atualidade envolve outras ações que não simplesmente a interposição entre as partes em conflito e que a simples presença na zona de conflito pode não ser suficiente para garantir que os beligerantes interrompam as hostilidades.

Finalmente, com base em concepções da corrente realista das relações internacionais, Neack (1995) argumenta que existe pouca evidência de que os Estados constituem e participam de missões de paz da ONU por obrigação de proteger a paz internacional e preservar normas e valores compartilhados. Para a autora, os Estados participam das operações de manutenção da paz em função dos seus interesses políticos, econômicos e estratégicos. Os interesses particulares que têm sido viabilizados pela manutenção da paz das Nações Unidas são aqueles das potências ocidentais que almejam a manutenção do *status quo* e de alguns outros Estados que vislumbram prestígio

internacional a partir da sua cooperação em atividades da ONU (NEACK, 1995, p. 194). Para a autora a grande expansão das iniciativas de manutenção da paz no pós-Guerra Fria reflete a política externa intervencionista do ocidente, a qual beira ao imperialismo (NEACK, 1995, p. 195).

De acordo com Bures (2007, p. 424-425), as conclusões de Neack encontram ressonância nos estudos contemporâneos da teoria crítica. Adeptos dessa corrente teórica são críticos tanto das abordagens com base na conceituação sobre resolução de conflitos quanto das contribuições fundamentadas na teoria da paz liberal. Tais estudos contêm pressuposições normativas quanto às operações de manutenção da paz que podem e devem ser criticadas.

Por exemplo, pensa-se que a paz e a segurança internacionais são em si um bem moral; que conflitos violentos representam uma ruptura das relações sociais normais; que a grande maioria dos indivíduos prefere a paz à guerra e que necessitariam apenas serem instruídos sobre qual seria o caminho conducente à paz; que existe uma ligação direta entre a paz internacional e a boa governança no nível doméstico; e, finalmente, que a boa governança implica na constituição do Estado-nação segundo padrões ocidentais, na democratização, no estabelecimento de uma economia neoliberal e na organização e participação da sociedade civil (BURES, 2007, p. 424).

Tais pressupostos ignoram as causas estruturais dos conflitos e simplificam o conjunto de soluções a intervenções por parte da comunidade internacional. Além disso, tendem a também ignorar a complexidade do processo político que determina a constituição de missões de paz das Nações Unidas, limitando a discussão sobre qual seria seu papel na política mundial. O ceticismo realista, apesar de não explicar por completo a constituição de missões de paz, serve como advertência para que se conheça em que medida a agenda da paz é construída com base nos interesses dos interventores no lugar das necessidades das populações locais, o que em última instância pode afetar as relações entre o centro e a periferia global.

Por fim, é importante observar que tanto a abordagem sobre resolução de conflitos quanto as análises baseadas em teorias das relações internacionais mostram-se ideologicamente comprometidas com um sistema político internacional que estruturalmente acomoda as dinâmicas das injustiças, instabilidades e desigualdades em uma ordem caracteristicamente disfuncional em suas relações (OGUNROTIFA, 2011, p.

95-96). Tais abordagens, portanto, servem ao *status quo* e não costumam questionar a natureza dos conflitos modernos. As teorias desenvolvidas com base nos pressupostos mencionados são, portanto, meramente voltadas para solução de problemas, servindo de sustentação para uma representação específica da governança global que, segundo Ogunrotifa (2011, p. 95), sustentam o chamado imperialismo liberal.

Foram apresentadas neste capítulo algumas das principais contribuições teóricas para o estudo das operações de manutenção da paz. Essas operações envolvem grande mobilização de pessoal e investimentos que tendem a promover visões de mundo de Estados poderosos. Portanto, apesar das teorias não serem neutras, possibilitam a identificação de padrões comportamentais que em última instância determinam a modalidade de intervenção. Trata-se de um movimento complexo com o qual a sociedade brasileira apenas recentemente começou a engajar-se de maneira proativa, promovendo discussões quanto aos limites das normas que regulam o uso da força nas relações internacionais e abordagens concretas para solução de crises em Estados falidos, como é o caso da participação militar brasileira na MINUSTAH. Em seguida, dando continuidade à fundamentação teórica-conceitual do presente estudo, são abordados os conceitos e teorias relacionados à estratégia enquanto prática social.

4 O COMPLEXO ESTRATÉGICO CONTEMPORÂNEO: MAIS DO MESMO?

O presente capítulo apresenta as estratégias como uma prática social. Para tal, discorre preliminarmente quanto aos conceitos clássicos de estratégia militar para em seguida situá-los segundo as perspectivas estruturada e da habitação, enfatizando as propriedades do conhecimento prático, da astúcia e da inteligência prática. Descrevem-se, em seguida, algumas contribuições teóricas sobre a estruturação de Giddens para o pensamento sobre estratégia. Como conclusão, argumenta-se que a possível complementariedade entre as epistemologias estruturada e da habitação para o estudo da estratégia pode ser útil para a análise da estratégia enquanto prática dos contingentes brasileiros da MINUSTAH.

4.1 Conceitos clássicos sobre estratégia militar

Embora sua aplicação possa compreender virtualmente qualquer área do conhecimento e do comportamento humanos, histórica e analiticamente os estudos sobre estratégia são realizados principalmente no âmbito das disciplinas militares. Dentre as definições mais usadas encontram-se as proposições do general alemão Carl von Clausewitz (2007, p. 20) que discorre quanto às implicações políticas da guerra:

... o objeto político da guerra... o objeto político, que é o motivo original, deve tornar-se um fator essencial na equação... quanto mais modesto for seu objetivo político menor será a importância que você atrela ao seu objetivo e de forma menos relutante você irá abandonar seu objetivo se for o caso... o objeto político — o motivo original para guerra — irá assim determinar tanto o objetivo militar a ser alcançado quanto a quantidade de esforço que seu objetivo requer²³ (tradução nossa).

Na introdução da obra “On War” de Carl von Clausewitz, Michael Howard e Peter Paret (2007, p. xv) afirmam que o entendimento de Clausewitz quanto ao nexa da política e da guerra tem relação com a grande admiração que o general alemão tinha pela obra “O

²³ “...*political object of the war... the political object, which was the original motive, must become an essential factor in the equation... the more modest your own political aim, the less importance you attach to it and the less reluctantly you will abandon it if you must... The political object — the original motive for the war — will thus determine both the military objective to be reached and the amount of effort it requires*” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 20).

Príncipe” de Maquiavel, onde a guerra é um dos muitos instrumentos que o príncipe utiliza para realizar seus objetivos políticos. Segundo os autores existe um “por que” e um “para que”, um propósito e uma causa para qualquer guerra e toda operação militar. São esses fatores que determinam a característica e a direção desse tipo de atividade.

Enquanto as operações individuais possuem propósitos militares, a guerra como um todo tem um propósito político final. Em outras palavras, a guerra é realizada e conduzida com o propósito de alcançar o objetivo político segundo o qual as lideranças poderosas do Estado decidiram realizar com base nas condições internas e externas da nação (HOWARD e PARET, 2007, p. xv). Para Clausewitz (2007, p. 13) “a guerra é um ato de força contra algum inimigo para induzir a aquiescência à sua vontade”²⁴. A estratégia na concepção do autor (2007, p. 133) “é o uso do engajamento para o propósito da guerra”²⁵. Segundo Gray (1999, p. 17), tal definição, apesar de extremamente sintética, aproxima-se da essência do que vem a ser a estratégia, uma vez que integra tanto as ações tácitas quanto as ameaças explícitas, bem com a campanha e as batalhas propriamente ditas, ao propósito de alcançar objetivos políticos.

De acordo com Clausewitz “tudo em estratégia é muito simples, mas isso não implica em dizer que esse todo é muito fácil”²⁶. Para o autor, apesar das condições políticas da guerra em conjunto com seu propósito e o que pode realmente ser alcançado serem operacionalizáveis, é preciso muita força de caráter e lucidez para botar em prática um plano estratégico e não permitir que os inúmeros desvios modifiquem o curso das ações (CLAUSEWITZ, 2007, p. 134-135). Segundo Paret (1986, p. 3), por ser simples a definição proposta por Clausewitz serve de base para outras aceções.

O próprio Clausewitz não se prende a definições absolutas. Por exemplo, além de relacioná-la ao significado político da guerra, Clausewitz (2007, p. 93) argumenta que a estratégia tem a função de conectar certos fatores aos resultados prováveis do engajamento. Ou seja, a estratégia confere um objetivo às ações, assegurando sua correlação, proporcionalidade e conexão com fatores ambientais e sociais, como a natureza do terreno, sua disposição geográfica, o clima e suas variações significativas, a população em conjunto com fatores de ordem cultural, além das questões relativas à passagem do tempo.

²⁴ “*War is thus an act of force to compel our enemy to do our will*” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 13).

²⁵ “*Strategy is the use of the engagement for the purpose of the war*” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 133).

²⁶ “*Everything in strategy is very simple, but that does not mean that everything is very easy*” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 134).

Segundo Gray (1999, p. 17 e 24), a estratégia não é exclusivamente um instrumento militar, tampouco um fator isoladamente político. É, na realidade, um conceito multidimensional que envolve **“o povo e a política”** (1 - pessoas; 2 - sociedade; 3 - cultura; 4 - política; 5 - ética), **“a preparação para a guerra”** (6 - economia e logística; 7 - organização, inclusive em termos defensivos e quanto ao planejamento da força; 8 - administração militar, que envolve o treinamento, o recrutamento e grande parte dos aspectos relacionados ao armamento; 9 - informação e inteligência; 10 - teoria e doutrina estratégica; 11 - tecnologia), e **“a guerra propriamente dita”** (que pode ser delimitada em termos: 12 - das operações militares; 13 - do comando político e militar; 14 - da geografia; 15 - da fricção, incluindo a incerteza e fatores fortuitos; 16 - do adversário; e 17 - do tempo).

Em *Makers of Modern Strategy*, Paret (1986, p. 3), assim com Gray (1999), baseia-se na clássica definição de Clausewitz para argumentar que o significado da estratégia pode incluir o desenvolvimento, a preparação intelectual e a utilização de todos os recursos do Estado para o propósito de executar seus objetivos políticos na guerra. De acordo com Paret (1986), o pensamento estratégico é inevitavelmente pragmático. Seus instrumentos e características dependem das realidades geográfica, societária, econômica e política, além dos outros inúmeros fatores que contribuem para a dinâmica dos conflitos que a guerra objetiva solucionar. Segundo Paret (1986, p. 3), não existe uma ciência pura ou razão aplicada que verse precisamente sobre a estratégia, mas sim uma miríade de definições e iniciativas marcadamente contextualizadas em função do tempo, do local e do agente e sua cultura.

Por exemplo, de acordo com Gray (1999, p. 17), a estratégia é o elo que conecta o poder militar ao propósito político, ou seja, a estratégia implica no uso da força ou na ameaça quanto ao uso da força para os objetivos da política. Segundo Clausewitz (2007, p. 77) tais objetivos podem ser qualquer coisa que venha oferecer uma vantagem para o propósito do engajamento, sendo que a manutenção do instrumento de guerra frequentemente torna-se em si mesmo objeto de uma dada combinação estratégica. Contudo, conforme ressalta Gray (1999, p. 17), a estratégia em questão pode não ser necessariamente uma estratégia militar. No lugar, pode estar-se refletindo a respeito da chamada Grande Estratégia que faz uso de “engajamentos” (todos os instrumentos relevantes de poder) para os objetivos políticos do Estado.

Segundo Wayne Hughes, enquanto os estrategistas planejam, os especialistas em tática executam. A estratégia, ao menos a estratégia militar, é executada por meio da tática e das operações. Enquanto a estratégia almeja a execução de objetivos políticos, a tática é o meio para o emprego dessas ações (HUGHES apud GRAY, 1989, p. 54). De acordo com Gray (1999, p. 20), a tática na acepção de Clausewitz é o emprego das forças armadas. As operações, um termo que segundo Colin Gray o general Clausewitz não emprega, são o uso das forças armadas em campanha para alcançar resultados políticos e militares em uma dada área geográfica que configura o teatro de operações. Ou seja, a tática comporta os instrumentos, as operações são a campanha e a estratégia conecta os meios disponíveis aos objetivos a serem alcançados.

Outras concepções quanto à estratégia são complementares à acepção empregada por Clausewitz. Para J. C. Wylie a estratégia é um plano de ação desenhado para alcançar algum objetivo, ou seja, a estratégia delimita um propósito em conjunto com um sistema de medidas para sua realização (WYLIE apud GRAY, 1989, p. 18). Outra clássica definição de estratégia é aquela proposta por Basil H. Liddell Hart. Segundo Liddell Hart, a estratégia é a arte de distribuir e aplicar instrumentos militares na realização dos objetivos da política. De acordo com o autor, o papel da Grande Estratégia é o de coordenar e dirigir todos os recursos da nação ou de uma aliança de nações na direção da realização do objeto político da guerra cujo objetivo é definido pelo Estado (LIDDELL HART apud GRAY, 1989, p. 18). Já o General André Beaufre insiste que a estratégia é, portanto, a arte da dialética da força ou, mais precisamente, a arte da dialética de duas vontades em oposição que utilizam a força para solucionar sua disputa (BEAUFRE apud GRAY, 1989, p. 18).

Logo, a discricionariedade do emprego da força e a pressuposição de controle implícita nas definições quanto à estratégia eleva os usos militares da violência à categoria de arte. O uso militar da violência, portanto, costuma ser “ensaiado” durante o adestramento das tropas para que a resposta humana, sempre sujeita à subjetividade, seja a mais previsível e objetiva possível. Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da imersão do agente no ambiente e do conhecimento prático que molda suas predisposições e a maneira como desenvolve suas ações. Tais práticas são transmissoras da tradição cultural difundida pela organização militar e como tal constituem o pano de fundo das capacidades de enfrentamento qualificado que habilita os agentes a agir de forma adequada, mas não necessariamente consciente em contextos culturais específicos (CHIA e MACKAY, 2007,

p. 232-233; WHITTINGTON, 2007, p. 1578). De maneira complementar às noções tradicionais, o pensamento sobre estratégia volta-se também para compreensão do processo social (transmissão cultural, socialização, institucionalização, regimes disciplinares, entre outros), o qual desempenha um papel crucial na formação do *modus operandi* do agente e, portanto, nos resultados da estratégia.

4.2 A estratégia enquanto prática: perspectivas estruturada e da habitação

Autores ligados à academia britânica, como Freedman (2013), Giddens (1984), Golsorkhi e outros (2010), Johnson, Melin e Whittington (2003) e Whittington (2006, 2010), tendem a situar a estratégia como uma prática social. Algo que em nossa compreensão indivíduos e organizações exercitam no dia-a-dia durante a execução de tarefas voltadas para a realização de objetivos ou solução de problemas. Algumas organizações incorporam a prática e o pensamento estratégicos como fundamento das suas operações como é o caso das organizações militares, de corporações ou mesmo de governos. Porém, a estratégia não é uma propriedade das organizações e sim algo realizado por pessoas (JOHNSON; MELIN; WHITTINGTON, 2003, p. 11-12).

Toda atividade humana requer variadas formas de estratégia para sua realização (FREEDMAN, 2013). Mesmo que expressa por meio de práticas e comportamentos aparentemente comuns, a ação humana engloba propriedades capazes de serem discerníveis como estratégicas quando incorporam, ainda que intuitivamente, julgamentos quanto à aplicação efetiva de meios e habilidades para discernir o essencial do trivial. Em função das suas propriedades sociais, as atividades estratégicas precisam ser compreendidas com base nas intersecções dos vários conjuntos de práticas e matrizes de regras e recursos que as governam e que fundamentam as instituições e estruturas que compõem a sociedade (GIDDENS, 1984).

Segundo Whittington (2006), os atores sociais não operam de maneira isolada, mas sim com base em um *modus operandi* socialmente definido e constituído a partir das instituições sociais plurais a que pertencem. Dessa forma, de acordo com o autor, é possível definir três pilares fundamentais que constituem o processo estratégico: praticantes (aqueles que de fato exercem o trabalho de criar, formatar e executar

estratégias); *praxis* (a realização concreta e situada da estratégia); e práticas (tipos de comportamento rotineiros baseados na realização concreta da estratégia).

Para Whittington (2006, 2010) a teoria da estruturação de Anthony Giddens (1976, 1979, 1984) oferece uma ponte entre as dualidades tradicionais do pensamento social como o voluntarismo e o determinismo, o individualismo e o estruturalismo, o micro e o macro. De fato, conforme argumentam Golsorkhi e outros (2010, p. 3-4), a maior parte das teorias quanto à prática enfatiza sua ligação latente com os aspectos materiais da realidade social. Em outras palavras, o comportamento individual, assim, como as ações específicas, estão ligados ou são mediados por recursos materiais. Para Giddens (1984) trata-se da chamada “estrutura social”, a qual é reproduzida e transformada pela prática ou pela chamada “ação social”. Já para Foucault (1977, 1980), recursos materiais podem ser traduzidos em termos de “discursos”, os quais incluem todos os tipos de práticas sociais que facilitam ou limitam o comportamento. Finalmente, de acordo com a perspectiva de Bourdieu (1990, 1996), as práticas constituem uma parte essencial de toda a atividade humana. Materialmente incorporadas na sociedade, as práticas são parte de uma “gramática de disposições” (incutida no “*habitus*”) que define o que pode e o que será feito nos chamados “campos sociais”.

Mas em que consiste a prática? Como discernir o comportamento estratégico daquele meramente repetitivo e casual? Para Golsorkhi e outros (2010, p. 4-5), a noção quanto à prática facilita as análises sociais na medida em que torna visível como importantes processos da vida em sociedade se conectam, quais sejam, a “ação social”, a “estrutura social” e o “mover-se” tanto em termos individuais quanto institucionais, processo frequentemente associado à “capacidade de agência”. Segundo os autores, o conceito de prática pode ser utilizado para explicar o por quê e o como a “ação social” algumas vezes reproduz rotinas, regras e normas e, outras vezes, não.

Em termos do comportamento estratégico, Chia e Rasche (2010, p. 34-35) argumentam que tradicionalmente os estudos quanto à chamada prática estratégica têm criado uma falsa ruptura explicativa entre a análise da prática e a prática em si. Esse fato, segundo os autores, decorre de uma “visão de mundo estruturante” conhecida como “*building worldview*”, a qual tem por fundamento duas premissas essenciais:

- A de que cada indivíduo é uma entidade discreta limitada que se relaciona externamente com seu ambiente social e com outros indivíduos de tal maneira que sua identidade e qualidades relativas à agência permaneçam relativamente inalteradas. Ou seja, há a pressuposição de que existe uma espécie de “atomismo social” (de CERTEAU, 1984, p. xi) ou individualismo metodológico (WEBER, 1968, p. 15). Os indivíduos são concebidos como separados uns dos outros por uma estrutura composta por “muros” invisíveis que “obscurecem e distorcem nossa compreensão da nossa própria vida em sociedade” (ELIAS, 1978, p. 15).
- A de que existe uma divisão cartesiana entre os domínios físico e mental de tal maneira que o conhecimento adequado é construído como a habilidade de representar o mundo a nossa volta na forma de imagens mentais. A cognição e a representação mental necessariamente precedem qualquer ação significativa. O que distingue a “ação” do “mero” comportamento, como tal, é o fato dos atores serem considerados como motivados por intenções pensadas previamente, agindo de forma propositada para alcançar objetivos previamente especificados.

No entanto, e se, conforme questionam Chia e Rasche (2010, p. 35), as identidades e características dos indivíduos não fossem consideradas como pré-existentes à intenção e às práticas sociais? Ou seja, a partir de uma “visão de mundo da habitação” (“*dwelling worldview*”) o indivíduo pode ser visto como produto da “condensação de histórias de crescimento e maturação dentro de campos de relações sociais [...] toda pessoa emerge como lócus do desenvolvimento dentro de um campo” (INGOLD, 2000, p. 3). Portanto, nem o indivíduo tampouco a sociedade devem ser interpretados como entidades independentes interagindo externamente umas com as outras (ELIAS, 1991, p. 456). Ou seja, tanto os indivíduos quanto a sociedade são percebidos como impulsos mutuamente constitutivos e definidores, dependentes de “processos complexos de resposta” (STACEY, 2007, p. 247) para tornarem-se quem e o que eles são.

Como resultado, nem o indivíduo em si nem uma superestrutura determinista são os verdadeiros coautores da ação. Há, no lugar um processo de “individualização” (CHIA e

MACKAY, 2006; CHIA e HOLT, 2007, p. 635; EZZAMEL e WILLMOTT, 2008, p. 197), onde o ser humano torna-se lócus para a interação de uma incoerente e frequentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais (de CERTEAU, 1984, p. xi). Em síntese, as práticas sociais por si mesmas têm primazia sobre a agência e a intenção individual.

E o que isso implica? Que indivíduos, humanos, corporativos e governamentais, agem espontânea e estrategicamente. Há propósito nesse comportamento, mas este não é puramente intencional. Daí a relevância da espontaneidade. Muitas vezes a ação é auto referenciada, voltada para superar problemas e obstáculos imediatos e quase imediatos não havendo necessidade de realizar distanciamento teórico, deliberação consciente ou plano de ação global previamente concebido para sua concretização (estratégia enquanto prática). Para Chia e Rasche (2010, p. 35), não existe, na visão de mundo da habilitação, qualquer pressuposição quanto à distinção entre o indivíduo e a sociedade, ao dualismo entre a mente e a matéria ou o distanciamento prévio entre o pensamento e a ação: estes são considerados como distinções secundárias geradas por meio das próprias práticas sociais.

Para Chia e Rasche (2010), a “visão de mundo da habitação” viabiliza um conjunto alternativo de premissas epistemológicas onde o conhecimento não é uma mera mercadoria representativa digerida, processada e posta em prática, mas algo criado e desenvolvido por meio da prática social dentro de contextos socioculturais e históricos específicos; inconscientemente internalizado e incorporado no *modus operandi* do indivíduo na forma de habilidades, sensibilidades e predisposições primordiais (BOURDIEU, 1990).

Para compreender os fundamentos a partir dos quais essa separação entre teoria e prática tem sido gerada, Chia e Rasche (2010, p. 37-38) propõem explorar de forma mais aprofundada o legado epistemológico do pensamento ocidental. Na obra “Ética a Nicômaco” Aristóteles, distingue entre três tipos de conhecimento: *episteme*, *techné* e *phronesis*:

- *Episteme* é uma verdade universal racionalmente baseada e objetiva que depende do contexto. De acordo com Baumard (1999, p. 53) a *episteme* é um tipo de conhecimento e perícia (“*expertise*”) propositiva sobre as coisas. É um conhecimento abstrato, universal e hierárquico que pode ser escrito, gravado e

validado. Além disso, é explicitamente articulado em termos causais e pode ser sistematicamente verificado empiricamente.

- *Techné*, de maneira similar, versa a respeito de habilidades e envolve técnicas precisamente codificáveis ou instruções práticas que são passíveis de explicação linguística. Tanto a *episteme* quanto a *techné* são frequentemente usadas indistintamente entre os gregos antigos, conforme observa Nussbaum (1986, p. 94).

Tanto a *episteme* quanto a *techné* refletem aspiração quanto a formas explícitas do conhecimento, universalidade, precisão, clareza e receptividade ao ensino; todos são valores associados com o que era considerado desejável na Grécia antiga e ainda é respeitado com a mais alta estima, particularmente nos círculos acadêmicos (RAPHALS, 1992, p. 227). O conhecimento é, portanto, somente considerado como tal se for capaz de ser expresso linguisticamente em termos de princípios, causas ou significados e intenções dos atores (CHIA e RASCHE, 2010, p. 38-39).

Contudo, Chia e Rasche (2010, p. 38-40) argumentam que, adicionalmente à *episteme* e à *techné*, Aristóteles também postulou (de maneira menos enfática) a existência da *phronesis* (conhecimento prático) como uma forma menos acessível do conhecimento pessoal que difere qualitativamente tanto da *episteme* quanto da *techné* na medida em que ela “expressa o tipo de pessoa que cada um é” (DUNNE, 1993, p. 244).

Enquanto *episteme* e *techné* implicam em formas explícitas e transmissibilidade do conhecimento, explicam Chia e Rasche (2010, p. 38-40), *phronesis* faz alusão a uma forma de conhecimento tácito que emerge através do esforço pessoal e é inseparável de toda atitude e predisposição cultural do indivíduo. Enquanto tanto a *episteme* quanto a *techné* podem ser conscientemente aprendidos e, portanto, esquecidos; a “*phronesis* não pode” (ARISTÓTELES *apud* DUNNE, 1993, p. 265), já que é sempre uma parte integral da constituição do indivíduo.

Diferentemente da *episteme* e da *techné*, onde é possível fazer distinção entre intenção e comportamento, e, portanto, entre o que alguém é e o que esse alguém faz; no caso da *phronesis*, o que é feito por alguém é indissociável do que esse alguém é. Enquanto a *episteme* e a *techné* produzem consequências que são claramente distinguíveis de quem

as produz, a *phronesis* dá origem à práxis que não pode ser instrumentalizada: é uma ação que não busca resultados e sim a sua própria realização (ROULEAU, 2010, p. 261-264).

Segundo Chia e Rasche (2010, p. 37), na ação “phronética”, ou seja, na práxis:

O agente [...] é constituído através de ações [...] ele torna-se e descobre quem ele é através dessas ações. E o meio para este tornar-se através da ação não é um pelo qual o agente é sempre um mestre soberano; é no lugar, uma rede de outras pessoas que também são agentes e com quem ele está ligado por meio de relacionamentos de interdependência (DUNNE, 1993, p. 262-263, tradução nossa).

Essa relação íntima entre o ser e o fazer, entre intenção e ação, e entre identidade e estratégia tornam a *phronesis* extremamente difícil de ser apreendida e, portanto, ela permanece como uma qualidade inexplorada da pesquisa sobre estratégia (BAUMARD, 1999; NONAKA e TOYAMA, 2007), afirmam Chia e Rasche (2010, p. 37).

Todavia, Chia e Rasche (2010) esclarecem que é sim possível tornar palpável a análise da estratégia enquanto prática. De acordo com os autores (p. 37), estudos recentes da cultura e da sociedade grega pré-Socrática, incluindo especialmente a “Íliada de Homero” e a “Teogonia de Hesíodo” (DETIENNE e VERNANT, 1978), sugerem a existência de mais uma forma de conhecimento prático que nem mesmo Platão e Aristóteles discorrem. Detienne e Vernant (1978) chamam esse tipo de conhecimento de “inteligência astuciosa” (*métis*):

[*Métis* é] um tipo de inteligência e de pensamento, uma maneira de conhecer; ela [...] combina dom, sabedoria, premeditação, sutileza de espírito, enganação, desenvoltura, vigilância, oportunismo, várias habilidades e experiências adquiridos ao longo do tempo (p. 4). O campo de aplicação da *métis* é um mundo que é mutável, múltiplo, desconcertante e ambivalente (CHIA e RASCHE, 2010, p. 37, tradução nossa).

Enquanto a *phronesis* é referida no pensamento aristotélico e crescentemente reconhecida e admitida como uma “forma de conhecimento tácito” ou “sabedoria prática” (BAUMARD 1999; NONAKA e TOYAMA, 2007), as qualidades da *métis* foram ignoradas pelos filósofos gregos, o que foi também o caso da pesquisa sobre estratégia. A *métis* corresponde àquilo que queremos dizer quando falamos que alguém tem “inteligência da rua” (*street-smart*) ou que parece ser capaz de “resolver as coisas” ou “lidar com situações difíceis” com astúcia e facilidade.

Diferentemente da *episteme* (verdade universal) e da *techné* (habilidades, técnicas codificáveis), *phronesis* (conhecimento prático) e *métis* (astúcia, inteligência prática), apesar de serem formas de conhecimento tácito diferentes, são adquiridas por meio da imersão e compreensão de práticas sociais incorporadas. Essas práticas são aprendidas inconscientemente de maneira não intencional e emuladas por meio do exemplo. O conhecimento prático é, portanto, gerado na intimidade imediata da experiência vivida, tacitamente adquirido por meio da tentativa e do erro, e do processo de modificação gradual do comportamento (CHIA e RASCHE, 2010, p. 39). Sua identificação e análise podem oferecer novos caminhos e perspectivas para o estudo da estratégia.

Tanto a *métis* quanto a *phronesis* são relativamente inexploradas e, portanto, pouco reconhecidas pela agenda de pesquisa da estratégia enquanto prática. Ainda assim, são qualidades tácitas vitais para um praticante de estratégia eficiente. Ambos consistem em epistemologias intimamente conectadas com a maneira de pensar da habitação (*dwelling mode of thinking*) (CHIA e RASCHE, p. 37-38).

Conforme observam Chia e Rasche (2010, p. 38), no modo de pensar “estruturado” (*building*), os pesquisadores supõem que existe uma separação precogitativa inicial entre o ator e o mundo, de tal maneira que o ator estratégico tem primeiro a necessidade de “construir representações mentais e modelos do mundo antes de qualquer engajamento prático com ele” (INGOLD, 2000, p. 178). Dessa forma, assume-se que o ator estratégico se distingue e se separa da situação em que ele se encontra. A estratégia é, portanto, construída como um ato de planejar intervenções propositadas no fluxo da realidade para empreender um resultado desejado. Tal ação direciona a atenção para o significado, a intenção e o propósito do ator individual como uma entidade autocontida engajada externamente com a realidade.

Já no modo de teorização da habitação (*dwelling*) (CHIA e RASCHE, p. 38-39), por outro lado, assume-se que as pessoas estejam intimamente imersas e intrinsecamente interligadas com seus arredores em toda sua complexa inter-relação. Nas suas atividades cotidianas as pessoas engajam-se na “busca de seu caminho” (“*wayfinding*”) (HUTCHINS, 1995), criando passagens para ação que irradiam para fora das suas situações de existência concreta. O ser e o mundo emergem a partir das atividades concretas da habitação onde habilidades são adquiridas e desenvolvidas “sem necessariamente passarem pela consciência” (DREYFUS, 1991, p. 27). No modo da habitação, decisões e ações emanam a

partir do estar (*being*) *in situ* (situado, localizado) e ocorrem *sponte sua* (por sua própria iniciativa). Nesse caso, a eficácia da ação não depende de algum plano de ação pré-concebido, mas resulta de predisposições internalizadas que facilitam ajustes contínuos, oportunos e permanentes, e a adaptação às circunstâncias locais.

O que é crucial para o modo de explanação da habitação, concluem Chia e Rasche (2010, p. 38-39), é que essa perspectiva reconhece a primazia do conhecimento tácito sobre o conhecimento explícito. Ela reconhece que as formas do conhecer tácito são adquiridas por meio da vivência e do tornar-se intimamente familiar com as condições locais “do terreno”, e não apenas a partir de um ponto de vista distanciado. Em outras palavras, o modo de engajamento da habitação pressupõe a posse da *phronesis* e/ou da *métis*. As ações são iniciadas com relação a mudanças observadas em um contexto local específico e não como uma regra ou princípio universal. Além disso, as pequenas adaptações locais e oportunidades envolvidas nos fazeres são incrementais e “nada heroicos” (*unheroic*), de tal maneira que frequentemente passam despercebidas. A inteligência prática envolvida é sutil, tácita e oblíqua; diferente da lógica explicativa dos fins e dos meios usada para abordar a ação humana intencional (vide tabela).

Tabela 2 – Contrastando as epistemologias estruturada e da habitação

VISÃO DE MUNDO ESTRUTURADA	VISÃO DE MUNDO DA HABITAÇÃO
Os atores são conscientes por si mesmos, intencionais e auto motivados.	Os atores são nexos de atividades sociais não deliberadas constituídas de maneira relacional.
As ações são orientadas por objetivos predefinidos que direcionam os esforços para a realização de resultados – ação intencional.	As ações são dirigidas diretamente para superação do impedimento imediato – enfrentamento prático propositado.
Supõe-se que a consistência da ação seja ordenada pela intenção deliberada.	Considera-se que a consistência da ação seja ordenada por um <i>modus operandi</i> – uma disposição internalizada.

Fonte: CHIA e RASCHE, 2010, p. 39 (adotado e modificado com base em Chia e Holt, 2006, p. 644).

Portanto, as epistemologias “estruturada” e da “habitação” não são mutuamente excludentes. Chia e Rasche (2010) encorajam os pesquisadores a utilizar ambas a tentarem fazer sentido das circunstâncias de pesquisa. Para os autores, é preciso distinguir, por exemplo, os comportamentos estratégicos no “centro” e na “periferia” (REGNÉR, 2003). A formação da estratégia no centro compreende em grande parte a utilização de métodos dedutivos baseados em representações bem definidas. Isto, segundo Chia e Rasche (2010), é condizente com uma visão de mundo estruturada. Em contraposição, na periferia os tomadores de decisão desenvolvem uma consciência “phronética” do contexto local e a formação da estratégia é amplamente improvisada. A estratégia emerge lentamente através de predisposições internalizadas, as quais os atores referem-se ao agir. Logo, a visão de mundo da habitação seria um complemento necessário para o estudo da formação da estratégia na periferia.

4.3 A teoria da estruturação de Giddens

A teoria da estruturação de Giddens, descrita de forma extensa e sistemática na obra *“The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration”* (1984), apresenta o conceito de prática como ponte entre os dualismos da ciência social (voluntarismo e determinismo, individualismo e estruturalismo, micro e macro), conectando a ação individual às estruturas sociais. Segundo Giddens (1984), para a teoria da estruturação o principal domínio das ciências sociais são as práticas sociais ordenadas através do tempo e do espaço, de modo a marginalizar hipóteses que tanto enfatizam a primazia do ator individual com relação a alguma forma de totalidade social. Já que as práticas se referem às atividades sociais, estas, por conseguinte, não são meramente individuais ou exclusivamente voluntárias (WHITTINGTON, 2010).

De acordo com Giddens (1976, p. 81), as “práticas sociais” correspondem a uma série contínua de atividades práticas realizadas no dia-a-dia de maneira a regular e concretizar aquilo que é necessário, apesar de habitual e comum. A realização dessas atividades aproxima as pessoas e possibilita a criação de “sistemas sociais”, os quais são reproduzidos ao longo do tempo por meio da interação continuada. Os sistemas sociais podem existir em vários níveis e contextos como, por exemplo, em termos de uma sociedade nacional, uma indústria, uma organização ou uma equipe de projeto estratégico.

Para Giddens (1984) é importante que esses sistemas não condicionem seus membros em termos de uma estrutura homeostática determinista. Em vez disso, é preferível que os sistemas sejam percebidos como são em essência, ou seja, como estruturas sobrepostas, contraditórias e incertas. Nenhum indivíduo ou organização é autossuficiente na gestão de sistemas ao mesmo tempo em que nenhum sistema é suficientemente forte para obrigar completa obediência (WHITTINGTON, 2010, p. 110).

De fato, é no potencial de participação em sistemas sociais plurais que reside a capacidade humana de “agência”. As contradições sistêmicas impõem escolhas aos indivíduos, humanos ou organizacionais. Para Giddens (1984, p. 9-10), é importante reconhecer o potencial para agência a qualquer indivíduo em virtude da sua participação em múltiplos sistemas sociais. A “agência” é a capacidade de fazer o contrário do que se espera, de seguir um sistema social em particular em detrimento de outro. Tal participação faz diferença no mundo, pois “empodera” os indivíduos, contribuindo para reprodução ou negação de um dado sistema social.

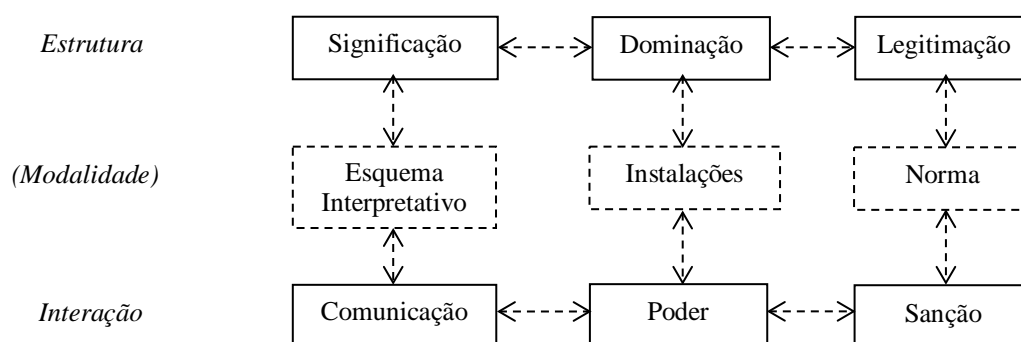
De acordo com Whittington (2010, p. 111), com o reconhecimento do “poder distribuído” Giddens expressa seu respeito ao potencial humano. Apesar das motivações humanas não serem conhecidas em sua totalidade nem por quem as intenciona, Giddens (1984) insiste que os indivíduos possuem tipicamente altos níveis de “consciência prática”. A consciência prática transcende a “consciência discursiva”, ou seja, a habilidade de articular de fato os motivos para a atividade. Logo, apesar de não serem claras e de frequentemente cometerem erros, as pessoas têm mais conhecimento sobre sua prática do que conseguem muitas vezes expressar, podendo inclusive monitorar e ajustar sua prática para melhor alcançar um objetivo pré-estabelecido. É esta semiconsciência que possibilita aos atores realizar escolhas de fato efetivas.

A efetividade potencial da agência humana é o que torna a atividade individual importante para ser observada e analisada (WHITTINGTON, 2010, p. 111). Porém, a agência é algo mais do que a simples escolha ou habilidade individual. Segundo Giddens (1984), a agência é facilitada por meio do controle sobre “recursos” que, por conseguinte, é realizado por meio da obediência ou rejeição de “regras”. Tais recursos e regras são as propriedades estruturais dos sistemas sociais, sendo que as “estruturas” são princípios gerais e duradouros de ordenamento sistêmico (WHITTINGTON, 2010, p. 111).

De acordo com a teoria da estruturação, as “regras” têm sentido amplo e não englobam apenas aquilo que de certa forma é legislado, mas também rotinas menos formais, hábitos, procedimentos e convenções. Já os recursos, por outro lado, podem ser de dois tipos: alocativos e de autoridade. Os “recursos alocativos” envolvem comando sobre objetos e outros fenômenos materiais. Os “recursos de autoridade” compreendem comando sobre pessoas. Para Whittington (2010, p. 111), parte essencial da estratégia versa sobre os recursos, tanto materiais que são o objeto da estratégia quanto de autoridade que conferem poder decisório sobre os recursos materiais. Segundo Giddens (1984), as pessoas detêm maior capacidade para agência quando possuem mais recursos materiais e quando forem capazes de negociar regras mais plurais. Os recursos conferem poder, já a pluralidade denota discricção. Com esta fórmula, na concepção de Whittington (2010, p. 110), Giddens recusa definitivamente o “individualismo” e rejeita as noções duras ou “deterministas” de estrutura social previamente proeminentes nas ciências sociais, ou seja, as estruturas não são hostis à agência, mas sim essenciais a essa capacidade.

De acordo com Giddens (1984), as interações sistêmicas onde a agência é realizada assumem caracteristicamente três formas: “comunicação”, o “exercício do poder” e “sanção” (veja a figura abaixo).

Figura 2 – Formas de interação da teoria da estruturação



Fonte: Giddens, 1984, p. 29

Estas três formas de interação são analiticamente associáveis a três dimensões estruturais de sistemas sociais correspondentes, quais sejam, “significação”, “dominação” e “legitimação”. A significação refere-se à ordem discursiva e simbólica de um sistema como, por exemplo, as regras que governam as modalidades da fala, o jargão e a imagem

predominante. A legitimação relaciona-se ao regime de instituições normativamente sancionadas. Tais regras partem das limitações e obrigações legais, e alcançam todos os tipos de códigos não escritos incorporados na cultura particular de uma dada organização. Por fim, a dimensão da dominação compreende os recursos materiais e alocativos. Estes, por conseguinte, referem-se às instituições políticas e econômicas como o Estado e as firmas.

A expressão da dimensão estrutural em termos da ação ocorre por meio de modalidades que conectam as estruturas ao discurso (comunicação), ao poder e à respectiva legitimidade institucional (sanção). Logo, as pessoas baseiam a comunicação em “esquemas interpretativos”, os quais estão ligados a estruturas de significação. Estes indivíduos também exercem poder por meio do uso de “instalações” como, por exemplo, os direitos definidos pela estrutura de dominação como aqueles pertencentes à posição organizacional ou propriedade. Por fim, para sancionar, as pessoas baseiam suas ações em “normas” de comportamento apropriado incorporadas em estruturas de legitimação.

Contudo, como as setas de duas pontas horizontais sinalizam (vide Figura 1), as três dimensões analíticas, apesar de distintas, admitem entrelaçamentos na prática por meio do que Giddens (1984) chama de “reciprocidade”. Por exemplo, as normas que analiticamente pertencem à dimensão da legitimidade podem, pela própria doação de legitimidade, reforçar o uso das instalações originado na dimensão da dominação. Logo, os poderes de gestão são reforçados caso encontrem legitimidade.

Ainda, quando considerado o aspecto da reciprocidade, outra noção chave da teoria da estruturação de Giddens (1976, 1979, 1984) refere-se ao que o autor caracteriza como a “dualidade da estrutura”. Por meio dessa dualidade Giddens expressa a possibilidade de substituir o dualismo tradicional (oposição) entre estrutura e agência por meio da asserção da sua mútua dependência. As propriedades estruturais de um sistema correspondem tanto ao meio quanto ao resultado das práticas que recursivamente organizam (GIDDENS, 1984, p. 25). Segundo Whittington (2010, p. 112), essas propriedades estruturais são essenciais para ação, ao mesmo tempo em que são produzidas e reproduzidas por esta mesma ação.

As estruturas não são apenas elementos que limitam o comportamento como a maioria das teorias sociais que enfatiza a hegemonia ideológica e a distribuição desigual de recursos supõe. Tais estruturas também são permissivas na medida em que equipam tanto os recursos que tornam a ação possível quanto as regras que os guiam (WHITTINGTON,

2010, p. 112). Neste sentido, o conceito de estruturação foi desenhando de maneira a incorporar essa dependência mútua entre estrutura e agência. De acordo com Whittington (2010, p. 112), o neologismo adicionado à palavra estática “estrutura” denota o sentido de ação ao longo do tempo, ou seja, a estruturação implica em um ativo processo histórico. Tal processo é desencadeado quando os agentes recorrem às várias regras e recursos dos seus respectivos sistemas. Ao fazê-lo, eles tanto reproduzem quanto reformam os princípios estruturais que organizam suas atividades em primeiro lugar. Logo, conclui Whittington (2010, p. 112-113), a teoria da estruturação admite a continuidade estrutural enquanto permite inovação deliberada e mudança. Tal interpretação está representada nas setas de duas pontas verticais (vide Figura 1), as quais refletem tanto as influências de cima para baixo da estrutura à ação quanto as interferências de baixo para cima da ação sobre as estruturas.

Segundo Whittington (2010, p. 113), na concepção de Giddens (1984) as chamadas “instituições” são as propriedades estruturais relativamente duradouras dos sistemas que tendem a confrontar cada indivíduo como elemento a parte. Porém, em última análise, Giddens insiste que as estruturas somente existem quando produzidas na ação ou na medida em que as pessoas as retêm na memória. Whittington (2010, p. 113) observa que aos olhos dos críticos e rivais como Archer (1995) essa formulação parece fornecer uma característica efêmera e imaterial às estruturas, ou seja, o passado exerce fraca influência sobre o presente e os recursos parecem ser imateriais. Contudo, para o autor a análise de Giddens também revela algumas verdades como o fato das regras que sejam esquecidas perderem sua influência. Em outras palavras, existe pouco valor nos recursos a menos que os direitos sobre estes sejam reconhecidos. Se deixados de lado, as regras e os recursos logo caem em desuso. As propriedades estruturais de um sistema são somente reproduzidas, ou seja, existem enquanto práticas na medida em que seus membros as utilizam na ação.

Na perspectiva de Whittington (2010, p. 113), em termos metodológicos as implicações da dualidade e da estruturação parecem desafiadoramente holísticas. Estritamente, a dualidade implica em igual atenção tanto à estrutura quanto à agência, enquanto estruturação nos incita a compreender o passado ao mesmo tempo em que este é percebido como intimamente engajado com o presente. Contudo, segundo o autor, apesar da orientação teórica de Giddens (1984, p. 281-354), sua percepção parece sensível ao escopo da teoria da estruturação ao promover uma ampla e realista discussão das suas

implicações para a pesquisa empírica prática. O aspecto fundamental da proposta de Giddens (1984) é o conceito de “escalonamento metodológico” onde o pesquisador pode concentra-se em um tema enquanto coloca o restante em espera. Particularmente, Giddens (1979, 1984) propõe uma distinção entre a “análise da conduta estratégica” (o meio pelo qual os atores elaboram suas regras e recursos estruturais em suas atividades sociais) e a “análise institucional” (que suspende o interesse na conduta em favor da compreensão do contexto institucional através do tempo e do espaço).

Segundo Whittington (2010, p. 113), a análise da conduta estratégica tipicamente baseia-se em modos antropológicos e etnográficos de “ampla descrição” podendo ser aplicada, por exemplo, ao estudo de um grupo de estrategistas enquanto trabalham na criação da estratégia em uma dada organização. Já a análise institucional, com seu horizonte mais amplo, muito provavelmente irá fundamentar-se em um conjunto de abordagens macrosociológicas incluindo passagens históricas e quantitativas. Esse tipo de abordagem é relevante para a compreensão da propagação de determinadas estratégias como no caso da consultoria estratégica ao longo do tempo e através de diversos setores ou países.

Na percepção de Whittington (2010, p. 113) é perfeitamente legítimo que o pesquisador opte por uma vertente de pesquisa ou outra no lugar de se sobrecarregar na tentativa de empreender uma análise global. Todavia, é extremamente importante que o pesquisador explicita este escalonamento e reconheça o que está sendo deixado de lado. Segundo Giddens (1979, p. 80), é importante reconhecer que este escalonamento trata-se apenas de uma escolha metodológica que não implica alguma forma de dualismo, mas sim a expressão da “dualidade de estrutura”.

A teoria da estruturação de Antony Giddens oferece, portanto, uma ponte analítica entre a realidade e as visões de mundo quanto à estratégia enquanto prática propostas por Chia e Rasche (2010). Giddens é um teórico da prática social. Para compreender as atividades das pessoas o autor desenvolveu os conceitos de “agência”, “estrutura” e “estruturação”. De acordo com Whittington (2010), o conceito de “agência humana” recoloca a prática como fato social central, uma vez que suas implicações podem ser observadas no mundo como um todo, ou seja, as práticas são relevantes porque têm implicação sobre o resultado da ação social.

Para Giddens (1984), a ação ou atividade humana somente pode ser compreendida a partir da sua respectiva “incorporação institucional”. Daí a relevância da noção de “estrutura social” que facilita ou limita a atividade humana. Neste contexto, a ideia de estruturação funciona como uma ponte móvel que conecta estrutura e agência, permitindo que seu fluxo lógico torne discernível a continuidade das estruturas sociais e também a possibilidade de mudança estrutural. Segundo Whittington (2010), é natural que a hipótese estruturalista da prática seja campo fértil para a pesquisa da estratégia.

Para Whittington (2010, p. 113), a teoria da estruturação é útil para a pesquisa da estratégia enquanto prática por causa de três características essenciais:

- **A atenção ao detalhe micro sociológico:** Giddens tem fascinação pelos detalhes da vida cotidiana. A prática é o centro da sua teoria. Por isso, ele respeita as habilidades e a chamada consciência prática, ou seja, as pessoas precisam apenas viver. É no apressado dos fazeres diários que a teoria da estruturação está apta para admirar as habilidades com as quais um estrategista executa seu trabalho, por exemplo, na manipulação de imagens ou na escolha de palavras. Apesar de ser um admirador da micro sociologia de Erving Goffman, Giddens (1979, p. 81) ressalta a importância da percepção da “dualidade de estrutura” e critica a negligência de Goffman aos fatores institucionais, históricos e de transformação estrutural. Para a teoria da estruturação as atividades cotidianas não são fascinantes por si mesmas, mas porque elas expressam princípios estruturais mais amplos (WHITTINGTON, p. 114).
- **Sensibilidade ao contexto institucional:** essa característica permite a associação do micro e do macro, da conduta e das instituições. Nessa concepção, uma compreensão mais ampla das atividades que compõem a prática requer, portanto, conhecimentos dos princípios estruturais que viabilizam e limitam tal prática. Igualmente, o significado completo de tais instâncias pode ter implicações mais amplas para além do micro período, ou seja, a atividade ocorre em instância institucionalmente situada. Logo, a análise institucional é necessária para completar a compreensão da conduta estratégica.

- **Abertura para mudança:** a teoria da estruturação caracteriza-se por sua maleabilidade, ou seja, fornece abertura para inovação e mudança. Os princípios estruturais são apenas relativamente persistentes. Em outras palavras, tais princípios estão constantemente sujeitos aos conflitos do dia-a-dia. Na perspectiva da teoria da estruturação, a emergência daqueles gestores hierarquicamente intermediários é o resultado de inúmeros empreendimentos individuais para que novas habilidades sejam aprendidas com o objetivo de responder a novas oportunidades tecnológicas e de aceitar novas modalidades de prestação de contas. Na visão de Whittington (2010, p. 114), o trabalho duro multiplicado muitas vezes pode tornar possível a mudança estrutural.

Nesse contexto, pensa-se que as características funcionais da teoria da estruturação podem ser exemplificadas pela imagem da bacia com água e uma esfera lançada sobre sua superfície. É muito comum associar à filosofia oriental o princípio da propagação a partir do qual de uma fonte de emanção ondas de energia são dissipadas ao percorrerem uma dada superfície em um determinado tempo. O funcionamento da dupla estrutura de Giddens é uma questão de percepção que pode ser exemplificado por meio da seguinte imagem: uma superfície côncava, como uma bacia, repleta de água perfeitamente imóvel. Em um dado momento, uma esfera é lançada de cima para baixo no centro da bacia. Esta esfera submerge e em seguida volta à superfície. É possível perceber ondas de propagação que partem do ponto de contato da esfera com a água e se dissipam na borda da bacia, reverberando de volta ao centro como consequência da força mecânica gerada pelo contato da esfera com a água e desta com as bordas da bacia.

Várias condições estruturais estão presentes nessa imagem. A estrutura da bacia está apta a receber, mas é a ação humana, neste caso, que modifica o cenário ao projetar a esfera sobre a superfície da água. À atividade estrutural de projeção da vontade e do desejo humanos são adicionadas as condições estruturais na bacia no momento em que a esfera entra em contato com a água. Várias condições estruturais entram em movimento. A ação humana do projetar a esfera conjuntamente com suas motivações é o passado que estrutura no presente a observação das consequências da ação inicial.

Parte desta análise consiste em tentar compreender o sentido da propagação. Neste processo, entre outros elementos, o agente observador ver-se aprendendo sobre as

condições ambientais que testemunharam o movimento do projetar e suas consequências: propagação e reverberação. A compreensão do sentido passa, então, pela observação das condições estruturais como o motivo para o lançamento da esfera, seu peso e diâmetro, a temperatura da água, seu PH e salinidade, o diâmetro e a profundidade da bacia. A motivação, nesse contexto, apesar de discernível na recapitulação realizada no presente, no ato que gerou o lançamento da esfera poderia estar distante da intenção, funcionando quase como uma ação involuntária. Sua consequência é que gerou o interesse por sua compreensão.

Se pensarmos na estratégia enquanto prática, os conjuntos de ações cotidianas realizadas por praticantes de diversos níveis hierárquicos, em um dado momento, suscitam o interesse para sua compreensão. A teoria da estruturação facilita a alocação de significados a determinadas estruturas observáveis em conjunto com a dinâmica da sua interação. Portanto, a compreensão das múltiplas dinâmicas estruturais permite a escolha posterior de quais práticas observáveis podem ser repetidas e outras que devem ser corrigidas, ou seja, permite a consciência estratégica a partir da prática.

4.4 A estratégia enquanto prática e as tropas brasileiras

As práticas são, portanto, transmissoras da tradição cultural e como tal são, igualmente, representativas da maneira como pensamos e conhecemos, nos habilitando a agir de forma adequada em contextos culturais específicos. Logo, a identificação das predisposições não racionalizadas que moldam a maneira como as ações são empreendidas, em conjunto com a análise das características e condições do terreno e das circunstâncias operacionais, podem ser de grande relevância para o conhecimento do perfil adequado do militar que irá atuar em missões de paz.

Homero, na obra *Odisseia*, ao discorrer sobre a “inteligência prática” e o pragmatismo de Ulisses, apresenta um dos mais conhecidos antagonismos do pensamento estratégico, qual seja, as qualidades contrastantes de quem fundamenta suas ações com base na força (*bié*) e de quem recorre à astúcia (*métis*). Segundo Freedman (2013, p. 23), a estratégia requer a combinação e a capacidade de manipular palavras e ações. Ou seja, uma boa estratégia depende da capacidade de transformar em vantagem um conjunto complexo

de questões por meio do convencimento e/ou persuasão de aliados e opositores a implementar as ações pretendidas.

Em contraposição ao campeão da força Aquiles cuja trajetória é descrita na *Ilíada*, Homero ressalta a capacidade de Ulisses em ponderar as ações desejadas com base na antecipação das suas possíveis consequências por meio de uma complexa rede de instrumentos (FREEDMAN, 2013, p. 28). *Métis*, nesse contexto, corresponde a capacidade de antecipar e planejar, ou seja, pressupõe astúcia e perspicácia. Todavia, a projeção do poder pela força (*bié*) não deve ser menosprezada. Até porque, conforme esclarece Homero na passagem da *Ilíada* sobre os jogos fúnebres em homenagem a Patroclus, durante a corrida de bigas, a maestria na condução dos cavalos não foi capaz de superar um conjunto mais equilibrado em termos da força dos animais e da habilidade em seu manuseio. Nesse caso, o uso da astúcia foi visto até mesmo como desonroso, conforme reconhecido por Heitor ao criticar o subterfúgio (*métis*) utilizado por seu filho Antilochus para ultrapassar Menelaus com o objetivo de chegar em segundo lugar, aproveitando-se de um estreitamento do caminho. Em outras palavras, a *Ilíada* nos ensina que a *métis* (astúcia) não fundamentada por *bié* (força) está fadada ao fracasso (DUNKLE, 1987, p. 4).

O que isso implica? Pensa-se que as dinâmicas da força (*bié*) e da astúcia (*métis*), da persuasão e do convencimento (“corações e mentes”), sejam de extrema utilidade para compreensão da atuação dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. Chia e Rasche (2010, p. 39) argumentam que, diferentemente da *episteme* (verdade universal) e da *techné* (habilidades, técnicas codificáveis), *phronesis* (conhecimento prático) e *métis* (astúcia, inteligência prática), apesar de serem formas de conhecimento tácito diferentes, são adquiridas por meio da imersão e compreensão de práticas sociais incorporadas. Essas práticas são aprendidas inconscientemente de maneira não intencional e emuladas por meio do exemplo. O conhecimento prático é, portanto, gerado na intimidade imediata da experiência vivida, tacitamente adquirido por meio da tentativa e do erro, e do processo de modificação gradual do comportamento. Tal perspectiva pode ser útil para análise da atuação dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. Investigam-se, neste contexto, as implicações estratégicas da prática do militar brasileiro da MINUSTAH, particularmente no contexto do enfrentamento (*in loco* e sutil) das gangues.

Em bases reais, no âmbito dos estudos militares, principalmente em termos da cultura e da pesquisa na academia estadunidense, fala-se das implicações modernas quanto

ao emprego de pessoal civil e militar em situações marcadamente assimétricas junto a populações empobrecidas ou contra as chamadas forças irregulares em ambientes rural e urbano. Nesse tipo de cenário, ressalta-se a importância do chamado “*strategic corporal*”, enfatizando a educação estratégica do militar, mesmo das fileiras hierarquicamente inferiores, uma vez que suas decisões repercutem no nível estratégico da missão (Gen Charles C. Krulak, “*The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*”; Kevin D. Stringer, “*Educating the Strategic Corporal: A Paradigm Shift*”; Cap Calleen Kinney “*The Strategic Corporal: A Building Block Approach*”).

No âmbito organizacional, notadamente no contexto do planejamento militar brasileiro, o processo estratégico segue uma hierarquia decisória quanto aos níveis político, estratégico, operacional e tático. A Sistemática de Planejamento de Emprego Conjunto das Forças Armadas (SisPECFA) trabalha com as chamadas hipóteses de emprego que consistem na antevisão do possível emprego das Forças Armadas em uma determinada situação ou área de interesse estratégico para a defesa nacional. Cabe à Presidência da República, assessorada pelo Conselho de Defesa Nacional, a decisão no nível político a partir da qual se dará o início do processo de planejamento estratégico no âmbito do Ministério da Defesa (MD). Nos níveis político e estratégico do processo decisório brasileiro são formuladas, respectivamente, as chamadas: Diretriz Presidencial de Emprego de Defesa (DPED) e Diretriz Ministerial de Emprego da Defesa (DMED).

A Diretriz Presidencial contém a decisão política quanto ao emprego ou não do poder militar, além de orientações a serem seguidas por ministérios e agências. Já na Diretriz Ministerial é preciso que sejam declarados: 1) os objetivos políticos e estratégicos; 2) os centros de gravidade, do ponto de vista estratégico; 3) as condicionantes políticas ao planejamento; 4) o Estado Final Desejado; e 5) as principais ações estratégicas decorrentes, incluindo as coordenações necessárias com outros ministérios. Por fim, as discussões nos níveis político e estratégico darão origem aos planejamentos operacionais no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Uma vez mobilizado, o quesito estratégico da prática brasileira em missões de paz (*top-down*) poderá engajar-se em operações em cenários complexos caracterizados por severas disparidades socioeconômicas e franco declínio institucional, como é o caso do Haiti. Porém, a pressão da opinião pública local e internacional, além de organizações especializadas, quanto à qualidade da missão, revela a importância da ação estratégica

individual (*bottom-up*). Chia e Mackay (2007), entre outros estudiosos, observam que as respostas individuais aos problemas diários seguem predisposições internas, um *modus operandi*, no lugar de uma intenção consciente. Ou seja, o hábito antecede a cognição. Logo, as práticas dos militares brasileiros em missões de paz podem ser reveladoras dos condicionantes estratégicos que fundamentam o emprego de tropas brasileiras no exterior.

Enquanto em termos do planejamento militar brasileiro parte-se do pressuposto de que a consistência da ação resulta da intenção deliberada e do planejamento (centro estratégico), no terreno os agentes têm sua ação ordenada por um *modus operandi*, uma disposição internalizada construída ao longo dos anos de adestramento militar e desenvolvimento pessoal (periferia estratégica). A alternância entre atividades de combate e de suporte humanitário por parte dos militares brasileiros da MINUSTAH demanda um perfil apropriado de agente que em função das circunstâncias encontradas no terreno e do seu preparo responde de maneira proativa ou não.

Em um capítulo do livro “Diplomacia Brasileira para Paz”, Sérgio Aguilar (2012, p. 217) discorre sobre a chamada “cultura brasileira de missões de paz”. O autor recorre ao paradoxal conceito de “jeitinho brasileiro” para explicar as características do militar brasileiro que contribuem para a resolução de conflitos e enumera vários casos em que a iniciativa e o caráter conciliatório e negociador do militar brasileiro teriam sido decisivos para resolução de problemas no contexto das missões de paz da ONU. A presente tese compartilha dessa perspectiva ao propor a análise das práticas que aparentemente distinguem a abordagem dos militares brasileiros como, por exemplo, o emprego de tropas concomitantemente em ações de enfrentamento das forças adversas e em operações de suporte humanitário como uma forma de angariar apoio e confiança da população local (conquista de corações e mentes).

Portanto, tanto as atividades de enfrentamento das gangues por meio do combate quanto às ações de suporte humanitário por parte das tropas brasileiras da MINUSTAH são práticas que tem implicação estratégica, tanto em termos dos níveis da hierarquia operacional (níveis político, estratégico, operacional e tático) quanto em termos da efetividade das ações empreendidas pelas tropas brasileiras no Haiti. O trabalho junto à MINUSTAH permitiu que o Exército Brasileiro colocasse em prática e testasse suas doutrinas de emprego em uma situação real de combate. Adicionalmente, a mobilização na MINUSTAH tem permitido aos militares brasileiros comparar o nível de preparo dos seus

contingentes com contingentes de outros países, destacando as semelhanças e diferenças de técnicas operacionais e da abordagem dos problemas.

A experiência operacional dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, descrita nos capítulos 6 e 7, pode ser indicativa de uma emergente cultura brasileira de missões de paz, algo evidenciado pelas estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti. Com o objetivo de situar o leitor quanto aos parâmetros institucionais que fundamentam a ação das tropas brasileiras em missões de paz, o capítulo seguinte discorre sobre o envolvimento brasileiro com o caso haitiano, a Grande Estratégia brasileira e a doutrina de pacificação do Exército brasileiro.

5 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO ENGAJAMENTO BRASILEIRO COM A MINUSTAH

O presente capítulo examina aspectos do processo de institucionalização da participação do Brasil em missões de paz das Nações Unidas e apresenta o mais recente documento estratégico-doutrinário que orienta as ações do Exército Brasileiro em termos das Operações de Pacificação, modalidade de intervenção praticada pelos contingentes brasileiros na MINUSTAH.

5.1 O envolvimento com o caso haitiano

O Governo brasileiro, juntamente com a comunidade internacional tem participado dos debates concernentes ao Haiti no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Conselho de Segurança da ONU desde a década de 1990. Porém, durante a década de 1990, o envolvimento brasileiro não foi concretizado em termos da mobilização de tropas ou especialistas. Tal fato pode ter relação com a divergência de posições com os EUA e outros países que apoiavam a intervenção militar por parte da comunidade internacional para que a ordem democrática no Haiti fosse restaurada.

A tese norte americana de que se tratava de uma ameaça à paz e à segurança internacionais prevaleceu sobre os dispositivos interamericanos, os quais deveriam ter sido priorizados segundo a posição brasileira. O processo que envolveu a criação da *Multinational Force* (MNF) e da *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH) em 1994 consistiu na primeira ocasião em que uso da força por parte das Nações Unidas foi sancionado contra um país americano, além de criar precedente ao estipular o uso de todos os meios necessários para restabelecer no poder um presidente democraticamente eleito. Além disso, foi a primeira vez em que se delegou a um país, no caso os EUA, o comando de uma força multinacional com base no Capítulo VII da Carta no lugar das próprias Nações Unidas.

A decisão bem-sucedida por parte dos EUA de alçar a crise haitiana ao CSNU ilustra a debilidade do sistema interamericano em conferir um sentido operacional ao Compromisso de Santiago e à Resolução 1080 da Assembleia Geral da OEA, o que demonstra a deterioração do sistema de segurança interamericano. Segundo Patriota (1998,

p. 129), em um primeiro momento, a crise haitiana contribuía indiretamente para congregar o sistema interamericano em torno de sua reencontrada vocação democrática. Todavia, a transferência da questão para o Conselho de Segurança da ONU acabaria por cindir o hemisfério em um grupo de países partidários da intervenção militar e outro grupo que ou contemplaria aquela alternativa com reservas, ou se oporia a ela, em nome do apego da região aos preceitos da não intervenção nos assuntos internos dos Estados e da solução pacífica das controvérsias. Entre os primeiros se encontravam os EUA apoiados pela Argentina e pelos caribenhos anglófonos; entre os demais estavam Brasil, Cuba, México, Uruguai e Venezuela para citar apenas os que se expressaram publicamente na sessão de 31 de julho de 1994 do Conselho de Segurança, a sessão que adotou a resolução 940, com abstenção do Brasil e da China.

Apesar da Resolução 940 reconhecer “o caráter único da atual situação no Haiti e de da sua grave, complexa e extraordinária natureza, a qual necessita uma resposta excepcional”²⁷, tese defendida pela representação brasileira, construíram-se precedentes importantes para a atuação do CSNU, principalmente quanto ao alargamento das questões que conjugam uma ameaça à paz e à segurança internacionais e que demandariam intervenção por parte das Nações Unidas. Com efeito, mesmo em 2004 quando a ação dos EUA foi no sentido de conduzir ao exílio o ex-Presidente Aristide diante da crise político-institucional no Haiti, o encaminhamento da questão foi similar às ações tomadas em 1994, qual seja, a constituição de uma força multinacional seguida por uma missão de paz das Nações Unidas autorizada e regulada com base no Capítulo VII da Carta, visando a restauração da ordem democrática e a manutenção de um ambiente seguro e estável.

Ao aderir ao conjunto de ações e medidas do CSNU com relação ao Haiti em 2004, o Governo brasileiro legitima em sua política externa o uso da força para solução de crise político-institucional em um país membro das Nações Unidas. É importante lembrar que em 1994 a retórica do Governo brasileiro havia se concentrado exatamente na denúncia do caráter coercitivo da missão de paz e no fato da MNF não estar satisfatoriamente supervisionada pelas Nações Unidas. Entretanto, em 2004, houve uma inflexão da política brasileira com relação ao Haiti e o País decidiu participar e exercer o comando militar da MINUSTAH.

²⁷ ...“*the unique character of the present situation in Haiti and its deteriorating, complex and extraordinary nature, requiring an exceptional response*”, S/RES/940 (1994). Disponível em: <http://www.un.org/docs/scres/1994/scres94.htm>. Acessado em: 25 de abril de 2013.

O discurso diplomático quanto à participação de tropas brasileiras na MINUSTAH destacou um propalado **dever de solidariedade** e interesse comum da região para que se prevalecesse um clima de paz, democracia e desenvolvimento. Dessa forma, a participação na MINUSTAH estaria circunscrita à **não indiferença do Governo brasileiro** para com a crise haitiana. A não indiferença consiste em, diante de sinais de crise política e social em algum país, manifestar a disposição de colaborar para sua superação se assim convocados (PAROLA, 2007, p. 437-438). Tal instrumento consiste em um artifício diplomático para circunscrever o Artigo 4º da Constituição Federal que regula as relações internacionais do Brasil e que prescreve a não intervenção como princípio orientador da política externa brasileira. As teses da solidariedade e da não indiferença, em certa medida, atualizam o discurso brasileiro quanto ao paradigma prevalecente da securitização, discutido anteriormente em termos da crescente mobilização de operações de estabilização. Até então, a tendência era do envolvimento brasileiro apenas em missões de paz reguladas pelo Capítulo VI da Carta, ou seja, em missões não coercitivas.

A MINUSTAH é a primeira OMP majoritariamente regulada pelo Capítulo VII da Carta da ONU da qual o Brasil participa empregando o uso da força no nível tático. A interpretação que foi dada ao Artigo 4º da Constituição Federal quanto a não intervenção foi a de que houve consentimento do Estado haitiano para mobilização de forças internacionais mandadas pelas Nações Unidas. Em outras palavras, houve consentimento no nível político e permissão para que as tropas brasileiras empregassem a força no nível tático. Ou seja, a imposição da paz está vinculada ao combate das gangues e forças desestabilizadoras da governança haitiana. Na interpretação brasileira não há imposição da paz no nível político, razão pela qual as tropas brasileiras receberam permissão do Congresso para serem mobilizadas.

O mandato da MINUSTAH foi originalmente criado pela Resolução 1542 de 30 de abril de 2004 do Conselho de Segurança. Na referida resolução, o CSNU observa a existência de desafios para a estabilidade política, social e econômica do Haiti e determina que esta situação continua a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais na região. Decide-se, então, criar a MINUSTAH e a estipular a transferência de autoridade da *Multinational Interim Force* (MIF) para a MINUSTAH a partir de 1 de junho de 2004. A manutenção de um ambiente seguro e estável a partir do qual o processo constitucional e político possa ter lugar no Haiti é regulada pelo Capítulo VII da Carta. Ao longo dos anos,

o conceito das operações e o uso da força autorizado pelo CSNU foram modificados por outras resoluções com o objetivo de adaptar a missão a mudanças das circunstâncias no terreno e da evolução da situação de segurança e dos fatores socioeconômicos e políticos no Haiti.

5.2 O processo político do engajamento brasileiro na MINUSTAH

Um telegrama secreto do Governo dos EUA de 19 de março de 2004 relata um diálogo realizado entre a então embaixadora americana Donna Hrinak e a então subsecretária para assuntos políticos do Ministério das Relações Exteriores Vera Pedrosa. A embaixadora questiona se o mandato da *Multinational Interim Force* (MIF), atribuído com base no Capítulo VII da Carta, seria um problema para o envio imediato de tropas brasileiras ao Haiti. É questionado, também, se haveria problemas caso a ONU decidisse manter o Capítulo VII para a missão de paz que seria mobilizada em seguida, qual seja, a MINUSTAH. Vera Pedrosa teria replicado que o Governo brasileiro tem tradicionalmente interpretado a Constituição como permitindo que as forças brasileiras participem apenas de operações de manutenção da paz sob o Capítulo VI em oposição às operações de imposição da paz sob o Capítulo VII da Carta. Logo, esse seria sim um problema importante para o Governo brasileiro e, provavelmente, para a aprovação do envio de tropas pelo Congresso Nacional. No entanto, Pedrosa teria reiterado que existe um forte interesse do Governo brasileiro em participar das operações no Haiti. Portanto, um eventual dilema quanto ao Capítulo VI / VII seria contornável caso o Governo brasileiro mantivesse seu interesse em participar.²⁸

Esse entendimento tem impacto direto sobre a forma segundo a qual o Governo brasileiro vinha regulando e justificando sua participação em missões de paz das Nações Unidas. Embora seja comum, a alusão ao Artigo 4º da Constituição Federal carece de uma explicação sobre como operacionalizar princípios como “prevalência dos direitos humanos” e “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, sem falar da “não intervenção”, utilizada tanto pelos que são favoráveis quanto pelos que são contrários à cessão de tropas brasileiras (UZIEL, 2010, p. 100). Ao contrário do que ocorreu em missões anteriores, no caso da MINUSTAH, houve uma movimentação significativa de

²⁸ Telegrama do Governo dos EUA (BRASILIA676) de 19 de março de 2004.

parlamentares contrários à autorização para o envio de tropas ao Haiti. Porém, havia igualmente interesse do Governo Lula em apoiar a missão, já que a Presidência da República vislumbrava o prestígio político que a liderança e a participação na MINUSTAH poderiam representar.

Um telegrama secreto do Governo dos EUA relata que o Presidente Lula se envolveu pessoalmente no processo de aprovação da missão de paz junto ao Congresso Nacional²⁹. Além disso, os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa também se engajaram pessoalmente em consultas prévias com membros do Legislativo a fim de assegurar tramitação menos “controvertida” para a matéria; e mesmo o Comandante do Exército compareceu ao Senado Federal, para fazer “corpo a corpo” no dia da votação (UZIEL, 2010, p. 96).

Segundo Pedrosa (2013, p. 74), em 4 de março de 2004, apenas quatro dias depois do início da intervenção da ONU no Haiti, por meio da Força Multinacional Interina, o presidente Lula recebeu uma ligação telefônica do presidente da França, Jacques Chirac, convidando o Brasil a contribuir com um contingente militar para a força da MINUSTAH. Na ocasião, o presidente Chirac sugeriu que o comando da força seria do Brasil, e afirmou que o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, também era favorável à ideia de o Brasil comandar a força de paz. Durante a conversa telefônica, o presidente Lula se comprometeu a enviar 1.100 soldados e disse que o Brasil ficava honrado com a indicação para o comando da força. Convém lembrar que a MINUSTAH só seria efetivamente criada no dia 30 de abril, quase dois meses após o contato do presidente francês.

Para Pedrosa (2013, p. 74-75), há evidências de que, poucos dias antes, General Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército Brasileiro, teria recebido um telefonema do General James Hill, Comandante do Comando Sul dos EUA, fazendo uma primeira sondagem sobre a possibilidade de o Brasil participar da missão que a ONU pretendia enviar ao Haiti em substituição da MIF. Em seguida, o Ministro da Defesa, José Viegas, recebeu uma ligação telefônica da Embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak, perguntando se e sob quais condições o Brasil lideraria o componente militar da missão da ONU. Finalmente, as primeiras trocas de informação chegaram ao nível presidencial por meio do contato telefônico do Presidente Chirac com o Presidente Lula. Para Pedrosa

²⁹ Telegrama do Governo dos EUA (BRASILIA1291) de 27 de maio de 2004.

(2013, p. 75), é importante destacar que, como o sábado anterior a 4 de março de 2004 foi o dia 28 de fevereiro, a ligação da embaixadora dos EUA ao ministro Viegas teria ocorrido antes da renúncia de Aristide e antes de o CSNU publicar a Resolução 1529, autorizando a intervenção no Haiti e criando a MIF.

De acordo com Pedrosa (2013, p. 75), a posição brasileira quanto à importância da participação nessa missão pode ser avaliada com base em declarações de membros do Governo. Segundo o então Embaixador brasileiro nos EUA, Roberto Abdenur, o comando brasileiro fortaleceria as credenciais do Brasil para um assento permanente no CSNU. O ministro Viegas, da Defesa, acreditava que aquele seria um comando prestigioso. A relação entre a participação brasileira na MINUSTAH e o pleito por um assento permanente no CSNU também ficou evidente no discurso proferido pelo Presidente Lula no dia 2 de novembro de 2004, durante a abertura da XVIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Na ocasião, Lula defendeu a solidariedade latino-americana ao Haiti e cobrou a presença permanente de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A disposição do Governo em participar da MINUSTAH também pode ser avaliada pelo fato de que já no dia 19 de março de 2004 chegava ao Haiti uma equipe militar brasileira encarregada de reconhecer o terreno e colher informações sobre o país e a missão.

Conforme analisa Pedrosa (2013, p 75-76), quando, no dia 30 de abril, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1542, criando a MINUSTAH, o Brasil, então membro eleito daquele órgão, foi convidado oficialmente a contribuir com um contingente de tropas e a assumir o comando da força militar da missão. No dia 04 de maio de 2004, os ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, e José Viegas, da Defesa, enviaram ao Presidente da República uma Exposição de Motivos, propondo o envio de um contingente de 1.200 militares para integrar a MINUSTAH. O documento fazia um breve relato das medidas já tomadas pela ONU para debelar a crise no Haiti e restaurar a paz naquele país, e recomendava:

Em vista da presente situação, acreditamos que o Brasil não poderia deixar de contribuir com um contingente militar para a MINUSTAH. Conforme instruções de Vossa Excelência, o Secretariado das Nações Unidas foi informado de que o Brasil estaria disposto a participar com um contingente de 1200 militares, o que nos tornaria o maior contribuinte da operação e asseguraria o comando da MINUSTAH para o Brasil. Assinalamos, ainda, que a simples expressão da intenção brasileira de contribuir para a Missão, além de confirmar nosso compromisso com o multilateralismo e a solução pacífica de controvérsias, já se mostrou capaz de mobilizar diversos outros Estados latino-americanos em

esforço conjunto para dar solução sustentável, pacífica, democrática e duradoura à situação do Haiti (PEDROSA, 2013, p 75-76).

Quanto à tramitação no legislativo, Pedrosa (2013, p. 76) esclarece que no dia seguinte, 5 de maio, o Presidente Lula enviou ao Legislativo a Mensagem Presidencial 205 (MSC 205/2004), submetendo aos membros do Congresso Nacional a Exposição de Motivos dos ministros das Relações Exteriores e da Defesa, e solicitando autorização para o envio de tropas brasileiras para compor a MINUSTAH. No dia 7 de maio, a MSC 205/2004 foi enviada às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). No dia 12 de maio, os Ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores e Viegas, da Defesa, compareceram ao Congresso Nacional a fim de participar de uma audiência pública realizada em conjunto pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara. Na ocasião, ambos defenderam o envio de tropas ao Haiti. O ministro Celso Amorim disse que a participação do Brasil era importante para ajudar na reconstrução do Haiti, que estava sem alternativas, e onde havia somente o caos. Além disso, de acordo com o Jornal da Câmara, o ministro ressaltou que a participação era importante para a política externa do País, inclusive para o Brasil ter mais voz ativa perante as Nações Unidas. Durante a audiência, o Deputado Fernando Gabeira (sem partido-RJ) posicionou-se contra o envio de militares brasileiros ao Haiti, censurando o presidente Lula por se haver comprometido em enviar tropas antes de consultar o Congresso Nacional.

Durante as discussões no Plenário da Câmara, o Deputado Gabeira voltou a apresentar objeção à participação brasileira na operação, alegando que considerava a decisão do Presidente Lula totalmente equivocada. Mais uma vez, criticou o Presidente por haver assumido o compromisso de enviar tropas ao Haiti sem aprovação do Congresso. Destacou o fato de que já havia tropas deslocando-se do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, o que, em sua opinião, constituía ultraje ao Congresso brasileiro e à Constituição. O principal ponto de discórdia do Deputado Gabeira era o seu entendimento de que o presidente Aristide havia sido deposto em um golpe provocado pelos Estados Unidos, que haviam cortado a ajuda financeira ao governo haitiano e, ao mesmo tempo, haviam financiado a oposição, inclusive grupos armados envolvidos com massacres no passado. No seu ponto de vista, os interesses centrais no Haiti eram norte-americanos, e o que o Brasil iria fazer era garantir a paz americana, a paz francesa e os interesses do Canadá,

principal país que recebe imigrantes do Haiti. Gabeira também se objetou ao fato de que o Presidente da República se comprometeu, em telefonema com o Presidente da França, a prestar um favor a esse país, com o objetivo de disputar um lugar no Conselho de Segurança da ONU.

Conforme apurou Pedrosa (2013, p. 77), as posições das CREDN e CCJC da Câmara foram divergentes. O Deputado José Thomás Nonô (PFL-AL), relator da CREDN apresentou parecer negativo ao envio de tropas ao Haiti. Dentre os aspectos negativos levantados, o relator alegou que o Haiti é um país da área caribenha, sob influência dos norte-americanos, não estando diretamente ligado à nossa área geopolítica de influência. Também observou que a missão não era de guerra nem de manutenção da paz ante um estado belicoso, mas, sim, de convulsão da sociedade civil. Thomás Nonô considerou incoerente a realização de despesas elevadas em uma missão de paz no Haiti, diante da constrangedora situação financeira das tropas, destacando que os contingenciamentos do governo restringiam até itens banais, como a alimentação da tropa. Por outro lado, entendia que o único argumento realmente ponderável, mas oculto, não explícito, era o de que se trata de colocar mais uma perna na cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Concluindo, o relator considerava que o engajamento brasileiro na MINUSTAH era um equívoco político, uma “inoportunidade” administrativa. Finalmente, criticou o fato de que a imprensa já havia divulgado fotos de veículos militares brasileiros já pintados com as cores das Nações Unidas antes de o Congresso Nacional aprovar a missão.

Já o parecer da CCJC, emitido pelo seu relator, o Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), foi favorável ao envio das tropas ao Haiti, argumentando que o Brasil estaria, assim, atendendo a um clamor dos países que repartem conosco a América, respondendo a um apelo da ONU para que colaboremos com o processo democrático haitiano. Nesse sentido, destacou que o Brasil pretende disputar uma vaga, sim, no Conselho de Segurança da ONU, o que não só do ponto de vista político ou de representatividade é fundamental para o País. Votando favoravelmente, o Deputado Beto Albuquerque apresentou uma minuta do Projeto de Decreto Legislativo que autorizaria ao envio da força.

Apesar do voto contrário da CREDN e das críticas de alguns membros da oposição, em 13 de maio de 2004, a Câmara aprovou um Projeto de Decreto Legislativo, autorizando o envio de um contingente de 1.200 militares brasileiros para integrar a MINUSTAH. O

projeto foi enviado ao Senado na mesma data, sendo aprovado naquela casa na semana seguinte, na forma do Decreto Legislativo No. 207, de 19 de maio de 2004.

Para Pedrosa (2013, p. 78), das discussões ocorridas no Congresso durante o processo de aprovação do envio de tropas brasileiras para compor a MINUSTAH, chama a atenção o fato de que em nenhum momento tenha sido levantada a questão de que aquela era uma missão de imposição da paz, baseada no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Tradicionalmente, em função do princípio da não intervenção, estipulado no Artigo 4º da Constituição Federal de 1988, o Governo brasileiro vinha adotando como política não participar de missões de paz que fossem respaldadas pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Segundo esse entendimento, o Brasil só participaria de missões de “manutenção da paz” reguladas pelo Capítulo VI da Carta.

Porém, havia interesse do Governo brasileiro em participar. De acordo com Pedrosa (2013, p. 78), tudo indica que o fator decisivo para a aprovação da proposta do Governo foi a intenção do Governo brasileiro de exibir proeminência política na cena internacional, com o objetivo de justificar seu pleito a um assento permanente no CSNU. Logo no início dos debates no Congresso, o deputado Luiz Carlos da Silva, conhecido como Professor Luizinho, então líder do Governo na Câmara, declarou que considerava que a proposta não encontraria resistências no Congresso, pois era uma oportunidade ímpar de o Brasil continuar disputando uma cadeira permanente na ONU, que convocou o nosso País não só a enviar tropas, mas a comandá-las no Haiti.

5.3 O interesse diplomático-militar brasileiro em engajar-se na MINUSTAH

Além do envolvimento da Presidência da República, havia, igualmente, interesse do Exército brasileiro em participar da MINUSTAH. De acordo com o General Augusto Heleno, antes da tramitação política da consulta formal da ONU junto ao Governo brasileiro quanto à participação na *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*, houve um contato inicial feito pelo General James T. Hill, então comandante do Comando Sul dos EUA, diretamente com o General Albuquerque, então comandante do Exército brasileiro. Tal consulta considerava que a sustentação de um possível envolvimento do Brasil, com um efetivo considerável para os padrões brasileiros,

deitaria do apoio do Exército. O General Albuquerque teria comunicado o contato à Presidência da República e transmitido o interesse das forças sob seu comando³⁰.

Antes de assumir o Comando Sul, o General Hill havia sido chefe de pessoal da Divisão 101 do Exército dos EUA e servido no Haiti como Comandante Adjunto. De acordo com o General Heleno, após consulta inicial feita diretamente pelo Comando Sul, considerando que a questão política da participação não pertencia ao leque de atribuições do General Albuquerque, houve a manifestação do interesse militar brasileiro em participar. Posteriormente, após manifestação da Presidência da República, houve a decisão que o Brasil participaria com o maior contingente e que comandaria a missão. Portanto, segundo o General Heleno, havia dois grandes vetores para a participação brasileira na MINUSTAH: o **vetor militar** porque interessava ao Exército participar como treinamento, como fonte de recursos, como oportunidade de participar em uma missão real, como forma de aperfeiçoamento logístico e, também, em termos doutrinários; e o **vetor político** voltado para a projeção do Brasil no cenário internacional com outro nível de atuação em termos de missões de paz como forma de pleitear um assento permanente no CSNU.³¹

Já a defesa política do interesse brasileiro pela Chancelaria concentrou-se em teses que defendiam o chamado princípio da “solidariedade ativa”, repetido inúmeras vezes pelo então Chanceler Celso Amorim, e o princípio da “não indiferença” quanto aos dramas sociais e humanitários de uma nação amiga. Até mesmo os fatores culturais que por ventura viessem a aproximar a identidade brasileira com a sociedade haitiana foram ressaltados pelo discurso diplomático. Patriota (1998, p. 140), ex-Chanceler brasileiro, argumenta em termos da herança cultural comum dos povos africanos como fator de proximidade entre o Brasil e o Haiti. Segundo o ex-Ministro, enquanto um conhecido autor da área das relações internacionais chamado Samuel Huntington considera o Haiti uma nação com características étnicas, culturais e linguísticas que a distancia tanto da América Latina quanto do Caribe anglófono e da América do Norte, a análise diplomática brasileira argumenta justamente o contrário, considerando que os haitianos são descendentes da mesma etnia africana do Benin que deixou marcas profundas na Bahia e que, apesar da

³⁰ Entrevista concedida pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Juliana Sandi Pinheiro. Brasília, 17 de março de 2011.

³¹ Entrevista concedida pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Juliana Sandi Pinheiro. Brasília, 17 de março de 2011.

relativa distância que separa Salvador de Porto Príncipe, haveria uma afinidade natural entre as duas populações.

Valoriza-se, dessa forma, a vitalidade dos laços inter-étnicos e interlinguísticos para unir as duas nações em torno de uma identidade cultural comum e para o desenvolvimento de projetos de cooperação com vistas ao intercâmbio educacional, cultural e linguístico. Além disso, há um interesse em incorporar uma dimensão desenvolvimentista ao processo de estabilização no Haiti³². Nesse contexto, a MINUSTAH seria uma missão de paz diferente cujos objetivos enfatizam a promoção da estabilização pela via da força da paz, o diálogo entre as diversas facções políticas e a capacitação institucional, social e econômica do país (AMORIM, 2005, p. 8).

Para tal, é necessária a participação intensa da comunidade internacional com vistas à promoção e sustentação de projetos que almejem a solução dos problemas socioeconômicos e de instabilidade política no Haiti. Entretanto, os aportes militares brasileiros à MINUSTAH em muito superam os projetos socioeducacionais e desenvolvimentistas realizados por organizações civis do Governo ou por organizações não governamentais brasileiras no Haiti (ver, por exemplo, os gastos relatados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – em termos da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, 2010 e 2013). De fato, muitos desses projetos são desenvolvidos diretamente pelos próprios militares brasileiros por meio, por exemplo, de ações cívico-sociais e de operações do batalhão de engenharia.

O engajamento com a MINUSTAH estabelece novos parâmetros para a atuação do Brasil em missões de paz da ONU. Comprometidas com um engajamento de longo prazo, as ações do Governo brasileiro têm impacto direto no plano estratégico do teatro de operações, tendo em vista a liderança do componente militar da missão em conjunto com a cessão do maior contingente militar. O modelo de atuação brasileiro, considerando que há um modelo em construção, compreende estratégias onde os próprios militares executam ações humanitárias e de infraestrutura. Segundo o General Augusto Heleno, essas ações são eficazes para a “conquista de corações e mentes”. De acordo com Heleno, é a primeira

³² Em um telegrama secreto do Governo dos EUA de 27 de maio de 2004 é relatado que: “*Brazil, ..., wanted Haiti’s underlying social and development issues to be addressed during this UN operation, and the international community, and especially the U.S., should provide generous financial support. The MRE believed that Haitians had turned to drug trafficking only when there was no other viable economic alternative after international assistance was cut off*”. (BRASILIA1291).

vez em uma missão de paz das Nações Unidas que ações militares com vistas à conquista de corações e mentes estariam sendo executadas³³.

Para Heleno, a maior contribuição doutrinária do comando brasileiro na MINUSTAH para o conjunto das missões de paz das Nações Unidas, idealizadas com base no Capítulo VII da Carta, são as ações humanitárias realizadas por militares, as quais contribuem para angariar a confiança e ações solidárias junto à população local. Apesar de reconhecer que estas atribuições não constituem tarefa tradicional das forças militares, tais instrumentos, considerando a ausência ou a impossibilidade de outros instrumentos operarem em situações de crise, seriam uma forma eficiente para alcançar uma zona de equilíbrio entre a missão de paz e a população local³⁴.

Logo, as chamadas “ações cívico-sociais” (ACISOs) como a doação de comida, brinquedos, assistência médica e desporto teriam grande eficácia para a aproximação entre os militares brasileiros e a população civil. Conforme postula o General Heleno, essas ações deveriam, inclusive, serem conduzidas pelos próprios militares logo em seguida às operações robustas de combate às forças adversas³⁵. Além dessas ações humanitárias, o Governo brasileiro tem crescentemente promovido o emprego das unidades de engenharia do Exército para a coleta de lixo, a perfuração de poços artesianos e a construção de obras de infraestrutura no âmbito dos chamados projetos de impacto rápido (*Quick Impact Projects – QIPs*), muito eficazes na construção de melhores indicadores quanto ao nível de vida da população.

Tais ações foram objeto de interlocução entre os Governos dos EUA e do Brasil. Segundo telegrama secreto do Governo dos EUA de 19 de agosto de 2005, o então Embaixador americano John Danilovich afirma que o então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim reporta que as tropas brasileiras e outros contingentes da MINUSTAH engajaram-se em “operações robustas” nos arredores de Porto Príncipe. Nesse contexto, o ex-Chanceler brasileiro solicita ao Governo dos EUA auxílio financeiro para assuntos civis e projetos humanitários que segundo seu entendimento seriam realizados logo após as ações forçadas da MINUSTAH de supressão das atividades das

³³ Entrevista concedida pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Juliana Sandi Pinheiro. Brasília, 17 de março de 2011.

³⁴ General Augusto Heleno Ribeiro Pereira em palestra intitulada “Operação de Paz no Haiti”, promovida pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), realizada em 14 de outubro de 2005, no Palácio do Planalto.

³⁵ Entrevista concedida pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Juliana Sandi Pinheiro. Brasília, 18 de agosto de 2008.

gângues e grupos violentos. Segundo Amorim, era entendimento do Governo Brasileiro que esforços de assistência localizados deveriam ser executados imediatamente após as operações militares como forma de consolidar a estabilidade e de alcançar a boa vontade da população³⁶. Portanto, a postulação de uma zona de equilíbrio para a missão de paz corrobora para identificação das práticas mais eficazes no terreno, bem como sua relação com as doutrinas de emprego do Exército Brasileiro.

5.4 A Grande Estratégia brasileira e as missões de paz da ONU

Traços da “Grande Estratégia Brasileira” remontam os anos 60 quando o Governo militar tornou público o documento “Conceito Estratégico Nacional” em 24 de agosto de 1968. O Documento, elaborado pelo então Conselho de Segurança Nacional (CSN), postula que entre os objetivos essenciais da nação está seu desenvolvimento socioeconômico em conjunto com sua segurança interna e externa. Por meio desse documento é possível observar prevalência de interesses estritamente domésticos no projeto estratégico nacional, voltado para a manutenção da lei e da ordem interna, no lugar da ampliação da presença internacional por meio, por exemplo, da participação em missões de paz das Nações Unidas, tendo em vista o longo período em que a representação brasileira na ONU não apresentou candidatura para exercer um mandato eletivo no Conselho de Segurança.

Outro aspecto relevante é a relação do Exército Brasileiro, e das forças armadas de maneira geral, com programas de desenvolvimento nacional colocados em prática até o final dos anos 1980 quando teve início a transição democrática brasileira. Ao longo do regime militar, além da ênfase no sistema de educação, teve início um acelerado processo de interiorização com vistas à diminuição dos desequilíbrios regionais por meio inclusive de grandes obras de infraestrutura.

³⁶ “Brazil and other MINUSTAH contingents had launched successful “robust operations” in areas of Port-au-Prince over the past several weeks, Amorim said. In that context, he asked about USG [Governo dos EUA] funds for civil affairs and humanitarian projects that he had been led to understand would follow immediately on forceful MINUSTAH suppression actions against gangs and violent groups. Amorim could not cite specific information about the funds, but reiterated that the GOB [Governo do Brasil] had believed targeted assistance efforts would come immediately in the wake of military operations, in order to consolidate stability and gain public good will. He said reports he was receiving did not indicate that such efforts had moved ahead, and Amorim stressed their importance” (Telegrama secreto, Governo dos EUA, 2005, BRASILIA2231).

Findo o regime militar ao longo dos anos 1980, o projeto estratégico nacional segmentou-se, dando lugar a medidas conjunturais balizadas pela agenda político-partidária dos governos civis. Esses governos, principalmente ao longo da década de 1990, têm priorizado o equilíbrio micro e macro econômico, o combate à inflação e a reinserção do País no sistema internacional.

Com a transição democrática, os direitos civis, sociais e trabalhistas foram incorporados à Constituição Federal de 1988 que manteve o papel das forças armadas, “constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica”, quanto “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Cap. II, Art. 142). Além disso, com o advento da Constituição de 1988, os interesses que regem a inserção internacional do País passam a ser regulados em nível constitucional:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.³⁷

A partir da adoção da nova Constituição teve início o processo de normalização da inserção internacional brasileira, principalmente junto a organismos internacionais. O País participou ativamente das rodadas de negociação do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) que culminou com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 por meio da adoção do Acordo de Marrakesh. Além disso, a representação brasileira na ONU voltou a participar de reuniões do Conselho de Segurança na condição de membro não permanente. Em termos regionais, houve maior desenvoltura da

³⁷ Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acessado em: 17 de maio de 2013.

representação brasileira junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), assumindo posição mais proativa quanto à democracia e à renovação do sistema interamericano.

Também em termos regionais, em consonância com o objetivo estratégico estipulado pela Constituição Federal quanto “à formação de uma comunidade latino-americana de nações”, foi firmado em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Tratado de Assunção que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O Mercosul é produto do empenho político dos Governos argentino e brasileiro que, ao longo dos anos 1980, empreenderam medidas de confiança mútua, assinando tratados de regulação e controle de armas nucleares que culminaram com a criação, em 1991, da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)³⁸. Outras iniciativas regionais nas quais o governo brasileiro se engajou contemplam a tentativa de criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que não saiu do papel, a Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA)³⁹ iniciada em 2000 e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) criada em 2008 que unifica as iniciativas de cooperação regional na América do Sul, conjugando o “Pacto Andino” (Colômbia, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela) e o Mercosul.

Além das iniciativas de cooperação regional, os recursos energéticos e ambientais, incluindo a energia nuclear, assumiram posição preponderante na agenda governamental brasileira dos anos 1990 e início do século XXI. Em 1992, o País sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) em afirmação da inter-relação entre desenvolvimento, sustentabilidade e preservação do meio ambiente, defendendo, assim, os interesses estratégicos nacionais quanto a sua biodiversidade. Vinte anos após a ECO 92, em outra Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a RIO+20, sediada na cidade do Rio de Janeiro em 2012, as discussões pouco avançaram.

Portanto, a inserção internacional brasileira ao longo do processo de transição e consolidação democrática prioriza a atuação em foros políticos multilaterais, a reafirmação dos compromissos de não proliferação nuclear, o aprofundamento da integração regional, a ativa participação nas rodadas de negociação da OMC e a universalização das relações

³⁸ A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares é responsável por verificar se os materiais nucleares existentes em ambos os países estão sendo utilizados para fins exclusivamente pacíficos. Fonte: ABACC, disponível em: http://www.abacc.org.br/?page_id=2. Acessado em: 23 de maio de 2013.

³⁹ Consiste em um programa de integração física do subcontinente latino-americano que almeja a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas.

diplomáticas, buscando-se, por exemplo, a aproximação com a África do Sul, a China, a Índia e a Rússia.

Diante das transformações mundiais, o Governo brasileiro procurou engajar-se na discussão de diversos temas globais, principalmente naqueles que poderiam trazer implicações para a soberania nacional. Esse é o caso, por exemplo, das discussões sobre direitos humanos, ecologia, narcotráfico e terrorismo, nos quais tem-se apregoado princípios como o direito e/ou dever de ingerência, soberania limitada e intervenção humanitária. A atuação brasileira, apesar de não ser orientada por uma clara estratégia de Estado, almeja alcançar a autonomia pela participação.

Esse processo transcorreu de maneira paralela ao contínuo aperfeiçoamento do controle civil sobre as forças armadas que culminou com a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, o qual passou a regular o emprego das forças armadas em missões de paz, outra importante vertente da agenda política brasileira das duas últimas décadas. Conforme mencionado anteriormente, o Governo brasileiro incrementou sua participação em missões de paz das Nações Unidas a partir dos anos 1990, empregando um número cada vez maior de contingentes. Tanto que em 1998 o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) relançou o Manual de Campanha “Operações de Manutenção da Paz” (C95-1), originalmente difundido em 1995. Segundo as disposições expressas no Manual:

... a participação nos **processos de paz, sob a égide de organismos internacionais**, constitui-se em excelente oportunidade para incorporação de enriquecedora experiência militar que, devidamente aproveitada e difundida, revelar-se-á fator de fundamental importância para a melhoria da capacitação da Força Terrestre e dos seus níveis de motivação e profissionalismo...

... [o] desenvolvimento dessas missões pelo Exército Brasileiro, além de constituir-se em prova de confiança em sua capacitação, traz novas responsabilidades à Força. Sem desviar-se de sua missão constitucional básica, da defesa da soberania e da integridade do patrimônio nacional, o Exército deverá estar instruído, adestrado e equipado para responder com oportunidade e eficácia às “operações de paz”, **ratificando a efetividade do emprego da expressão militar como instrumento da política externa brasileira** (grifo nosso)⁴⁰.

O “emprego da expressão militar como instrumento da política externa” coaduna com os propósitos políticos da guerra declarados por Clausewitz. O uso da força implica em guerra, mas a natureza dos conflitos modernos, onde há grande assimetria quanto ao

⁴⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Estado-Maior do Exército (EME). **Manual de Campanha: Operações de Manutenção da Paz (C95-1)**. Brasília: 1998, 2ª edição, parágrafos 1-2.

emprego da força em conflitos que envolvem, majoritariamente, elementos civis organizados, além de guerrilhas e células terroristas, tem apresentado desafios às forças interventoras que, domesticamente, recorrem à expressão “processo de paz” para respaldar o emprego de seus contingentes no exterior.

No caso brasileiro, a atuação das tropas tem estado circunscrita à solicitação de organismo internacional como a ONU e a OEA e à chancela do Congresso Nacional. Segundo a Política Nacional de Defesa (PND),

O Brasil atua na comunidade internacional respeitando os princípios consagrados no art. 4º da Constituição, em particular os princípios de autodeterminação, não intervenção, igualdade entre os Estados e solução pacífica de conflitos. Nessas condições, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), participa de **operações de paz**, sempre de acordo com os interesses nacionais, de forma a contribuir para a paz e a segurança internacionais (MINISTÉRIO DA DEFESA, Política Nacional de Defesa, parágrafo 5.12, grifo nosso).

De acordo com o “Manual de Operações de Paz” (MD33-M-01) do Ministério da Defesa (MD), difundido em 2006, a avaliação preliminar quanto à pertinência da participação brasileira em uma “operação de paz” (OP) compete ao Ministério das Relações Exteriores (MRE),

... “após levar em consideração a situação reinante na área do conflito, bem como avaliar os interesses no que diz respeito à política externa brasileira. Nessa avaliação, o MD deverá ser consultado sobre a oportunidade e a conveniência do emprego de contingente militar brasileiro. Concluindo-se pelo interesse brasileiro em participar, o MRE, autorizado pelo Presidente da República, articula-se com o MD nos assuntos atinentes à área militar (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2006, p. 33).

O emprego do termo “operação de paz” (OP) no lugar de “operação de manutenção da paz” (OMP) ou “missão de paz” mostra certa solidariedade do MD quanto à doutrina de segurança da OTAN, de maneira geral, e dos EUA, mais especificamente. A doutrina norte-americana esclarece que as “operações de paz” são:

Um termo amplo que engloba resposta a crises multi-agenciais e multinacionais, e operações de contingência limitada, envolvendo todos os instrumentos do poder nacional, com missões militares para conter o conflito, restabelecer a paz, e moldar o ambiente para apoiar a reconciliação e a reconstrução, e facilitar a transição para o governo legítimo. As operações de paz incluem a manutenção da paz, a imposição da paz, a promoção da paz, a consolidação da paz, e os esforços

de prevenção de conflitos (US DEPARTMENT OF DEFENSE. *Dictionary of Military and Associated Terms*, 2008, p. 414, tradução nossa)⁴¹

Essa doutrina conjuga sob uma única definição tanto as operações de manutenção da paz quanto as operações de imposição da paz. Contudo, segundo a diplomata Gilda Motta Santos Neves, há uma insistência dos EUA em eliminar o “*keeping*” da expressão em inglês “*peacekeeping*”, em favor da expressão “*peace operations*”. De acordo com a diplomata, o que à primeira vista poderia representar evolução para visão mais abrangente e menos militarista, encerra, na verdade, intenção inversa, de fundir os conceitos de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peace enforcement* e disfarçar o uso da força, tornando menos rigorosa a exigência de consentimento das partes, além de melhorar a imagem das intervenções militares para consumo da opinião pública interna (mídia, parlamentos). A medida também reproduziria terminologia utilizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), organismo originalmente de defesa militar (NEVES, 2009, p. 19).

A segmentação do conceito estratégico nacional a partir dos anos 1990 transparece a falta de sinergia entre as instâncias burocráticas brasileiras, lacuna que a criação do MD ainda não foi capaz de preencher. As agências com vocação militar tendem a reproduzir o padrão terminológico da OTAN na designação e conceituação das missões de paz das Nações Unidas. Já os diplomatas são mais céticos, incorporando as nuances conceituais e terminológicas que interferem diretamente na visão de mundo da política externa brasileira.

De acordo com Eduardo Uziel (2010, p. 101), inexistente uma política geral brasileira para as “operações de manutenção da paz” ou mesmo para as “operações de paz”. Segundo o diplomata, como resultado da ausência de uma política estruturada e de um modelo explicativo das decisões brasileiras, algumas dificuldades são enfrentadas: a) por vezes é extremamente moroso o processo decisório, o que é lembrado pelo Secretariado e pode desacreditar o Brasil; b) podem surgir resistências no Congresso Nacional e na sociedade civil ao envio de tropas, como no caso do Haiti, normalmente geradas por desconhecimento das situações concretas e dos interesses brasileiros; c) são recusadas contribuições solicitadas pelas Nações Unidas com base em motivos, sobretudo,

⁴¹ *A broad term that encompasses multiagency and multinational crisis response and limited contingency operations involving all instruments of national power with military missions to contain conflict, redress the peace, and shape the environment to support reconciliation and rebuilding and facilitate the transition to legitimate governance. Peace operations include peacekeeping, peace enforcement, peacemaking, peace building, and conflict prevention efforts* (US DEPARTMENT OF DEFENSE. *Dictionary of Military and Associated Terms*, 2008, p. 414).

operacionais; d) existe uma inconstância das contribuições brasileiras, que ocorrem por “espasmos” e podem se expandir significativamente, mas estão normalmente atreladas a uma missão e serão reduzidas em igual medida ao fim dela (UZIEL, 2010, p. 101-102).

A despeito da inconstância das contribuições brasileiras e da falta de articulação inter-burocrática evidenciada pela ambiguidade entre o discurso diplomático e os documentos de defesa do MD, o engajamento na MINUSTAH estabelece novos parâmetros para a atuação do Brasil em missões de paz da ONU. Pela primeira vez o Governo brasileiro assumiu o comando militar de uma missão de contingência complexa regulada majoritariamente pelo Capítulo VII da Carta da ONU comprometido com um engajamento de longo prazo e mobilizando o maior contingente militar da missão. Essa decisão inaugura um novo paradigma de atuação, já que é a primeira vez que o Governo brasileiro detém a possibilidade de influir no plano estratégico do teatro de operações no Haiti.

Em termos domésticos, a atuação na MINUSTAH encontra ressonância na Estratégia Nacional de Defesa (END), divulgada em 2008, a qual prevê, entre as ações estratégicas, a ampliação da participação em “operações de paz”, o incremento do adestramento das forças armadas como forma de preparação para esse tipo de missão e a promoção das atividades de um Centro de Instrução de Operações de Paz.⁴² De fato, em 2005 o Exército criou o Centro de Instrução de Operações de Paz (COPAB) para o treinamento de tropas quanto ao uso da força no âmbito do Capítulo VII da Carta. O início das atividades do Centro ocorreu justamente com a preparação da Brigada Haiti. Atualmente é conhecido como Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Centro Sérgio Vieira de Mello (CCOPAB)⁴³.

Por fim, além da PND e da END, outro documento estratégico que incorpora a atuação em missões de paz das Nações Unidas como um vetor importante da inserção internacional brasileira é o “Livro Branco de Defesa Nacional” (LBDN). Nele, o Governo brasileiro considera que:

⁴² MINISTÉRIO DA DEFESA. Estratégia Nacional de Defesa, 2008, p. 54.

⁴³ O CCOPAB, denominado Centro Sérgio Vieira de Mello, prepara militares e civis, tanto brasileiros quanto de países amigos, para atuar em operações de paz e desminagem humanitária. Em 2010, o então Centro de Instrução de Operações de Paz (COPAB), unidade do Exército Brasileiro originalmente implantada em 2005, foi transformado em uma unidade conjunta dando origem ao CCOPAB, passando a reunir integrantes das três Forças Armadas, Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros. Essa integração vem favorecendo acentuadamente a sinergia de esforços desses profissionais nas missões de paz multidimensionais (MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p. 67).

Para a consecução dos objetivos estratégicos de defesa, o Estado brasileiro definiu, em uma perspectiva de longo prazo, as metas constantes do Plano Brasil 2022*, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos:

Meta 1 — Aumentar a capacidade de direção e de atuação conjunta das Forças Armadas, com o acréscimo de seus efetivos em 20% e o estabelecimento progressivo de um orçamento de defesa que permita equipar e manter forças aptas ao cumprimento pleno de suas atribuições constitucionais.

Meta 2 — Vigiar e proteger a totalidade do espaço aéreo brasileiro com meios do poder aeroespacial compatíveis com as necessidades da Defesa Nacional.

Meta 3 — Participar de **operações de paz** e de **ações humanitárias** de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País.

Meta 4 — Aumentar o poder naval brasileiro para cumprir, em sua plenitude, as tarefas de controlar áreas marítimas, negar o uso do mar e projetar poder sobre terra.

Meta 5 — Vigiar e proteger o território brasileiro, articulando adequadamente a Força Terrestre, com especial ênfase na Amazônia e no Centro-Oeste do País.

Meta 6 — Capacitar os quadros do Sistema de Defesa Nacional e dotá-lo de autonomia tecnológica.

* O Plano Brasil 2022 está contido no CD anexo ao Livro Branco de Defesa Nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p. 24, grifo nosso).

O LBDN reconhece que as missões de paz são uma importante face da Organização das Nações Unidas, “uma vez que representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva”. Para o Governo brasileiro, “os três pilares das operações de manutenção da paz são: o uso da força apenas em autodefesa ou na defesa do mandato concedido pelo Conselho de Segurança da ONU, a imparcialidade e o consentimento dos Estados em que as operações ocorrem”⁴⁴. Ainda, segundo o documento, o Governo brasileiro entende que os limites das missões de paz da ONU são claros, tendo em vista que tais missões não podem substituir as partes em conflito. Quanto à atuação brasileira em missões de paz, o LBDN esclarece que:

O Brasil tem sustentado que **as operações de manutenção da paz** devem apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento. O equilíbrio entre esses elementos é uma das prioridades brasileiras, tanto no debate conceitual que resulta na

⁴⁴ MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p. 32.

elaboração das diretrizes da ONU sobre o tema quanto na atuação das forças brasileiras nessas missões.

A atuação brasileira em missões de paz tem-se distinguido, sempre que cabível, pelo empenho na reconstrução dos países em bases social e economicamente sustentáveis. Assim, busca-se, especialmente no caso do Haiti, promover programas inovadores de cooperação técnica em áreas como as de segurança alimentar, agricultura, capacitação profissional, saúde, segurança e infraestrutura. O Brasil tende, também, a aumentar a participação de profissionais civis nas missões, a fim de atender às crescentes demandas por pessoal qualificado nas áreas de segurança pública, controle de fronteira, combate ao tráfico de drogas, sistemas eleitorais, sistemas correccionais e administração pública, entre outras (MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p. 33, grifo nosso).

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) foram encaminhados pela Presidência da República ao Congresso Nacional e, após aprovação pelo Plenário do Senado em 20 de março de 2013, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo nota da Agência Senado, citando a mensagem encaminhada pelo Governo (MSG 83/2012), a PND “é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional”. A END, por sua vez, “estabelece como fazer o que se determinou na Política Nacional de Defesa”. Já o LBDN, “é um documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso à informação sobre o setor de defesa do País”⁴⁵. Esses são alguns dos principais documentos macro estratégicos que orientam a atuação da missão brasileira no Haiti.

5.5 A Doutrina de Pacificação do Exército Brasileiro

Conforme avalia o Tenente Coronel James Bolfoni da Cunha a partir da sua experiência no 7º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz no Haiti, pode-se verificar que os seis primeiros contingentes teriam pacificado o setor brasileiro em Porto Príncipe, Haiti. Segundo Cunha (2008, p. 85), os contingentes foram empregados de junho

⁴⁵ AGÊNCIA SENADO. Redação. “Plenário aprova Política Nacional de Defesa”. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/03/20/plenario-aprova-proposta-de-politica-nacional-de-defesa>. Acessado em: 02 de outubro de 2013.

de 2004 a março de 2007 como “força de pacificação”, conforme preconiza a doutrina brasileira.

Em 2015, após as experiências da última década na MINUSTAH e das Operações Arcanjo em favelas do Rio de Janeiro, o Exército Brasileiro consolida sua doutrina de emprego e lança o Manual de Campanha Operações de Pacificação (EB20-MC-10.217). Esse documento aborda as ações necessárias para restaurar e manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. Tais operações também ocorrem por meio de ações construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 1-1 e 3-2).

O Manual estabelece a doutrina de Operações de Pacificação com o objetivo de orientar as atividades e o emprego dos elementos da Força Terrestre em operações singulares, conjuntas, combinadas e/ou multinacionais necessárias à cooperação ou coordenação militar com as agências civis, em ambiente interagências. Além disso, estabelece a concepção geral de planejamento, preparação, execução e avaliação das operações de pacificação, passíveis de serem conduzidas por elementos de emprego da Força Terrestre em operações no amplo espectro dos conflitos (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 1-1).

As operações no amplo espectro são um conceito operativo do Exército Brasileiro que interpreta a atuação dos elementos da Força Terrestre para obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra. Em termos da situação de não guerra (paz instável ou crise), as operações de pacificação são desencadeadas em áreas de responsabilidade que coincidem com os limites da área de operações. Como exemplo, é possível citar as operações de paz conduzidas com base no Capítulo VI da Carta da ONU ou ainda ações de ajuda humanitária para a restauração da ordem pública, combinada a esforços de estabilização e reconstrução. Neste contexto, as Operações de Pacificação compreendem o emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional

ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não; e de ações construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 1-2, 1-3 e 3-2).

O Manual identifica um ambiente operacional difuso para as ações de pacificação. Trata-se de um cenário globalizado, multifacetado e extremamente complexo. As mudanças experimentadas pelas sociedades, com reflexos na forma de fazer política, e o surgimento de nova configuração geopolítica, vêm, segundo o Exército Brasileiro, alterando gradativamente as relações de poder, provocando instabilidades e incertezas e suscitando o aparecimento de conflitos locais e regionais e a inserção, no contexto dos conflitos, de novos atores, estatais e não estatais, particularmente aqueles que se engajam na violência armada. Nestas condições, na perspectiva do Exército, redes criminosas e grupos extremistas transnacionais de diferentes matizes encontram maior liberdade de ação, explorando a instabilidade dos chamados estados falidos, com graves problemas de governança. Cada vez mais, conflitos são caracterizados por sua longa duração, natureza crônica, baixa intensidade e impacto difuso e exigem soluções complexas de dimensão internacional, envolvendo vetores com interesses diversos (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-1).

Conforme é descrito no Manual, o emprego das capacidades tipicamente militares e a projeção de poder nacional assumem novas formas. Os Assuntos Cívicos (Ass Cív), a Cooperação Civil-Militar (CIMIC, abreviatura em inglês), a Ajuda Humanitária (nacional e internacional) e a participação de organismos internacionais com rígidas imposições legais, dentre outros, normalmente estão presentes no ambiente operacional contemporâneo. Para o Exército, no ambiente operacional contemporâneo, a opinião pública (nacional e internacional) tem se apresentado menos disposta a aceitar o emprego da força nas situações para as quais o Estado aplicava suas Forças Armadas (FA). Além disso, os Organismos Internacionais (OI), Organizações Governamentais (OG) e Organizações Não Governamentais (ONG) têm influenciado diretamente o gerenciamento de crises e a solução de conflitos, exercendo grande influência sobre as operações militares que têm sido desenvolvidas, cada vez mais, em ambientes humanizados ou no seu entorno, dificultando a identificação dos contendores, bem como dos não combatentes, aumentando

a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações desencadeadas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-1 e 2-2).

O contexto estratégico para realização das Operações de Pacificação apresenta como desafios, na perspectiva do Exército Brasileiro, a instabilidade dos Estados, o desrespeito às normas internacionais, a existência de redes extremistas transnacionais organizadas e violentas, e a proliferação de armas de distribuição em massa e de avançadas tecnologias. Para o Exército Brasileiro, na caracterização do ambiente operacional contemporâneo, um dos principais componentes a ser considerado no nível estratégico tem sido a assimetria associada a um elevado grau de imprevisibilidade das ameaças, o que torna cada vez mais difícil a correta identificação, caracterização e localização das ameaças e riscos, condições que deram relevância às Operações de Pacificação. Dentre os fatores que determinam o contexto estratégico para realização das Operações de Pacificação cabe destacar: a política nacional, a localização do teatro ou área de operação (em Território Nacional ou no exterior), a legitimidade, a credibilidade, o amparo legal e a natureza das ameaças (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-4).

De acordo com o Exército Brasileiro, as Operações de Pacificação favorecem a reconciliação entre adversários locais ou regionais e ajudam a restabelecer instituições políticas, jurídicas, sociais e econômicas. Em caso de Operações de Paz em uma nação estrangeira, sob a égide de organismos internacionais, ou em situações de emergência nacional, como agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública, as Operações de Pacificação apoiam a transição para uma governança legítima de maneira coordenada com vetores civis (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-4).

Na perspectiva do Exército Brasileiro, a contribuição militar para pacificação é expressiva e determinante, particularmente no que tange ao estabelecimento ou restituição do ambiente estável e seguro necessário para que os diversos vetores civis, em presença no teatro ou área de operações, possam atuar. O grau de intervenção nas tarefas iniciais do governo local, no Território Nacional ou no exterior, pode variar desde o assessoramento até a utilização conjunta da Força. Em determinadas circunstâncias, quando o governo local ou da nação anfitriã for inexistente, e de acordo com a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de mandato internacional similar (que descreva também os limites da autoridade), pode-se instaurar um governo de responsabilidade da autoridade

militar em benefício da população civil (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-8 e 2-12).

A contribuição militar para a pacificação pode ser operacionalizada com a execução de diversas atividades e tarefas, dentre as quais: a) estabelecer um ambiente seguro e estável; b) facilitar a reconciliação entre adversários locais ou regionais; c) apoiar a criação de instituições políticas, jurídicas, sociais e econômicas; d) facilitar a transição de responsabilidade para uma autoridade civil legítima; e) prestar ajuda humanitária: tratamento médico, dentário e veterinário; construção de sistemas de transporte rodoviário; perfuração de poços e construção de instalações sanitárias básicas; construção e reparação de instalações públicas; detecção e cuidados com explosivos e desminagem humanitária; f) prestar apoio às vítimas de desastres: ativação de albergues; resgate de pessoas ilhadas; distribuição de alimentos; controle da ordem e segurança interna; planejamento e condução da normalização da zona em estado de emergência ou catástrofe, quando expressamente determinado pela autoridade política competente; transporte; evacuação aeromédica e coordenação e apoio a agências estatais de controle de emergências; g) realizar trabalhos de engenharia: desobstrução de vias, remoção de escombros; lançamento e construção de pontes; purificação de água; confecção de obras de arte; execução de obras verticais e horizontais; construção de rodovias, viadutos e ferrovias; execução de serviços de terraplenagem; levantamento topográfico e serviços de cartografia; h) conduzir operações tipo polícia; i) evacuar áreas; j) participar da desmobilização, desarmamento e reintegração de ex-combatentes das partes em litígio; k) auxiliar no monitoramento do cumprimento dos direitos humanos; l) respaldar a ação diplomática pela presença; m) atuar no espectro eletromagnético; n) realizar escolta de comboios e autoridades; o) destruir material bélico capturado; e p) dirigir negociações locais entre os beligerantes visando aos esforços de reintegração e reconciliação (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-12 e 2-13).

É importante destacar que o Exército Brasileiro fundamenta suas Operações de Pacificação em princípios específicos que servem para facilitar o planejamento e a condução das operações a serem desencadeadas em situações de guerra e de não guerra, no amplo espectro dos conflitos (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 3-4 à 3-6):

- **Princípio do Apoio da População** – a garantia de um ambiente seguro, o incremento dos serviços essenciais e de infraestrutura, a atitude correta e a boa comunicação entre os integrantes do componente militar e os habitantes locais onde são desencadeadas as operações são absolutamente essenciais para assegurar o apoio da população. O conhecimento e o entendimento cultural são pré-requisitos em todos os níveis de planejamento e condução das operações. Em locais onde há disputas étnicas, devem-se respeitar as diferenças culturais, todavia sem exacerbar polaridades entre os grupos oponentes envolvidos, sob pena de escalar a(o) crise/conflito ou perder a legitimidade. A conquista de corações e mentes é primordial para o sucesso das Operações de Pacificação, e, para tal, o grau de satisfação dos moradores é um excelente indicador para mensurar o êxito nessas operações.
- **Princípio da Dissuasão** – consiste na conjugação de esforços, particularmente por meio de demonstrações de força, especialmente do componente militar, que desencorajem oponentes ou potenciais adversários a realizar ações que prejudiquem o processo de pacificação e que elevem o custo das ações ao ponto de torná-lo economicamente indesejável e/ou estrategicamente perigoso.
- **Princípio do Enfoque nas Ações Construtivas** – o emprego do componente militar nas Operações de Pacificação deve ser o suficiente para criação de um ambiente seguro e sustentável para a atuação dos vetores civis na reconstrução e na reestruturação dos serviços essenciais, das infraestruturas e de outras condições que otimizem o desenvolvimento local e a governança. Para tanto, o planejamento militar deve ser multidimensional e multidisciplinar, englobando o estudo dos Fatores Operativos.
- **Princípio da Flexibilidade na Geração da Força** – as atividades e tarefas nas Operações de Pacificação são realizadas no ambiente interagências e exigem na composição do componente militar, em particular dos elementos de emprego da Força Terrestre, estruturas flexíveis, adaptáveis e modulares, de acordo com os diplomas legais e protocolos específicos para cada missão. A capacidade a

ser gerada para atender às Operações de Pacificação deve ser pautada pelos fatores determinantes inter-relacionados: doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI).

- **Princípio da Iniciativa** – as forças militares devem ser proativas no desencadeamento de suas atividades e tarefas, evitando posturas reativas às ações de forças oponentes. Além de minimizar o desgaste e possível desmoralização, a antecipação das ações por parte do componente militar é fundamental para evitar que a população local sintam-se desamparada. A obtenção e a manutenção da iniciativa alicerçam as Operações de Pacificação desencadeadas por forças militares, contribuindo para incrementar a possibilidade de alcançar o Estado Final Desejado (EFD) e contribuir para o retorno à normalidade.
- **Princípio da Legalidade** – a atuação de todos os vetores envolvidos nas Operações de Pacificação, particularmente o componente militar, no Território Nacional ou no exterior, deve estar subordinada aos diplomas legais vigentes, mandatos e compromissos assumidos pelo Estado, bem como ao sistema de princípios e valores que alicerçam os elementos de emprego da F Ter. Os integrantes das forças militares devem observar o cumprimento das regras de engajamento e normas de conduta previstas, primordiais para a consecução desse princípio, para que não sejam expostos a responsabilidades disciplinares, civis ou criminais.
- **Princípio da Legitimidade** – é uma condição baseada na observância de princípios e valores centrados na moralidade e correção de atitudes, além do decoro da autoridade, dos indivíduos e dos vetores (militares e civis) atuantes. A legitimidade é alcançada por um mandato específico que define a adequabilidade de uma norma e atesta a sua fundamentação nos princípios da legalidade, justiça e razão. Tão importante quanto o aspecto formal da legitimidade da atuação do componente militar, é a percepção que a sociedade (nacional e internacional) e a população local da área de operações têm sobre a

legitimidade do emprego das forças militares e agências civis na realização de suas atividades e tarefas. A não observância desse princípio pode provocar uma campanha contrária ao processo de pacificação nos meios formadores de opinião pública.

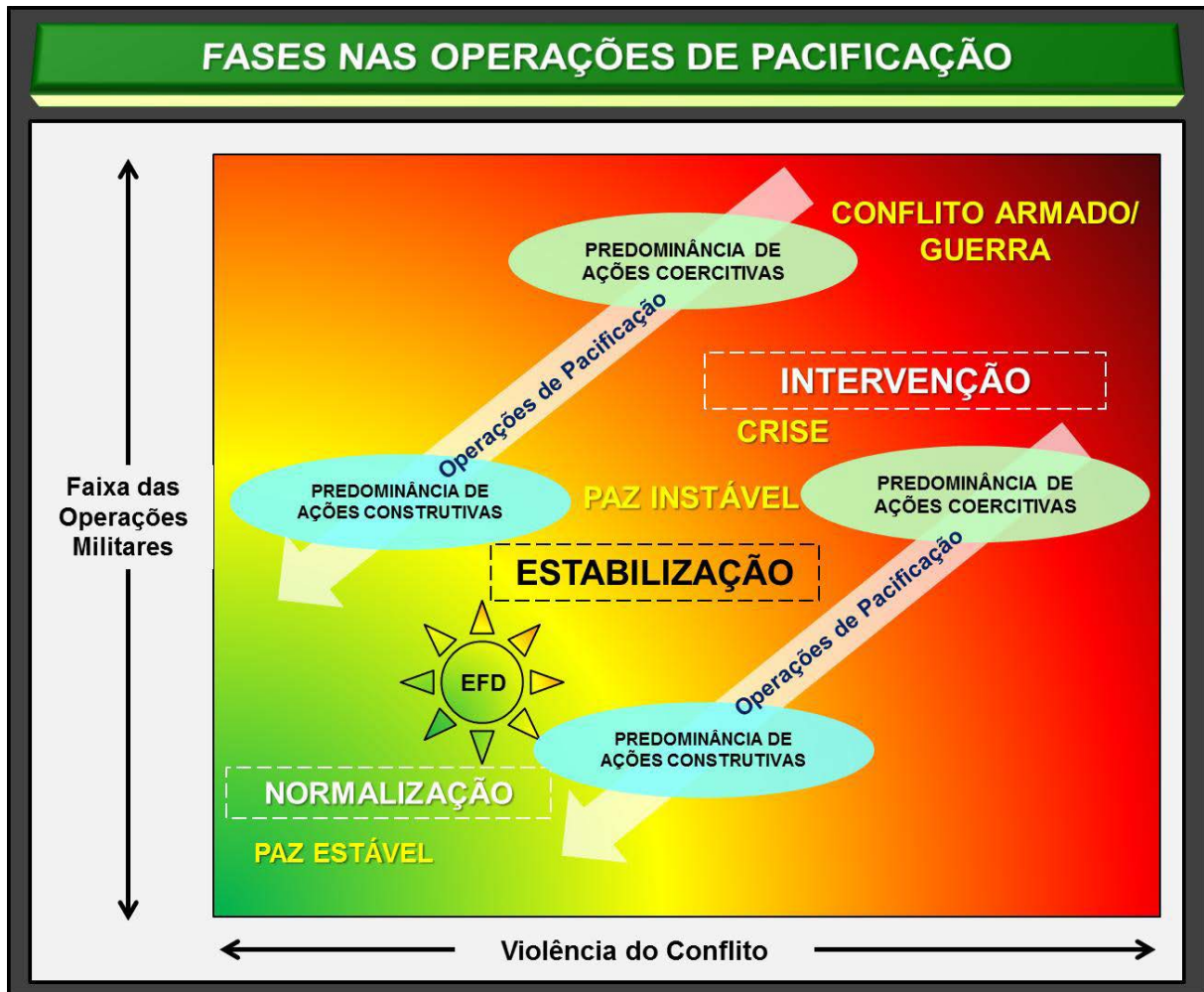
- **Princípio da Proporcionalidade** – consiste na correspondência entre a ação e a reação das forças oponentes e de potenciais adversários, de modo a evitar o excessivo uso da força por parte do componente militar empregado nas Operações de Pacificação, particularmente na fase de intervenção, em que há preponderância das ações militares. Sob Estado de Exceção (Território Nacional) ou regulação de diplomas internacionais específicos (exterior), as normas de conduta e as regras de engajamento devem ser elaboradas de forma a atender esse princípio.
- **Princípio da Razoabilidade** – refere-se à compatibilidade entre os meios e os fins da medida levada a efeito. Nas Operações de Pacificação, o componente militar deve cumprir as suas atividades e tarefas balizadas pela imparcialidade, valendo-se de razão e propósitos concorrentes com os diplomas legais que amparam as ações. Por consequência, as forças militares devem pautar o uso da força restrito ao necessário para mitigar o quadro de crise ou de conflito, e suficiente para contribuir com o retorno à situação de normalidade, objetivo das operações. A aplicação deste princípio visa, ainda, minimizar os danos colaterais que possam escalar a violência ou limitar a liberdade de ação do componente militar, evitando o agravamento da situação.
- **Princípio da Unidade de Comando** – nas Operações de Pacificação, o componente militar – integrado por Forças Armadas e Órgãos de Segurança (federais, estaduais e municipais), nacionais e/ou estrangeiros – deve estar, preferencialmente, subordinado a uma só autoridade militar: o comandante das forças militares. A despeito dessa premissa, deve existir uma unidade de esforços entre o componente militar e as agências civis (órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações não governamentais, empresas e

entidades de ajuda humanitária), possibilitando a coordenação, a integração e a sincronização das ações necessárias ao atingimento do EFD e o retorno à situação de normalidade.

- **Princípio da Unidade de Esforços** – o êxito das atividades e tarefas realizadas nas Operações de Pacificação requer que todos os vetores (militares e civis) trabalhem em direção a objetivos comuns. Diferenças de cultura organizacional, burocracia, formalidade, disputa por recursos e a não aceitação de uma autoridade ou liderança são fatores desfavoráveis a essa unidade. Alguns atores podem participar do processo de pacificação a seu próprio critério, definindo seus papéis a partir de interesses e mandatos nem sempre convergentes aos estabelecidos pelo órgão responsável pela coordenação das ações. Em consequência, a fim de aumentar os níveis de colaboração entre os envolvidos, requer-se o desenvolvimento de métodos de planejamento, mecanismos e, em algumas situações, a sincronização de ações, que fortaleçam a confiança compartilhada entre os diversos vetores (militares e civis), efetivando a unidade de esforços.

Por fim, cabe frisar que as fases operacionais descritas no Manual são compatíveis com o *modus operandi* dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. Segundo o Manual, as atividades e tarefas realizadas pelo componente militar são executadas em fases distintas que compreendem: a intervenção, a estabilização e a normalização (EXÉRCITO BRASILEIRO, Operações de Pacificação, p. 2-10). As ações militares, em cada uma das fases, devem objetivar a construção das condições necessárias para o desenvolvimento de um ambiente favorável à retomada do controle do Estado sobre a área a ser pacificada e têm como finalidades principais: proporcionar um ambiente seguro e estável; proteger a população, ativos e infraestruturas críticas; atender às necessidades críticas da população; conquistar o apoio da opinião pública; e restabelecer o ambiente institucional para o desenvolvimento (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-11).

Figura 3 – Fases nas Operações de Pacificação



Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-10.

A “Fase da Intervenção” caracteriza-se, predominantemente, pela realização de ações militares, por meio de manobra de armas combinadas⁴⁶ contra as forças oponentes e a execução de atividades e tarefas de segurança de área⁴⁷, para criar as condições mínimas de segurança à atuação de forças militares e de diversos vetores civis na fase subsequente a estabilização. A ajuda humanitária e o atendimento às necessidades básicas imediatas da população, devido às condições de insegurança, serão fornecidas, *a priori*, pelo componente militar está presente.

⁴⁶ É a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre, normalmente em ações conjuntas, no Ampla Espectro dos Conflitos para derrotar forças terrestres oponentes, conquistar, ocupar e defender áreas, alcançar vantagens físicas, temporais e psicológicas sobre o inimigo, a fim de obter e explorar a iniciativa.

⁴⁷ Consiste na aplicação dos elementos do poder de combate terrestre em ações unificadas, normalmente em ambiente interagências, no Ampla Espectro dos Conflitos para proteger a população, forças, infraestruturas e atividades, negar posições vantajosas ao oponente e consolidar êxitos, a fim de conservar a iniciativa.

A “Fase da Estabilização” normalmente é a fase mais duradoura e baseia-se nas ações de segurança e apoio ao esforço coordenado de pacificação, uma vez que o ambiente tornou-se relativamente mais seguro se comparado à fase de intervenção. A ajuda humanitária passa a ser realizada, prioritariamente, por agências civis (governamentais e/ou não governamentais).

Finalmente, a “Fase da Normalização” é caracterizada pelo emprego do componente militar em missões que contribuam para a sustentabilidade da região, sendo conduzida por intermédio da realização integrada de quatro ações: segurança, restabelecimento da lei, bem-estar social e econômico, governança e participação. Dentre as atividades e tarefas realizadas, destacam-se: reorganização e treinamento dos órgãos de segurança locais, reconstrução e/ou manutenção de infraestruturas críticas básicas (pontes, estações de tratamento de água e de energia etc), dentre outras.

Esses são alguns dos principais elementos da doutrina de emprego brasileira aplicada e desenvolvida a partir da experiência com a MINUSTAH. Em síntese, observa-se, que em seu conjunto, os documentos estratégicos brasileiros que abordam a participação do País em missões de paz das Nações Unidas como expressão do interesse nacional guardam relação com a decisão brasileira de participar da MINUSTAH. Nesse contexto, o manual de operação de pacificação torna público parte das lições aprendidas no Haiti. A seguir, nos capítulos 6 e 7, são apresentadas as atividades operacionais dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, momento em que poderá ser verificada a aplicação de muitos dos princípios doutrinários acima descritos.

6 A ATIVIDADE DOS CONTINGENTES BRASILEIROS DA MINUSTAH ENTRE DEZEMBRO DE 2004 E DEZEMBRO DE 2007

O presente capítulo descreve a experiência operacional dos batalhões brasileiros da MINUSTAH do 2º ao 7º contingente⁴⁸. O período em questão foi marcado por operações robustas de combate às gangues haitianas. O sucesso das operações foi determinante para mudança de postura das tropas brasileiras. A partir do 8º contingente as ações conjuntas com a Polícia Nacional Haitiana (PNH) foram priorizadas. Por isso, optou-se por descrever a experiência operacional das tropas brasileiras em dois capítulos distintos: Capítulo 6 (2º ao 7º contingentes) e Capítulo 7 (8º ao 20º contingentes).

A experiência operacional brasileira foi descrita com base principalmente nos relatórios finais de emprego dos batalhões brasileiros. Outras fontes de informação foram usadas como entrevistas e artigos elaborados por militares brasileiros que participaram da MINUSTAH ou que tiveram acesso aos relatórios finais de emprego ausentes da relação fornecida pelo Exército à autora do presente estudo, como é o caso do 3º contingente, mobilizado entre junho e dezembro de 2005.

A análise de conteúdo dos relatórios finais de emprego seguiu os critérios descritos na metodologia. Com base nesses critérios foram selecionadas passagens dos relatórios que descrevessem o *modus operandi* das tropas brasileiras e a perspectiva da situação no terreno do ponto de vista dos oficiais brasileiros. Os relatórios não são homogêneos, o que exigiu esforços adicionais para elaboração de um texto que refletisse os objetivos da pesquisa. São apresentados em seguida os resultados do processo de inferência e interpretação dos relatórios finais de emprego do 2º ao 7º contingentes.

Tabela 3 – Relação dos Relatórios Finais de Emprego descritos no capítulo 6

CONTINGENTE	PERÍODO RELATADO	AUTOR
2º	Dezembro de 2004 a junho de 2005	General João Carlos Vilela Morgero
4º	Dezembro de 2005 a junho de 2006	Coronel Luiz Augusto de Oliveira Santiago
5º	Junho de 2006 a dezembro de 2006	Coronel Paulo Humberto Cesar de Oliveira
6º	Dezembro de 2006 a junho de 2007	Não disponível
7º	Junho de 2007 a dezembro de 2007	Coronel Julio Cesar de Sales

⁴⁸ Não foi possível ter acesso às informações sobre as atividades operacionais do 1º contingente brasileiro da MINUSTAH, mobilizado entre junho e dezembro de 2004.

6.1 O conceito de estratégia e as práticas dos militares brasileiros no Haiti

O presente estudo propõe que o conceito de estratégia também seja formulado a partir dos fazeres humanos (práticas) socialmente concebidos e institucionalmente balizados. Porém, o contraste com a visão militar acerca do conceito de estratégia é inevitável, uma vez que a sistemática de emprego de tropas no âmbito das missões de paz das Nações Unidas segue a orientação militar em termos da sua organização e fundamentação doutrinária. Cabe, portanto, esclarecer a partir da visão militar de um ex-comandante do componente militar da MINUSTAH qual é o entendimento militar do conceito de estratégia em termos das missões de paz das Nações Unidas. Segundo essa perspectiva, merece atenção especial a indagação se o Brasil teria (ou não) uma estratégia específica para o Haiti, o que será examinado no decorrer dos capítulos 6 e 7 da presente tese.

De acordo com o General Fernando Rodrigues Goulart, *force commander* da MINUSTAH entre março de 2012 e março de 2013, em entrevista concedida a autora⁴⁹ desta tese em 26 de agosto de 2014,

a rigor o Brasil não tem uma estratégia para o Haiti. O Brasil não tem uma estratégia aplicada pelo componente militar das Nações Unidas no Haiti. [O entendimento que os militares têm de estratégia] é mais desse tipo: o escalão superior, o nível superior, o nível político fixa um objetivo, o nível de baixo vai se preocupar em como atingir aquele objetivo e ele vai formular a estratégia. A estratégia é o como. A estratégia é o como atingir aquele objetivo formulado pelo nível político. Quem tem uma estratégia aplicada pelo componente militar das Nações Unidas no Haiti é a ONU. [Nesse contexto,] o *force commander* recebe o *Military Strategic Concept of Operations* do DPKO [*Department of Peacekeeping Operations*]. Ele recebe uma orientação estratégica e o *force commander*, que não está no nível estratégico, ele está no nível operacional, ele vai receber a orientação estratégica e ele vai transformá-la numa orientação tática para seus homens. Nenhum Batalhão ali [no Haiti] cumpria nenhuma estratégia. Essa é a visão militar. Os Batalhões faziam planos e executavam ordens dos seus comandantes no nível tático. O *force commander* recebia uma estratégia e passava uma orientação que imediatamente se transformava num nível operacional. Já o Secretariado [da ONU] por intermédio do DPKO dava, não para o *force commander*, ele dava para o SRSO [*Special Representative of the Secretary General*] um *Military Strategic Concept of Operations* (CONOPS) que era seguido. O Brasil tinha uma estratégia em relação ao Haiti. Era uma estratégia de governo, mas não era uma estratégia sobre como combater ou atuar

⁴⁹ O General Goulart tem trabalhos publicados sobre motivação para o combate e demonstrou interesse sobre a proposta de pesquisa da autora. O contato com o General foi possível graças à indicação de oficiais do Comando de Operações Terrestres (COTER) do Exército Brasileiro. A entrevista foi realizada de maneira semiestruturada e gravada. Perguntas foram encaminhadas com antecedência ao General que explanou de maneira geral sobre a temática abordada.

no Haiti. Essa é uma estratégia sobre qual é o objetivo do Brasil em relação ao Haiti no tocante às Nações Unidas e como que esse objetivo do Governo brasileiro seria atingido. Eu diria que a estratégia brasileira fica mais na formulação de por que o Brasil vai despender recursos vultosos mantendo uma tropa no Haiti sob a égide da ONU. Por exemplo, um dos objetivos é ampliar sua influência no âmbito da Organização das Nações Unidas que o Brasil prestigia extremamente. Outro é ampliar sua projeção no âmbito da comunidade internacional. Com objetivos desse tipo em mente, uma estratégia do Governo foi participar de uma forma relevante da missão das Nações Unidas para o Haiti e aí entra o componente militar. [Dessa forma,] o *force commander* comanda reportando-se ao Representante Especial do Secretário Geral. Ele comanda o componente militar segundo a orientação emanada das Nações Unidas que está plenamente de acordo com a visão militar mais adequada para a situação do Haiti. Isso também não impede que a interação entre o *force commander* e o conselheiro militar assessor do chefe do DPKO se dê de tal maneira que ajustes na estratégia são feitos a partir das experiências no terreno [ou seja, que haja] troca técnica de informação entre o *force commander* e o *military adviser* lá no DPKO (transcrição de parte da entrevista concedida pelo General Goulart).

Portanto, no entendimento do General Goulart, as práticas das tropas brasileiras no Haiti são produto da doutrina brasileira. Ou seja, aquilo que a literatura da estratégia enquanto prática aborda como sendo estratégia, um oficial militar entende como sendo doutrina:

De certa forma, uma estratégia sobre como fazer alguma coisa no nível muito baixo, o que o militar faz, ele pega aquilo ali escreve num manual e aquilo passa a ser a doutrina. Então, talvez de uma maneira grosso modo possa dizer que a doutrina é a consubstanciação do como fazer, ou seja, da estratégia entre aspas, de como o militar veria a estratégia. Então pode haver alguma coisa entre estratégia e doutrina... Se colocarmos o foco sobre como lidar com situações para o caso específico do Haiti, no nível da área de operações, por parte das pequenas frações que estão atuando, nós temos situações inusitadas que o militar baseado na formação dele vai estudar a situação rapidamente, vai ver o que se apresenta, quem é o elemento adverso, qual é a capacidade, onde está, onde estão os elementos amigos, de onde eu posso receber reforço, onde estão os civis, quais são os meios que eu disponho, como está minha rota de apoio; e aí ele vai tomar uma decisão, ele vai engajar, ele vai manter posição, ele vai pedir reforço; mas exatamente considerando que a resposta tem que ser dada o mais rápido possível nessas situações fugazes do conflito em ambiente urbano densamente povoado se estabelecem as regras de engajamento. Uma das razões é para permitir a resposta rápida ou que seja o mais eficiente possível. A outra é evitar danos colaterais, proteger tanto a tropa como proteger civis, evitar que a tropa transgrida as normas do direito internacional humanitário no caso do Haiti, ou do direito dos conflitos armados no caso de um conflito. Então as regras de engajamento seriam um tipo de automatização do como fazer. Seriam a automatização dessa “estratégia” (transcrição de parte da entrevista concedida pelo General Goulart).

Para o General Goulart é preciso ter cautela ao dizer que o Brasil usa estratégia própria para atuar no Haiti, principalmente em círculos das Nações Unidas:

Tem que se colocar o entendimento correto porque a rigor a estratégia é das Nações Unidas e o Brasil, os militares brasileiros, a rigor usam a sua doutrina, respeitando a regra de engajamento, que é das Nações Unidas, para a qual nós contribuímos, os nossos contingentes, o *force commander* (transcrição de parte da entrevista concedida pelo General Goulart).

Sendo assim, por que o Exército Brasileiro faz o que faz da forma como faz?
Conforme esclarece o General Goulart,

o lema do Exército Brasileiro é “braço forte mão amiga” porque o nosso exército está profundamente enraizado com nossa própria gente que em muitas partes do Brasil é muito carente. Então, isso faz parte da visão do Exército: de ter condição de dissuadir agressões, de atuar caso nossa integridade, soberania ou interesses vitais e nacionais relevantes sejam ameaçados. Para isso, é preciso saber muito bem, estar em condições e desejar empregar seus meios de combate quando for necessário, mas por outro lado também isso não se separa do fato de que é um exército de país em desenvolvimento com boa parte da sua população ainda carente. Nesse aspecto, [o Exército] está sempre pronto para apoiar no caso de desastres naturais, no caso de solicitação de outros órgãos, outros ministérios, para atuar em proveito do desenvolvimento nacional. Então o Exército brasileiro está sempre pronto, atuando junto com o IBAMA na proteção do [meio] ambiente, apoiando programas do Governo como é o caso do programa de distribuição de água no nordeste brasileiro, no semiárido brasileiro, onde nós desencadeamos a operação pipa,..., o programa nacional de contagem de tráfego apoiando o Ministério dos Transportes para melhoria da rede viária. Então, sempre existiu desde seus primórdios essa ligação do Exército com a população. Se ele é forte e tem a prerrogativa do uso da força por um lado; por outro lado ele está sempre disposto a ajudar. No Haiti a missão, por exemplo, foi dada para operar naquele território e aí, repito, além da prescrição doutrinária de que vale a pena ações como ACISO [ações cívico-sociais], como aferição do trato mais adequado possível para garantir o apoio e para ajudar a população na área que está operando, além dessa orientação técnica e prevista na doutrina e treinada aqui no Brasil; os contingentes antes de serem desdobrados, existia já na mente de todo o soldado brasileiro aquela ideia do “braço forte mão amiga”... Muito embora essa noção seja generalizada hoje em dia: que ninguém vai ganhar nenhuma guerra quando o elemento adverso se esconde no meio da população se ele não tirar do elemento adverso o apoio dessa população; o que acontece é que alguns são mais talhados. No Haiti, por exemplo, os brasileiros são muito talhados porque o senso de solidariedade, pela facilidade de desenvolver empatia com os outros, pela simpatia, até por uma questão de ser um país miscigenado, que dá mais confiança do que num país negro o elemento estrangeiro puramente branco, então até isso dá mais facilidade, por uma questão de entender o sofrimento que eles vivem, porque diferente de um soldado que está num país plenamente desenvolvido que não conhece de forma alguma aquele tipo sofrimento, no nosso país ainda existem áreas onde, respeitada a devida proporção, ainda tem gente muito carente; então tudo isso nos dá uma facilidade (transcrição de parte da entrevista concedida pelo General Goulart).

Esclarecida a implicação militar do conceito de estratégia no âmbito das missões de paz das Nações Unidas e elucidado o contexto cultural que serve de fundamento das práticas do Exército Brasileiro no Haiti, inclusive daquelas consubstanciadas em doutrinas

militares, passa-se, então, à análise de conteúdo dos relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH.

6.2 A experiência operacional do 2º, 3º e 4º Contingentes Brasileiros da MINUSTAH

A mobilização da “Brigada Brasileira de Força de Paz”, 2º Contingente, transcorreu entre dezembro de 2004 e junho de 2005. O 1º Contingente havia sido preparado para atuar com base no Capítulo VI da Carta da ONU. Todavia, o recrudescimento da situação de segurança, conforme relatado pelo Secretário Geral da ONU⁵⁰, exigiu a revisão do *modus operandi* da brigada brasileira que a partir do 2º Contingente passou a atuar com base no Capítulo VII da Carta. Conforme descrito no Capítulo 1 da presente tese enquanto o Capítulo VI da Carta da ONU versa sobre a solução pacífica de controvérsias internacionais, o Capítulo VII trata da ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. Em ambos os casos é possível que haja o emprego de tropas da ONU, mas há grande diferença quanto à postura operacional das tropas instruídas para atuarem com base nos Capítulos VI ou VII da Carta.

Segundo o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, *force commander* da MINUSTAH durante a mobilização das duas primeiras brigadas brasileiras de força de paz, em entrevista concedida à autora desta tese em 18 de agosto de 2008, do Capítulo VI para o Capítulo VII da Carta a diferença é grande em termos do emprego da força no terreno. Segundo Heleno, em função das sucessivas experiências e até dos fracassos quanto à mobilização de missões de paz da ONU, principalmente considerando os casos da Somália, de Ruanda, da Costa do Marfim e mesmo do Haiti em 1994, houve a compreensão de que as tropas precisavam ter um nível de proteção maior em termos de regras de engajamento para evitar que sofressem um número de baixas tão excessivo que seu envio passasse a ser questionado no âmbito doméstico dos países contribuintes de tropas.

Posteriormente, de acordo com Heleno, houve o entendimento de que o emprego das tropas também deveria ser eficaz para a conclusão dos mandatos estipulados pelo

⁵⁰ No relatório de 18 de novembro de 2004 (S/2004/908), Kofi Annan afirma que a situação de segurança se deteriorou particularmente em Porto Príncipe (p.2). A principal ameaça vinha de grupos armados que desafiavam e confrontavam o Governo de Transição. A violência fez-se presente na ação de ex-militares que tentavam assumir posições da PNH e nas manifestações em apoio ao ex-Presidente Aristide, havendo a construção de barricadas e tiroteios em Porto Príncipe, principalmente nas favelas de *Bel-Air* e *Cité Soleil*, consideradas como redutos dos simpatizantes dos ex-Presidente.

CSNU. Nesse contexto, as tropas preparadas com base no Capítulo VI são adestradas para operar em uma área onde, por consenso entre as partes contendoras, não haja conflito deflagrado. As tropas atuariam como observadoras no sentido de salvaguardar as negociações de paz. Já no âmbito do Capítulo VII, Heleno argumenta que o pressuposto inicial é o de que a simples presença de uma força da ONU não é suficiente para cessar as hostilidades entre as partes em conflito. As tropas são mais fortemente armadas, havendo margem para que as próprias forças da ONU desenvolvam um amplo espectro de operações para imposição da sua presença no terreno e para o atendimento dos objetivos da missão.⁵¹

Não há como determinar com exatidão se a postura operacional das tropas da MINUSTAH, inclusive dos contingentes brasileiros, se relaciona com o recrudescimento da situação no terreno, mas é importante ressaltar que a força operacional da missão somente alcançou o patamar desejado e estipulado pelo mandado da ONU após um ano de mobilização. O relatório final de emprego do 1º Contingente não foi disponibilizado para análise, mas o efetivo reduzido associado a amplitude da área de responsabilidade da Brigada Brasileira trouxe consequências operacionais para as tropas que precisaram selecionar ações prioritárias dentro do conjunto de operações possíveis.

Segundo o Comandante da Brigada Brasileira, General João Carlos Vilela Morgero,

o 1º Contingente recebeu, inicialmente, uma área de responsabilidade incompatível com o seu efetivo, tendo em vista que outros contingentes ainda não haviam chegado ao Haiti. Com a vinda dos contingentes da Jordânia e do Sri-Lanka, as tropas do Brasil deixaram a região de Carrefour e Cite Soleil, duas áreas problemáticas.

Mesmo com a chegada de outros contingentes em PaP [Porto Príncipe], a ZAç [Zona de Ação] de responsabilidade da Bda [Brigada] ainda continuou incompatível, tendo em vista: o efetivo disponível de fuzileiros, as inúmeras tarefas recebidas da MINUSTAH, o número de PSE mobiliado pela Bda e o afastamento de militares para o *leave* (dispensa obrigatória) após três meses de missão. Esses óbices foram contornados com o estabelecimento de prioridades entre as respectivas áreas e as missões recebidas. Desse modo, conforme a necessidade do momento, a Bda foi obrigada a retificar, várias vezes, os limites entre as suas peças de manobra. Assim, procurou-se dar as melhores condições possíveis para que o Btl Haiti [Batalhão Haiti] atuasse em Bel Air, onde estava o maior problema da ZAç da Bda.

A área de responsabilidade da Bda estende-se até a fronteira com a República Dominicana. Porém, a ZAç da Bda Haiti situada em PaP é a mais sensível de todo o Haiti, tendo em vista que nessa área encontram-se:

⁵¹ Fonte: Entrevistas concedidas pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Juliana Sandi Pinheiro. Brasília, 18 de agosto 2008 e 17 de março de 2011.

- os maiores adensamentos populares de baixa renda, como Bel Air;
- os centros políticos (Palácio Presidencial e Ministérios), comercial, econômico e financeiro do país;
- o porto e o aeroporto internacional;
- a sede da polícia e a penitenciária nacional;
- o melhor bairro residencial, onde estão situadas as embaixadas e as moradias das autoridades (Petion Ville);
- os principais estabelecimentos bancários e comerciais;
- a sede do Partido Lavalas em Bel Air ; e
- o principal abrigo dos Chiméres, também em Bel Air (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 26).

Observa-se, dessa forma, que desde o início da mobilização as tropas brasileiras precisaram adaptar seu *modus operandi* para atender sua área de responsabilidade. As circunstâncias operacionais do período são assim descritas:

A Resolução 1542 da Organização das Nações Unidas estipulou o emprego de Força Multinacional no Haiti para assegurar um ambiente seguro e estável, visando o retorno à normalidade democrática e o funcionamento das Instituições no país.

O Brasil aderiu a missão de tropas, com o maior efetivo e o Comandante da Força. O 1º Contingente, permaneceu em Porto Príncipe de junho a novembro de 2004, sendo substituído pelo atual em dezembro de 2004. O enfoque da missão foi à realização de operações em ambiente urbano densamente povoado; porém, em diferentes fases e circunstâncias, caracterizadas por missões difíceis, complexas e envolvendo riscos. O 1º Contingente no período inicial da missão operou baseado no Capítulo VI da ONU, onde o país ainda estava atônito e desarticulado com a renúncia do Presidente Aristide e saindo de intervenção de força composta por americanos, franceses e chilenos (MIF). Após esse período inicial, o quadro de insegurança começou a aumentar, motivado, entre outros, pela articulação das gangues, a ineficiência do Governo Interino (GIH), o despreparo da polícia local (PNH) e os protestos pró-Aristides feitos pelo Partido da Família Lavalas, onde se abrigam parte dos bandidos denominados Chiméres.

A vinda do II Cont [2º Contingente] coincidiu com a chegada de todo o efetivo previsto para a missão da ONU no Haiti. Assim, foi possível retificar os limites e diminuir a ZAç [Zona de Ação] entre as Unidades, fornecendo melhores condições para o cumprimento da missão, particularmente em PaP [Porto Príncipe]. As excelentes condições logísticas e as instalações definidas das respectivas bases deixadas pelo 1º Contingente deram o suporte necessário para que o 2º Contingente voltasse suas atividades para as operações, facilitando as ações iniciais das tropas brasileiras.

As condições de segurança começaram a se agravar a partir de setembro de 2004. Neste quadro da época, o II Contingente chegou no início de dezembro preparado e na expectativa de entrar em operações de acordo com o que prescreve o Cap VII da ONU. Em seguida a chegada, a Bda Haiti [Brigada Haiti] foi empregada em 02(duas) operações decisivas e de vulto, a Operação Liberté, em Cite Soleil e a retomada da residência do Ex-Presidente Aristides, invadida pelos ex-militares. O sucesso das duas operações auxiliou a diminuir a pressão que a MINUSTAH vinha sofrendo de vários setores no Haiti; bem como, possibilitou o "batismo de fogo" da Bda [Brigada], mostrando que o 2º

Contingente estava bem preparado para cumprir sua missão operacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 20).

O relatório segue assinalando que as operações do 2º Contingente objetivaram contribuir para que fossem alcançadas condições de segurança satisfatórias ao restabelecimento da normalidade institucional do Haiti, considerando a estrita obediência aos aspectos culturais, históricos e legais do país, bem como o pleno respeito à sua população. As ordens em vigor estabeleceram como objetivos específicos da missão: assegurar ambiente seguro e estável; proteger a população civil; e apoiar as ações da Polícia Nacional Haitiana (PNH) (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 21).

Em termos da manutenção de um ambiente seguro e estável, o 2º Contingente brasileiro, conforme expõe o relatório final de emprego, foi bem-sucedido em retomar as áreas que estavam totalmente controladas pelas gangues (*Bel Air* e a região de *Delmas 33*). A doutrina de emprego combinou, além das ações de combate, atividades simultâneas de desobstrução das principais vias, operações de ACISO (ações cívico-sociais) e vasculhamento ⁵² (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 21).

A desobstrução das vias públicas era necessária para garantir o acesso das tropas a áreas dentro das favelas. Segundo o Comandante da Brigada Brasileira,

a colocação de obstáculos nas vias públicas de *Bel Air*, tais como lixo, carcaças de veículos e fossos, interessa particularmente às gangues, que dificultam desta forma o acesso da PNH e da MINUSTAH às ruas do bairro, obtendo maior liberdade para praticar seus atos delituosos. O Estado não provê serviço de limpeza pública em *Bel Air*, o que obriga as tropas da MINUSTAH a retirar o lixo acumulado, sempre que este se torna obstáculo à passagem de veículos ou quando passa representar uma grave **ameaça à saúde pública**. Veículos incendiados são muitas vezes interpostos na via pública para bloquear a passagem de veículos. Nestas situações, a engenharia é acionada para proceder a remoção da carcaça ou, na impossibilidade de emprego imediato desta, os próprios blindados arrastam o veículo até um ponto, permitindo a liberação do trânsito. Vários fossos foram encontrados pelo 2º Contingente, especialmente nas Ruas *San Martin*, *Mariela* e *Des Remparts*. Todos foram fechados pela tropa. Há que se registrar que as gangues fizeram algumas tentativas de reabertura, sempre frustradas pela pronta atuação da tropa brasileira (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 13, grifo nosso).

⁵² Palavra empregada por militares provavelmente associada ao significado do verbo “vasculhar” que segundo o dicionário Houaiss significa: 1) varrer ou limpar com vasculho; 2) procurar ou examinar minuciosamente; esquadrihar, investigar; 3) perscrutar com os olhos; observar; 4) agitar-se, remexer-se, revolver-se.

É importante observar que a abordagem brasileira para o problema de segurança que a obstrução, inclusive com lixo, das vias públicas acarretava agrega a questão humanitária da “ameaça à saúde pública”. O General Heleno, em entrevista concedida à autora em 17 de março de 2011, declara que a limpeza das vias públicas pelas tropas chegou a ser criticada, mas que mesmo assim a decisão operacional foi a de continuar com o serviço que angariou ações solidárias e a gratidão por parte da população carente haitiana.

Para o General Augusto Heleno, a maior contribuição doutrinária do comando brasileiro na MINUSTAH para o conjunto das missões de paz das Nações Unidas, idealizadas com base no Capítulo VII da Carta, são as ações humanitárias realizadas por militares, as quais contribuem para angariar a confiança e ações solidárias junto à população local. Apesar de reconhecer que estas atribuições não constituem tarefa tradicional das forças militares, tais instrumentos, considerando a ausência ou a impossibilidade de outros instrumentos operarem em situações de crise, seriam uma forma eficiente para alcançar uma zona de equilíbrio entre a missão de paz e a população local⁵³.

Logo, a limpeza das vias públicas e as chamadas “ações cívico-sociais” (ACISOs) como a doação de comida, brinquedos, assistência médica e desporto teriam grande eficácia para a aproximação entre os militares brasileiros e a população civil. Conforme postula o General Heleno, essas ações deveriam, inclusive, serem conduzidas pelos próprios militares logo em seguida às operações robustas de combate às forças adversas⁵⁴.

Os relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH mostram que essa postura por parte das tropas brasileiras segue a orientação operacional do comandante da força militar (*force commander*) e que as ações humanitárias realizadas pelos contingentes brasileiros foram executadas mesmo com a falta de apoio do comando civil da MINUSTAH. O Relatório Final de Emprego do 4º Contingente assim expõe as atividades humanitárias realizadas pela tropa:

As atividades de ajuda humanitária continuaram sofrendo algum tipo de restrição por parte da MINUSTAH. A alegação é de que os militares não

⁵³ General Augusto Heleno Ribeiro Pereira em palestra intitulada “Operação de Paz no Haiti”, promovida pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), realizada em 14 de outubro de 2005, no Palácio do Planalto.

⁵⁴ Entrevista concedida pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Juliana Sandi Pinheiro. Brasília, 18 de agosto de 2008.

estariam aqui para realizar tarefas no campo humanitário. Não recebemos, com isso, nenhuma ajuda da Missão.

No entanto, com recursos próprios, durante ACISOs, nas bases do FORTE NACIONAL e PALÁCIO, foram realizados 2435 atendimentos médicos e 354 atendimentos odontológicos, com distribuição de 92 kg de medicamentos; na Base BRAVO foram distribuídos 4625 Kg de alimentos e 2970 "kits" escolares; ainda, durante as ACISO, foram realizadas 12 projeções de cinema para a comunidade, 2260 lanches distribuídos, 03 apresentações de capoeira, 6330 baldes (fornecidos pela ONU) e 19000 litros de água potável, além de 84 caçambas de lixo retiradas das ruas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 24, grifo nosso).

Apesar de sofrerem restrição por parte da MINUSTAH os trabalhos de suporte humanitário continuaram sendo executados pelas tropas brasileiras. No Relatório Final de Emprego do 2º Contingente argumenta-se que:

a ajuda humanitária e a atenção com a população civil são fatores que contribuem sobremaneira para o aumento do número de colaboradores dispostos a cooperar com os esforços da tropa brasileira. O bom relacionamento com a população se reflete também em segurança para a tropa que opera em áreas de grande risco (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 19).

O emprego das tropas se deu simultaneamente em ações de enfrentamento e em trabalhos de suporte humanitário. Isso ocorreu até mesmo nas operações que envolveram o combate às gangues. Segundo o Comandante da Brigada Brasileira,

no final de 2004, algumas áreas em PaP [Porto Príncipe] eram dominadas por Gangues e bandidos, onde o Estado estava, e contínua, completamente ausente, desde os serviços essenciais até em relação a reestruturação das forças policiais. As duas principais áreas nessas condições são Bel Air e Cité Soleil. As tropas da MINUSTAH, naquela época, tinham restrições para atuar nestas áreas. Desse modo, a Bda Haiti [Brigada Haiti] planejou e executou operações de vulto em Bel Air, muitas vezes empregando todas as suas peças de manobra, inclusive a BAdm. **Nessas operações eram realizadas, simultaneamente, ações de ACISO, desobstrução de vias e vasculhamento, sempre saturando a área com efetivo considerado.** Essas operações em Bel Air surtiram o efeito desejado; a liberação das vias em Bel Air permitiu a circulação e o trânsito de viaturas e populares pelo bairro; a assistência à população local aumentou a simpatia em relação à tropa brasileira; e, ainda, o vasculhamento em força feito por frações a pé pelas vielas da favela amedrontou os bandidos, com as varias prisões efetuadas e as apreensões feitas nas residências. Ao mesmo tempo, a tropa se fazia cada vez mais presente em Bel Air (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 22, grifo nosso).

Havia uma orientação por parte da ONU para que as tropas da MINUSTAH atuassem em conjunto com a Polícia Nacional Haitiana (PNH). Porém, muitas vezes as

próprias tropas da MINUSTAH, inclusive os contingentes brasileiros, foram responsabilizadas por operações desastrosas realizadas pela polícia haitiana que resultaram na morte de civis. De acordo com o Comandante da Brigada Brasileira,

Desde o início das operações do 2º Contingente, constatou-se em relação à PNH: a necessidade de um maior preparo, a falta de condições para o cumprimento das missões, a baixa qualificação do pessoal, o envolvimento em ilícitos, a forma violenta e arbitrária de atuar, o descrédito da maioria da população haitiana, o papel de polícia política em apoio ao Governo Interino do Haiti, entre outros aspectos.

A Bda Haiti [Brigada Haiti] sempre entendeu perfeitamente que uma de suas missões é apoiar a PNH. Assim, desde a chegada do 2º Contingente em PaP [Porto Príncipe], a Bda atendeu a todas as solicitações feitas pela PNH, sem exceção. Algumas com o retardo natural, tendo em vista que a maioria das solicitações de apoio era feita com o fato consumado, ou seja, as ações iniciais já desencadeadas ou quando a polícia estava em situação de perigo e com dificuldades operacionais. Muitos desses apoios foram solicitados à noite ou durante a madrugada e, muitos deles, colocavam a tropa brasileira em situação de perigo.

Em diversas ocasiões, a tropa brasileira não foi comunicada das ações de vulto feitas pela PNH, particularmente na Região de Bel Air, onde a polícia costumava atuar de forma violenta e indiscriminada, atingindo inocentes que moram no bairro. Mesmo assim, as patrulhas da Bda cerravam para o local das investidas para atender os feridos e tentar dissuadir outras ações violentas por parte da polícia, chegando, muitas vezes, a ser vítima de atos hostis promovidos pela população. Assim foi, por exemplo, nos dias 25 de fevereiro e 22 de maio onde a investida da PNH deixou vítimas em Bel Air que foram socorridas pelas tropas brasileiras e ainda sofreram hostilidades da população, indignadas com a ação da polícia.

As manifestações e passeatas estão sendo outro problema para a Bda, tendo em vista a posição assumida pela PNH, principalmente o DDO/PaP [*Direction Département de L'Ouest / Porto Príncipe*]. A Bda tomou a iniciativa de coordenar reuniões de trabalho entre os líderes dos movimentos e a PNH, junto com a CIVPOL [*International Civilian Police*], para que fosse cumprido o que estabelece as leis e normas em vigor no Haiti em relação às manifestações. As partes costumavam cumprir o que determinava as normas, exceto o DDO, que se recusava a receber a documentação das lideranças e, ainda, sem motivo justificado, considerava a maioria das passeatas ilegais, particularmente as de origem do Partido Lavalas. Esse fato tomava difícil o trabalho da Bda em relação às manifestações, onde o maior desgaste era dissuadir o confronto iminente entre os manifestantes e a PNH. Por diversas vezes, a Bda impediu a ação violenta da polícia sobre os manifestantes; exceto a do dia 28 de fevereiro quando a polícia lançou granada de gás lacrimogêneo e realizou disparos, mesmo com a tropa brasileira à frente, fazendo uma vítima e ferindo outros manifestantes. Todas as 37 (trinta e sete) passeatas acompanhadas pela Brigada estiveram envolvidas por um ambiente de tensão e dificuldades causadas pela postura da PNH.

Havia fortes indícios de que a PNH infiltrava elementos contratados para realizar atos criminosos contra a população de Bel Air. Muitas das vítimas eram mortas por motivações essencialmente políticas.

Outro aspecto a ser considerado é a missão precípua da CIVPOL que era de assessorar e acompanhar as ações da PNH. Neste aspecto, esse segmento da MINUSTAH devia ter sérias dificuldades em relação à PNH e ao cumprimento de sua missão, pois não conseguia disciplinar a polícia, nem tão pouco orientar a sua forma de atuação ou participar das suas principais ações, principalmente nas áreas de Bel Air e Cite Soleil (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 16-17, grifo nosso).

Esse longo relato por parte do Comandante da Brigada Brasileira revela parte dos condicionantes operacionais aos quais as tropas brasileiras estavam submetidas e demonstra as nuances do problema estrutural haitiano. Outros condicionantes operacionais assinalados no Relatório Final de Emprego do 2º Contingente (2005, p. 23-25) versam sobre:

A Força Adversa – da experiência transmitida pelo 1º Contingente e vivida pelo 2º Contingente, pode-se concluir que as forças adversas presentes no Haiti encontram-se organizadas em gangues que contém fortes traços de possíveis conhecimentos de técnicas de guerrilha em ambiente urbano. Essas gangues possuem suporte financeiro para suas ações, provavelmente de origem externa. A falta de um serviço de inteligência adequado, tanto da MINUSTAH como da polícia, dificulta sobremaneira a identificação dessas forças e o conseqüente planejamento operacional eficaz. Certamente não podemos afirmar que todas as organizações criminosas sejam politizadas, mas algumas gangues possui ligação com o Partido Lavalas. É certo que as condições sócio-econômicas degradantes do povo haitiano e a alta taxa de desemprego são fatores que contribuem para a adesão de pessoas ao delito, em busca de dinheiro ou até mesmo de comida. A morte de dois dos principais bandidos, Green Sonner e Ravix, refletiu diretamente nas operações, diminuindo, sensivelmente, a onda de pânico e boatos e o constante acionamento constante das tropas. A presença das forças adversas em ambiente urbano densamente povoado e a carência de um serviço de inteligência adequado obrigam a presença constante de patrulhas nos locais sensíveis e a permanência de efetivos dispostos diretamente no terreno. No caso do 2º Contingente o maior exemplo dessas ações foi na região de Bel Air.

O Partido Lavalas – é corrente em PaP [Porto Príncipe] que integrantes do partido Lavalas possuem conexões com gangues locais. Segmento desses bandidos, os Chiméres, são grupos organizados com ligações no Lavalas e bem atuante em Bel Air. Militantes do partido aproveitam o fanatismo que parte da população carente tem pelo Ex-Presidente Aristides, para manter operante o partido, realizando manifestações e passeatas. Estes eventos, por vezes terminam em baderna e depredação, particularmente quando em confronto com a PNH. O ódio existente no Lavalas em relação à PNH, e vice-versa, resulta em muita violência de ambas as partes. Esse contencioso deixa as tropas brasileiras sempre em situação muito difícil, particularmente em Bel Air, tendo em vista a missão de apoiar a PNH e de proteger os civis, inclusive de Bel Air. Nesse aspecto, a Bda Haiti [Brigada Haiti] saiu-se muito bem, evitando incidentes de grandes proporções, dissuadindo o uso de violência com a presença efetiva e oportuna de tropas nos locais adequados. O contato frequente do Cmdo Bda [Comando da Brigada] com as lideranças de Bel Air auxiliaram efetivamente para que a população do bairro aceitasse a presença das tropas brasileiras na área, mesmo que algumas dessas lideranças fossem ligadas ao partido Lavalas. A

desobstrução das vias e os ACISOs [ações cívico-sociais] ajudaram a compor esse quadro favorável a Bda.

O Governo Interino do Haiti (GIH) – após mais de um ano no poder, o GIH não implementou nenhum projeto significativo ou realizou qualquer atividade, principalmente nos campos econômico, social e segurança pública; nem tão pouco, atendeu as necessidades básicas da população. O GIH foi incapaz de apresentar qualquer melhoria. Outro agravante, é que a comunidade internacional ainda não efetuou as inúmeras ajudas prometidas ao país. Esses aspectos influenciaram decisivamente no descontentamento geral da população haitiana. Assim, todo o esforço da parte militar fica comprometido, e tende, com o passar do tempo, a cair no vazio e ser ineficaz, aumentando o risco de tornar-se mais um novo fracasso como missão de paz no Haiti, além de constituir-se em fator motivador para aumentar a tensão no país.

Os Militares Desmobilizados – Desde que o Ex-Presidente Aristides dissolveu as Forças Armadas do Haiti, os chamados militares desmobilizados (Ex-FADH), a classe militar extinta tornou-se um problema para os dirigentes do país. Assim que desembarcou no Haiti, mesmo antes de entrar em operações, o 2º Contingente foi empregado para liberar a casa do Ex-Presidente Aristides, tomada por Ex-FADH liderados por Ravix. O sucesso da operação atenuou as ações dos ex-militares em todo o país, bem como arrefeceu a liderança de Ravix junto ao grupo. Porém, no interior do país reacendeu o movimento dos militares, onde diversas ações foram executadas na tentativa de chamar a atenção do governo para essa situação delicada. Entre essas, a tomada pela força de algumas delegacias de polícia feitas pelos Ex-FADH. Desse modo, a Bda foi acionada várias vezes para retomar a delegacia de Thomazeau. Ainda participou da retomada da delegacia de Terre Rouche em apoio ao Batalhão do Nepal, onde um soldado Nepalês perdeu a vida durante o confronto. Após a retomada da casa de Aristide, a liderança de Ravix decresceu. Este optou por juntar-se à gangue de Grenn Sonnen para praticar atos ilícitos. Após a sua morte, o movimento perdeu força e a maioria dos ex-militares entregaram-se às forças da MINUSTAH, sendo conduzidos para a Magistratura, em PaP, vindos de toda a parte do país, na esperança de que o GIH cumpram todas as suas promessas em relação a eles. Até o presente, o GIH não vem cumprindo suas promessas em relação aos Ex-FADH; este aspecto deixa, novamente, a situação explosiva e preocupante, tendo em vistas que mais de 300 Ex-FADH encontram-se na Magistratura sob a responsabilidade e guarda da tropa brasileira

A MINUSTAH – Em que pesem as condições de segurança alcançadas pelo componente militar, que deveriam ser acompanhadas de outras ações e iniciativas, conforme o previsto, toma-se injustificável a inércia de outros segmentos da MINUSTAH. Após mais de um ano da missão, não se observa nenhum projeto executado que poderia ser visível e útil para a população local: nem tão pouco, foi conseguida a sensibilização dos organismos internacionais para os problemas do Haiti. Essa situação tem reflexo imediato nas operações, principalmente com o passar do tempo, onde a percepção da população toma-se cada vez mais negativa em relação à MINUSTAH.

Em relação ao segmento militar, o II Contingente teve um relacionamento muito bom com o EM [Estado Maior] da MINUSTAH, particularmente na parte operacional. O fato do Comandante da Força ser Oficial General Brasileiro tem vantagens e desvantagens. A vantagem é o orgulho e a importância do cargo que, no momento, é ocupado por um brasileiro que, segundo os diversos segmentos locais e internacionais, está se saindo muito bem na função. A ressalva é que a demanda e a cobrança sobre o contingente brasileiro são muito grandes e, muitas vezes, acima de sua capacidade operacional.

Outra dificuldade em relação a MINUSTAH trata-se da atuação da CIVPOL [International Civilian Police]. Esse segmento tem ingerência direta sobre a PNH [Polícia Nacional Haitiana], além de possuir um componente militar, a FPU [Formed Police Units], que trabalha eventualmente com as tropas brasileiras. Porém, a CIVPOL não está subordinada ao Comandante da Força, ficando vinculada ao segmento civil da MINUSTAH, tomando as ligações funcionais de comando e as decisões relativas às operações dificultadas e sem um comando unificado. Além desses aspectos citados, a composição da CIVPOL é muito heterogênea, diversificada horizontalizada, sendo, portanto pouco eficiente (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 23-25, grifo nosso).

Conforme pode ser depreendido do Relatório Final de Emprego do 2º Contingente tanto ex-militares quanto simpatizantes de Aristide pertencentes a agremiações conhecidas como *chiméres* em vários momentos se aliaram a grupos criminosos (gângues) para prática de ilícitos. Algumas ações tinham sim conotação e ambição política, mas na maior parte dos casos tratava-se de um problema criminal conforme aponta o relatório. Em missões de paz anteriores realizadas no Haiti as tropas da ONU não tiveram que lidar com a problemática das gângues da forma como a MINUSTAH vem atuando. A informação de que a força adversa a ser confrontada pelas tropas da ONU seria majoritariamente composta por gângues foi levantada com as tropas já no terreno e por meio da sua atuação. O *modus operandi* do 1º para o 2º Contingente precisou, então, ser adaptado.

Segundo o General Augusto Heleno, antes da mobilização das tropas da MINUSTAH a percepção dos tomadores de decisão da ONU era que os ex-militares seriam a força adversa a ser enfrentada, pois estes eram reconhecidos como os agentes de sucessivos golpes de Estado transcorridos no país. De acordo com Heleno, mesmo durante o processo de seleção para *force commander* da MINUSTAH, ao qual ele precisou passar, as indagações centravam-se em torno dos militares haitianos e o que precisaria ser feito para coibir sua ação. Ou seja, o 1º Contingente foi planejado tendo os ex-militares haitianos como força adversa a ser enfrentada. Por causa disso, a própria MINUSTAH teria sido constituída com componentes militares para confrontar os ex-militares, mas a situação no terreno mostrou-se com uma configuração diferente. Segundo Heleno, os ex-militares haitianos eram um problema, mas não constituíam a principal força desestabilizadora. Conforme esclarece o General, o grande ponto crítico do Haiti era Porto Príncipe e o foco de atuação eram as gângues que estavam implantadas dentro das favelas com algum cunho político, mas de maneira geral com vocação criminal. Na percepção do General Heleno, se a dinâmica das gângues fosse conhecida da ONU antes da mobilização da MINUSTAH

talvez o contingente policial da força seria mais numeroso que o militar. O *modus operandi* precisou ser adaptado para uma situação especial com as tropas empreendendo ações similares a uma missão de polícia⁵⁵.

Hoje a doutrina de pacificação do Exército Brasileiro já antevê o cenário difuso e multifacetado em que as tropas podem ser empregadas. Essa posição foi construída com base nas experiências dos contingentes brasileiros da MINUSTAH e em outras missões similares como nas favelas do Rio de Janeiro no âmbito das Operações Arcaño. Segundo o manual “Operações de Pacificação” o emprego das capacidades tipicamente militares e a projeção de poder nacional têm assumido novas formas. Por um lado, a participação de organismos internacionais governamentais e não governamentais tem influenciado diretamente o gerenciamento de crises e a solução de conflitos, exercendo grande influência sobre as operações militares que têm sido desenvolvidas, cada vez mais, em ambientes humanizados ou no seu entorno, dificultando a identificação dos contendores, bem como dos não combatentes, aumentando a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações desencadeadas. Por outro lado, o enfrentamento das forças adversas dar-se não apenas pela confrontação, mas também por meio da operação da seção de assuntos civis da missão que promove ações cívico-sociais (ACISO) e de ajuda humanitária em ambientes de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-1 e 2-2).

Para o Exército Brasileiro, no ambiente operacional contemporâneo, a opinião pública (nacional e internacional) tem se apresentado menos disposta a aceitar o emprego da força nas situações para as quais o Estado costumava aplicar suas Forças Armadas. Dessa forma, na caracterização do ambiente operacional contemporâneo, um dos principais componentes a ser considerado no nível estratégico tem sido a assimetria associada a um elevado grau de imprevisibilidade das ameaças, o que torna cada vez mais difícil a correta identificação, caracterização e localização das ameaças e riscos, condições que deram relevância às Operações de Pacificação. Dentre os fatores que determinam o contexto estratégico para realização das Operações de Pacificação cabe destacar: a política nacional, a localização do teatro ou área de operação (em Território Nacional ou no exterior), a legitimidade, a credibilidade, o amparo legal e a natureza das ameaças (MINISTÉRIO DA DEFESA, Operações de Pacificação, p. 2-4).

⁵⁵ Fonte: Entrevista concedida pelo General Augusto Heleno Pereira à Juliana Sandi Pinheiro. Brasília, 18 de agosto de 2008.

Conforme é assinalado no Relatório Final de Emprego do 2º Contingente, considerando a natureza da ameaça e as características da área de operação, constata-se a dificuldade de identificar elementos das forças adversas, pois estes costumam imiscuir-se à população logo após lançarem ações contra as tropas da ONU. Além disso, tendo em vista o traçado urbano, o movimento principalmente da tropa motorizada e mecanizada, fica restrito. “Estes ficam expostos às ações de atiradores e de artefatos explosivos, como coquetéis molotov, lançados de lajes pela força adversa”. As gangues por sua vez, “procuram dificultar a circulação em suas áreas de atuação cavando fossos, interpondo carcaças de veículos e estimulando o acúmulo de lixo nas vias públicas”. Adicionalmente, “utilizam-se muitas vezes de uniformes da PNH para promover suas ações. Desta forma, conseguem confundir suas vítimas, além de denegrir ainda mais o nome da Polícia Nacional” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 32-33).

Em termos operacionais as atividades das gangues eram confrontadas por meio de ações coordenadas que envolviam grandes efetivos e incluíam buscas realizadas nas residências que resultava em um grande número de prisioneiros. Contudo, a cada nova operação desta natureza o número de detidos caía, pelo progressivo conhecimento da forma de emprego da tropa brasileira por parte da força adversa (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 12). O *modus operandi* das tropas brasileiras foi progressivamente sendo adaptado às circunstâncias operacionais. Por exemplo, dentre as ações preferenciais dos *chiméres* (gangues que congregavam simpatizantes do ex-Presidente Aristide) encontravam-se os incêndios criminosos provocados principalmente em mercados públicos, feiras, casas de desafetos políticos, comissariados e depósitos de mercadorias. Assim que tomavam conhecimento do sinistro as tropas brasileiras se dirigiam ao local, isolavam a área, acionavam os bombeiros e auxiliavam no atendimento das vítimas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 12-13).

Esse tipo de postura mostra a complexidade do ambiente operacional e a variedade de atribuições a serem cumpridas pelas tropas brasileiras. Esses condicionantes extrapolaram até mesmo a função de polícia que as tropas tiveram que exercer. Pensando na estratégia enquanto prática, nota-se que as ações são dirigidas para superação da circunstância imediata, mas que existe uma orientação doutrinária em solidariedade às

necessidades dos haitianos. A forma de emprego das tropas brasileiras valorizou a função da Seção de Assuntos Cíveis da MINUSTAH, cujo expediente, conforme descrito no relatório final de emprego, consiste em assessorar o Comandante nos assuntos atinentes com vistas a manter e desenvolver uma atitude positiva da população haitiana em relação ao contingente brasileiro (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 116).

A postura de engajamento da tropa brasileira foi se modificando com a evolução da situação no terreno, culminando com a ênfase humanitária a partir de 2007. A análise de conteúdo do Relatório Final de Emprego do 2º Contingente revela que a atividade das gangues concentrou grande parte dos esforços das tropas brasileiras, o que foi traduzido no relatório final de emprego em termos da maior frequência das palavras correspondentes ao índice “menção às forças adversas”.

“Gangue” foi a unidade de registro que alcançou maior frequência dentro do índice “menção às forças adversas” com um total de 57 repetições. Além disso, as palavras “gangue” e “forças adversas” apresentam coocorrência⁵⁶ dentro da mesma unidade de contexto em pelo menos duas ocasiões dentro do relatório, sendo o termo “gangue” definidor contextual do termo “forças adversas”:

... pode-se concluir que as **forças adversas** presentes no Haiti encontram-se organizadas em **gangues** que contém fortes traços de possíveis conhecimentos de técnicas de guerrilha em ambiente urbano (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 23, grifo nosso).

Tanto o termo “gangue” quanto o termo “forças adversas” apresentam coocorrência com a palavra “ACISO” (ações cívico-sociais) como explanação das atividades executadas pelas tropas:

Em relação a assegurar ambiente seguro e estável, a Bda Haiti conseguiu retomar áreas que estavam totalmente controladas pelas **gangues**. As operações da Bda possibilitaram o controle de Bel Air e da Região de Delmas 33. Em Bel Air, por exemplo, as operações foram executadas combinando, simultaneamente, ações de desobstrução das principais vias, operações de **ACISO** e vasculhamento sucessivos. Ainda, após estas operações, a presença efetiva da tropa no local contribuiu para que fosse efetivado o controle da área, permitindo a livre circulação e o funcionamento do comércio e das escolas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 21, grifo nosso).

⁵⁶ Para Bardin (2011) quando duas ou mais unidades de registro são encontradas dentro da mesma unidade de contexto há a chamada coocorrência.

...

(27 Jan 05) A Bda [Brigada] realizou uma operação em Bel Air (Op Macajoux), vasculhando os quarteirões entre os cruzamentos das ruas Remparts ao norte, Fronts Forts ao sul, Delmas 2 st a leste e Ou Peuple a oeste, removendo o lixo e as carcaças existentes e tapando as valas preparadas pelas **forças adversas**, permitindo o livre acesso das pessoas e veículos. Resultou em seis pessoas detidas, das quais duas foram identificadas como criminosos e na apreensão de 04 kg de maconha, um equipamento rádio Motorola e munição. Durante a operação foi realizada uma **ACISO** com atendimento médico e odontológico, e foram distribuídas cestas básicas em algumas escolas. O FC [*force commander*] que pôde acompanhar "in loco" as operações, reconheceu e elogiou o planejamento e os resultados alcançados na mesma (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 46, grifo nosso).

A palavra “ganguê” aparece na mesma unidade de contexto do termo “*chiméres*” em pelo menos quatro ocasiões. Na passagem descrita abaixo é possível observar que o termo “*chiméres*” delimita a palavra “ganguê”:

É corrente em PaP [Porto Príncipe] que integrantes do partido Lavalas possuem conexões com **ganguês** locais. Segmento desses bandidos, os **Chiméres**, são grupos organizados com ligações no Lavalas e bem atuante em Bel Air (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 23, grifo nosso).

O 2º Contingente brasileiro da MINUSTAH precisou lidar com a piora do quadro de segurança no Haiti, agravado pela ação das gangues. A comparação dos índices da análise do conteúdo do Relatório Final de Emprego do 2º Contingente é relevadora da ênfase operacional das tropas. As unidades de registro do índice “menção às forças adversas” somam mais do que o dobro de repetições quando comparadas com a frequência das unidades de registro do índice “menção a trabalhos de suporte humanitário”. Em seu total, os termos “força(s) adversa(s)”, “ganguê”, “Chimere”, “ex-militares” foram repetidos 137 vezes. Já a frequência das palavras “Assuntos Civis (As Civ)”, “humanitária”, “humanitário”, “ações cívico-sociais (ACISO)”, “cooperação/coordenação civil-militar (CIMIC)” e “projeto de impacto rápido (QIP)” somou um total de 57 repetições.

Interessante notar a coocorrência dos termos “ACISO” e “humanitária” quando da explanação das ações de enfrentamento da tropa:

A ocupação de Bel Air ocorreu no mês de janeiro e, a partir daí, apoiada em operações **Acisos**, **ajuda humanitária** e negociação, avançou no sentido do Forte Nacional, onde instalou uma das suas frações em 31 de março.

A partir de fevereiro, iniciaram-se as manifestações em Bel Air, contra as eleições, o GIH, a PNH e a favor da volta do ex-Presidente. A PNH, à revelia da

Brigada Brasileira, tentou reprimir algumas dessas manifestações, tendo como resultado mortes entre a população civil, causada pelo fogo indiscriminado da Polícia. A partir daí, escoltas da Brigada Haiti começaram a ser alvos de emboscadas e de atiradores. Mesmo assim, as **Acisos** e ações de **ajuda humanitária** continuaram naquela região, e em outros pontos da cidade (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 130, grifo nosso).

Observa-se que a despeito das ações indiscriminadas da polícia haitiana, os trabalhos de suporte humanitário por parte das tropas foram uma solução doutrinária para remediação da insatisfação do povo. Ainda assim, as tropas continuaram sendo alvos de emboscadas. A atuação do 2º Contingente foi marcada, portanto, por ações simultâneas de combate e de suporte humanitário (enfrentamento humanitário), sendo que a ênfase operacional foi assim descrita:

... retomada da residência do ex-Presidente Aristide; segurança dos eventos comemorativos de final de ano; ocupação operacional do Bairro de Bel Air; viabilização do carnaval 2005, tendo em vista que o de 2004 foi cancelado; proteção física dos ex-militares; recuperação de logradouros públicos; recuperação de vias; desobstrução de vias tomadas pelo lixo; distribuição de alimentos; acisos; escolta de pessoas comuns e de autoridades: recuperação de carros roubados; negociação e assistência social, para evitar o agravamento da insatisfação dos ex-militares; viabilização de passeatas, garantindo direito de livre expressão das pessoas; contribuição para o andamento do processo eleitoral; recuperação parcial do Forte Nacional, que estava abandonado e depredado, devido à situação de violência nas circunvizinhanças; e escolta de pessoas e autoridades para diversos Departamentos (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 130).

A conclusão parcial das operações realizadas pelo 2º Contingente foi a de que este:

... cumpriu um programa de preparação intensivo no Brasil, que se mostrou útil na área de operações. Da mesma forma, a sinergia dos recursos disponíveis em situações críticas e ocupação de áreas de interesse, o emprego de ações de força, combinada com ações sociais/humanitárias e a busca da negociação isenta, tem constituído em diferencial a seu favor.

Portanto, verifica-se que o segundo Contingente da Brigada Haiti cumpriu a sua missão de proporcionar um ambiente seguro e estável necessário à recondução do processo constitucional do Haiti. Além do mais, estabeleceu uma relação de convivência cordial com o povo e as instituições do país, que deve ser mantida em proveito do cumprimento da missão (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 132).

Para o Capitão Marco Aurélio Gaspar Lessa (2007, p. 87), as diversas mudanças no modo de atuar da Brigada (2º Contingente) e nos limites de suas peças de manobra atenderam ao princípio da oportunidade, tornando as operações eficientes e poupando o

seu pessoal de baixas no transcorrer das operações. Grandes operações foram planejadas e executadas com o intuito de liberar áreas dominadas pelas gangues. A ocupação permanente do Forte Nacional e de outras bases de combate, em caráter temporário e em locais críticos, assegurou maior liberdade de circulação para a população. A utilização de patrulhas móveis e leves, motorizadas e a pé, permitiu aumentar a visibilidade e fornecer uma maior sensação de segurança.

Apesar disso, o período de junho a dezembro de 2005 foi marcado por amplas operações de pacificação de áreas conflagradas e de enfrentamento das gangues em função dos preparativos para realização das eleições legislativas e presidenciais. O Relatório Final de Emprego do 3º Contingente não foi disponibilizado para análise. O período em questão pode ser considerado uma espécie de *turning point* para as operações militares da MINUSTAH. O risco da perda de controle em áreas vitais de Porto Príncipe impôs uma postura operacional mais agressiva por parte das tropas.

O 3º Contingente precisou lidar com a piora da situação de segurança. O Capitão Lessa (2007, p. 87), que teve acesso ao relatório final de emprego do período, afirma que o 3º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Batalhão Haiti) partiu para a área de operações com a difícil missão de substituir a Brigada Haiti durante o período eleitoral e num quadro de escalada de violência em Porto Príncipe. O ambiente era incerto, as autoridades da MINUSTAH e das Nações Unidas, em Nova Iorque, tinham dúvidas quanto às condições de segurança para a realização de eleições em 2005 e o Conselho de Segurança não estava seguro com respeito à extensão do mandato.

Citando o General Augusto Heleno, o Major Rafael Novaes da Conceição (2014, p. 6) afirma que a situação era tão crítica que a ONU cogitou empregar novamente sua Força Multinacional Interina (MIF), como ocorrera em 2004, o que representaria um enorme fracasso político-militar para o Brasil. As doutrinas de emprego das tropas brasileiras (ou seja, o como fazer em termos operacionais), contudo, foram decisivas para retomada do controle e normalização da governança haitiana. Segundo o Tenente Coronel Marcelo Chelminski Barreto (2007, p. 63), considerando a falta de uma doutrina específica para as missões de imposição da paz, as ações foram planejadas e conduzidas com base na doutrina das operações contra forças irregulares em ambiente urbano. Já a manutenção da segurança deu-se por meio de operações tipo polícia, com a presença maciça nas áreas e realização de ações cívico-sociais (ACISO).

Com o objetivo de aperfeiçoar os meios disponíveis, as operações do Batalhão Brasileiro foram distribuídas em setores. O *modus operandi* consistiu na delegação de autoridade aos Comandantes de Subunidade que, a partir das suas bases de combate no interior de cada setor, lançavam seus pelotões para estabelecerem pontos fortes ou enviavam patrulhas diretamente para os objetivos. Cada pelotão também possuía autoridade delegada, o que, de acordo com Barreto (2007, p. 63), facilitava a tomada de decisão. Todas essas subunidades foram constituídas em forças-tarefa, o que, conforme avalia Barreto (2007, p. 63), permitiu o emprego de tropas a pé com elementos mecanizados [ou seja, com veículos], usufruindo de proteção blindada, poder de choque e potência de fogo, enquanto “palmilhavam” o terreno, inclusive com o emprego de “caçadores”, ocupando os pontos dominantes e provendo segurança, à distância.

Essas operações foram realizadas em duas fases. A primeira buscou a segurança da zona de ação; e a segunda visou a estabilização da área. Segundo Barreto (2007, p. 63-64), na primeira fase predominaram as grandes operações de combate, típicas de imposição de paz nos bairros mais problemáticos como *Bel Air*, *Delmas 2*, *Solino* e *Ticherry*, e, posteriormente, em *Cité Militaire*. Já na segunda fase foram realizadas pequenas operações de combate, a presença permanente das forças e operações do tipo polícia, complementadas por ACISOs. Houve o emprego de elementos da Polícia Nacional Haitiana em todas as patrulhas de visibilidade e nos postos de bloqueio e controle das vias urbanas.

O Tenente Coronel Marcelo Barreto também teve acesso ao Relatório Final de Emprego do 3º Contingente. Para Barreto (2007, p. 64), a estratégia de lançar e ocupar os chamados “pontos fortes” no coração das áreas de influência dos diversos grupos armados criou condições para intensificação dos trabalhos humanitários nos bairros conflagrados, atraindo órgãos civis do Governo haitiano, agências das Nações Unidas e organizações não governamentais. Isso permitiu que a região retomasse as condições de normalidade. Em menos de seis meses de operações os bairros de *Bel Air*, *Delmas 2*, *Ticherry* e *Solino* foram liberados da pressão das gangues, com a retirada de circulação de mais de duzentos indivíduos das forças adversas que atuavam nessas áreas.

De acordo com Lessa (2007, p. 89-90), em cerca de dois meses de intenso trabalho em *Bel Air*, atingiu-se um nível de segurança que permitiu ao Batalhão a mudança de postura estratégica e o início da pacificação total do bairro. O Batalhão, então, incentivou o

contato das companhias com as lideranças civis em todos os níveis, rompendo as últimas barreiras existentes entre a população e a tropa. Reuniões da comunidade passaram a ser normais, competições diversas como futebol, basquetebol, corrida rústica, música, pintura e outras atividades culturais e desportivas serviram para aproximar ainda mais a tropa do povo. Atividades de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) passaram a ter lugar em *Bel Air*, com os primeiros resultados práticos obtidos no mês de novembro. A prefeitura passou a fazer sua parte em algumas atividades. Diversas organizações não governamentais (ONGs) e agências da ONU entraram no bairro, gerando empregos e melhoria na qualidade de vida da população. *Bel Air*, que tinha direito a apenas três projetos civis em julho de 2005, interrompidos por falta de segurança, passou a contar com vinte e cinco, em novembro do mesmo ano, todos em pleno funcionamento, sem contar com o retorno, ainda tímido, do poder público.

Segundo Barreto (2007, p. 66-67), o emprego da doutrina de operações contra forças irregulares, sempre em respeito aos procedimentos previstos nas Regras de Engajamento da ONU, apresentou resultados expressivos. Em síntese os seguintes elementos foram empregados:

- **O uso da inteligência de combate:** baseada em informantes e em reconhecimentos do terreno, permitiu ações pontuais, causando severas baixas nas forças adversas, sem a ocorrência de efeitos colaterais do combate.
- **A constituição das forças-tarefa:** conjugando tropas a pé, palmilhando o terreno, com o apoio dos blindados e de caçadores posicionados em pontos dominantes, conferiu poder de combate e segurança à tropa.
- **A ocupação dos pontos fortes permanentes:** apresentou os resultados mais significativos para a missão, pois permitiu o controle efetivo das áreas, proporcionando as melhores condições para total pacificação dos bairros de *Bel Air*, *Delmas 2*, *Ticherry* e *Solino*.
- **As operações de cerco e vasculhamento:** mostraram-se adequadas à consecução de resultados decisivos contras as forças adversas, permitindo a captura de elementos dessas forças adversas e de material.

- **A delegação de autoridade aos Comandantes de Subunidade:** favoreceu a ligação destes com as lideranças locais, além de ter possibilitado o conhecimento das necessidades das comunidades, o que favoreceu o desenvolvimento de atividades oportunas de apoio à população.
- **A atração dos civis:** tendo restabelecido a segurança em sua área de responsabilidade, criaram-se condições para que os primeiros sinais de desenvolvimento voltassem aos bairros, prevenindo o retorno das forças adversas.

De acordo com o General André Luis Novaes Miranda (2006, p. 43), que atuou no 3º Contingente Brasileiro no Haiti, quando comandava o 57º Batalhão de Infantaria Motorizado, entre todas as operações realizadas pelo 3º Contingente, cabe ressaltar a ocupação dos pontos fortes (PF) como fator colaborador para o sucesso da missão de pacificação em *Bel Air*. Nesse contexto, as tropas brasileiras novamente se valeram da doutrina de emprego doméstico como fundamento da sua metodologia de trabalho no Haiti. Conforme esclarece o General Novaes (2006, p. 43), o Caderno de Instrução para Operações de Garantia da Lei e da Ordem⁵⁷, no âmbito do Grupamento das Unidades Escolas (GUEs), 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, estipula que o Ponto Forte é um dispositivo no qual uma tropa estabelece segurança em todas as direções, tem condições de defender-se de ações das forças adversas e, a partir desse local, pode projetar poder e cumprir outras missões se for o caso. Para o General (2006, p. 43), essas missões podem variar de uma simples operação presença, com o objetivo de inibir as ações das forças adversas na região, até servir de base de operações.

O Batalhão Haiti, 3º Contingente, selecionou sete pontos fortes, sendo o da Rua *Mariela*, coração da área dominada pelas forças adversas em *Bel Air*, um ponto

⁵⁷ Conforme esclarece o General Alvaro de Souza Pinheiro (2009, p. 2, grifo nosso), “a legislação militar específica para o preparo e emprego do EB [Exército Brasileiro] nas Operações GLO [Garantia da Lei e da Ordem], está contida na Diretriz de Planejamento Operacional Militar (DPOM) Nr 01/2005 – GLO – Reservada, de 02 de junho de 2005, do COTer [Comando de Operações Terrestres]. Esta estabelece normas e atribuições gerais para o planejamento do emprego e a execução das ações de Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem, quando não decretadas as medidas de defesa do Estado, previstas na Constituição Federal. **Define como “Forças Adversas”, ‘os segmentos do crime organizado, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados e bandos de salteadores, atuantes ou existentes nas áreas sob responsabilidade dos Comandos Militares de Área’ ”.**

permanente. Os demais pontos eram ocupados em dias e horários determinados pelo Comando do Batalhão ou da Companhia. A escolha da localização levou em consideração os locais de maior atividade das forças adversas, havendo sempre 2 a 3 pontos fortes ocupados (MIRANDA, 2006, p. 43). Vale ressaltar a descentralização da tomada decisão e a prática periférica da estratégia. Segundo o General Novaes (2006, p. 43), a iniciativa exercida pelos escalões subordinados em suas áreas de responsabilidade teria sido fundamental para o sucesso das missões. Nesse contexto, as decisões chegaram ao nível dos tenentes e sargentos, tendo o Comando do Batalhão determinado as seguintes diretrizes para ocupação e manutenção dos pontos fortes:

- 1) O Cmt PF [Comando do Ponto Forte] é o Tenente Comandante do Pelotão (Ten Cmt Pel), responsável por tudo o que ocorre no PF e em sua área de influência, que será sempre determinada pelo Cmt Cia [Comando da Companhia] ou Cmt Btl [Comando do Batalhão].
- 2) A ocupação deverá ser feita em horário determinado pelo Cmt Cia ou Btl e de forma a surpreender as FAdv [forças adversas], incluindo direções inesperadas, convergentes, cercos afastados e aproximados e/ou outras medidas planejadas pelo Cmt PF.
- 3) O Cmt PF deverá atuar em toda sua área de influência por meio de patrulhas a pé, motorizadas, mecanizadas e mistas, estabelecimento de postos de observação (PO), emprego de caçadores, postos de bloqueio e controle de vias urbanas (PBCVU) relâmpagos e fixos, pequenos PF, vasculhamentos de áreas e outras ações cabíveis. Quando existirem frações da UNPOL [Polícia das Nações Unidas] e da PNH [Polícia Nacional Haitiana] em reforço ao ponto forte, o Comandante deverá prever patrulhas conjuntas com essas forças. As ações deverão durar todo o tempo previsto para a ocupação do PF, inclusive nos períodos noturnos. Durante a noite, as patrulhas deverão evitar entrar em becos e realizar perseguições a elementos da F Adv. Ainda durante a noite, patrulhas de combate só são realizadas com autorização expressa do Cmt Btl.
- 4) As patrulhas conjuntas de visibilidade com a UNPOL e PNH deverão ter o efetivo de 1 (um) grupo de combate (GC): Cmt e 1 (uma) esquadra de nossas forças e 2 (dois) homens de cada força auxiliar.
- 5) O Cmt PF deve agir com iniciativa, rapidez e oportunidade. Sempre deverá haver uma força de ação rápida para atuar na área de influência em poucos minutos.
- 6) O Cmt PF deverá coordenar sua ação com a de outras tropas na região. Independente de ordem, deverá buscar contato com os demais PF, PO, patrulhas e PBCVU existentes na área, mesmo que pertencentes a outras Cia ou diretamente subordinados ao Btl. Comunicação rádio deverá ser estabelecida entre esses pontos.
- 7) O Cmt deverá buscar a cooperação da população em geral. O cadastramento é uma ótima ferramenta para a obtenção da confiança das pessoas e de informações (MIRANDA, 2006, p. 43).

Segundo o General Novaes (2006, p. 45), em cerca de dois meses de intenso trabalho em *Bel Air*, atingiu-se um nível de segurança que permitiu que o batalhão mudasse sua postura estratégica e partisse para a pacificação total do bairro. Para o General Novaes (2006, p. 41), a atuação do Batalhão Haiti, 3º Contingente, pode ser dividida em suas fases estratégicas:

- 1) **Fase da segurança:** almejou a segurança da zona de ação com predominância de grandes operações de combate em ações típicas de imposição da paz;
- 2) **Fase da estabilização:** quando foram priorizadas pequenas operações de combate, presença permanente na área e operações tipo polícia, **complementadas por ações cívico-sociais.**

O General Novaes (2006, p. 39-40) destaca ainda a importância do trabalho de inteligência para o êxito da missão. Com relação ao estudo do terreno, foram utilizados dados produzidos pela MINUSTAH, incluindo cartas e fotografias aéreas. Dessa forma, foi possível localizar dentro das favelas construções com laje de alvenaria, diferentes da maior parte das casas que era de zinco, onde as forças adversas poderiam dispor observadores e atiradores. Além disso, por meio de reconhecimentos a pé, as patrulhas foram capazes de reverter a vantagem inicial das forças adversas por meio do profundo conhecimento do terreno. Por fim, os trabalhos dos contingentes anteriores foram compilados em um banco de dados da MINUSTAH que contém informações sobre os líderes e principais características das gangues haitianas. Essas informações foram construídas com base em informes da UNPOL e da PNH, mas sobretudo com o uso de informantes cujo número foi ampliado na medida em que a tropa angariava a confiança da população.

O 4º Contingente do Batalhão de Força de Paz, mobilizado entre dezembro de 2005 e junho de 2006 deu continuidade à abordagem operacional empreendida pelo 3º Contingente:

Após substituir o 3º Contingente, o Batalhão passou a realizar operações tipo polícia e de combate em toda a área de responsabilidade, a fim de contribuir para que fossem alcançadas condições satisfatórias de normalidade institucional em PORTO PRÍNCIPE, principalmente, no período de realização das eleições.

Essas operações se desenvolveram em quatro fases, conforme abaixo, e atenderam aos objetivos estabelecidos pela MINUSTAH e aos princípios de segurança, surpresa e massa, buscando manter o nível de normalidade encontrado em BEL AIR, e estabelecendo a segurança em CITÉ MILITAIRE e em outras áreas problema.

(1) 1ª Fase

(a) Inicialmente, após a assunção da área de responsabilidade, foram desencadeadas operações de polícia e de combate nas localidades de CITE MILITAIRE, PELÉ e CITÉ SIMON a fim de minimizar e até mesmo neutralizar as freqüentes ações hostis da Força Adversa e consolidar a posse do Ponto Forte VIII (Casa Amarela). Seguiu-se a ocupação de novo Ponto Forte (IX), subtraindo, às F Adv [forças adversas], sua liberdade de atuação na área. **Paralelamente, foram realizadas, com muito êxito, ações cívico-sociais com o intuito de conseguir maior apoio da população.**

(b) Verificou-se que as forças adversas se aproveitavam do conhecimento do terreno, usando vielas e becos para realizar fogos sobre a tropa.

(c) Por ocasião das inúmeras operações de cerco e vasculhamento realizadas foi-se, paulatinamente, conquistando a confiança da população e diminuindo a liberdade de ação dos bandidos, obtendo-se um significativo resultado.

(d) Tal estágio de tranqüilidade ficou evidenciado pelo crescente retorno da população às suas casas e à intensa movimentação de comércio nas ruas, até altas horas da noite.

(e) No tocante ao bairro de BEL AIR, cabe destacar que apesar da situação de normalidade reinante, foram realizadas operações de cerco e vasculhamento para apreensão de drogas, armamentos, mediante levantamento da inteligência do batalhão, como também para caracterizar maior presença junto à população.

(2) 2ª Fase

(a) Esta fase foi caracterizada por planejamentos, reconhecimentos e preparativos para o apoio do Batalhão ao processo eleitoral haitiano, em seu 1º turno para eleições presidenciais e legislativas. No Departamento de Oeste, coube ao Batalhão brasileiro a responsabilidade pela segurança, entrega e recebimento de material eleitoral em 123 centros de votação, tanto em área metropolitana, como, principalmente, na área rural.

(b) Em que pese a situação na área de responsabilidade estar sob controle, o Batalhão ressentiu-se de maior apoio logístico por parte da ONU para o cumprimento das missões atribuídas para apoio ao processo eleitoral, prejudicado, ainda, pela desorganização generalizada por parte dos organizadores.

(c) Destaca-se que o período de 13 a 16 Fev [2006] foi caracterizado por inúmeras manifestações, muitas das quais hostis, além de bloqueios das principais vias públicas de PaP [Porto Príncipe], situação esta que só terminou na madrugada de 17 Fev quando foi declarado vencedor o candidato RENÉ PREVAL.

(d) Destaca-se, ainda, que no período referenciado, foram desencadeados patrulhamentos para desbloqueio e limpeza dos eixos, com a retirada de materiais, tudo com o apoio da Cia E F Paz [Companhia de Engenharia].

(3) 3ª Fase

(a) Após a declaração da vitória do candidato RENÉ PREVAL, seguiu-se uma fase de comemorações por toda a cidade e, posteriormente, um período de aproximadamente 2 meses de calmaria, onde nenhum disparo de arma foi observado. As ações das forças adversas reduziram-se em muito, ocorrendo fatos esparsos de atos hostis contra nossas tropas.

(b) Destaca-se que se aproveitando da calmaria reinante, o Batalhão desencadeou um estágio de tiro de ação reflexa em área urbana, com a participação de todos os militares da OM, incrementou os vãos de reconhecimento da área de responsabilidade e medidas administrativas e logísticas para melhoramento das diferentes bases.

(4) 4ª Fase

(a) Esta fase foi caracterizada pelos planejamentos e reconhecimentos para apoio ao 2º turno eleitoral (legislativo), apoio à segurança dos eventos relativos à posse presidencial e, também, pela adoção de medidas preparatórias para atender a intenção do *Force Commander* de substituição das tropas jordanianas em CITÉ SOLEIL.

(b) Destaca-se a alteração da área de responsabilidade do Batalhão, com a realização de inúmeros *briefings* com os estados maiores dos batalhões jordanianos para passagem da nossa área de responsabilidade e para recebimento das suas áreas. Destaca-se, ainda, a intensificação de movimentos mecanizados, não só para minimizar a possibilidade de atuação da força adversa sobre a tropa brasileira, como também para cumprir a diretriz do *Force Commander* de não mudar as rotinas jordanianas.

(c) Ressalta-se que em 17 Mai, às 06:00, as tropas do Batalhão brasileiro assumiram os *check points* 15 e 21 e o Ponto Forte 16, conforme previsto e sem reação da força adversa. Todavia, durante a primeira noite (17 para 18 Mai) as posições brasileiras foram alvo de fogos intensos e ajustados, ocasião em que a tropa reagiu com sucesso aos ataques, causando baixas na força adversa e consolidando as posições ocupadas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 6-8)

Segundo Barreto (2007, p. 73), assim como ocorrera com o 3º Contingente, as operações do 4º Contingente foram acompanhadas de perto pela mídia internacional que exerceu controle externo sobre as operações, reforçando o respeito às regras de engajamento, coibindo o uso excessivo da força e garantindo visibilidade e transparência ao trabalho do Batalhão Brasileiro. Concomitantemente, a utilização da “inteligência de combate baseada em colaboradores e em reconhecimentos do terreno permitiu ações pontuais, causando baixas nas forças adversas, sem a ocorrência de efeitos colaterais do combate” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 25).

O processo eleitoral foi marcado pelo engajamento das gangues. Apesar da maior parte das lideranças dos *chiméres* ter sido neutralizada, os remanescentes teriam se

adaptado a nova situação do país e aos métodos de trabalho das forças da MINUSTAH. Líderes *chiméres* passaram a ocupar posições de comando de diversas gangues, gerenciando a ação criminosa. Sua influência foi sentida no processo eleitoral como grupos de pressão sobre as comunidades pobres, mas também sobre as classes média e alta por meio de ações de intimidação como sequestros e assassinatos seletivos. Segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro, Coronel Luiz Augusto de Oliveira Santiago, essa pressão foi direcionada para que os eleitores elegessem René Preval, candidato do partido *LESPWA*, presidente da República (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 5).

De acordo com o Comandante do Batalhão Brasileiro, após a vitória de René Preval, membros dos *chiméres* assumiram posições de liderança política e comunitária, tendo conseguido se beneficiar de Programas de Impacto Rápido oferecidos por ONGs, o que teria fortalecido sua influência sobre as comunidades. Além disso, como forma de garantir apoio internacional, divulgaram seu interesse em integrar programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Todavia, apesar das ações unilaterais de recolhimento dos armamentos, entrevistas e declarações públicas, os *chiméres* teriam orientado o recolhimento dissimulado das armas antigas que se encontravam em uso por integrantes das gangues, uma vez que adquiriram novas armas longas como fuzis GALIL, M-14, AR 15 e AK-47 e pistolas. Para garantir o sustento financeiro dos seus integrantes, os *chiméres* promoveram intimidação, cobrança de impostos ilegais, roubos e sequestros. Esses crimes foram intensificados nos meses que antecederam o período das eleições, além de terem sido direcionados para alvos específicos de modo a aumentar o levantamento de fundos para as campanhas eleitorais e para alcançar uma pressão efetiva sobre os formadores de opinião (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 5).

Após a eleição e posse de René Preval destacou-se um forte sentimento e expectativa por parte da população quanto às políticas sociais a serem implementadas pelo Governo. As promessas de mudança na condição de vida dos haitianos e a possibilidade de retorno do Ex-presidente Aristide, eram comentadas pela população e exploradas pelas lideranças políticas e criminosas. Todavia, em que pese essas lideranças, segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro, o Presidente Preval estaria sendo considerado e tratado como traidor dos seus aliados de 1ª hora, os *chiméres* de *Cité Soleil*, que o

apoiaram na esperança que ele patrocinasse o retorno de Aristide (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 4).

Já os ex-militares haitianos, sofreram um processo de enfraquecimento e desgaste da sua capacidade de pressão sobre o Governo, fato iniciado ao longo do segundo semestre de 2005 quando o 3º Contingente promoveu diversas operações. Durante o primeiro semestre de 2006 a maioria dos ex-militares passou a receber cartas de compromisso de emprego, restando, ao final do processo, uma minoria inexpressiva para ser atendida. Apesar disso, o Governo haitiano determinou a retirada de todos os integrantes da Escola de Magistratura e a extinção do apoio prestado a esses elementos. Os que insistiram em permanecer perderam todo o apoio logístico oferecido anteriormente, passando a sobreviver por seus próprios meios. Segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro, existem fortes indícios de que parte dos ex-militares teria sido contratada por integrantes do Grupo dos 184 (empresários que apoiaram o golpe contra Aristide), passando a constituir uma milícia com missões de “segurança privada”. Parcelas desses elementos estariam agrupados em áreas do interior e localidades rurais, desempenhando, ainda, o papel de polícia local, podendo ser utilizados como grupos de pressão (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 5).

Paralelamente às atividades operacionais, deu-se prosseguimento aos trabalhos humanitários iniciados pelos contingentes anteriores. O ponto alto foram os projetos de impacto rápido (*Quick Impact Projects – QIP*) executados pelo contingente, com destaque para o projeto de reciclagem de lixo. Segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro,

a experiência brasileira em trabalhar as atividades de ajuda humanitária conjuntamente com operações militares foi um fator diferenciador do Batalhão dos demais contingentes. Tal fato foi percebido e permitiu que o Batalhão tivesse um tratamento diferenciado em relação às demais forças (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 28).

Ainda assim, conforme descrito anteriormente, as atividades de ajuda humanitária das tropas brasileiras continuaram sofrendo restrição por parte da MINUSTAH sob a alegação de que as ações do campo humanitário não seriam tarefas militares (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 24). Apesar disso, o Batalhão brasileiro buscou participar de reuniões de coordenação de escritórios civis da MINUSTAH objetivando angariar investimentos para sua área de responsabilidade, particularmente em *Bel Air* e *Cité Militaire*, tendo em vista o interesse de

obter apoio da população haitiana às suas operações militares (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 11).

Para o Comandante do Batalhão Brasileiro, os Projetos de Impacto Rápido (QIP) deram maior dimensão às atividades de cooperação civil-militar, uma vez que são um excelente instrumento de Comunicação Social para a tropa, pois permitem, além da obra em si, reforçar os laços entre as lideranças comunitárias e o Batalhão, bem como junto à população contratada (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 11). Nesse contexto, é importante destacar passagens do Relatório Final de Emprego do 4º Contingente que mencionam entre os ensinamentos obtidos o fato de que:

Deve ser revista a doutrina brasileira para as atividades de Assuntos Cívicos. Embora nossa experiência em ajuda humanitária (incluindo as ACISO) seja suficiente, nas demais áreas dos Assuntos Cívicos (cooperação civil-militar e ação comunitária) desconhecemos a teoria dessas tarefas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 33).

Conhecida pela sigla inglesa CIMIC (*Civil-Military Coordination*), as ações de coordenação civil-militar das Nações Unidas (UN-CIMIC) fornecem a interface entre o componente militar de uma operação de paz e os componentes da missão que lidam com os direitos humanos, políticos, humanitários, de desenvolvimento, e o sistema de governo, além de agregar muitos outros parceiros externos no amplo sistema de consolidação da paz. Para as Nações Unidas, trata-se de uma função crucial para qualquer operação de paz complexa porque é central para a missão alcançar um impacto sistêmico sobre o conflito que a intervenção objetiva transformar⁵⁸. Apesar das tropas brasileiras terem desempenho satisfatório quanto ao objetivo militar de conquistar corações e mentes por meio de trabalhos de suporte humanitário, algo previsto na doutrina brasileira inclusive em termos das ações cívico-sociais, observa-se que,

quanto às atividades de **cooperação civil-militar**, há necessidade de uma preparação teórica, que poderia ser dada nas escolas. **Todo o conhecimento necessário para esse trabalho foi obtido pela prática, sem nenhuma base teórica.** Há necessidade de se rever nossa doutrina em relação a essa atividade (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 30, grifo nosso).

⁵⁸ Fonte: United Nations Civil-Military Coordination (UN-CIMIC): <http://www.peaceopstraining.org/courses/un-civil-military-coordination-un-cimic>. Acessado em 03 de agosto de 2015.

Nota-se que, mesmo com o contínuo aperfeiçoamento do processo de instrução militar e treinamento dos contingentes brasileiros que atuam na MINUSTAH, o qual passou a incluir instruções sobre o UN-CIMIC, a maneira como as tropas brasileiras abordam esse tipo de atividade, revela o interesse na promoção da proteção de civis (*protection of civilians* – POC) e uma espécie de jeito brasileiro de agregar funções típicas dos componentes civis às ações a serem realizadas pelos militares. As doutrinas militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e das Nações Unidas abordam o CIMIC de maneira diferenciada. No caso da OTAN, o objeto da coordenação segue objetivos estritamente militares dentro do desenho político-estratégico da missão. Já a ONU, conforme explicitado, ressalta a multiplicidade de atores e sua necessidade de coordenação, e separa as atividades dos componentes civil e militar que não se misturam.

A abordagem brasileira para o caso haitiano pode ter “abrasileirado” o CIMIC. A convergência de funções tipicamente civis, mas exercidas por militares soma-se ao desenho estratégico da missão que inclui a proteção de civis e o objetivo militar de angariar apoio da população às operações militares. Como resultado, tem-se uma tendência de melhora do nível de proteção da missão, tanto dos seus componentes civis e militares quanto da população em si. A prática da ação cívico-social e demais trabalhos de suporte humanitário por parte das tropas brasileiras, no contexto de UN-CIMIC, desloca-se da aplicação individual com recursos próprios para integrar-se ao amplo espectro da missão. Esse processo não ocorre sem que haja resistência tanto dos atores militares condicionados a executar tarefas exclusivamente militares quanto dos componentes civis que atuam em missões de paz e que tendem a salvaguardar suas funções que a princípio não estariam associadas a objetivos estratégico-militares. Logo, as iniciativas do Batalhão brasileiro em coordenar e buscar apoio para suas ações com os escritórios civis da MINUSTAH são reveladoras da prática brasileira.

Essa postura operacional por parte dos contingentes brasileiros é corroborada pela análise de conteúdo do Relatório Final de Emprego do 4º Contingente. Apesar do recrudescimento da situação de segurança, a frequência dos termos contidos no índice “menção a trabalhos de suporte humanitário” com um total de 48 repetições superou as referências ao índice “menção às forças adversas” que alcançou 37 repetições. A versatilidade no emprego das tropas, traço marcante das “estratégias” de emprego

brasileiras, é demonstrada pelas coocorrências de unidades de registro que agregam os dois índices analíticos dentro da mesma unidade de contexto:

Inicialmente, após a assunção da área de responsabilidade, foram desencadeadas operações de polícia e de combate nas localidades de CITE MILITAIRE, PELÉ e CITÉ SIMON a fim de minimizar e até mesmo neutralizar as freqüentes ações hostis da **Força Adversa** e consolidar a posse do Ponto Forte VIII (Casa Amarela). Seguiu-se a ocupação de novo Ponto Forte (IX), subtraindo, às F Adv, sua liberdade de atuação na área. Paralelamente, foram realizadas, com muito êxito, **ações cívico-sociais** com o intuito de conseguir maior apoio da população (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 4º Contingente, 2006, p. 7, grifo nosso).

Todavia, protestos contra a MINUSTAH continuaram a ter lugar. Durante o período de atuação do 5º Contingente, entre junho e dezembro de 2006,

houve novo protesto de estudantes contra a presença da MINUSTAH, em 18 Nov. Segundo a imprensa, militares filipinos teriam sido feridos e um veículo da ONU atingido por pedras arremessadas pelos manifestantes. A mobilização estudantil contra a MINUSTAH é preocupante, na medida em que vem alcançando crescente repercussão na mídia internacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 5).

Ainda assim, a “estratégia” de “enfrentamento humanitário” por parte das tropas brasileiras seguiu sendo executada:

Os projetos de impacto rápido (QIP) desenvolvidos pelo Batalhão têm permitido uma penetração maior junto à população dos bairros de CITÉ MILITAIRE E SOLEIL. Em CITÉ MILITAIRE, o batalhão, juntamente com a ONG IOM (International Organization for Migration), está realizando a fase inicial de calçamento das ruas de SIMON. Da mesma forma, em Cité Soleil, a construção de uma peixaria comunitária na localidade de WAAF tem possibilitado estreitar o contato com a população local. Tais fatos têm favorecido a aproximação da missão com o povo haitiano e têm refletido positivamente na mídia local (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 5-6).

Tais ações iam ao encontro de uma conjuntura instável e da insatisfação por parte da população:

A base do partido LAVALAS inicia sua mobilização para o retomo de Aristide, alegando que ajudou a eleição de PRÉVAL para facilitar a volta do ex-presidente. Ao mesmo tempo, iniciaram-se as manifestações populares com cunho político, para forçar o governo a colocar em prática as ações sociais. O mês de julho registrou diversas manifestações promovidas nesse sentido. A maior delas ocorreu no dia 15, aniversário de ARISTIDE, com a concentração de cerca de

cinco mil pessoas junto ao Palácio Nacional. Alguns setores do parlamento haitiano questionaram a forma como a MINUSTAH estaria desenvolvendo suas ações, cobrando a redução efetiva dos atos de violência e medidas de impacto social imediato (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 6).

A realização de medidas de impacto social pelo Batalhão Brasileiro foi um recurso eficaz para lidar com a insatisfação da população haitiana. Paralelamente, o Batalhão também trabalha para levantar informações sobre as gangues. A seguir, dá-se continuidade à descrição da experiência operacional dos contingentes brasileiros.

6.3 A experiência operacional do 5º, 6º e 7º Contingentes Brasileiros da MINUSTAH

O período de permanência do 5º Contingente foi marcado pela movimentação intensa das gangues, sendo que suas principais lideranças foram identificadas: Amaral em *Belecour*, Evens em *Boston*, Belony em *Bois Neuf*, Ti Blanc em *Cité Militaire* e Bibi em *Bel Air*. Segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro, Coronel Paulo Humberto Cesar de Oliveira, todos tinham naquele momento algum tipo de ligação com o Governo do Haiti, inclusive condicionando algumas das suas decisões. Diversas fontes utilizadas pelo Batalhão indicaram que era grande o fluxo de dinheiro pago pelo Governo para que as gangues pudessem controlar seus homens e “permitissem” o desenvolvimento de projetos de qualquer ordem. As informações obtidas apontam Amaral como principal receptor de dinheiro do Governo e até mesmo de empresas privadas, fazendo a redistribuição às gangues de *Cité Soleil* por intermédio de Evens e Belony. Apesar de pequenos grupos ainda permanecerem na área, a situação de *Bel Air* era estável, principalmente após a prisão de Bibi e a consequente desestruturação da sua gangue (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 9-10).

A partir do início de julho de 2006, a intensificação das ações de sequestro e assassinatos foi bastante explorada pela mídia local, o que levou a questionamentos sobre a efetividade do poder militar da MINUSTAH. A tropa brasileira, entretanto, engajou-se em diversos confrontos com as gangues, principalmente nos bairros de *Cité Soleil*, *Cité Militaire*, *Bois Neuf* e *Droillard*. Para o Comandante do Batalhão Brasileiro, desde o início de junho de 2006, as ações armadas nesses bairros mostravam que a instabilidade do país se refletiria nas operações militares. Verificou-se, nesse contexto, que os delinquentes

passaram a se valer do conhecimento das regras de engajamento da ONU para fugir das áreas de confronto, valendo-se inclusive de mulheres e crianças (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 10).

Mesmo que o Presidente Preval publicamente tenha dado um ultimato aos delinquentes ao pedir que estes aderissem aos programas de DDR ou que fossem mortos, a continuidade do enfrentamento claramente demonstrou a resistência desses grupos armados. Dando seguimento a seu *modus operandi*, as tropas brasileiras incrementaram as ações de visibilidade e de *check points* nas principais rotas que circundam *Cité Militaire*, uma vez que a situação de Bel Air já se encontrava mais estável. Isso possibilitou acesso ao interior do bairro por parte das tropas que consolidaram mais um ponto forte no local. De acordo com o Comandante do Batalhão Brasileiro, a conquista do Hotel Simon marcou o início de uma fase de estabilidade na região e abriu a possibilidade para que as ações sociais pudessem ser incrementadas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 10-11).

O sucesso nas operações permitiu um melhor conhecimento da forma de atuação das gangues:

- **a munição vem no meio das caixas em caminhões que vão comprar alimentos na República Dominicana;**
- **a principal rota de entrada é pelas estradas. Acredita-se que pelos portos também chegue munição e armas, inclusive dos Estados Unidos;**
- existe uma espécie de paiol de munição nas bases dos grandes bandidos, sendo controlada diretamente pelos chefes. Quando em confronto com tropas da MINUSTAH, a comunicação se dá por aparelho celular e a entrega da munição na “ponta da linha” se dá por meio de crianças com vasos com frutas, bombons e outras mercadorias que são vendidas nas feiras, como Pitomba. A munição sai em sacos pretos no meio dos utensílios do vaso;
- por status os bandidos utilizam em sua maioria o mesmo nome. Logo, se vêem vários TOU TOU, BLADE, ELY, DIJMMY, DADOO entre outros;
- **existe a participação de políticos, principalmente do partido LAVALAS, do ex-presidente ARISTIDE e com reduto em CITÉ SOLEIL, que financiam e até mesmo incentivam a violência;**
- talvez por pressão dos bandidos, a população joga pedras e garrafas vazias contra a tropa quando em confronto contra os bandidos;
- os bandidos quando em confronto costumam se ajudar, enviando mais armas e munição ou enviando efetivo para a área do confronto. Por exemplo, toda vez que existe um confronto em Bois Neuf, por cadeia inicia-se Linteau 1, Soleil 4,

Brooklyn, Boston e toda a retaguarda do PF 16. Ou quando em Pele/Simon, Cité Soleil enviava reforços em apoio;

- os bandidos, principalmente de CITÉ SOLEIL, abrem buracos ou fossos nas ruas que impedem a passagem dos blindados e no seu entorno preparam posições de tiro. Eles possuem a capacidade de abrir um fosso com 1 m de profundidade por dois de largura, em até 02 horas. Estes fossos costumam ser abertos no período da noite;
- costumam durar por volta de uma hora e meia na ação, porém já houve casos de permanência em combate por três horas, sendo que é nítida uma redução da intensidade de fogos. Isso demonstra a falta de munição e problemas no remuniamento.
- os chefes de bandidos possuem os chamados TAP-TAP, que servem de transporte a preço de 40 GOURDS, e servem também, para transporte de munição e armas e para reforço ou retirada de efetivo. Estes TAP-TAP são alugados a membros da gangue que trabalham normalmente como qualquer cidadão;
- cada bandido fica com sua arma e é o responsável por ela. Junto ele recebe uma quantidade de cartuchos que permanecem com ele para as primeiras ações, normalmente um carregador (entre 30 e 50 cartuchos);
- as gangues cobram pedágios nos principais cruzamentos de vias, quais sejam: feira ao lado do PF 16; Caixa d'água na NACIONAL N° 1 e mercado de FOTOHOUND;
- **a atividade de seqüestro ainda é a principal atividade exercida pelas gangues para conseguir dinheiro. Roubo de veículos e cargas, principalmente de alimento e de vestuário, vem em segundo lugar. Estes últimos costumam ser divididos entre a população;**
- os seqüestros costumam ocorrer a partir das 20:00h, porém sua maior incidência se dá entre 05:00 e 07:00 horas da manhã, notadamente quando há poucas tropas em atividade. Principais pontos de seqüestro: MARTISSANT, ACIERE D'Haffi, CARREFOUR DRUILLARD, TOUSSAINT LOUVERTURE, SONAPI.
- a gangue com maior volume de seqüestros é gangue comandada por BELONY. Seus cativeiros se espalham entre BOIS NEUF e DROUILLARD em casas abandonadas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 12-14, grifo nosso).

Em termos dos resultados alcançados com as ações de enfrentamento das gangues em *Bel Air* o Batalhão brasileiro julga ter atingido a meta estabelecida para a região, tendo considerado como críticas as tarefas de incrementar o emprego conjunto com FPU [*Formed Police Units*], UNPOL [*United Nations Police*], PNH [Polícia Nacional Haitiana] e de buscar apoio de órgãos civis e governamentais para as ações sociais (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 17). Em *Cité Militaire*, também foi possível melhorar a segurança da região, reduzindo significativamente a

atuação das gangues (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 19). Finalmente, em *Cité Soleil*, o 5º Contingente realizou tarefas críticas de preparação e ocupação de posições fortificadas, além de ter intensificado os patrulhamentos e o estabelecimento de *check points* que permitiram o controle do acesso à região (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 21). Em suma, todas as metas operacionais para ocupação das referidas regiões e enfrentamento das forças adversas foram descritas como atingidas.

A vinculação das gangues com as instituições e o processo político no Haiti é um reflexo do problema estrutural com o qual a missão de paz vem lidando em todas as suas múltiplas dimensões. Nesse contexto, em termos da sua metodologia de trabalho, percebe-se que a ação dos contingentes brasileiros almeja romper com o domínio sistêmico do poder exercido pelas gangues sobre a população, daí a relevância dos trabalhos de suporte humanitário por parte das tropas tendo em vista a “relutância ou resistência de algumas agências civis da ONU em trabalhar em áreas pacificadas ou estabilizadas, alegando falta de segurança” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 47). Dessa forma,

as atividades de ajuda humanitária do tipo ACISO, foram conduzidas com recursos próprios do BRABAT, sem auxílio da MINUSTAH. Foram realizados 3.441 atendimentos médicos, distribuídos 234 kg de medicamentos e 392 atendimentos odontológicos; foram ainda distribuídos 6.842 Kg de alimentos e 3500 “kits” escolares; e realizadas 11 projeções de cinema para escolares, 3000 lanches distribuídos, 06 apresentações de capoeira, e 500.000 litros de água potável, além de 48 caçambas de lixo retiradas das ruas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 47).

Esse *modus operandi* permite concluir que

a experiência brasileira em trabalhar as atividades de ajuda humanitária para facilitar a consecução de metas e objetivos operacionais foi um fator diferenciador do Batalhão dos demais contingentes. Tal fato foi percebido e permitiu que o Batalhão tivesse um tratamento diferenciado em relação às demais forças (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 5º Contingente, 2006, p. 53).

A análise de conteúdo do Relatório Final de Emprego do 5º Contingente revela uma tendência já iniciada no relatório anterior de diminuição da frequência de coocorrências de unidades de registro dos diferentes índices analíticos dentro da mesma unidade de contexto. Apenas três registros foram encontrados em todo o documento e mesmo assim em duas

ocasiões optou-se por utilizar o termo “ações sociais” para indicar as atividades de “enfrentamento humanitário”, ou seja, a prática de combate das gangues em conjunto com trabalhos de suporte humanitário por parte das tropas. Todavia, coocorrências entre unidades de registro pertencentes ao mesmo índice analítico dentro da mesma unidade de contexto se repetiram com alguma frequência, o que demonstra a coesão do respectivo índice com suas unidades de registro. De maneira geral, percebe-se uma tendência de enfatizar os trabalhos de suporte humanitário, fato evidenciado pela frequência das unidades de registro contidas nesse índice, com um total de 50 repetições. Os termos contidos no índice “menção às forças adversas” foram repetidos 36 vezes.

O sucesso das operações foi sentido no período compreendido entre dezembro de 2006 e junho de 2007, caracterizado pela volta da normalidade ao país:

Prosseguiu a intensificação das atividades econômicas e sociais dos haitianos. Percebia-se no patrulhar pelas ruas, o renascimento da esperança em futuro melhor. As pessoas passavam a se preocupar com a limpeza das ruas e de suas casas. Realizavam mais investimento na melhoria de suas condições de vida, com a aquisição de geradores. Era nítido o número maior de casas iluminadas. Iniciou-se, nessa época, também, programa promovido pelas Nações Unidas para o combate à corrupção. O país voltava à normalidade (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 16).

Em *Bel Air* e em *Cité Militaire*, áreas já pacificadas, o 6º Contingente brasileiro por meio da Força JAURU empregou esforços na área social como reforma de praças, criação de centros comunitários e realização de ACISO

... com o objetivo de demonstrar que **a tropa percebia que a ação militar não era o único componente que poderia ajudar a gerar melhores expectativas para um futuro mais promissor para a população. Simultaneamente, em cada ação, a mídia local e internacional era convidada, de modo a amplificar a intenção do comando para os diversos vetores de formação de opinião.** Os líderes das gangues na região de Cité Soleil passaram, a partir de então, a sentirem pressionados com a entrada de uma nova liderança em sua área de atuação. Sua reação foi ameaçar os líderes comunitários, que, até a conquista da Casa Azul mostravam-se bastante reticentes em colaborar com as atividades comunitárias propostas pela Força JAURU. Após a conquista da Base Jamaica, os líderes de gangues que não se evadiram, ficaram restritos às suas bases, com ações de pressão e de terror localizadas e violentas, que mais contribuíram para a conquista do apoio da população pela nossa tropa (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 14, grifo nosso).

A população, então, teria percebido o esforço das tropas brasileiras em prol da pacificação de Porto Príncipe e passado a progressivamente colaborar quer com a maior

participação nas atividades de apoio comunitário ou com o fornecimento de dados de inteligência sobre a força adversa. Para o Comandante do Batalhão Brasileiro, o suporte que as gangues usufruíam por parte da população era obtido por meio da força e com base no terror. O *modus operandi* das tropas brasileiras, sensível à situação social vivida pela população, rompeu com o domínio do terror por parte das gangues. As ações cívico-sociais como distribuição de alimento, água e atendimento médico colaboraram para que as gangues perdessem seu apoio e ficassem inertes, facilitando a apreensão e a fuga das suas principais lideranças (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 14).

De acordo com o Comandante do Batalhão Brasileiro,

A partir de Mar 07, então, com a conquista de Cité Soleil, último bastião do crime em Porto Príncipe, as gangues perderam totalmente a capacidade de se articular para enfrentar as forças da ordem, e o que se verificou foi uma sensação estável de segurança. Os bandidos, que antes se organizavam como forças insurgentes, se desestruturaram e passaram a agir de forma isolada e a cometer crimes comuns. Os grandes líderes das gangues foram presos - EVENS JEUNE, BELONY PIERRE, ALIAN CADET, TI BAZILI, ZACARIAS, BLADE NASSON - sendo a maioria em operações realizadas pela Força JAURU. Foram detidos e entregues à PNH [Polícia Nacional Haitiana] cento e noventa e um (191) bandidos, fato que permitiu diminuir a quantidade de ações delituosas em PAP [Porto Príncipe] e, dessa forma, houve uma melhoria sensível na percepção de segurança da capital haitiana (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 14-15).

A despeito disso, as medidas assistenciais do Governo haitiano e das agências das Nações Unidas e de outros organismos internacionais tardavam a chegar. A exceção eram iniciativas de organizações não governamentais presentes há mais tempo como a Cruz Vermelha Internacional, o Médico Sem Fronteiras e a Organização Internacional para Migrações, custeada com recursos do USAID, programa do Governo norte-americano. Além disso, dentro das suas possibilidades, a Força JAURU continuava a realizar ações cívico-sociais que mesmo limitadas permitiam amenizar as carências de alimentação e saúde da população (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 15).

Cité Soleil foi a região prioritária de atuação do 6º Contingente (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 6). O sucesso operacional alcançado permitiu que o Conselho Municipal do bairro pudesse tomar posse em 28 de março de 2007. A posse dos prefeitos representou a presença do Estado no bairro. O

Batalhão brasileiro viu no apoio às lideranças comunitárias uma oportunidade de reforçar sua imagem e de consolidar lideranças institucionais na região. Por isso, em conjunto com a Organização Internacional para Migrações, decidiu reformar a nova Prefeitura, assim como a praça em frente, localizadas no centro de *Cité Soleil*. O sucesso dessa e de outras operações viabilizou a cooperação e a aproximação da população do Batalhão Brasileiro, intensificando o fluxo de informações e as denúncias sobre os bandidos. Além disso, as atividades econômicas da população em geral de Porto Príncipe foram aos poucos expandidas, com sensível aumento dos programas socioculturais (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 15-16).

Conforme avalia o Comandante do Batalhão Brasileiro,

A desestruturação das gangues de Cité Soleil, associada ao trabalho social desenvolvido pelo BRABAT6 [Batalhão Brasileiro, 6º Contingente], criou uma imagem bastante positiva e gerou expectativa de que a situação poderia se resolver.

Apesar da natural prevenção contra a presença de forças internacionais junto à nacionalista e orgulhosa população haitiana, o fato de já haver acontecido outras tantas intervenções sem êxito, minimizou esse fator e evidenciou a possibilidade da missão ser um sucesso. O reduzido número de baixas civis, praticamente todas causadas entre membros de gangues, confirmou essa expectativa positiva. Algumas operações aconteceram sem o disparo de qualquer tiro, em um momento em que as forças adversas ainda despertavam medo e temor na população. Tudo isso contribuiu para o entendimento de que as ações visavam as gangues e o resultado positivo redundaria em mais liberdade para a população. Alguns efeitos colaterais como danos a casas e colégios foram administrados por meio de reuniões com lideranças locais e a reparação de prejuízos. A Marcha pela Paz, operação psicológica organizada pelo BRABAT6, com a participação da Prefeitura de Cité Soleil e de líderes comunitários, com o intuito de demonstrar aos diversos públicos-alvo o agradecimento ao BRABAT, atesta a aceitação das comunidades na sua área de jurisdição (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 36).

Ainda assim, principalmente no início das atividades do 6º Contingente em dezembro de 2006, era comum a mobilização de vários grupos organizados em protesto contra o estado de insegurança em Porto Príncipe, exigindo medidas urgentes do Governo haitiano e ações mais enérgicas da MINUSTAH em combate às gangues, especialmente contra os sequestros. Nesse contexto, era comum a realização de passeatas de grupos ligados ao Partido *Lavalas*, pedindo a saída da MINUSTAH e o retorno do Ex-Presidente Aristide; e de grupos anti-*Lavalas* e anti-Aristide, que pediam o retorno das Forças Armadas Haitianas. Todavia, a postura operacional por parte do Batalhão brasileiro, de enfrentar a ameaça das gangues, inclusive por meio de ações coordenadas com *Formed*

Police Units (FPU), *United Nations Police* (UNPOL) e Polícia Nacional Haitiana (PNH), foi bem sucedida ao suscitar a melhora da percepção de segurança da população, fato que foi repercutido nas mídias local e internacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 13).

Como consequência do nível de segurança atingido, as tropas brasileiras intensificaram as ações CIMIC “**para atender a estratégia de conquistar ‘corações e mentes’** da população com o objetivo de obter a confiança e de apoiar as lideranças locais que fossem compromissadas com o desenvolvimento sócio-econômico dos haitianos” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 24, grifo nosso). As ações do tipo CIMIC foram priorizadas. Interessante notar que conceitualmente o CIMIC é descrito no relatório final de emprego como “cooperação” no lugar de “coordenação” e que no caso do *modus operandi* brasileiro a chamada cooperação civil-militar se traduzia na realização de ações cívico-sociais:

2) Cooperação civil-militar

Foram realizadas um total de 55 ações cívico-sociais, que englobaram ajuda humanitária, auxílios a escolas, palestras, distribuição de água, atendimentos médicos e odontológicos. Nos ponto-fortes e nas ACISO executou-se 8.839 atendimentos médicos, 250 atendimentos odontológicos; distribuídos 27.410 lanches, 3.473 “kits” escolares e 588 “kits” esportivos; mais de 295.000 litros de água potável, além de diversos mutirões de retirada de lixo das ruas.

A criação do Centro Comunitário da Praça da Paz em Bel Air permitiu a realização de cursos profissionalizantes nas áreas de informática, línguas (português, inglês e espanhol) e agentes de saúde e serviu de modelo para a abertura de outros centros em Cité Militaire e Cité Soleil, para que possam ser gerenciados pelas comunidades locais, permitindo um espaço para a capacitação de pessoal para o mercado de trabalho (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 27).

Apesar desse esforço humanitário, houve maior frequência dos termos relativos à “menção às forças adversas” no Relatório Final de Emprego do 6º Contingente com um total de 38 repetições. As unidades de registro identificadas com o índice “menção a trabalhos de suporte humanitário” alcançaram 11 repetições. Observa-se, em termos da análise de conteúdo, o uso mais comedido das unidades de registro, sendo que em ambos os índices houve termos que não foram sequer empregados. No índice “menção às forças adversas”, as unidades de registro “*chiméres*” e “*ex-militares*” não receberam qualquer menção. Nota-se que os *ex-militares* haitianos deixaram de ser um problema substantivo

para a missão de paz e que as ações do contingente foram direcionadas ao combate das gangues como um todo. Na medida em que a situação institucional do país era aprimorada, as atividades desses grupos voltavam-se para o problema criminal, fato que foi enfrentado pelas tropas com auxílio dos trabalhos de suporte humanitário. Já os projetos de impacto rápido, apesar de não receberem menção específica no Relatório, continuaram sendo conduzidos, tendo em vista as inúmeras obras realizadas pela tropa brasileira e que receberam referência no mencionado documento.

O período de atuação do 7º Contingente brasileiro, compreendido entre junho e novembro de 2007, continuou apresentando indicadores da conquista de um ambiente seguro e estável na capital haitiana, Porto Príncipe. As atividades econômicas da população foram intensificadas e os programas socioculturais incrementados. Até mesmo as manifestações por parte da população ocorreram de maneira pacífica e se limitaram a reivindicar melhorias sociais e econômicas. No entanto, foi registrado o aumento no número de linchamentos, uma prática comum no Haiti, seguidos de mortes, inclusive com o assassinato de inocentes. Uma delegação da Seção de Direitos Humanos da MINUSTAH iniciou uma série de investigações para determinar as circunstâncias destes crimes. Como resultado, a polícia prendeu 10 pessoas. Adicionalmente, as autoridades da ONU e organizações não governamentais haitianas mostravam-se também preocupadas com o risco a saúde pública que o consumo de drogas representava. O tráfico periférico de drogas estava paulatinamente sendo complementando pelo consumo direto por adultos e jovens de todas as classes sociais (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 11-12).

Quanto às atividades militares por parte do contingente brasileiro, cuja área de responsabilidade incluía os bairros de *Bel Air*, *Cité Militaire*, *Cité Soleil* e a Ilha de *Gonave*, verifica-se que

a Força Adversa atualmente tem se comportado de uma forma menos explícita que em outros Contingentes, pois além de já possuírem conhecimento das Regras de Engajamento que as tropas da ONU estão sujeitas, constataram que não conseguiriam obter êxito contra as Forças Militares. **Estas Forças Militares hoje desempenham uma atividade operacional do tipo Garantia da Lei e da Ordem (GLO), mais semelhante às operações de polícia.**

A pacificação de **CITÉ SOLEIL** e **CITÉ MILITAIRE** foi completada há oito meses, em fevereiro de 2007. Na sequência, **o Batalhão acompanhou a situação, chegando à conclusão de que o ambiente nessas áreas se tornara**

seguro e estável (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 17, grifo nosso).

Para o Comandante do Batalhão Brasileiro, Coronel Julio Cesar de Sales,

Pode-se concluir parcialmente que atualmente está ocorrendo em CITÉ SOLEIL e CITÉ MILITAIRE casos de violência normais às periferias pobres de grandes centros urbanos do Mundo. **A enorme massa de pessoas desempregadas, sendo a maioria jovens nascidos e criados numa sociedade acostumada a viver sob a lei do mais forte, indica que a solução para a manutenção de um ambiente seguro e estável não passa pela forte presença militar existente hoje, mas na combinação da ação de instituições como a polícia e a justiça, com o desenvolvimento econômico e social.**

Nesse sentido, no que tange à situação de criminalidade na área em questão, o BRABAT está mantendo uma bolha de segurança em CITÉ SOLEIL e CITÉ MILITAIRE. Com isso, tem mantido os baixos índices de violência em áreas que tradicionalmente foram dominadas por grupos armados.

Os crimes que estão sendo cometidos podem ser coibidos com mais propriedade por competente trabalho de investigação, como verifica-se nos dados acima apresentados. **Para que haja uma melhoria substantiva da segurança, faz-se necessário maior presença policial na área. Ao se abordar “presença policial”, entenda-se PNH [Polícia Nacional Haitiana]** (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 19, grifo nosso).

Diante do exposto, constata-se que as tropas brasileiras tinham ciência que suas atribuições, mesmo que bem executadas, não poderiam substituir as obrigações institucionais do Estado haitiano. Até porque o conhecimento das regras de engajamento da MINUSTAH por parte da força adversa, a qual deixou de se organizar em grandes gangues, somado a capacidade desses criminosos de se homiziar junto à população como cidadãos comuns de modo a dificultar sua identificação, demandava a realização de um trabalho nitidamente policial. Abre-se margem, então, para as técnicas investigativas típicas da polícia para identificação dos suspeitos na região, tarefa que não faz parte da atividade-fim dos militares brasileiros, o que somado à barreira do idioma, dificultava as operações. Este assunto preocupava o Batalhão Brasileiro porque não se percebia uma ação decisiva da Polícia Nacional Haitiana em estar presente nas áreas “policiadas” pelas tropas brasileiras (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 19-20). Logo,

verifica-se que sem uma ação decidida da PNH [Polícia Nacional Haitiana] em atuar em CITÉ SOLEIL e CITÉ MILITAIRE, essas áreas permanecerão sem que o seu processo de pacificação seja consolidado. Com isso, a situação de

segurança poderá entrar em declínio tão logo a tropa reduza sua massiva presença. A oportunidade foi criada, mas não está sendo aproveitada (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 20).

A capacitação do Estado haitiano como promotor do desenvolvimento e de ações com vistas à manutenção da segurança passou, então, a ser uma prioridade para MINUSTAH. Essa tarefa era dificultada também em função de desastres naturais. Durante o período de atuação do 7º Contingente, segundo semestre de 2007, o Haiti foi afetado por diversas tempestades tropicais e fortes chuvas em curto espaço de tempo. O esforço do Governo em fazer frente a essas intempéries fez com que o país mobilizasse seus poucos recursos para ajuda humanitária. Este fator tem tornando o país ainda mais dependente da ajuda financeira internacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 16). Todavia,

o empenho e a eficiência do Batalhão nos momentos em que houve a necessidade de trabalhar com as atividades de amparo aos desabrigados das inundações e ajuda humanitária foi um fator diferenciador do Batalhão. Tal fato foi percebido pela Mídia nacional, internacional e pela MINUSTAH com divulgação altamente positiva para o Batalhão (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 114).

Ainda assim, em termos dos seus esforços de coordenação e cooperação civil-militar, avalia-se que

deve ser revista a doutrina brasileira para as atividades de Assuntos Civis. Embora nossa experiência em ajuda humanitária (incluindo as ACISO) seja suficiente, nas demais áreas dos As Civ (cooperação civil-militar e ação comunitária) desconhecemos a teoria dessas tarefas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 121).

Essa conclusão foi primeiramente expressa no Relatório Final de Emprego do 4º Contingente e desde então tem sido repetida. Na prática, contudo, observam-se passagens no Relatório Final de Emprego do 7º Contingente que expõem os esforços de coordenação do Batalhão Brasileiro com agências ONU, escritórios civis da MINUSTAH e instituições haitianas:

5) Assuntos civis

a) **O Batalhão buscou maior integração com escritórios civis da MINUSTAH, para angariar investimentos para a sua área de atuação, em BEL-AIR, CITÉ MILITAIRE e CITÉ SOLEIL. Para isso designou para a função de Of Ass Civ o Cmt do Gp Op Psc a fim de identificar os anseios da população e assessorar, sob a ótica das Op Psc [Operações Psicológicas], como poderiam ser atendidas as necessidades da população, colaborando com as operações táticas do BRABAT.**

b) **Foram implementados diversos projetos de impacto rápido, de alívio imediato e de ajuda humanitárias (vide anexo CIMIC) num total de 24 projetos e 39 ACISOS entre junho e novembro do corrente.**

c) Foram implementadas reuniões dos Cmt Cia com as lideranças locais que permitiram a identificação das necessidades das comunidades e orientar as atividades de As Civ [Assuntos Cívicos] (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 107, grifo nosso).

Em suma, o Relatório Final de Emprego do 7º Contingente descreve um período em que houve a consolidação das operações militares. Segundo o Coronel James Bolfoni da Cunha (2008, p. 85), o 7º Contingente herdou uma conjuntura positiva dos contingentes anteriores. Não havia indícios de reorganização das gangues ou movimento dos ex-militares haitianos, os índices de criminalidade estavam baixos e a maioria da população era favorável à presença das tropas da ONU. Logo, conforme avalia o Coronel, os primeiros seis contingentes teriam pacificado o setor brasileiro. Ainda que as tropas brasileiras tenham sido instruídas a operar segundo a forma de engajamento da ONU, tendo atuado em respeito às Regras de Engajamento prescritas pela Organização, na prática a realidade operacional da missão é também interpretada segundo o arcabouço doutrinário de formação do militar.

Logo, conforme esclarece Cunha (2008, p. 85), os primeiros seis contingentes brasileiros da MINUSTAH foram empregados, em menor ou maior grau, como Força de Pacificação conforme preconiza a doutrina brasileira de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), período que foi caracterizado pela fase operativa. Após a mobilização do 7º Contingente constatou-se que era chegada a hora da mudança de fase, passando para fase preventiva conforme previsto na doutrina brasileira. Dessa forma, foram emitidas diretrizes que davam nova interpretação às regras de engajamento das Nações Unidas, iniciando-se um período de acomodação e assimilação por parte da tropa. As operações tipicamente militares foram desaconselhadas pelo *Force Commander*, já que, segundo Cunha (2008, p. 86), a ONU não as considerava politicamente adequadas. A presença da Polícia Nacional

Haitiana, antes apenas desejável, passou a ser obrigatória em todas as operações de rotina do Batalhão Brasileiro.

Os índices de criminalidade passaram a ser medidos pela Polícia das Nações Unidas (UNPOL) e mostravam o trabalho eficiente das tropas brasileiras. A mudança de fase operacional caracterizaria a atuação do 8º Contingente. No entanto, o Coronel Cunha (2008, p. 88) avalia que o estado de inquietação da população haitiana era permanente. Apesar de reconhecerem a melhora na situação de segurança, as pessoas clamavam por empregos, condições mínimas de sobrevivência, escola universal e gratuita, água potável, esgoto, energia elétrica e telefonia. Para o Coronel Cunha (2008, p. 88), havia consenso entre os haitianos de que a ONU lhes devolvera o direito de ir e vir, mas isso não implicara em melhora da sua situação socioeconômica. Houve, portanto, uma lacuna entre o sucesso militar da pacificação e a retomada do desenvolvimento no país. O sucesso da MINUSTAH somente será alcançado quando os próprios haitianos tiverem condições de administrar por si mesmos o ambiente seguro e estável conquistado pelas tropas da ONU, afirma Cunha (2008, p. 88-89).

A análise de conteúdo do Relatório Final de Emprego do 7º Contingente revela que esse processo de transição entre as fases operacionais da missão de paz conforme preconizado pela doutrina brasileira foi marcado pela ênfase dos termos que mencionam trabalhos humanitários. As unidades de registro do índice “menção a trabalhos de suporte humanitário” alcançaram mais do que dobro de repetições (61 vezes) das unidades de registro associadas ao índice “menção às forças adversas” (29 repetições). Observa-se, nesse contexto, que o *modus operandi* dos contingentes brasileiros segue procedimentos preconizados pela doutrina brasileira que atribui finalidade militar a abordagem humanitária por parte das tropas. Dentre os objetivos militares está justamente a proteção de civis, um dos pilares da intervenção da ONU no Haiti. Nota-se que a evolução das situações de emprego demanda versatilidade por parte das tropas, cuja atuação em funções que não são tipicamente militares, mas que fazem parte do amplo espectro da missão, não implica necessariamente em desvio da função militar. Pelo contrário. Os relatórios finais de emprego são claros ao apresentar os objetivos militares das ações humanitárias e o interesse na conquista de corações e mentes.

Em síntese, a abordagem brasileira para o problema das gangues no Haiti pautou-se pela execução de ações de enfrentamento direto em conjunto com atividades de cunho

social e humanitário. A resistência da população à presença das tropas da ONU e das forças policiais domésticas diminuiu paulatinamente, o que contribuiu decisivamente para que as forças da MINUSTAH pudessem coibir a ação das gangues. O capítulo seguinte dá continuidade à descrição da experiência operacional dos contingentes brasileiros que, em função dos resultados alcançados com a pacificação de importantes regiões da capital Porto Príncipe, modificaram sua postura operacional, privilegiando as ações das forças policiais.

7 A ATIVIDADE DOS CONTINGENTES (8º AO 20º) BRASILEIROS DA MINUSTAH

O presente capítulo dá continuidade à análise das atividades dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. Para tal, faz uso do “Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz” dos contingentes brasileiros mobilizados no Haiti, compreendo o período de 1 dezembro de 2007 à 4 de dezembro de 2014, perfazendo um total de 11 contingentes. Outras fontes de informação foram usadas como entrevistas e artigos elaborados por militares brasileiros que participaram da MINUSTAH.

Conforme mencionado anteriormente, é importante ressaltar que os Relatórios Finais de Emprego do 1º, do 3º e do 13º ao 16º Contingentes não foram disponibilizados pelo Exército Brasileiro (o relatório do BRABATT 2 – *Brazilian Battalion 2* – do 14º e do 17º estão inclusos na relação que a pesquisadora dispõe). Ou seja, um total de dez relatórios não pode ser consultado, fato que não trouxe maiores prejuízos para a análise realizada, já que outros dezesseis relatórios foram obtidos e analisados. Cabe lembrar que após o terremoto de janeiro de 2010, do 12º ao 17º Contingentes, a MINUSTAH passou a contar com dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz do Brasil, cada um com seu respectivo relatório de emprego. São apresentados em seguida os resultados do processo de inferência e interpretação dos relatórios finais de emprego do 8º ao 20º contingentes.

Tabela 4 – Relação dos Relatórios Finais de Emprego descritos no capítulo 7

CONTINGENTE	PERÍODO RELATADO	AUTOR
8º	Dezembro de 2007 a junho de 2008	Coronel Luiz Guilherme Paul Cruz
9º	Junho de 2008 a dezembro de 2008	Coronel Pedro Antônio Fioravante Silvestre Neto
10º	Dezembro de 2008 a junho de 2009	Coronel Fernando Sampaio Costa
11º	Julho de 2009 a janeiro de 2010	Coronel João Batista Carvalho Bernardes
12º - BRABATT 1	Janeiro de 2010 a julho de 2010	Coronel Otavio Santana do Rêgo Barros
12º – BRABATT 2	Janeiro de 2010 a julho de 2010	Coronel Luciano Puchalski
14º – BRABATT 2	Fevereiro de 2011 a setembro de 2011	Coronel Henrique Martins Nolasco Sobrinho
17º – BRABATT 2	Dezembro de 2012 a abril de 2013	Coronel Sinval dos Reis Leite
18º	Junho de 2013 a novembro de 2013	Coronel Zenedir da Mota Fontoura
19º	Dezembro de 2013 a junho de 2014	Coronel Anísio David de Oliveira Junior
20º	Junho de 2014 a dezembro de 2014	Coronel Vinicius Ferreira Martinelli

7.1 A experiência operacional do 8º ao 11º Contingente Brasileiro da MINUSTAH

O 8º Contingente brasileiro, mobilizado entre dezembro de 2007 e junho de 2008, dá continuidade às ações humanitárias dos contingentes anteriores. No entanto, o Relatório Final de Emprego do 8º Contingente foge ao padrão discursivo dos relatórios analisados até o momento. Não é possível extrair a partir do Relatório qualquer informação sobre as intervenções da tropa brasileira na conjuntura haitiana. Tem-se, no lugar, uma análise mais orgânica das atribuições de cada uma das Seções do Estado Maior do Batalhão e a maneira como estas seções harmonizam-se no conjunto da MINUSTAH.

Contudo, em termos do *modus operandi* das tropas, observa-se mudança na postura com a execução de novos métodos de trabalho:

- Inicialmente, **percebeu-se a obsolescência do procedimento dos "pacotes de patrulha" e a necessária implementação de um novo método que trouxesse maior eficácia ao trabalho executado.** Foi formulado um novo procedimento pela **divisão da Área de Responsabilidade em células (pequenos setores)** visando identificar os locais que apresentavam maior número de ocorrências de ilícitos ou hostilidades. A finalidade foi orientar os patrulhamentos, as operações, a presença militar, as **ACISO**, enfim, todo o planejamento para as áreas que demonstrassem a necessidade de maior atenção, desde que **amparada em dados precisos e confiáveis.** **Foram, em decorrência, realizadas operações de pequeno vulto, em áreas pré-selecionadas (células), de acordo com os informes de inteligência que se mostraram extremamente eficientes e produtivas. Trouxeram para o BRABAT [Batalhão Brasileiro] resultados significativos na evolução para o pretendido ambiente seguro e estável em toda a AOR BRABAT [Área de Responsabilidade do Batalhão Brasileiro].** O uso do "FLIR" a partir do helicóptero da MINUSTAH para apoio operacional/tático as operações desencadeadas em solo; mostrou-se extremamente eficiente com o acompanhamento em tempo real das movimentações e manifestações que ocorreram no mês de Abril. **O emprego, nas ocorrências citadas, do binômio infantaria-carro reafirmou que as vantagens táticas obtidas em combate não se confirmam nas operações de controle de distúrbios e de garantia da lei e da ordem. A mudança de atitude operacional tornou ineficaz a manutenção dos consagrados e anteriormente úteis pontos fortes, passou a ser necessária uma ação mais dinâmica de presença no terreno que se contrapôs ao conceito anteriormente utilizado.**

- Devolução dos pontos fortes que não traziam ganhos operacionais para a tropa (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 8º Contingente, 2008, p. 7, grifo nosso).

O sucesso dos contingentes anteriores levou a superação da estratégia dos pontos fortes e a conseqüente mudança de postura operacional. O relatório não detalha a abordagem brasileira e a situação no terreno. A forma de organização dos trabalhos no interior do Batalhão Brasileiro em contraposição às atividades externas foi prioritariamente

explorada no Relatório Final de Emprego do 8º Contingente. A única exceção refere-se à “menção aos trabalhos de suporte humanitário” que foi relatada em termos das atividades relacionadas a “Assuntos Cívicos”:

O BRABAT realizou as seguintes atividades:

- apoio às ONGs, OIM e Yele Haiti e ao Governo Haitiano, na organização e segurança durante a distribuição de donativos;
- distribuição de 208,8 toneladas de alimentos adquiridos pela Embaixada Brasileira no Haiti ou diretamente pelo Governo Brasileiro, beneficiando cerca de 18.000 famílias haitianas;
- distribuição de 5.000 brinquedos no Natal e 40.000 chocolates na Páscoa, adquiridos com doações dos integrantes do Batalhão, beneficiando cerca de 15.000 crianças;
- limpeza de 6 (seis) escolas e diversos canais e ruas através de trabalho comunitário voluntário (mutirões);
- atividades recreativas com crianças: esporte, pintura, escolinha de confecção de pipas e brincadeiras e distribuição de 4.500 Kits escolares;
- participação em campeonatos de futebol com equipe do Batalhão;
- realização de 7.000 atendimentos médico-odontológicos, com palestras sobre higiene e escovação e distribuição de 500 kits odontológicos; e
- apoio ao Ministério de Saúde Haitiano na campanha de vacinação.

No total foram realizadas de 71 ações cívico-sociais, que englobaram ajuda humanitária, auxílios a escolas, palestras, distribuição de comida e água, atendimentos médicos e odontológicos e mutirões de limpeza (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 8º Contingente, 2008, p. 19-20).

A análise de conteúdo do Relatório revela a omissão de grande parte das unidades de registro do índice “menção às forças adversas”. A palavra “ganguê” foi sequer mencionada. Somente a unidade de registro “força adversa” foi mencionada duas vezes e mesmo assim o conteúdo da respectiva unidade de contexto refere-se à explanação das funções administrativas dos oficiais brasileiros. Já a relevância da ação humanitária por parte da tropa pode ser verificada pela quantidade de referências a “trabalhos de suporte humanitário” que alcançou um total de 18 repetições.

O período subsequente, entre junho e dezembro de 2008, foi marcado pela mobilização do 9º Contingente brasileiro. Destacam-se entre suas ações operacionais os trabalhos da “Seção de Operações Psicológicas” cujas atividades abrangeram tanto o público interno quanto a população haitiana da área de operações do Batalhão. Junto ao

público interno, a Seção acompanhou as atividades operacionais das subunidades, elaborando filmes e cartazes motivacionais, os quais tiveram um papel importante na preservação do moral da tropa. No tocante a população haitiana, foi conduzido um meticuloso trabalho de pesquisa de opinião, obtendo uma radiografia precisa sobre a aceitação dos haitianos em relação ao trabalho realizado pelo Batalhão em toda a área de operações, que serviu de base para operações futuras (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 9º Contingente, 2008, p. 3).

As operações psicológicas em território haitiano por parte das tropas brasileiras tiveram início com a mobilização do 6º Contingente (entre dezembro de 2006 e junho de 2007) quando para aplicar a concepção estratégica planejada ainda durante a fase do preparo do Batalhão foi criado o “Destacamento de Ações Sociais de Paz (DOSPAz) com a missão de planejar e executar operações psicológicas nos públicos-alvo de interesse do Batalhão (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 22). Nesse contexto,

o contato direto do contingente com a população, durante os patrulhamentos e as operações, foi um vetor de atuação sobre esse público e de divulgação da postura, profissionalismo e cordialidade do soldado brasileiro. As ACISO [ações cívico-sociais] e as ações psicológicas foram também instrumentos utilizados para formar uma imagem do BRABAT [Batalhão Brasileiro] junto à população haitiana. A atuação da tropa, seguindo orientação do comando, de levantar e atender as necessidades mais prementes das comunidades, com a colaboração das lideranças locais, buscou consolidar a imagem positiva do Batalhão já desenvolvida nos contingentes anteriores. Uma atividade de operações psicológicas, que teve ampla divulgação na mídia local, nacional e internacional foi a Marcha pela Paz, organizada pelo BRABAT, com o envolvimento de lideranças locais e da prefeitura de Cité Soleil. O mote da Marcha foi o agradecimento da população pela ação pacificadora do Batalhão (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 34).

Logo, segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro,

o emprego de operações psicológicas contribuiu para a rapidez na pacificação de Cité Soleil. Campanhas destinadas a tirar o apoio da população aos líderes das gangues foram muito importantes para que esse objetivo fosse atingido. O fato das duas últimas operações nessa região, as operações Nazca e Lôt Nivo, serem realizadas com sucesso e sem ocorrer reação da força adversa corrobora essa assertiva. Esse quadro foi muito explorado pelo BRABAT6 junto à mídia e aos líderes locais e acabou por se difundir entre a população como a forma brasileira de operar (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 6º Contingente, 2007, p. 37).

No tocante às operações psicológicas o Comandante do 7º Contingente observa que o trabalho em conjunto com as atividades de assuntos civis facilita o mascaramento e a efetividade da condução das campanhas de operações psicológicas, facilitando sua penetração no público-alvo. O trabalho tático junto às subunidades auxilia a manutenção da atitude do soldado perante a comunidade, de modo a assegurar que a boa imagem dos brasileiros seja realmente percebida. Logo, para o Comandante do Batalhão Brasileiro, é importante haver integração entre “Operações Psicológicas”, “Assuntos Civis” e “Comunicação Social” para que o poder de combate do Batalhão Brasileiro seja maximizado (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 7º Contingente, 2007, p. 121-122).

No âmbito do 8º Contingente o chamado Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) esteve subordinado ao G9, responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades de comunicação social: informações públicas, relações públicas e divulgação institucional, de assuntos civis e de operações psicológicas. As responsabilidades do DOP durante a missão foram:

assessorar e planejar as Op Psc [Operações Psicológicas] no Nível Estratégico; planejar e conduzir Op Psc, nos Níveis Operacional e Tático, na área de responsabilidade da MINUSTAH/BRABAT; planejar e conduzir atividades de propaganda branca, cinza e negra em proveito da MINUSTAH/BRABAT; produzir material áudio e audiovisual em apoio a missão; produzir em pequena escala, material impresso para disseminação; conduzir a disseminação dos produtos das Campanhas de Op Psc; conduzir atividades de instrução de disseminação para as tropas do BRABAT; "vacinar" as tropas contra propaganda adversa e conduzir atividades de teste e avaliação das Campanhas de Op Psc (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 8º Contingente, 2008, p. 18).

Conforme descrito, o 9º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Batalhão Haiti) deu continuidade às operações de cunho psicológico no âmbito da missão. Além disso, foram realizadas cerca de 20 mil atividades operacionais que incluíram patrulhas mecanizadas, motorizadas e a pé, escoltas de comboios, de autoridades e de membros da imprensa, operações de cerco e vasculhamento, acompanhamento e controle de manifestações, segurança de instalações, dentre outras. Adicionalmente, o Batalhão também realizou em grande quantidade ações cívico-sociais (ACISO) e ajuda humanitária, particularmente por ocasião dos furacões que assolaram o país (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 9º Contingente, 2008, p. 3-4).

O único momento em que o Relatório Final de Emprego do 9º Contingente faz menção à conjuntura haitiana é para expor que

o momento sócio-político vivido no Haiti, atualmente, requer uma maior atenção no aspecto assistencial às comunidades. O incremento das Atividades CIMIC auxilia na redução da violência social e apoia também a realização de outras atividades militares (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 9º Contingente, 2008, p. 33).

Em termos discursivos, o Relatório Final de Emprego do 9º Contingente difere do formato adotado nos relatórios anteriores. Após uma breve introdução são apresentadas tabelas contendo “fatos observados”, “comentários” e “sugestões” para cada uma das Seções que compõem o Estado-Maior do Batalhão: G1 – Seção de Pessoal; G2 – Seção de Inteligência; G3 – Seção de Operações; G4 – Seção de Logística; G6 – Seção de Comando e Controle; G9 – Seção de Assuntos Cívicos; Seção de Comunicação Social e Seção Jurídica.

A análise de conteúdo do Relatório Final de Emprego do 9º Contingente, nesse contexto, pouco contribuiu para o esclarecimento das atividades operacionais desenvolvidas pelas tropas brasileiras, até porque essas atividades não foram relatadas. O índice “menção às forças adversas” teve apenas a palavra “ganguê” registrada, a qual foi mencionada duas vezes, mas sem qualquer referência sobre a situação no terreno. Já as unidades de registro contidas no índice “menção a trabalhos de suporte humanitário” foram utilizadas 15 vezes. Observa-se que o Relatório tende a utilizar o termo CIMIC como agregador de todas as atividades de cunho social e humanitário desenvolvidas pelo Batalhão, incluindo as ações cívico-sociais (ACISO). Parece que o uso da terminologia CIMIC passou a caracterizar o *modus operandi* do Batalhão. No entanto, com base exclusivamente no Relatório, não é possível verificar como se dá relação entre o arcabouço conceitual do CIMIC e do UN-CIMIC e a prática brasileira.

O Relatório Final de Emprego do 10º Contingente, mobilizado entre dezembro de 2008 e junho de 2009, continua essa tendência. No lugar de enfatizar as ações cívico-sociais e a ajuda humanitária como os primeiros contingentes faziam, assinala que:

Nos Assuntos Cívicos, o BRABATT [Batalhão Brasileiro] realizou mais de 304 (trezentas e quatro) atividades CIMIC, dentre elas a distribuição de aproximadamente 500 (quinhentas) toneladas de alimentos em sua AOR [Área de Responsabilidade]. Nesse período, também foram formados 70 (setenta) agentes comunitários de emergência e instalado 1 (um) Consultório Dentário em

CITÉ SOLEIL. A seguir apresenta-se um resumo dos projetos desenvolvidos pela Seção de Assuntos Cívicos:

a. Treinamento de Grupos Comunitários de Emergência – Consistiu em 2 (dois) estágios de 2 (duas) semanas de duração, oferecidos a 70 (setenta) haitianos, sobre assuntos de saúde, primeiros socorros, meio ambiente, prevenção e combate a incêndio e comunicações. Foi realizado em parceria com a ONG VIVA RIO, que foi responsável pela seleção dos voluntários e participou com instrutores sobre os assuntos tratamento de lixo e cuidados com a água. Ao final dos estágios, 25 (vinte e cinco) alunos foram selecionados por aquela ONG para trabalho imediato.

b. Projeto Plantio de Árvores – Desenvolvido nas comunidades buscando aumentar a interação do soldado brasileiro com a população local. Também foi aplicado em escolas da rede pública com o objetivo de conscientizar jovens haitianos para a questão ambiental. Consta de palestras nas escolas e ruas, disseminação de cartazes sobre o tema, plantio de mudas e acompanhamento do seu desenvolvimento.

c. Projeto 1º Gabinete Odontológico de CITÉ SOLEIL – Consta da doação de uma cadeira de dentista e equipamentos secundários para viabilizar um gabinete odontológico num dos bairros mais carentes da capital haitiana. Inicialmente, o atendimento foi feito pelo 2º Sgt Aux do G9, que também é dentista. A continuidade do projeto dar-se-á por meio da utilização de dentistas voluntários, em parceria com uma ONG atuante no bairro CITÉ SOLEIL.

d. Projeto Alimento por Trabalho – Consiste na montagem de 20 (vinte) equipes de 7 (sete) pessoas de ambos os sexos para a realização da limpeza diária das principais ruas da AOR das SU. Cada equipe contará com equipamentos de limpeza (carrinho de mão, pá, ancinho, garfo e vassouras) e terá uma meta diária a cumprir, de acordo com o planejamento de cada SU. Ao final de cada jornada, uma quantidade de alimentos será entregue como forma de pagamento pelo trabalho. Ao final de uma semana, as equipes serão desfeitas e novos participantes serão convocados, ampliando assim o número de assistidos.

A realização desse projeto envolve uma série de coordenações entre os Cmt SU, lideranças locais, autoridades públicas e ONGs (VIVA RIO, por exemplo, possui caminhões de coleta e um programa de reciclagem de lixo), no sentido de viabilizar o destino final do lixo coletado diariamente. A aquisição dos equipamentos foi feita por meio de um Quick Impact Project (QIP) específico solicitado à MINUSTAH.

e. Projeto Redução da Violência Doméstica – O número de casos de violência familiar atendido pelo BRABATT, particularmente nas vizinhanças do Forte Nacional (3ª Cia Fuz), é bastante significativo. Recentemente, o BRABATT foi procurado por uma ONG haitiana que desenvolve um trabalho sobre o tema utilizando a técnica de apresentações teatrais. Nesse sentido, o Batalhão iniciou as coordenações para viabilizar tais apresentações quando da realização de atividades sociais pelas SU.

f. Projeto Pequeno Porte-Grande Efeito – Consistiu na realização de pequenas obras de infra-estrutura e doações diversas visando a atender instituições e bairros carentes apoiados pelo Batalhão, com destaque para construção de uma cisterna comunitária, cercas de segurança em escolas e em centros de saúde, construção de um incinerador para lixo hospitalar e doação de camas para um orfanato.

g. Projeto Aulas de Português – Realizado com o objetivo de ampliar a interação do soldado brasileiro com uma parcela da população haitiana interessada em aprender a língua portuguesa. O projeto atende a 120 (cento e vinte) cidadãos haitianos (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 8-9, grifo nosso).

Paralelamente, o 10º Contingente brasileiro empreendeu ações com vistas a garantir um ambiente seguro e estável para realização do 1º e 2º Turnos das Eleições Senatoriais em 2009. O seguinte objetivo estratégico orientou as missões do Batalhão:

Conduzir as Eleições para o Senado 2009 de forma transparente, ordeira e pacífica em todo Haiti, em uma atmosfera livre de coerção, intimidação ou prejuízo para o povo haitiano e à comunidade internacional, por conseguinte, aumentar a credibilidade das autoridades nacionais (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 4).

Para tal, todo o efetivo do Batalhão trabalhou intensamente em proveito do processo eleitoral, sendo que 480 militares foram mobilizados a cada duas horas, realizando Patrulhas e *Static Points*, durante todo o dia em 19 de abril e 21 de junho de 2009. Além disso, o BRABATT realizou 225 operações conjuntas com a UNPOL/PNH no nível SU (OPERAÇÕES SURUCUCU), realizando cerco e vasculhamento em áreas de interesse para a manutenção do ambiente seguro e estável. A eficácia das ações foi garantida por meio dos trabalhos de inteligência que indicaram as regiões onde havia ocorrido aumento das atividades ilícitas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 4-5).

No âmbito da Operação Blue Skull, a unidade de elite do Batalhão, o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), foi mobilizado em ações preventivas e operativas com vistas ao levantamento de informações sobre as principais áreas de atuação das gangues e de grupos politicamente engajados ou não, de modo a antecipar possíveis ameaças ao andamento do processo eleitoral haitiano. O resultado prático da Operação foi a detenção de vários líderes de gangues que constavam da lista denominada “*Top Ten Gangster in Haiti*” da MINUSTAH e do Governo haitiano. Entre eles destacam-se: MIAGUI, TI PIE, JAMES, DI LOU e TOU TOU BAR (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 3-4).

Para o Comandante do Batalhão, Coronel Fernando Sampaio Costa,

o grande diferencial das tropas brasileiras, em relação às demais OM [Organizações Militares] do Componente Militar da MINUSTAH, é o patrulhamento a pé e a interação do soldado brasileiro com a população haitiana. O fato do soldado brasileiro olhar no fundo do olho da população haitiana e o **apoio do Destacamento de Operações Psicológicas**, com o emprego de auto-falante e panfletagem, nas operações, contribuíram para a criação da confiança mútua e **a identificação entre o militar brasileiro e a população haitiana.**

As operações no nível do Btl [Batalhão] com o emprego combinado com os FuzNav [Fuzileiros Navais] e a intensificação das operações e patrulhamento conjunto com a PNH e UNPOL [United Nations Police] trouxeram resultados significativos para o controle e para a criação de um ambiente seguro e estável na AOR [Área de Responsabilidade] do BRABATT [Batalhão Brasileiro] (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 11, grifo nosso).

O Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) permaneceu ativo, apoiando as principais atividades CIMIC desenvolvidas pelo Batalhão com a disseminação de campanhas na Capital e no interior do país (região de *Artibonite*) por ocasião das eleições senatoriais. O apoio do DOP às atividades CIMIC foi importante para direcionar mensagens específicas para cada audiência (EXÉRCITO BRASILEIRO, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 271). É importante ressaltar a contribuição doutrinária deixada pelo DOP aos futuros contingentes por meio da confecção de um Caderno de Emprego Tático, que consolidou todos os procedimentos operacionais e de segurança adotados por seus integrantes no decorrer de suas atividades junto às Subunidades e nas Operações conjuntas com a PNH e UNPOL. Além disso, houve também a elaboração de um Catálogo de Linguagem Corporal com sinais e gestos da cultura haitiana (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 4).

A análise de conteúdo do Relatório permitiu a visualização de diversos relatos das atividades do Batalhão que descrevem o uso intenso de informações providas pela própria população haitiana para coibir o crime e desarticular as gangues. Todavia, comparativamente, os relatos que expõem as atividades da Seção de Assuntos Cíveis em trabalhos de suporte humanitário são mais numerosos. Ou seja, o Batalhão manteve seu perfil de “enfrentamento humanitário”, realizando 304 atividades CIMIC e prestando 103 atendimentos médicos a civis haitianos (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 10º Contingente, 2009, p. 10). Interessante notar que o trabalho humanitário do Batalhão é descrito simplesmente como atividade CIMIC. Por fim, observa-se que a maior parte das unidades de registro identificadas no documento pertence ao índice “menção a

trabalhos de suporte humanitário” com um total de 120 repetições, sendo que a unidade de registro mais repetida foi “assuntos civis” (termo repetido 73 vezes). Já as unidades de registro contidas no índice “menção às forças adversas” foram repetidas 17 vezes com a palavra “gangue” sendo referida 16 vezes.

O 11º Contingente, mobilizado entre julho de 2009 e janeiro de 2010, também precisou lidar com o processo eleitoral. Seus trabalhos foram orientados em atendimento ao seguinte objetivo estratégico:

Conduzir as Eleições para o Parlamento de forma transparente, ordeira e pacífica em todo Haiti, em uma atmosfera livre de coerção, intimidação ou prejuízo para o povo haitiano e à comunidade internacional, por conseguinte, aumentar a credibilidade das autoridades nacionais (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 5).

Para tal, foi adotada a postura de intensificar a presença das tropas nas ruas de Porto Príncipe, buscando a dissuasão de possíveis grupos hostis, pela aplicação do princípio da “MASSA” e realizando atividades nível SU (Subunidade) e nível Btl (Batalhão) (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 2). Cabe destacar o trabalho conjunto das tropas brasileiras com as *Formed Police Units* (FPU), com a Polícia das Nações Unidas (UNPOL) e com a Polícia Nacional Haitiana (PNH) em diversas operações:

Desde o final do mês de novembro [2009], foi determinado pela MINUSTAH que o BRABATT intensificasse o patrulhamento conjunto com a PNH, UNPOL e FPU, a fim de contribuir para evitar o aumento de roubos e assaltos nas zonas sensíveis de PORTO PRÍNCIPE, devido à chegada do período eleitoral, a celebrações de fim de ano e carnaval haitiano. O propósito das ações de patrulhamento conjunto consiste em controlar zonas relevantes nos dias e horários de maior incidência de delitos, intensificando a presença com patrulhas a pé e check-points. Foram executadas as Operações “SOL BRASILEIRO”, na região de CITÉ SOLEIL; “FORTE NACIONAL”, na região de BEL AIR e na área portuária; e “PORTO SEGURO”, em diversos pontos em toda a área de PORTO PRÍNCIPE, empregando-se as Cia Fuz F Paz e o Esqd Fuz Mec F Paz [Fuzileiros Navais]. As Operações prosseguiram até 16 de janeiro de 2010 e nelas foram empregados, nos dias de Operação, uma média de 45 (quarenta e cinco) militares do BRABATT, além de 24 (vinte e quatro) agentes da PNH, 30 (trinta) da FPU e 16 (dezesesseis) da UNPOL (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 4-5).

Outro aspecto a ser observado com base no Relatório é que conceitualmente os termos empregados para descrever as ações cívico-sociais (ACISO) e a coordenação civil-

militar (CIMIC) parecem designar o mesmo tipo de atividade, sendo usados algumas vezes como sinônimos:

Operação de Reconhecimento na Ilha de LA GONAVE... O BRABATT pode fazer uma ação mais efetiva na ilha por meio das embarcações uruguaias e aeronaves da MINUSTAH (**Atv CIMIC: atendimento Med/Odont, distribuição de alimentos, material escolar, roupas, etc**) e há a necessidade de manter um fluxo regular de patrulhas, com o apoio de meios aéreos e marítimos (Pa de longo alcance).

...

Operação BANDEIRANTE foi realizada em 16 de setembro de 2009, em CITÉ SOLEIL (BROOCKLYN e SOLEIL 19) e contou com um efetivo de 375 (trezentos e setenta e cinco) militares do BRABATT, 03 (três) componentes do JMAC [Joint Mission Analysis Center - Órgão de Inteligência da MINUSTAH] 07 (sete) PNH, 04 (quatro) UNPOL, 05 (cinco) FPU. **Durante a Operação, foram realizadas patrulhas conjuntas em toda a área e ACISO em dois locais de BROOCKLYN, sendo distribuídas 2,5 (duas e meia) toneladas de alimentos doados pela Embaixada Brasileira no Haiti, atendendo a 600 (seiscentas) famílias. A Embaixatriz Brasileira no HAITI, Sra Roseana Kipman, acompanhou as operações CIMIC.** Na Operação não foram feitas detenções para averiguação ou prisões em flagrante delito (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 3-4, grifo nosso).

Da forma como é empregado no Relatório, percebe-se que o termo CIMIC outras vezes tende a ser uma categoria mais ampla da qual as ACISO fazem parte. Doutrinariamente mais conhecidas dos militares brasileiros, as ações cívico-sociais foram definitivamente incorporadas ao cotidiano operacional das tropas brasileiras da MINUSTAH, tendo inclusive contado com ativo engajamento da Embaixada Brasileira no Haiti, inclusive com participação voluntária da Embaixatriz Roseana Kipman, ação que entre outros fatores possibilitou o incremento do montante de doações e atividades. Há no Relatório inúmeras referências a ações cívico-sociais sendo realizadas pelos militares do BRABATT em várias localidades de Porto Príncipe. Para o Comandante do Batalhão Brasileiro, Coronel João Batista Carvalho Bernardes,

Ao final de quatro meses de missão no Haiti, o BRABATT 11 de Foram realizadas mais de 250 Ações Cívico-Sociais, onde foram realizadas atividades de atendimentos médicos e odontológicos, palestras educacionais, além de recreação para crianças. Foram beneficiadas cerca de 200 instituições, entre igrejas católicas, evangélicas, escolas, creches, asilos e orfanatos. Foram entregues as seguintes cerca de 500 toneladas de alimentos e mais de 250.000 litros de água potável.

As ACISOS se desenvolveram sinergicamente com as Seções de Inteligência e de Operações, tudo com a finalidade de manter e consolidar a segurança na área de operações do BRABATT (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 193, grifo nosso).

A consolidação da segurança na área de operações do Batalhão Brasileiro, um objetivo nitidamente militar realizado através do emprego de meios humanitários e não humanitários, foi assegurada também com base nos trabalhos do Destacamento de Operações Psicológicas (DOP). Nesse contexto, tendo como foco a população haitiana, foram disseminadas mensagens para adoção de um comportamento favorável à presença das tropas da MINUSTAH na área de responsabilidade do BRABATT, de modo a estimular sua união e cooperação com as tropas brasileiras, além de incentivar a denúncia de bandidos e atividades ilícitas na região:

As mensagens foram disseminadas com o emprego de viatura Alto-Falante (Vtr AF) e por meio de panfletos, em apoio às patrulhas a pé, às **ACISO** e demais eventos que representassem aglomerações populacionais, tais como, partidas de futebol, cinema de rua e demais atividades coordenadas pelo **CIMIC**, em toda a AOR [Área de Responsabilidade]. Buscou-se estimular, também, a integração entre as tropas do BRABATT e a PNH, por ocasião das patrulhas e operações conjuntas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 6, grifo nosso).

A propaganda de guerra, um vetor psicossocial do emprego de tropas, foi amplamente utilizada no Haiti pelo Batalhão Brasileiro por meio do seu Destacamento de Operações Psicológicas. As campanhas destinadas ao Batalhão Brasileiro enfatizaram a manutenção do moral da tropa, a prevenção de acidentes em serviço e, sobretudo, a prevenção às questões relacionadas a assédio sexual e doenças sexualmente transmissíveis (DST). Além disso, foram acompanhados os fatores estressores da missão sobre as tropas ao longo da missão e a percepção dos sentimentos de coesão e camaradagem com reflexos nas decisões de comando em todos os níveis. Com relação à população haitiana, foi incentivada a aproximação das tropas por meio inclusive da aplicação de técnicas de contato pessoal, favorecendo a obtenção de dados de inteligência com a produção de informes sobre a atuação das forças adversas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 6).

A propaganda brasileira, além de garantir segurança ao ambiente operacional, auxiliou na construção de uma imagem internacional do País como “*peacekeeper*”.

Segundo o Coronel José Ricardo Vendramin Nunes (2015, p. 6), Comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB),

o Brasil engajou-se decisivamente no Haiti. Desde o princípio, o país não se limitou a fazer a maior contribuição militar e assumir as responsabilidades de liderança do Componente Militar. O Brasil propôs projetos de desenvolvimento, liderou esforços políticos, enfatizou o apelo por doações humanitárias, fez gestões diplomáticas junto à ONU e atuou firmemente na condição de membro não permanente do CSNU [Conselho de Segurança das Nações Unidas]. A reputação brasileira de país solidário e comprometido com a paz internacional foi reforçada com justiça nos mais de dez anos da MINUSTAH.

Para o Coronel Vendramin, em apresentação realizada no CCOPAB em julho de 2015, no nível estratégico, os resultados positivos da participação brasileira em operações de paz implicam em maior visibilidade internacional para as posições brasileiras, auxiliam a resolução pacífica dos conflitos, são uma ferramenta eficiente para promoção da política externa, promovem maior integração entre as forças armadas e desenvolvem as capacidades expedicionárias. Já nos níveis operacional e tático, a participação brasileira em missões de paz possibilita o teste, a avaliação, a comparação e a atualização das doutrinas nacionais e dos equipamentos, permite que as tropas, juntamente com seus líderes, se preparem para serem empregados em operações de combate, promove o aprimoramento dos conceitos, do planejamento e da execução de operações multinacionais e estimula o aperfeiçoamento das operações de ajuda humanitária.

As ações militares brasileiras no Haiti vêm sendo bem-sucedidas, conforme avalia o Coronel Vendramin (2015, p. 3). Para o Coronel, em 2009 a MINUSTAH era vista internacionalmente como umas das raras missões da ONU com mandato baseado no Capítulo VII da Carta de sucesso e em possível processo de transição de tarefas para o Governo haitiano. De acordo com Vendramin (2015, p. 3), no âmbito interno ao Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO), a MINUSTAH era tratada como uma das missões “mais exitosas e hábeis em resolver problemas e avançar um processo político sob proteção proporcionada por um ambiente seguro e estável”. Além disso, Vendramin (2015, p. 3) cita o Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas de 1 de setembro de 2009 onde declara que: “após cinco anos do processo de estabilização, existe razões substanciais para crer que o Haiti está saindo de um passado de conflito em direção a um futuro mais brilhante de desenvolvimento pacífico”.

A trajetória de sucesso da Missão, contudo, sofreu um grande baque por causa de um desastre natural de proporção incomparável a eventos anteriores ocorridos também no Haiti. Segundo o Coronel Vendramin (2015, p. 3), o terremoto destruidor de janeiro de 2010 cobrou um preço incomensurável em vidas e estruturas, liquidando anos de avanço da MINUSTAH e do país. Foi preciso que o CSNU agisse com celeridade e aprovasse resoluções que ajustaram o mandato da MINUSTAH à nova e terrível realidade. Ainda que a sociedade haitiana e a comunidade internacional estivessem atônitas com o impacto devastador do terremoto, a decisão foi de ampliar o quantitativo de forças militares em território haitiano, além das unidades de socorro e resgate. O Governo brasileiro rapidamente mobilizou um segundo batalhão de infantaria para apoiar a coordenação da ajuda humanitária emergencial e, simultaneamente, restabelecer a estabilidade e a segurança em Porto Príncipe (VENDRAMIN, 2015, p. 3).

A situação após o terremoto foi assim descrita pelo Comandante do Batalhão Brasileiro, 11º Contingente:

[Em 12 de janeiro de 2010] às 1650, ocorreu um terremoto em PaP [Porto Príncipe] que ocasionou muitos estragos estruturais e desabamento de diversas casas e prédios, incluindo o Palácio Nacional, Assembléia Legislativa, ministérios, Catedral do Haiti, Igreja Perpétuo Socorro, o HOTEL CRISTOPHER (QG da MINUSTAH), FORTE NACIONAL e PONTO FORTE 22. A BASE TEBO e o PONTO FORTE 09 tiveram as suas estruturas comprometidas, que podem acarretar possíveis desabamentos impedindo o acesso ao seu interior.

Duas patrulhas foram lançadas, minutos depois do terremoto, com o objetivo verificar a situação das Bases (TEBO e FN [Forte Nacional]) e dos PF [Pontos Fortes]. O BRABATT [Batalhão Brasileiro] passou a remover os entulhos, com o objetivo de salvar as vidas dos componentes do Btl [Batalhão] e da MINUHSTAH no PF 22, FORTE NACIONAL e HOTEL CRISTOPHER.

As operações militares de segurança foram mantidas parcialmente, tendo em vista que as ruas estavam interditadas por viaturas abandonadas e escombros e a UNPOL/FPU/PNH desapareceram.

O BRABATT passou a fazer a segurança: do PF 16, FORTE NACIONAL, LOG YARD, CAMPO CHARLIE e HOTEL MONTANA..

Foram lançadas Pa Rec [Patrulhas de Reconhecimento] em CITÉ SOLEIL, BEL AIR, CITÉ MILITAIRE e REGIÃO PORTUÁRIA, com o objetivo de reconhecer a situação das vias de acesso, condições da população e a necessidade de emprego prioritário dos equipamentos de engenharia.

O pelotão de Engenharia/CCAp realizou trabalhos de remoção de material e entulhos no HOTEL CRISTOPHER, PONTO FORTE 22, FORTE NACIONAL e HOTEL MONTANA.

Uma equipe realizou a escolta e transporte de material para resgate de feridos do Aeroporto para o HOTEL MONTANA e do HOTEL MONTANA para a residência do embaixador.

No período compreendido entre os dias 12 e 14 de Janeiro de 2010, o Esqd Fuz Mec F Paz foi empregado no reconhecimento do HOTEL MONTANA e MERCADO CARIBE, escoltas do comboio da BRAENGCOY [Companhia de Engenharia Brasileira] para o HOTEL CHRISTOPHER, HOTEL MONTANA, FORTE NACIONAL e PONTO FORTE 22. O Esqd realizou a segurança da aeronave brasileira no Aeroporto de PaP [Porto Príncipe], do Ponto Forte 22 e apoiou o resgate de mortos e feridos.

Em 12 Jan 01, o GptOpFuzNav [Fuzileiros Navais] enviou 02 (duas) Vtr [Viatura] Ambulância, 02 (duas) Vtr 5 TON TNE, 01 (uma) médica, 02 (dois) enfermeiros e 01 (um) GC para prover suporte ao PF22. Um pelotão foi empregado na segurança externa do PF 09 e 01 (um) pelotão na LOG YARD.

Em 13 Jan 01, o BRAMAR enviou 01(uma) Vtr Ambulância, 01 (uma) Vtr 5 TON TNE, 01 (uma) médica e 01 (um) enfermeiro para apoio ao PF22; 01(uma) Vtr Ambulância e 01 (uma) médica para o HOTEL CRISTOPHER; 01 (um) pelotão de serviço de segurança no PF 09; 01(um) GC e 02 (duas) Vtr 5 TON TNE para apoio à Embaixada Francesa (retirada de cidadãos franceses da Embaixada para o aeroporto); e 01 (um) pelotão de serviço de segurança na LOG YARD.

A situação geral na AOR [Área de Responsabilidade] do BRABATT encontra-se segura e instável.

A Estrutura político-administrativa continua funcionando precariamente. Várias instalações de Governo, inclusive o Palácio Nacional e o Parlamento foram destruídas, gerando morte de integrantes do Poder Executivo, Senado e Câmara.

A Situação Criminal é instável, instalações prisionais e a Penitenciária Nacional foram destruídas. Houve fuga em massa de presos, que furtaram os armamentos da PNH da penitenciária.

Polícia Nacional do HAITI está funcionando em condições precárias. Algumas instalações foram completamente destruídas.

No Porto, o cais encontra-se destruído, sem possibilidade de embarcações atracarem.

O Aeroporto funciona parcialmente, a torre de controle está fora de operação, permitindo somente pouso de ajuda humanitária.

As vias de transporte estão danificadas, com acesso restritivo, o Sistema de Comunicações e Telecomunicações funcionando precariamente.

Situação sanitária está em condições críticas, sem fornecimento de água e energia elétrica para população.

As regiões de BEL AIR, ÁREA PORTUÁRIA, CITÉ SOLEIL e CITÉ MILITAIRE devem assumir nível de proteção crítica no período noturno e existem possibilidades de manifestações.

Permanecem como Pacientes Nível I (Campo Charlie) o Ten Cel ALEXANDRE JOSÉ DOS SANTOS, Cap RENAN RODRIGUES DE OLIVEIRA, 1º Ten

GUILHERME RIBEIRO LAGE, 1º Ten RAFAEL ARAUJO DE SOUZA, 1º Ten VITOR EMANUEL SIMOES ANTONINO, 3º Sgt TARECK SOUZA DE PONTES, 3º Sgt GILBERTO EMILIO MARAFON, Cb WELINGTON DA CRUZ OLIVEIRA, Cb CARLOS MICHAEL PIMENTEL DE ALMEIDA, Cb LUÍS PAULO DAS CHAGAS LIMA, Cb ADRIANO DE BARROS CAVALCANTE, Cb VANDERLEY PEREIRA DIAS LEITE, Cb ALCIBIADES ORLANDO DOS SANTOS FERREIRA, Cb ADRIANO APARECIDO SANTOS CARVALHO, Cb JOÃO GABRIEL TERASSI MAGNI, Sd THIAGO CERQUEIRA DE SOUZA, Sd WELINGTON SOARES MAGALHÃES, Sd MARCOS THIAGO BRAULINO, Sd DIOVANI DE SOUZA SILVA THOMAZ, Sd MARCELO HENRIQUE GASPAR, Sd NERIVALDO CARDOSO DA COSTA, Sd DANYLLO DE PAULA COSTA e Sd RENATO VITOR DE CARVALHO,

Os Pacientes Nível II (Hospital Argentino) são o 3º Sgt ANTONIO CARLOS PEREIRA NOVAES, 3º Sgt WILLIANS MENDES PEREIRA, 3º Sgt FN MARIO UBIRATAN FERREIRA, Cb EUGENIO PESARESI NETO, Cb DANIEL COELHO DA SILVA, Cb ADRIANO DE BARROS CAVALCANTE.

Pacientes Nível III (República Dominicana) são o Cb FRANCISCO LUIZ FERREIRA e o Sd ROGÉRIO MARINHO ALVES.

Morreram, em decorrência do terremoto, o Cel EMILIO CARLOS TORRES DOS SANTOS (Staff MINUSTAH), 1º Ten Inf BRUNO RIBEIRO MÁRIO, S Ten RANIEL BATISTA DE CAMARGOS, 2º Sgt Inf DAVI RAMOS DE LIMA, 2º Sgt LEONARDO DE CASTRO CARVALHO, 3º Sgt Inf RODRIGO DE SOUZA LIMA, Cb ARI DIRCEU FERNANDES JUNIOR, Cb DOUGLAS PEDROTTI NECKEL, Cb WASHINGTON LUIZ DE SOUZA SERAPHIM, Sd TIAGO ANAYA DETIMERMANI, Sd KLEBER DA SILVA SANTOS, Sd ANTONIO JOSÉ ANACLETO, Sd RODRIGO AUGUSTO DA SILVA e Sd FELIPE GONÇALVES JULIO.

São considerados desaparecidos o Cel JOÃO ELISEU SOUZA ZANIN (CIE), Ten Cel MARCUS VINICIUS MACEDO CYSNEIROS, Maj MÁRCIO GUIMARÃES MARTINS (12º Contingente) e Maj FRANCISCO ADOLFO VIANNA MARTINS FILHO (Staff MINUSTAH) (EXÉRCITO BRASILEIRO, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 134-137, grifo nosso).

A crise humanitária que se seguiu ao desastre natural foi amplamente divulgada pela mídia internacional, comovendo cidadãos e governos de todo mundo. Grupos de trabalhos foram criados e a MINUSTAH aos poucos foi readquirindo sua capacidade de emprego, tendo em vista que a liderança civil da Missão foi vitimada pelo terremoto. No entanto, mesmo contendo relatos sobre algumas das ações realizadas no momento imediatamente posterior ao terremoto, a ênfase discursiva do Relatório Final de Emprego do 11º Contingente enfoca o período anterior ao desastre.

Nesse contexto, a análise de conteúdo do Relatório confirma o sucesso das operações militares brasileiras no Haiti que, ao coíberem o crime e as ações políticas ilegais perpetradas por gangues, viabilizaram a ampliação dos projetos humanitários, inclusive aqueles realizados pelas próprias tropas. O índice “menção às forças adversas” é

comparativamente insignificante ao índice “menção a trabalhos de suporte humanitário” quando considerada a frequência das unidades de registro correspondentes. No primeiro índice, há referência somente ao termo “força adversa”, repetido seis vezes. Já as unidades de registro correspondentes aos trabalhos de suporte humanitário foram referidas 94 vezes

A análise de conteúdo do Relatório permite constatar a ênfase humanitária da postura adotada pelas tropas brasileiras, sem prejuízo das ações nitidamente militares. Para o Comandante do Batalhão Brasileiro,

o Brasil coloca-se numa inquestionável posição de liderança na missão de paz no Haiti, desde o início em 2004, principalmente por sua participação firme na busca incansável e manutenção da paz. Agora, consolida sua participação no Haiti, por meio de eficiente e destacada participação em ajuda humanitária a esse povo tão sofrido pela falta de alimento e saúde.

As ações sociais e humanitárias desenvolvidas pelo Brasil no Haiti obtiveram dividendos inestimáveis, sem dúvida, graças à cordial e frutífera sinergia que rege as relações da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe com o Contingente brasileiro de Força de Paz que opera neste país.

Em quatro meses de trabalhos intensos, foram distribuídas cerca de 500 toneladas de alimentos ao povo haitiano, beneficiando mais de 200 instituições e cerca de 250.000 pessoas. Tal ajuda foi feita buscando, não somente o assistencialismo fundamental nessa fase de reconstrução do país, mas também como forma de pagamento por trabalho, trazendo dignidade e elevando a auto-estima dessa gente orgulhosa, patriota e sedenta de oportunidades de crescimento pessoal e como nação (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 194).

Ou seja, a ênfase em trabalhos de suporte humanitário já era uma realidade para o Batalhão Brasileiro antes mesmo do desastre humanitário que se seguiu ao terremoto de 12 de janeiro. Já as atividades de segurança passaram a ter caráter preventivo e a focar o guarnecimento de tanques de combustível e de estoques de gêneros alimentícios e ajuda humanitária, bem como a proteção das ações com vistas à distribuição de ajuda humanitária. Havia temor que houvesse uma onda de saques, fato não consumado em função da forte presença militar inclusive com tropas dos Estados Unidos:

[18 de janeiro de 2010] A situação de segurança permanece estável em todo o país, com atos esporádicos de saques. Uma das prioridades da polícia das Nações Unidas no Haiti, [é] ajudar a restabelecer a capacidade operacional da PNH [Polícia Nacional Haitiana], incluindo a restauração do funcionamento das 05 (cinco) principais COMISSÁRIAS DE POLÍCIA em PORT-AU-PRINCE (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 144)..

Outro aspecto verificado com auxílio da análise de conteúdo do Relatório é a diminuição de coocorrências entre as unidades de registros tanto presentes em ambos os índices analíticos quanto associadas a apenas um dos índices. As palavras “ganguê”, “*chiméres*” e “ex-militares” foram sequer mencionadas. As coocorrências são representativas das múltiplas funções atribuídas às tropas. Sua diminuição não implica em menor versatilidade das tropas. Pelo contrário, apenas demonstra a evolução da situação no terreno com a diminuição do poder das gangues, fato atribuído ao trabalho das tropas que mantiveram o perfil de associar ações de enfrentamento a atividades humanitárias:

Operação BANDEIRANTE foi realizada em 16 de setembro de 2009, em CITÉ SOLEIL (BROOCKLYN e SOLEIL 19) e contou com um efetivo de 375 (trezentos e setenta e cinco) militares do BRABATT, 03 (três) componentes do JMAC [Joint Mission Analysis Center - Órgão de Inteligência da MINUSTAH] 07 (sete) PNH, 04 (quatro) UNPOL, 05 (cinco) FPU. **Durante a Operação, foram realizadas patrulhas conjuntas em toda a área e ACISO em dois locais de BROOCKLYN, sendo distribuídas 2,5 (duas e meia) toneladas de alimentos doados pela Embaixada Brasileira no Haiti, atendendo a 600 (seiscentas) famílias. A Embaixatriz Brasileira no HAITI, Sra Roseana Kipman, acompanhou as operações CIMIC.** Na Operação não foram feitas detenções para averiguação ou prisões em flagrante delito (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 11º Contingente, 2010, p. 3-4, grifo nosso).

7.2 A experiência operacional do 12º, 14º e 17º Contingentes Brasileiros da MINUSTAH

A mobilização do 12º Contingente brasileiro no Haiti ocorreu entre janeiro e julho de 2010, seguindo o Plano de Rodízio dos Contingentes. Esse contingente foi composto por dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz. O BRABATT 1 foi comandado pelo Coronel Otavio Santana do Rêgo Barros. Já o BRABATT 2 foi comandado pelo Coronel Luciano Puchalski, configurando-se como uma tropa emergencial, formada para estar em condições no terreno o mais rápido possível, após o terremoto que atingiu o Haiti (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 2, 2010, p. 30).

O BRABATT 1 conduziu diversas operações de segurança, dentre as quais:

OPERAÇÃO ABAFA - ocorrida no período entre 09 e 12 Fev10, consistiu-se de uma operação valor Cia Fuz [Companhia de Fuzileiros] e um Esqd Fuz Mec [Esquadrão de Fuzileiros Mecanizado], apoiados pelo DOP HAITI

[Destacamento de Operações Psicológicas] e DOPaz [Destacamento de Operações de Paz], com intensificação de patrulhamento e estabelecimento de 360 (trezentos e sessenta) “Static Points” na AOR [Área de Responsabilidade] do Btl [Batalhão]. Esta Operação foi caracterizada pelo princípio da massa e permitiu as SU [Subunidades] um melhor conhecimento de suas áreas de responsabilidade, marcando a chegada e a presença constante da tropa do BRABATT 1 no Haiti.

OPERAÇÃO BUMERANGUE (I, II e III) - ocorrida nos períodos de 16 a 19 Fev10, de 22 a 26 Fev10 e de 03 a 06 Mai de 2010, consistiram-se numa intensificação do patrulhamento conjunto com a UNPOL/PNH [Polícia das Nações Unidas/Polícia Nacional do Haiti], nível SU, para deter elementos fugitivos do sistema prisional, levantar o atual “modus operandi” das gangues e para dissuadir as Forças Adversas de quaisquer ações criminosas. No total 30 (trinta) regiões da AOR do Btl, previamente selecionadas, foram intensamente patrulhadas por tropa a pé, motorizada e mecanizada.

OPERAÇÃO SURUCUCU – ocorreu ao longo de todo o período da missão, consistiu-se de Operações do Tipo Polícia, conjunta com a UNPOL/FPU/PNH, de curta duração (até duas horas de execução), onde uma área previamente indicada pela Inteligência, foi isolada e patrulhada com o objetivo de cumprir um mandado de busca e/ou deter oportunamente integrantes de gangues.

O Batalhão realizou as Operações SURUCUCU em toda sua AOR, com prioridade para as regiões de BOSTON, BROOKLYN, BELECOURT, WAFF, LINTEAU 1 e 2, SOLEIL 19 e TIHAITI, todas em CITÉ SOLEIL. Esses locais foram intensamente patrulhados por tropa a pé, motorizada e mecanizada, no valor de uma Cia Fuz e um Esqd Fuz Mec, apoiados pelo DOP HAITI e DOPaz, resultando na detenção de vários civis, procurados pela justiça haitiana, que foram encaminhados para as Comissarias da Polícia Nacional Haitiana. Essas operações permitiram elevar a integração com o componente policial (UNPOL/FPU/PNH).

OPERAÇÃO RELÂMPAGO (I e II) – ocorrida no período entre 11 e 12 Mar 10 e 18 e 19 Mar 10, consistuíram-se em operações conjuntas (tipo polícia) nível SU com a UNPOL/PNH. Houve intensificação do patrulhamento a pé, estabelecimento de “Static Points”, para restringir a liberdade de atuação de gangues e prisão de elementos suspeitos ou foragidos do sistema prisional, aumentando a segurança na AOR do BRABATT 1 (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 4).

Interessante notar uma ligeira mudança na forma de emprego das tropas brasileiras com a tendência na separação das ações nitidamente militares daquelas de cunho humanitário. As atividades humanitárias, que costumavam intercalar as ações militares das tropas brasileiras, passaram a ser executadas em ações para essa finalidade. Outro aspecto que merece atenção são as iniciativas do Exército Brasileiro em mapear por meio de pesquisas de opinião junto à população haitiana o grau de aceitação das tropas brasileiras na sua área de atuação. Esse trabalho foi realizado pelo Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) que por meio da aplicação de técnicas de contato pessoal obteve várias informações de inteligência, produzindo informes sobre a atuação de forças adversas para

o comando do Batalhão. Além disso, foi realizado o levantamento de propaganda adversa com a identificação de produtos gráficos, tais como cartazes e pichações contrárias à MINUSTAH, possibilitando a elaboração de propostas de contrapropaganda por parte da Missão (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 7).

Nesse contexto, aproveitando-se da Copa do Mundo,

... utilizou-se a técnica da derivação buscando-se aproximar a população haitiana do contingente brasileiro. Neste sentido, foi conduzida pelo DOP de ambos os BRABATT uma intensa campanha de operações psicológicas, a qual aproveitou a paixão da população haitiana pelo futebol, em especial, pelo futebol brasileiro. A referida campanha teve muito boa aceitação e resultados e vale destacar que o COTER forneceu o aporte financeiro necessário.

O Destacamento realizou diversas reuniões com os formadores de opinião e líderes de diversos segmentos da sociedade, os quais continuaram ou passaram a propagar e apoiar o trabalho do BRABATT 1. Dentre os quais pode-se destacar religiosos católicos e evangélicos, radialistas e diretores de ONGS (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 7).

Todos os trabalhos de suporte humanitário, incluindo a ajuda humanitária, foram agregados em torno das atividades de uma seção do Batalhão dedicada ao CIMIC. Segundo o Comandante no Batalhão Brasileiro 1, as atividades desta Seção são norteadas pelo princípio da continuidade. Ou seja, as ações de sucesso realizadas ou em andamento por contingentes anteriores devem ser continuadas em função da necessidade de assegurar eficiência na aplicação dos recursos disponibilizados, sejam eles humanos, financeiros ou materiais (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 9). Contudo, esse planejamento precisou ser alterado em função do terremoto de 12 de janeiro:

Na análise da situação corrente, concluiu-se que seria necessário priorizar, em primeiro momento, ações de suporte, com a **manutenção da ordem e demonstração do comprometimento do povo brasileiro às necessidades do povo haitiano**.

Assim, as atividades da Seção foram reorganizadas em 3 fases:

- 1- Ajuda Humanitária;
- 2- Suporte às instituições religiosas ou civis de apoio à população haitiana;
- 3- Cooperação Civil-Militar (CIMIC) (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 10, grifo nosso).

Conforme esclarece o Comandante do Batalhão Brasileiro 1,

concentradas inicialmente no período pós-terremoto até o mês de abril, as atividades de ajuda humanitária perduraram por todo o período de permanência do Contingente no Haiti. O aporte contínuo de itens de primeira necessidade provenientes do Brasil, do *World Food Program* (WFP) e de outras ONGs internacionais possibilitou a continuidade dessa ação.

Foram realizadas grandes distribuições diárias de alimentos e de água em várias oportunidades, culminando na distribuição de mais de trezentas toneladas em um único dia, no campo de deslocados Jean Marrie Vicent. Contou-se também, para isto, com a participação do Contingente Estadunidense, que obteve, de forma profissional, importantes conhecimentos do modo de atuação e trato com a população haitiana, característicos da tropa brasileira.

Aproveitando o princípio da oportunidade, foi adotado, pioneiramente, o procedimento de também abastecer a população através de pequenas distribuições pontuais realizadas pelas patrulhas operacionais noturnas, período mais adequado para evitar grandes aglomerações (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 10).

No tocante ao suporte às instituições religiosas ou civis de apoio à população haitiana, o Comandante do Batalhão Brasileiro 1 observa que:

No momento inicial da tragédia, a total assistência foi fundamental para diminuição da miséria e a conseqüente tensão da população. Contudo, houve a necessidade de descaracterizar um assistencialismo, promovendo a atuação do Batalhão através de um suporte de materiais de ajuda humanitária às instituições legítimas perante as comunidades.

Nessa fase, portanto, realizou-se um levantamento e cadastramento, com a verificação da credibilidade das mesmas, sendo atendidas 335 instituições, dentro e fora da AOR [Área de Responsabilidade]. Esta verificação foi necessária, principalmente, pelo grande número de oportunistas que tentaram se aproveitar do momento difícil, e foi realizada através de visitas inopinadas, de informações das subunidades e de informantes do BRABATT 1. Desta forma, foram atribuídos graus de confiabilidade e criadas listas (ALFA, BRAVO, CHARLE e DELTA) das instituições, objetivando que o material entregue chegasse ao seu destino: a população necessitada. As instituições de amparo ao menor (orfanatos e creches) atribuídas com grau “ALFA” pelo BRABATT 1 foram repassadas, por solicitação, à MINUSTAH.

A contribuição da tropa brasileira foi ressaltada em toda essa fase, seja com a retirada dos víveres pelas instituições nas dependências do Batalhão, seja com a presença dos nossos militares durante as distribuições.

Em resumo, as fases 1 e 2, mescladas, alcançaram o índice de quinhentos e dez (510) atividades de Ajuda Humanitária e Ações Cívico-Social, alcançando cerca de um milhão, seiscentas e trinta mil pessoas. Ressalta-se neste último item, as grandes ACISOS realizadas, denominadas “ACISO Cidadania/Lazer/Educação”. Criadas para aproximar a população haitiana dos temas de lazer, esporte, saúde e

civismo, estas ações foram conduzidas por quatro oportunidades, e contaram com as seguintes atividades: brincadeiras infantis, jogos de futebol, oficina de pipas, projeção de filmes e de desenhos animados traduzidos para o crioulo ou francês, corte de cabelo, palestra de meio ambiente, com a distribuição de mudas nativas, saúde bucal para crianças, atendimento médico e emissão de documentos de identidade e emissão de certidão de nascimento (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 10-11).

No âmbito da cooperação civil-militar (CIMIC) diversos projetos foram executados, dentre os quais:

a) RECONSTRUÇÃO DE ESCOLA COMUNITÁRIA EM CITÉ SOLEIL - em 28 de abril, foi inaugurada a Escola Mista Comunitária de Cité Gérard, na região de Cité Soleil. O trabalho de reconstrução foi realizado com recursos totalmente provenientes do BRABATT 1 e exaltou a importância da educação para o futuro do Haiti.

b) CONCLUSÃO E INAUGURAÇÃO DA PRAÇA DE CITÉ SOLEIL - este QIP [Projeto de Impacto Rápido], originário do 10º Contingente, foi interrompido e sua quadra esportiva foi ocupada por desabrigados e respectivas barracas. Com o apoio do Pel Eng [Pelotão de Engenharia] do Batalhão e com o remanejamento das famílias de desabrigados, foi possível instalar os brinquedos restantes e ultimar os reparos estruturais. Dessa forma, foi realizada a pintura comemorativa e a inauguração do local, após jogo de futebol.

c) QIP DE PESCA NA ILHA DE LA GONAVE - este projeto incrementou o potencial pesqueiro da Ilha de La Gonave, em particular, na comunidade de Point-a-Raquette, proporcionando melhores condições de alimentação e atividade comercial. Foi conduzido pelo GptOpFn.

d) QIP DE REFLORESTAMENTO - QIP iniciado neste Contingente, e com um horizonte de execução de um ano, sob o enfoque de minimizar o impacto ambiental do BRABATT ao meio ambiente haitiano. Pretende-se produzir 10.000 mudas de árvores para recuperação do meio ambiente do país, amplamente devastado ao longo de décadas, promovendo a formação de consciência ambiental seja dos militares do BRABATT, seja dos cidadãos e crianças haitianas.

e) QIP DA QUADRA ESPORTIVA DO BROOKLIN - a reforma deste espaço, transformando-o em um ambiente poliesportivo, beneficiará cerca de 3.000 moradores locais, e será mais uma opção de lazer, proporcionando melhoria da qualidade e redução da tensão urbana, através da prática desportiva.

f) QIP ESCOLA DE JEAN MARIE VICENTE - elaborado neste contingente, este QIP prevê a reforma da escola deste local onde se encontra um grande campo de deslocados (IDP). A responsabilidade da execução deverá ser transferida da 3ª Cia para o GptOpFN, devido à mudança das áreas de responsabilidade.

g) QIP da ONG Help Tammy Help Haiti - projeto encontra-se pré-aprovado e tem suas origens no 10º contingente. Foi recentemente reativado, e consiste na construção de uma clínica médica em BOSTON. No momento, aguarda-se somente a autorização do Ministério da Saúde do Haiti.

h) Cooperação com a UNICEF – consiste em um parceria de trabalho para a construção de uma escola-barraca em Cité Soleil (Liteau 2). Este modelo poderá ser replicado em diferentes locais da cidade de Porto Príncipe, com a UNICEF fornecendo o material de construção, o material e a merenda escolar para crianças, além dos recursos para pagamento de trabalhadores haitianos. Até a última reunião, o Batalhão seria responsável pela condução e supervisão dos trabalhos.

i) Cooperação com a Embaixada Brasileira, através de uma assessoria militar – A partir do mês de Fev, a criação deste setor permitiu o desembaraço de vários assuntos de interesse do Batalhão (recebimento de material de ajuda humanitária, ações junto ao governo haitiano) e foi de grande importância para a cooperação às atividades daquela Embaixada (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 12-13).

Essas são as principais atividades operacionais descritas no Relatório Final de Emprego do BRABATT 1 do 12º Contingente. Esses dados são complementados por anexos contendo tabelas das diversas Seções do Estado-Maior do Batalhão, onde são apresentados os principais fatos e eventos vivenciados, destacando-se as “dificuldades encontradas”, possíveis “soluções” e a “oportunidade de melhoria”. Apesar de interessantes, esses relatos versam a respeito do funcionamento do BRABATT como unidade militar e pouco contribuem para o conhecimento das características e da forma de emprego das tropas brasileiras em território haitiano.

O Relatório Final de Emprego do BRABATT 2 do 12º Contingente adota o mesmo formato do relatório anteriormente descrito e relata operações semelhantes às executadas pelo BRABATT 1, inclusive com o emprego do DOP, a prestação de ajuda humanitária e a realização de ações cívico-sociais. Para ilustrar os tipos de atividades militares executadas pelas tropas brasileiras da MINUSTAH, vale destacar o explanação descrita no Relatório do BRABATT 2:

1) Patrulhas motorizadas, a pé e mecanizadas: percorriam em períodos de duas horas, as vias de tráfego de veículos e vias de passagens de pessoas, de forma ostensiva, com efetivo não excedente a um GC. Quando empregada a viatura 1 Ton MARRUÁ, o efetivo era reduzido para 08 (oito) militares, tendo em vista a sua capacidade de transporte.

2) Static Point: local em que a patrulha se detém, normalmente uma passagem de pedestres, para observar, identificar e, se necessário, passar em revista os transeuntes. Quando presente uma Polícia Nacional Feminina, as pessoas do gênero feminino são também abordadas.

3) Check-point: normalmente planejado, tendo em vista a necessidade do poder de polícia e de revista pessoal e veicular, a patrulha se detém em uma via de tráfego de veículos e procede à revista por amostragem, principalmente motocicletas. As ocorrências são registradas e providenciadas pela UNPOL/PNH.

4) Segurança de área: um efetivo mínimo de um Pelotão cria um perímetro de segurança, de forma a permitir que as atividades desenvolvidas dentro dele tenham uma probabilidade reduzida de ocorrências criminais, ilegais ou de tumulto de pessoas. Conjuga, ainda, equipes de monitoramento interno a este perímetro, para o controle e a vigilância da respectiva atividade. Normalmente ocorrem em distribuição de alimentos ou de outros itens; de cadastramento de pessoas de uma comunidade; de eventos desportivos; de apoio a atividades CIMIC, realizadas pela Unidade; e afins.

5) Segurança de canteiro de engenharia: um efetivo compatível proporciona a segurança e o controle da circulação de pessoas em uma área ou instalação, onde máquinas e pessoal de Engenharia realizam trabalhos diversos, como limpeza de vias, de instalações, remoção de escombros, terraplenagem, aberturas de áreas para assentamentos, e etc.

6) Escoltas: realizadas por efetivos embarcados, provêm a segurança física de pessoal ou material em deslocamento por um itinerário previamente reconhecido. Bastante solicitado para proteção de comboios de ajuda humanitária. Regularmente empregada para a proteção do pessoal da MINUSTAH em seus deslocamentos matinais e vespertinos, entre o local de trabalho e de residência.

7) Segurança de instalações: semelhante ao PSE, um efetivo variável provê a segurança física de instalações. Durante o período, foram realizadas no Palácio Nacional, no PONTO FORTE 12 (FORTE DIMANCHE), no PONTO FORTE PORTO, no FORTE NACIONAL, na Base Charlie (BRABATT2) e no Campo Charlie.

8) Segurança em IDP (Internal Displaced People): efetivo variável que compõe uma estrutura militar de vigilância e patrulhamento nas áreas povoadas por desabrigados. Atua no combate à criminalidade, violência contra pessoas, principalmente mulheres e crianças, e na prevenção do crescimento das gangues e comércio de drogas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 2, 2010, p. 15).

No tocante ao CIMIC, pela primeira vez o Relatório Final de Emprego aborda-o como “coordenação” no lugar de “cooperação”. Tal postura mostra o amadurecimento teórico desse tipo de atividade junto às tropas brasileiras, bem como revela o engajamento mais eficiente com as organizações civis que atuam no complexo cenário haitiano. O Relatório ilustra essas considerações em termos das “Principais Lições Aprendidas” do G9 (Seção de Assuntos Cíveis e Comunicação Social):

- a todos os envolvidos no G9 é fortemente recomendável que se Estude o assunto CIMIC previamente ou durante a primeira semana da missão. Existem cursos rápidos de CIMIC disponíveis no site da ELPLAC que permitem uma compreensão bastante completa do assunto. **Esse entendimento é fundamental para saber como trabalhar nesse universo da ajuda humanitária e da coordenação civil-militar;**

- apoiar-se em ONG, instituições filantrópicas, órgãos da ONU e religiosos para auxiliar no cumprimento da missão de ajuda humanitária. Muitas ONG e outras instituições estão no HAITI e não tem um rumo correto para suas ações.

Possuem meios consideráveis, mas precisam canalizá-los de maneira coerente. O BRABATT 2 por sua vez, como Unidade Militar, tem uma grande abertura e conhecimento de sua AOR e sabe onde se encontram as maiores necessidades. Nesse sentido, pode apoiar em informações e em logística (transporte, barracas, alimentação) as ONG que desejarem trabalhar onde o batalhão indicar. **Dessa maneira, colocam se os meios dessas entidades em correspondência com os planejamentos do BRABATT 2. Esse é um dos princípios da Coordenação Civil-Militar. Esse princípio é constantemente lembrado pelo SRSG [Special Representative of the Secretary-General] em suas reuniões semanais;**

- dar sempre ouvidos às associações haitianas que procuram apoio no Batalhão, mas com a devida precaução. Muitas associações haitianas lideradas por aproveitadores. Nesse sentido, deve se ter muita parcimônia com os benefícios que são feitos para as mesmas. O OCHA [Office for the Coordination of Humanitarian Affairs] aconselhou a orientar essas associações a procurar o CLUSTER correspondente a suas necessidades e assim suprir as suas necessidades. Em um segundo momento, caso a associação seja de confiança ou bem indicada, a ajuda pode ser dada; e

- ter sempre a vista o manual do OCHA. O OCHA é o órgão da ONU que trabalha com a coordenação da ajuda humanitária. Não está subordinado à missão, mas trabalha para que o ambiente seja o mais propício possível para o desenvolvimento de seus trabalhos. O OCHA dá uma direção aos meios das ONG disponibilizados para todo o HAITI. Ou seja, tem muitas possibilidades e potencialidades para gerir. Ter representante do OCHA junto de si é ter toda essa potencialidade a sua disposição. Portanto, esse representante pode dar uma abertura muito boa, com palestras, visitas e outras atividades de coordenação, à visibilidade do BRABATT 2 e conseguir com certa facilidade, parceiros mais fiéis para as atividades de CIMIC (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 2, 2010, p. 67, grifo nosso).

A construção de parcerias favorece a distribuição dos esforços e da ajuda humanitária de modo a torná-los mais eficientes. Na medida em que os trabalhos de suporte humanitário passaram a concentrar grande parte dos esforços das tropas brasileiras, essa postura operacional ganhou espaço, vindo a se consolidar no período pós-terremoto. Os esforços de coordenação no âmbito do CIMIC transcendem o alcance das ações cívico-sociais, as quais tem implicação mais restrita, mas que funcionaram muito bem em termos do *modus operandi* das tropas brasileiras. A mudança no cenário no lugar de impor revisão das práticas foi acompanhada pela consolidação da abordagem humanitária brasileira que, se valendo da sua proximidade da população e da realidade haitiana, pôde se fazer presente de maneira eficaz seja na segurança ou no apoio humanitário.

Nesse contexto, a análise de conteúdo dos Relatórios Finais de Emprego do BRABATT 1 e 2 (12º Contingente) pouco tem a acrescentar às considerações já tecidas. Apenas reitera a ênfase humanitária da abordagem brasileira evidenciada pela concentração na frequência das unidades de registro do índice “menção a trabalhos de suporte humanitário” com 37 repetições no Relatório do BRABATT 1 e 26 repetições no

Relatório do BRABATT 2. No Relatório do BRABATT 1 há algumas referências a ações para coibir atividades de gangues, o que não se repete no Relatório do BRABATT 2. Ou seja, o índice “menção às forças adversas” é novamente comparativamente insignificante em ambos os relatórios (as unidades de registro desse índice foram repetidas 10 vezes no Relatório do BRABATT 1 e apenas 1 vez no Relatório do BRABATT 2).

O 13 ° Contingente brasileiro foi mobilizado entre agosto de 2010 e janeiro de 2011. Seu Relatório Final de Emprego não foi disponibilizado para análise. O período subsequente, entre fevereiro e setembro de 2011 foi marcado pela mobilização do 14° Contingente. Apenas o Relatório do BRABATT 2 foi disponibilizado para análise. No Relatório, o Comandante do BRABATT 2, Coronel Henrique Martins Nolasco Sobrinho, reitera o que veio a se configurar como um padrão brasileiro do emprego de tropas:

Adotou, inicialmente, a postura de intensificar a presença de tropas nas ruas de PORTO PRÍNCIPE, a fim de dissuadir a ação de possíveis grupos hostis, pela aplicação do princípio da MASSA. Durante o emprego, manteve a presença diuturna de patrulhas em sua AOR [Área de Responsabilidade] e realizou operações conjuntas e singulares de maior vulto, procurando transmitir à população a constante sensação de segurança, pela manutenção de um ambiente seguro e estável. Conduziu e apoiou, ainda, diversas atividades CIMIC e de Comunicação Social, procurando a máxima integração com outros atores presentes no HAITI. Concluiu a sua missão em solo haitiano em 20 de setembro de 2011, no momento da passagem de comando para o BRABATT 2/15 (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 14° Contingente, BRABATT 2, 2011, p. 2).

Nesse contexto,

o desenvolvimento de atividades operacionais em paralelo com as atividades de CIMIC, com apoio do Destacamento de Operações Psicológicas, contribuiu para a criação da confiança mútua, respeito e a identificação entre o militar brasileiro e a população haitiana (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 14° Contingente, BRABATT 2, 2011, p. 19, grifo nosso).

Diversas operações militares foram executadas:

Além das atividades rotineiras de segurança, como patrulhas a pé, patrulhas motorizadas, estabelecimento de static points, reconhecimentos/monitoramentos aéreos, escoltas de pessoal, escoltas de material, segurança de locais de trabalho de engenharia e segurança de instalações, o BRABATT 2 procurou intensificar a realização de atividades conjuntas com UNPOL/FPU/PNH, bem como conduziu operações de maior vulto, tais como: **Operação PEACEKEEPER**, que consistiu em uma demonstração de força em sua AOR, antecedendo as eleições presidenciais; **Operação CIDADANIA II**, contribuindo para a segurança do 2° Turno das Eleições Presidenciais; **Operação SUCESSÃO**, desencadeada com o

objetivo de garantir a segurança para a posse do presidente eleito; **Operação VILLAGE**, realizando um cerco e vasculhamento em conjunto com UNPOL/FPU/PNH na Região de VILLAGE DE DIEU; e **Operação FÊNIX**, coordenada pela MINUSTAH e envolvendo várias unidades do Componente Militar, além de elementos do Componente Policial e da PNH, com o objetivo de realizar uma grande demonstração de força em PORTO PRÍNCIPE, reforçando a sensação de segurança na população e dissuadindo a atuação de forças adversas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 14º Contingente, BRABATT 2, 2011, p. 5-6, grifo nosso).

No âmbito da coordenação civil-militar (CIMIC), o Comandante do Batalhão Brasileiro esclarece que operacionalmente as tropas tiveram como metas: 1) Obter e/ou fortalecer a aceitação e o apoio da população à presença da tropa brasileira, com vistas a favorecer a missão do BRABATT 2 de manter o ambiente seguro e estável dentro da sua Área de Responsabilidade e; 2) Suprir algumas das necessidades básicas da população carente, ainda que de maneira descontínua e limitada. Com esses objetivos em mente, a Célula de Assuntos Cívicos do Batalhão (G9) desenvolveu trabalhos em duas principais vertentes: planejamento e condução de ações de assistência comunitária e elaboração de projetos de impacto rápido (QIP). Na área da assistência comunitária destacam-se as várias ações cívico-sociais (ACISO) realizadas em proveito de instituições e de comunidades dentro dos setores de responsabilidade do Batalhão. Por fim, no âmbito dos QIP, alguns projetos foram idealizados para serem executados com recursos da MINUSTAH, enquanto outros foram elaborados em parceria com pessoas físicas, empresas estrangeiras e agências da ONU para serem implementados com recursos obtidos por estes atores (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 14º Contingente, BRABATT 2, 2011, p. 13-14).

A relevância das operações CIMIC para o Batalhão Brasileiro é atestada pela frequência da unidade de registro “CIMIC” com 55 aparições no contexto de 101 referências registradas entre as unidades de registro correspondentes ao índice “menção a trabalhos de suporte humanitário”. Comparativamente, o índice “menção às forças adversas” recebeu apenas 6 referências da unidade de registro “força adversa”. As palavras “ganguê”, “*chiméres*” e “ex-militares” não foram mencionadas. Mesmo com o temor que as gangues voltassem a se organizar, a presença maciça das forças da ONU foi capaz de dissuadir ações de provocassem instabilidade. O cenário haitiano evoluiu da conflagração contra forças adversas para manutenção da segurança e estabilidade associada a realização de trabalhos de suporte humanitário, no caso das tropas brasileiras.

Os relatórios finais de emprego do 15º e 16º Contingentes não foram disponibilizados para análise. No contexto da mobilização do 17º Contingente, obteve-se acesso apenas ao Relatório Final de Emprego do BRABATT 2. O Batalhão assumiu oficialmente sua Área de Responsabilidade em 3 de dezembro de 2012. Suas atividades operacionais foram encerradas no dia 12 de abril de 2013, quando teve início a fase de desmobilização e repatriamento da unidade. Após esse período o Governo brasileiro decidiu desmobilizar definitivamente o BRABATT 2. A fase de emprego transcorreu ao longo de 4 meses e 9 dias. Segundo o Comandante do Batalhão, Coronel Sinval do Reis Leite,

A redução da fase de emprego em aproximadamente 2 meses não permitiu, em parte, a plena consecução dos objetivos estabelecidos pelo Cmdo do Btl [Comando do Batalhão], sobretudo, as ações que naturalmente demandam mais tempo, como, por exemplo, o fortalecimento dos vínculos com a população local e a expansão das redes de colaboração (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 2).

No tocante à natureza da missão atribuída às tropas brasileiras, o Comandante do BRABATT 2 esclarece que:

1) O atual perfil da missão é significativamente distinto dos desafios enfrentados pelos primeiros contingentes. Ainda que as perspectivas de engajamento sejam remotas, pois as forças adversas, deliberadamente, evitam o confronto com tropas da MINUSTAH, o ambiente operacional se revela bem mais complexo, em face de restrições legais impostas ao uso da força; da redução do papel desempenhado pelo Componente Militar (MC); além da crescente importância atribuída a outros atores como ONGs, mídia local, agências civis da ONU, partidos políticos, Polícia Nacional do Haiti (PNH), Governo do Haiti (GoH), dentre outros. Ou seja, se por um lado os riscos físicos da missão diminuíram, por outro, os riscos políticos aumentaram.

2) Embora as possibilidades de confrontos diretos com grupos armados locais sejam reduzidas, desde o ano de 2011, observa-se uma substancial degradação no quadro de segurança pública, com um acentuado aumento do número de mortes violentas na cidade de PORTO PRÍNCIPE. Os baixos índices de homicídios, que caracterizaram o período imediatamente anterior ao terremoto de 2010, já não correspondem mais à realidade na capital haitiana. A percepção de segurança da população é afetada, conforme demonstra a pesquisa de opinião anexa a este relatório.

3) A natureza da missão do MC [Military Component], em face do problema da segurança pública, é ambígua, conforme demonstram as prescrições abaixo, emanadas da própria MINUSTAH:

- “O fornecimento de segurança não deve ser confundido com lei e ordem, ou controle criminal, que cai sob a esfera de ação da PNH [Polícia Nacional Haitiana]. A PNH, apoiada pela UNPOL [Polícia das Nações Unidas] e FPU

[Formed Police Units], tem a primazia no fornecimento da segurança quando relacionado à lei e ordem” (iSOP, de 17 SET 09).

- “Interromper atividades criminosas nas áreas de PORTO PRÍNCIPE, 24 horas por dia, em ações sistemáticas, em conjunto, ou não, com a UNPOL, PNH e FPU” (ordem aos elementos subordinados, constante do § 3º da O Op Nr 001/12 - FC).

4) Em termos práticos, o BRABAT 2/17, a fim de assegurar um ambiente seguro e estável, se empenhou diretamente na redução da violência criminal, sobretudo, nas áreas de BEL-AIR, DELMAS e VILLAGE DE DIEU — bairros que vivenciaram ondas de violência decorrentes da disputa territorial entre grupos armados rivais.

5) Ainda que tenham constituído objeto de preocupação permanente por parte da MINUSTAH, as manifestações públicas, na AOR do BRABAT 2/17, foram pacíficas e não corresponderam às expectativas de adesão popular informadas pelo escalão superior. Também não foram registrados atos hostis contra a tropa brasileira. Ou seja, as manifestações públicas de caráter reivindicatório, político ou mesmo contra a presença da MINUSTAH foram irrelevantes e em nenhum momento comprometeram a manutenção de um ambiente seguro e estável. É possível que tal fato se altere durante o período eleitoral vindouro (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 3-4).

Para o Comandante do Batalhão Brasileiro 2 (17º Contingente), em função da complexidade do ambiente operacional, é de grande relevância o papel da inteligência etnográfica e do chamado “terreno humano”. Nesse contexto,

o ambiente operacional na capital haitiana se caracteriza por sua complexidade, ambiguidade e volatilidade. Interpretar “a lógica que existe por trás do caos” da sociedade local revela-se uma tarefa difícil. Ademais, persiste a tendência natural de iniciar uma leitura do ambiente operacional a partir de uma comparação Haiti - Brasil. Quase sempre, essa heurística conduz ao viés de se focar as semelhanças entre as duas sociedades, enquanto o correto deveria ser destacar, justamente, suas diferenças.

Assim sendo, o Cmdo do Btl [Comando do Batalhão] identificou uma deficiência significativa no conhecimento etnográfico da sociedade haitiana e seus efeitos deletérios sobre as operações. A fim de mitigar tal imperfeição, o estado-maior contou, de forma permanente, com o apoio do antropólogo PEDRO BRAUN, pesquisador do MUSEU NACIONAL DA UFRJ e prestador de serviço da ONG VIVA RIO em PORTO PRÍNCIPE. Tal apoio evoluiu para uma importante parceria que permitiu à 1ª Cia Fuz F Paz, responsável pela Região de BEL-AIR, retomar o contato com líderes locais e realizar uma série de atividades que objetivaram ampliar o apoio da população (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 9).

Considerando a concepção geral do emprego das tropas brasileiras e as idiosincrasias do ambiente operacional, altamente volátil, complexo e ambíguo, foram realizadas ações que: 1) Exploraram o ambiente – coleta de dados de inteligência e familiarização da tropa aos terrenos fisiográfico e humano; 2) Procuraram entender o

ambiente – esforço para compreender as complexas relações sociológicas existentes no interior da Área de Responsabilidade do Batalhão, destacando o papel dos líderes locais e a atuação de grupos armados potencialmente aptos a comprometer a segurança e a estabilidade do ambiente e; 3) Objetivaram moldar o ambiente – combinação de ações de efeito cinético [ações letais] e não cinético [ações não letais], a fim de alcançar o estado final desejado (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 10).

Um dado interessante constante do Relatório é o fato do Comandante do Componente Militar da MINUSTAH ter atribuído como fator decisivo para a missão a aprovação da população à atuação da MINUSTAH:

De acordo com a O Op Nr 001/12 do FC [Force Commander], “o centro de gravidade do componente militar é a percepção do valor da MINUSTAH para a população haitiana”.

Para atingir o centro de gravidade acima descrito, o BRABAT 2 procurou combinar, de forma equilibrada, a execução de ações de efeito cinético e não cinético (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 11).

Considerando a conquista dos corações e mentes dos haitianos um objetivo estratégico, o Comandante do BRABATT 2 apresenta na forma de um quadro a variação da atitude da população haitiana com relação às tropas brasileiras (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 11):

Tabela 5 – Variação da atitude da população haitiana com relação às tropas brasileiras

Postura da População Local	Atitude da População
I. Hostil	<ul style="list-style-type: none"> - Reprovação da maioria da população à atuação da tropa. - Envolvimento direto e sistemático de, pelo menos, uma parcela da população em atos hostis. - Oposição dos líderes locais.
II. Neutra	<ul style="list-style-type: none"> - Indiferença da população em relação à atuação da tropa. - Baixo nível de interação entre a tropa e a população local. - Nenhum envolvimento dos líderes locais.

III. Apoio Passivo	<ul style="list-style-type: none"> - Aquiescência à presença militar. - Manifestações isoladas de apoio aos soldados. - Não envolvimento da população local nas ações empreendidas pela tropa (ausência de parcerias e projetos em conjunto). - Pequeno envolvimento dos líderes locais.
IV. Apoio Ativo	<ul style="list-style-type: none"> - Concordância da maioria da população em relação à presença da tropa e aos objetivos militares. - Engajamento e comprometimento direto de, pelo menos, uma parcela da população com as ações da tropa. - Envolvimento direto dos líderes locais e formação de parcerias sólidas. - Manifestações espontâneas de apoio à tropa. - Elevado nível de interação entre a tropa e a população local.
V. Ambivalente	<ul style="list-style-type: none"> - Segmentos distintos de uma mesma população assumem posturas notadamente diferenciadas.

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, **Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 11.**

O Comando do BRABATT 2 avalia que no início das operações do Batalhão em dezembro de 2012 o apoio da população no interior da respectiva Área de Responsabilidade encontrava-se entre “população neutra” e “apoio passivo”. Com base nessa constatação, foram iniciados esforços com o propósito de modificar o comportamento da população haitiana para “apoio ativo”. Conforme avalia o Comandante do Batalhão 2, ao término dos 4 meses de operações,

algumas manifestações de apoio ativo puderam ser observadas, indicando uma ampliação do apoio popular. Credita-se essa melhora, sobretudo, às ações empreendidas junto aos líderes locais. Todavia, não foi possível, em virtude da premência de tempo, caracterizar efetivamente a conquista do apoio ativo da população.

Torna-se oportuno destacar que a receptividade altamente favorável demonstrada pelas crianças haitianas, cuja alegria e espontaneidade facilmente cativam o soldado brasileiro, gera a tendência equivocada de se superestimar o apoio popular. Porquanto, o verdadeiro apoio ativo da população não pode ser obtido senão por intermédio de seus líderes naturais.

Cabe, ainda, ressaltar que o Cmdo do BRABAT 2 priorizou as ações nos menores escalões, conforme demonstram os dados constantes do Nr 1), da letra "a" do § 4º do presente relatório. Tal fato se deu em virtude da crença que pequenas frações atuando isoladamente, em suas missões de patrulhamento a pé, têm melhores condições de interagir com a população local, a fim de angariar-lhe

o apoio. Assim sendo, o Cmdo do Btl procurou inculcar nos escalões subordinados a ideia de que cada patrulha deveria ser entendida como uma "incurso no terreno humano". **Para tanto, cada soldado deveria atuar, simultaneamente, como sensor de inteligência e vetor de operações psicológicas** (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 12, grifo nosso).

Logo, o fortalecimento dos vínculos com lideranças locais deve ser objeto de atenção constante por parte dos contingentes brasileiros, afirma o Comandante do BRABATT 2. Parcela importante desses atores critica as diferentes posturas adotadas pelos sucessivos comandos brasileiros, ora se aproximando, ora alienando as lideranças comunitárias (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 13-14). Nesse contexto, avalia-se que apesar de confrontar episódios agudos de violência criminal nos Bairros de *Delmas*, *Bel Air* e *Village de Dieu*, houve sensível aumento da percepção de segurança da população, posição alcançada por meio das operações do Batalhão Brasileiro 2 em conjunto com outros fatores, dentre os quais: a ação da Polícia Nacional Haitiana (PNH); a mobilização popular; o engajamento de líderes comunitários; a pressão da mídia local sobre a PNH, o Governo haitiano e a MINUSTAH; e a atuação da ONG Viva Rio (em *Delmas* e *Bel Air*) (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 14).

O aumento da sensação de segurança, bem como a aprovação da população à atuação da MINUSTAH e a promoção e proteção dos Direitos Humanos fazem parte do estado final desejado quando considerado o planejamento operacional dos contingentes brasileiros. Para o Comandante do Batalhão, a aprovação pública à presença da tropa brasileira aumentou em toda Área de Responsabilidade, principalmente em virtude dos esforços despendidos juntos aos líderes locais, além do grande empenho das capacidades do Batalhão em atividades CIMIC. No tocante aos Direitos Humanos, o Comandante do BRABATT 2 conclui o relatório afirmando que “a despeito dos esforços empreendidos, não houve nenhum avanço significativo na promoção e proteção dos Direitos Humanos — algo que permanece como uma meta difícil de ser alcançada na sociedade haitiana” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 17º Contingente, BRABATT 2, 2013, p. 15).

O Relatório Final de Emprego do BRABATT 2, 17º Contingente, é o primeiro a apresentar uma posição quanto ao respeito aos Direitos Humanos na sociedade haitiana como um todo. Os relatórios finais de emprego não são homogêneos tanto em sua forma

quanto em termos do seu conteúdo. Há elementos textuais presentes em quase todos os relatórios como o relato dos trabalhos de cada uma das seções do estado-maior do Batalhão, mas isso não é uma regra. Percebe-se que cada Comandante tem liberdade na elaboração do seu relatório, decidindo ou não adotar o formato de relatórios anteriores. Algumas vezes são expressas perspectivas críticas da abordagem brasileira e da situação no terreno, mas há considerável variação entre os relatórios. Esse é o caso do Relatório Final de Emprego do BRABATT 2, 17º Contingente.

Em termos discursivos, o Relatório é mais sucinto do que os relatórios dos contingentes anteriores. No lugar de enumerar e descrever as operações executadas pelo Batalhão são abordadas as intervenções realizadas, elencando os principais objetivos estratégicos e apresentado as escolhas operacionais para que esses objetivos fossem alcançados. Ou seja, o Relatório é muito mais analítico do que descritivo, razão pela qual provavelmente a análise de conteúdo tenha apresentado uma sensível diminuição da frequência de repetição das unidades de registro em ambos os índices analíticos. No índice “menção às forças adversas” houve apenas dois registros da palavra “força adversa”. Já a unidade de registro “CIMIC” foi repetida 11 vezes ao longo do Relatório. O índice “menção a trabalhos de suporte humanitário”, cujas unidades de registro foram repetidas 13 vezes, conjugou além do termo “CIMIC” as palavras “ACISO” e “Assuntos Cívicos”.

Mesmo com a baixa frequência das unidades de registro, a estrutura analítica criada para leitura dos relatórios é bem-sucedida ao permitir que a hipótese de trabalho seja verificada. Em outras palavras, apesar da variação de forma e conteúdo entre os relatórios, há pelo menos um aspecto constante: o relato do emprego das tropas em operações de “enfrentamento humanitário”, ora “acelerando” em uma postura mais combativa, ora “desacelerando” em uma postura mais humanitária, ilustrando como os contingentes brasileiros da MINUSTAH são versáteis em seu emprego.

7.3 A experiência operacional do 18º ao 20º Contingente Brasileiro da MINUSTAH

O emprego das forças da MINUSTAH, inclusive das tropas brasileiras, segue estritamente as normas constantes das chamadas Regras de Engajamento (ROE – *Rules of Engagement*). Segundo o manual da ONU sobre operações de manutenção da paz multidimensionais (2003, p. 57), o uso da força pelo componente militar dependerá do

mandato da missão e das regras de engajamento. É possível que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorize o uso da força em situações além da autodefesa. As circunstâncias a partir das quais a missão pode usar a força são, então, explicitadas na resolução do CSNU. As regras de engajamento, nesse contexto, são criadas para esclarecer os diferentes níveis de força que podem ser usados em várias circunstâncias, detalhando como cada nível de força deve ser usado e as situações em que autorizações devem ser obtidas dos comandantes.

As regras de engajamento são sensíveis à realidade operacional da missão, podendo ser atualizadas em função de alterações no mandato e também da interpretação que se dá ao mandato. No caso da MINUSTAH, os primeiros contingentes brasileiros tiveram autorização para confrontar por meio do uso da força em operações robustas o domínio territorial exercido pelas gangues. A partir da evolução da situação no terreno e na medida em que esses grupos eram desarticulados, o uso da força letal passou a ser desaconselhado pela liderança da missão e novas regras de engajamento foram elaboradas. Segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro, 18º Contingente, mobilizado entre junho e novembro de 2013, Coronel Zenedir da Mota Fontoura,

O entendimento e o cumprimento das ROE [Regras de Engajamento], apropriadas às diversas situações vividas durante o emprego do BRABAT [Batalhão Brasileiro], foram fundamentais para o sucesso da missão. **Todos os militares entenderam o escalonamento do uso da força, bem como o nível de emprego do componente militar (3º nível). Além disso, foi priorizado o emprego do armamento não letal** (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 18º Contingente, 2013, p. 9, grifo nosso).

Conforme mencionado anteriormente, as operações conjuntas com a UNPOL/FPU e a PNH, antes apenas desejáveis passaram a ser cada vez mais frequentes, havendo uma nítida divisão de tarefas: enquanto o Batalhão Brasileiro realizava a segurança dos *check points* e o cerco da área, os policiais ficaram responsáveis pela execução dos procedimentos, como revistas e detenções de pessoas. Segundo o Comandante do BRABATT, este procedimento foi realizado em cumprimento ao previsto nas chamadas *Integrated Military/Police Standard Operating Procedures* (iSOP), de 17 setembro 2009 (EXÉRCITO BRASILEIRO, Relatório Final de Emprego, 18º Contingente, 2013, p. 9).

No tocante aos assuntos civis, o Comandante do Batalhão Brasileiro esclarece que

o BRABAT 18, de acordo com a evolução das necessidades da população, caracterizou os trabalhos de assuntos civis na **mudança de cultura de Ação Cívico-Militar (ACISO) para Coordenação Civil-Militar (CIMIC), com destaque, para a promoção social do haitiano** (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 18º Contingente, 2013, p. 20, grifo nosso).

O BRABATT realizou o chamado Levantamento Estratégico de Área (LEA) em sua Área de Responsabilidade. Além dos aspectos gerais da missão, da história do Haiti, do mandato da MINUSTAH, entre outras informações, foram levantadas informações dos campos: Político, Segurança, Econômico, Social, Infraestrutura e Informações. Esses campos foram analisados sob os seguintes aspectos: Área, Estrutura, Capacidades, Organizações, População e Eventos (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 18º Contingente, 2013, p. 20). Nesse contexto,

o objetivo do LEA CIMIC é adquirir e analisar informações de interesse de CIMIC, para que as informações adquiridas, não sejam perdidas na troca de contingentes, como foi observado anteriormente. **O LEA foi concebido utilizando como referências uma nota de coordenação doutrinária de levantamento de informações de Assuntos Cívicos, do Exército Brasileiro, e o modelo de "CIMIC ASSESSMENT" adotado pela OTAN.** Os levantamentos e análises feitos pelo 18º Contingente ainda são, de certa forma superficiais, dado o tempo de permanência do contingente no Haiti. Para que o LEA seja mais elaborado e profundo, é necessária a atuação de todos os contingentes militares para que evitem esforços para a atualização e melhoramento constante do documento (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 18º Contingente, 2013, p. 20, grifo nosso).

Observa-se uma melhor integração entre a prática brasileira e o arcabouço conceitual do CIMIC. Segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro, seguindo as diretrizes da doutrina CIMIC, no tocante à redução da violência comunitária, o BRABATT atualizou a forma de trabalho com os organismos civis da ONU. Anteriormente, esses organismos financiavam os projetos e o Batalhão ficava responsável pela contratação de serviços, informação e segurança. A partir do segundo semestre de 2013, os organismos civis financiam os projetos, o Batalhão responsabiliza-se pelas informações e segurança da área e o *United Nations Office for Project Services* (UNOPS) realiza a contratação dos serviços.

Essas são algumas das principais atividades das tropas brasileiras descritas no Relatório Final de Emprego do 18º Contingente. Em termos da análise de conteúdo, pela primeira vez não há qualquer menção às unidades de registro contidas no índice “menção às forças adversas”. Atuando com base em Regras de Engajamento cada vez mais

restritivas, as forças militares, por escolha do comando civil da missão e entendimento da ONU, estão crescentemente cedendo espaço para atuação de forças policiais que desde 2007 passaram a ser os primeiros agentes a serem empregados na resolução de incidentes. Já a “menção aos trabalhos de suporte humanitário” foi dominada pelas referências a atividades CIMIC. O termo “CIMIC” foi a unidade de registro referida com mais frequência (19 vezes). No total foram encontradas 24 referências entre as unidades de registro do índice “menção a trabalhos de suporte humanitário”.

A consolidação das ações da ONU no Haiti, principalmente em termos das funções a serem executadas pelo componente militar da missão, é caracterizada pela baixa frequência das unidades de registro de maneira geral nos relatórios finais de emprego. Superada a fase emergencial de assistência humanitária pós-terremoto, a ONU já planeja uma estratégia para diminuição da sua presença no Haiti (CAVALCANTI, 2014, p. 17-18). Conforme esclarece o Comandante do Batalhão Brasileiro, 19º Contingente, mobilizado entre dezembro de 2013 e junho de 2014, Coronel Anísio David de Oliveira Junior, “com a provável reconfiguração e retração da MINUSTAH, apresenta-se como um tema a ser minuciosamente estudado, o exato momento que o Brasil deverá retirar sua tropa do HAITI” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 19º Contingente, 2014, p. 3).

A retração de efetivos do componente militar da MINUSTAH, notadamente com a saída dos Batalhões da Jordânia e do Nepal, impôs ao Batalhão Brasileiro realizar atividades de reconhecimento nas antigas Áreas de Responsabilidade desses contingentes (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 19º Contingente, 2014, p. 2). Logo,

o planejamento das operações conduzidas pelo BRABAT foi direcionado para a intensificação das atividades operacionais na AOR [Área de Responsabilidade], com ênfase nos levantamentos de Inteligência, buscando-se o emprego da massa e, quando possível, a realização de operações conjuntas. Neste tipo de operação, as tropas do BRABAT realizaram patrulhas e *Check Points* em conjunto com a Polícia da ONU e com a Polícia Nacional do Haiti (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 19º Contingente, 2014, p. 6).

Em termos do *modus operandi*,

após o transcurso de dois meses de missão, optou-se, experimentalmente, por atribuir setores específicos para cada pelotão de fuzileiros. Cada SU [Subunidade], em seu respectivo setor da AOR/BTL [Área de Responsabilidade do Batalhão], direcionou seus pelotões para um acompanhamento mais cerrado

em cada setor. Tal medida mostrou-se muito eficaz, uma vez que permitiu aos integrantes da pequena fração o conhecimento pormenorizado da área a eles destinada e **o contato mais aproximado e contínuo com os moradores, aumentando o grau de confiança na tropa** (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 19º Contingente, 2014, p. 6, grifo nosso).

Quanto ao CIMIC, o Comandante do Batalhão Brasileiro repete as observações tecidas no relatório anterior:

O BRABAT 19, de acordo com a evolução das necessidades da população e seguindo a tendência da MINUSTAH, buscou caracterizar os trabalhos de assuntos civis dentro da transformação de Ação Cívico-Militar (ACISO) para Coordenação Civil-Militar (CIMIC), com destaque para a promoção social do povo haitiano (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 19º Contingente, 2014, p. 9).

Nesse contexto, os seguintes projetos estavam em curso:

1) PROJETO MITIGAÇÃO DO RISCO DE CÓLERA – Parceria com órgãos haitianos e internacionais, prevê a distribuição de 300 filtros e acessórios. Teve seu projeto piloto iniciado com distribuição de 84 conjuntos de filtros/água e 60.000 e tabletes/cloro, nas regiões de Cité Soleil e Delmas.

2) Projetos com a CVR (Community Violence Reduction).

3) PROJETO LUZ E SEGURANÇA – De acordo com essa nova forma de trabalho, esse exitoso projeto foi idealizado numa parceria do BRABAT, com a CVR e a UNOPS, por meio de uma carta de intenção. Tem por finalidade instalar postes de energia solar nas AOR da 1ª e 2ª Cia Fuz, objetivando proporcionar melhores condições de segurança para o comércio e lazer noturnos. A escolha dos locais foi realizada com base nos dados de violência dentro da área de responsabilidade do Batalhão (Mancha Criminal – G2).

4) PROJETO QUADRA DE ESPORTES – QIP (Quick Impact Project) – Os recursos foram aprovados pelo CVR, com a finalidade de construir uma quadra de futebol, na AOR da 2ª Cia Fzo F Paz (Cité Soleil).

No mês de junho seria cumprida a fase dos trabalhos de sensibilização, priorizando as reuniões com a UNOPS e a CVR, na AOR da 2ª Cia Fuz F Paz.

5) PROJETO AMBIENTAL – Foi realizado em parceria com Polícia Comunitária do Haiti, UNPOL, representantes da ONG Viva Rio e Líderes Comunitários, a distribuição de 4000 (quatro mil) mudas de árvores, na região de CANAAN e ILHA VERDE, beneficiando 1800 (mil e oitocentas) pessoas.

6) PROJETO SOCORRISTA COMUNITÁRIO – Este projeto, já realizado em contingentes anteriores, tem por finalidade capacitar cidadãos haitianos em primeiros socorros e passar noções de enfermagem para atuar em áreas afetadas por desastres naturais. A seleção dos estagiários foi realizada por indicação das SU, lideranças locais e da ONG Viva Rio. O BRABAT 19 formou 53 (cinquenta e três) novos socorristas, sendo 37 homens e 26 mulheres, atendendo o Princípio de “Gêneros” da ONU (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 19º Contingente, 2014, p. 10).

Ou seja, segundo o Comandante do Batalhão Brasileiro, 19º Contingente, as atividades CIMIC foram bastante enfatizadas (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 19º Contingente, 2014, p. 30). Somente o índice “menção a trabalhos de suporte humanitário” contem unidades de registro, sendo o termo CIMIC o mais referenciado (6 vezes). No total foram 14 referências distribuídas entre praticamente todas as unidades de registro do respectivo índice. Em termos do perfil adequado dos agentes que trabalham nesta área, o Comandante do Batalhão Brasileiro, 20º Contingente, Coronel Vinicius Ferreira Martinelli, esclarece que

a chefia da célula de Assuntos Cívicos é exercida por um oficial da Força Aérea, da mesma forma que o G6 [Seção de Comando e Controle], sem necessariamente ter alguma formação na área de Ass Cívicos [Assuntos Cívicos]. Os militares da célula do G9 [Seção de Assuntos Cívicos] devem ser escolhidos entre aqueles que caracterizam-se por serem prestimoso, disponível, solidários e empáticos. A personalidade dos integrantes é de extrema importância no desempenho da equipe. Apenas a capacidade e o conhecimento técnico não são suficientes para o êxito. O G9 tem que conseguir “abrir portas” para o trabalho da tropa, tem que facilitar a integração entre população e soldados, tem que conquistar a simpatia e confiança dos haitianos nos militares do batalhão. Operacionalmente, a presença de um militar do segmento feminino foi bastante favorável, facilitando a integração com a população, particularmente com as mulheres e crianças (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 4).

As principais atividades CIMIC realizadas pelo contingente foram: Reuniões com líderes comunitários/chefes de Organizações; Ações Cívico-Sociais (ACISO); Projetos de Cursos Profissionalizantes para a população; e Projetos de Infraestrutura de apoio à comunidade – especialmente os *Quick Impact Project* (Projetos de Impacto Rápido). Essas atividades são realizadas normalmente em “parceria com Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações Internacionais (OI) e/ou Organizações Governamentais (OG). As ações são planejadas dentro da Área de Responsabilidade (AOR) do BRABATT, **sendo priorizadas as áreas mais instáveis**” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 44). Para o Comandante do Batalhão Brasileiro,

além de trazer benefícios ao povo haitiano, as ações CIMIC trazem os seguintes reflexos positivos para as operações:

- apoio da população às atividades do BRABATT 20 e, conseqüentemente, a obtenção de uma maior proteção da Força;
- coleta de informes, durante as reuniões e cadastros de participantes dos diversos cursos; e
- projeção de imagem positiva da Força e do Brasil perante o público interno e externo (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 45).

Conforme avalia o Comandante do BRABATT, as atividades CIMIC realizadas contribuíram sobremaneira para consecução dos objetivos militares do Batalhão. Apesar da coordenação civil-militar não visar a coleta de informações, várias ocorrências foram relatadas por líderes comunitários, tornando mais rápido o ciclo da informação e permitindo uma pronta-resposta da tropa aos incidentes (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 52). Além disso,

o apoio da população às atividades do BRABATT inibe a ação das gangues. Isso foi notório em Simon/Pelé, local onde houve redução significativa dos crimes, após o incremento do número de patrulhas e de atividades CIMIC/Operações Psicológicas na região.

As atividades CIMIC contribuíram, ainda, para a projeção de uma imagem positiva da Força e do Brasil perante a opinião pública brasileira, haitiana e internacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 52).

Na área operacional, o Batalhão Brasileiro pautou seu emprego em função da análise do ambiente operacional. Segundo o Comandante do BRABATT, é preciso considerar que a situação atual do país passa pelo robustecimento das capacidades do Governo haitiano, com grande impacto na rotina da capital, Porto Príncipe (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 30). Nesse contexto,

a liberdade de ação com emprego quase exclusivo do componente militar, encontrada por vários contingentes anteriores, tem decrescido com o passar do tempo. Isso é perceptível pela presença cada vez maior da polícia haitiana (PNH) nas ações no interior da AOR [Área de Responsabilidade], o que tem promovido a participação cada vez menor do componente militar em ações de controle da população (patrulhamento, cumprimento de mandatos judiciais e levantamento de inteligência operacional)

Outro aspecto de relevo durante o emprego do BRABATT foi pautar a sua postura no conhecimento judicioso das normas, regras e entendimentos firmados para o emprego do componente militar. Para exemplificar, citam-se dois exemplos:

- em cumprimento ao *Standard Operating Procedures* (SOP) de 2008, o BRABATT foi empregado como 3º nível de uso da força, depois de terem sido esgotados o 1º nível (PNH) e o 2º nível (FPU/UNPol).

- para a correta aplicação das *Rules of Engagement* (ROE), o que fica bastante claro que se utiliza a doutrina militar própria desde o recebimento da missão até que seja necessário o uso da força, após este momento, aplicam-se as ROE (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 30).

Além disso,

o BRABATT enfatizou a condução de ações indiretas de aproximação com a população para a aplicação do poder militar empregando os seus próprios meios, a fim de atingir **o centro de gravidade da MINUSTAH que é a melhoria da imagem da missão**. Para caracterizar essa atitude, foi intensificado o patrulhamento da AOR [Área de Responsabilidade] o que restringiu a aproximação entre as gangues e a população e negou o uso indiscriminado do terreno por criminosos. Assim, **o conhecimento do terreno humano no nível tático foi aprofundado** e, com isso, foram conduzidas operações com características distintas nas comunas de CITÉ SOLEIL, SIMON-PELÉ, PORT AU PRINCE, FORT NATIONAL e TABARRE (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 31, grifo nosso).

Por fim, no tocante ao conhecimento do terreno humano, o Comandante do BRABATT observa que

as lideranças comunitárias da AOR do BRABAT são envolvidas ou prestam conta a gangues existentes em sua área de influência. Nenhuma liderança local sobrevive sem esse tipo de simbiose com o crime. Sendo assim, faz-se importante a presença de oficiais do DOP [Destacamento de Operações Psicológicas] acompanhando as reuniões e adequando a escolha e promoção do líder mais conveniente aos interesses da tropa atuante. Esse oficial tinha função meramente consultiva e não estabeleceu diretamente nenhum laço ou ligação com a liderança considerada, sendo essa uma prerrogativa do Cmt SU [Comandante da Subunidade]. Apenas em SIMON-PELE foi observada a necessidade de seleção de líderes, dentre os vários que se apresentaram, a serem fortalecidos e usados para atenderem ao interesse das SU que lá atuavam. As demais SU já possuíam um nível de adequação às lideranças locais que atendia a seus interesses (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 152, grifo nosso).

Apesar disso, o trabalho das forças da MINUSTAH, em conjunto com unidades policiais, culminou para o enfraquecimento das gangues com sensível melhora da percepção da segurança na sociedade haitiana. A questão criminal pode e deve ser administrada pelas próprias autoridades haitianas. Porém, é importante assegurar que possíveis níveis desestabilizadores de violência criminal não comprometam as instituições

e o dia-dia da população, razão pela qual a MINUSTAH ainda se faz presente. Nesse contexto,

o apoio da população às atividades do BRABATT inibe a ação das gangues. Isso foi notório em Simon/Pelé, local onde houve redução significativa dos crimes, após o incremento do número de patrulhas e de atividades CIMIC/Operações Psicológicas na região (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 52).

Em suma, no tocante à criminalidade no Haiti e à reconstrução do país, conclui-se que

- Houve redução considerável de gangues que atuam no Haiti, somente pequenos delitos (corriqueiros) são observados. No momento, as operações tipo patrulha estão sendo executadas em Cj [conjunto] pelas tropas da MINUSTAH, a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e da ONU (UNPOL).

- Atualmente, a reconstrução do Haiti vem ganhando força, pois a comunidade internacional está aportando recursos de forma efetiva e isto irá refletir positivamente nos trabalhos de reconstrução (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 20º Contingente, 2014, p. 91).

É possível deduzir a partir da análise dos relatórios finais de emprego que as forças da MINUSTAH, inclusive os contingentes brasileiros, têm sido bem sucedidas na garantia da estabilidade no Haiti, apesar dos períodos críticos dos primeiros anos de mobilização, principalmente entre 2004 e 2007. Nesse contexto, a análise de conteúdo do Relatório Final de Emprego do 20º Contingente, revela que grande parte das atividades exercidas pelas tropas brasileiras no Haiti tem enfoque humanitário, ainda que na concepção de emprego brasileira os trabalhos de suporte humanitário por parte das tropas sejam governados por objetivos estratégico-militares. As unidades de registro que versam a respeito das ações humanitárias foram amplamente referenciadas ao longo de todo o Relatório, alcançando a frequência total de 127 repetições. O termo “CIMIC” foi o mais referenciado com 69 repetições. Já as unidades de registro contidas no índice “menção às forças adversas” foram repetidas 23 vezes. Interessante observar que o termo “ganguê” foi o mais referenciado com 16 repetições. Ausente nos últimos relatórios finais de emprego, a referência às gangues mostra que a ação desses grupos se adaptou à presença da MINUSTAH e que o crime ainda detém capacidades de cooptação dentro da sociedade civil haitiana.

Apesar disso, com base nos relatórios finais de emprego, é possível perceber a consolidação de duas dinâmicas em termos do emprego das tropas brasileiras no Haiti. Por um lado, as doutrinas de pacificação e de garantia da lei e da ordem do Exército Brasileiro adotadas pelos primeiros contingentes brasileiros provaram ser eficazes para emprego em missões da paz da ONU, desde que observada a conformidade entre o ambiente operacional e realidade para qual as tropas foram preparadas. Na ausência de uma doutrina de emprego própria para ações no âmbito do Capítulo VII da Carta da ONU, o recurso à doutrina doméstica, mesmo diante das semelhanças e diferenças do cenário haitiano em comparação com a realidade brasileira, provou ser uma decisão acertada. Por outro lado, houve um aprimoramento das técnicas de emprego brasileiras que, a partir do processo de instrução militar do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, passaram a se adequar à realidade doutrinária própria das Nações Unidas em termos das suas missões de paz. Essa evolução é sentida na maneira como cada relatório final de emprego descreve as diversas situações operacionais, principalmente quanto à abordagem relativa aos assuntos civis e a realização de atividades CIMIC.

Por fim, cabe dizer que, segundo o Tenente Coronel Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti (2014, p. 17),

na fase atual da MINUSTAH já se visualiza uma estratégia de saída da ONU do Haiti. Indicadores como a diminuição gradual dos efetivos militares, que está sendo implementada, e a atuação da Polícia Nacional Haitiana como primeiro elemento de segurança do país, já estabelecida por Diretriz do *Force Commander*, apontam neste sentido. Cinco principais linhas de ação estão sendo analisadas pela ONU para execução no período jul 2015/jul 2016:

- (1) Fim do mandato da MINUSTAH e designação de um enviado especial da ONU para o Haiti;
- (2) Fim do mandato da MINUSTAH para estabelecer uma Missão Política Especial com capacidade de desenvolvimento da Polícia Nacional do Haiti (PNH);
- (3) Fim do mandato da MINUSTAH para estabelecer uma nova missão de paz com uma presença reduzida (sem força militar) e um papel político mais amplo;
- (4) Fim do mandato da MINUSTAH para estabelecer uma nova missão de paz com uma presença reduzida de força militar (reserva estratégica) e um papel político mais amplo; e
- (5) Continuação da MINUSTAH com uma mudança no mandato, refletindo numa redução além dos objetivos do processo de consolidação em curso.

Para o Coronel Vendramin (2015, p. 21), a reconfiguração da MINUSTAH, no sentido de transição para outra modelagem operacional, vem sendo estudada há algum tempo. Uma missão técnica de avaliação foi enviada pelo DPKO ao Haiti em junho de 2014 para apresentar opções para o encerramento da missão ou a sua reconfiguração, e uma transição de suas responsabilidades em futuro próximo para o Governo do Haiti. O CSNU deliberará em outubro de 2015 sobre um novo mandato e a forma que a missão tomará nos próximos anos. De acordo com Vendramin (2015, p. 21), para efeito de treinamento, tanto a extinção como a reconfiguração da missão terão impacto no contexto atual de preparação das tropas brasileiras, uma vez que o Governo brasileiro detém um compromisso com a ONU de manter um batalhão de infantaria (entre outros elementos) em sistema de prontidão (*stand by*) para ser empregado assim que necessário. Nesse contexto, segundo o Coronel Vendramin (2015, p. 22) a hipótese mais provável é a da reconfiguração da MINUSTAH, com a presença de um componente militar reduzido (inclusive com um batalhão brasileiro) nos anos de 2015 e 2016, até que ocorra a sua liquidação ou modificação para uma missão política especial.

Em síntese, as “estratégias” de emprego desenvolvidas pelos militares brasileiros no Haiti contribuíram para o sucesso da MINUSTAH, sucesso este atestado pelas discussões quanto à sua reconfiguração para uma possível missão de viés político. Paralelamente ao emprego no Haiti, o Governo brasileiro criou condições para que as experiências colhidas no terreno pudessem ser debatidas e aprimoradas por meio dos trabalhos de um centro conjunto de instrução, o CCOPAB. A abordagem e os métodos de trabalho dos militares brasileiros são hoje internacionalmente reconhecidos. Graças ao empenho de profissionais capacitados, o Governo brasileiro passa a dispor de meios para promover-se como ator relevante para solução de crises e conflitos internacionais que envolvam o emprego de tropas em regiões assoladas pela pobreza e em Estados fragilizados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar as práticas de enfrentamento das gangues haitianas por parte dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. Para tal, foi verificado de maneira sucinta o problema das gangues na sociedade haitiana com base no conceito de anomia, discutidas perspectivas teóricas acerca das operações de paz da ONU, debatido conceitualmente a estratégia segundo as visões de mundo estruturada e da habitação, apresentada a Grande Estratégia brasileira em conjunto com a doutrina de emprego do Exército brasileiro para pacificação e descrita a experiência operacional dos contingentes brasileiros da MINUSTAH.

Desde a segunda deposição do Ex-Presidente Aristide em 2004, as gangues haitianas tornaram-se polos para disputas políticas exercendo forte pressão sobre a população com base em meios ilícitos como sequestros, estupros, incêndios, roubos e tráfico, entre outros crimes. A instabilidade provocada pelas gangues configura-se como um problema eminentemente estrutural da sociedade haitiana e como tal com implicações que não se referem exclusivamente ao contexto da segurança, mas também ao perfil de desenvolvimento da sociedade haitiana.

O Capítulo 2, com base no conceito de anomia, apresenta, por um lado, como as práticas sociais dos cidadãos haitianos não foram capazes de erigir normas de regulação que garantissem paz e justiça social, persistindo um estado de anomia que contribui para instabilidade sistêmica do governo haitiano. Por outro lado, essa ausência de normas culmina com a constituição de instituições disfuncionais que não proporcionam instrumentos para ascensão social entre os cidadãos haitianos, contribuindo para o aparecimento de patologias do comportamento que desafiam as normas existentes mesmo que seja por meio da delinquência. Essa perspectiva mostra como o problema das gangues na sociedade haitiana é eminentemente estrutural, pois de forma anômala, na ausência de instâncias oficiais, esses grupos angariam apoio da população ao promoverem meios para ascensão social entre seus membros e serviços sociais aos cidadãos desassistidos.

Os relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros mostram como as tropas procuraram romper os vínculos disfuncionais que uniam as gangues à sociedade haitiana por meio de ações que combinaram meios coercitivos de imposição da força e atividades de impacto social e humanitário. Enquanto as ações coercitivas combatiam o

domínio do terror exercido pelas gangues, as atividades de impacto social promoviam meios para o atendimento emergencial e humanitário em regiões desassistidas pelo Estado haitiano. A doutrina operacional da ONU separa as ações nitidamente militares daquelas a serem exercidas por componentes civis, as quais incluem ações humanitárias. Porém, as estratégias de enfrentamento brasileiras agregaram funções humanitárias e assistenciais às ações militares realizadas pelas tropas. A relevância da ação das tropas brasileiras para os resultados positivos de pacificação de regiões conflagradas no Haiti foi possível de ser observada somente a partir da análise dos relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros.

Os documentos oficiais da ONU, como os relatórios do Secretário Geral, relatam a realização de ações humanitárias por parte das tropas, mas não situam como a prática brasileira foi decisiva para o sucesso da missão. Percebe-se, nesse contexto, que ainda que a concepção estratégica e doutrinária da ONU quanto ao emprego das tropas no Haiti prevaleça, na prática, as tropas brasileiras desenvolveram operações com base em um *modus operandi* próprio com resultados positivos para o conjunto da missão. Isso não quer dizer que os contingentes brasileiros da MINUSTAH não respondam a cadeia de comando. Mostra apenas que as operações no âmbito das missões de paz da ONU são sensíveis às tendências culturais e doutrinárias dos países contribuintes de tropas. No caso do Brasil, além do *force commander* da MINUSTAH ser sempre um general brasileiro, a postura propositiva das tropas brasileiras em termos operacionais decorre, entre outros fatores, do fato do País deter o maior contingente militar mobilizado no Haiti e dos batalhões brasileiros serem responsáveis pelas áreas mais sensíveis da capital haitiana.

A análise de conteúdo dos relatórios finais de emprego mostra que as referências ao enfrentamento das forças adversas foram diminuindo com o passar do tempo o que se reflete em sensível melhora da situação de segurança no terreno. Além disso, a análise de conteúdo evidencia aumento acentuado das referências a trabalhos de suporte humanitário realizado pelas tropas brasileiras, antes mesmo do terremoto de janeiro de 2010, o que comprova a melhora da situação de segurança. Teoricamente, a atuação em trabalhos de suporte humanitário pode representar um desvio da função militar original das tropas. Todavia, no caso das tropas brasileiras, os objetivos militares a serem alcançados com esse tipo de prática evidenciam que não há desvio da função militar original, mas sim o emprego sistemático de tropas com vistas a alcançar resultados positivos em termos da

conquista do chamado “terreno humano” (conquista de corações e mentes). O emprego de operações psicológicas, nesse contexto, é um forte indicador de que o uso da força por parte das tropas brasileiras no âmbito da MINUSTAH incorpora elementos mais sutis do campo motivacional com vistas a promover mudanças de atitude da população com relação às gangues e para que as forças da ONU fossem aceitas pela sociedade haitiana.

A interposição de tropas internacionais em ambientes conflagrados é um instrumento crítico para solução de crises. No capítulo 3 são apresentadas algumas das principais contribuições teóricas sobre as chamadas operações de manutenção da paz da ONU. A identificação de sucessivas gerações dessas operações permite situar o desenvolvimento dos mandatos em função do cenário de instabilidade e da evolução das normas internacionais que regulam o uso da força e a constituição de missões de paz. As ações da MINUSTAH são tipicamente de quarta geração conforme argumenta Kenkel (2013, p. 132). Logo, há relativa autonomia quanto ao uso da força para imposição dos objetivos do mandato, nitidamente mais intrusivo em termos da governança local.

Quando os relatórios finais de emprego mencionam a conquista de corações e mentes como estratégia para angariar apoio da população haitiana às atividades das tropas brasileiras observa-se como os contingentes trabalharam para que houvesse mudanças de atitude entre as partes conflagradas. O desenvolvimento de operações psicológicas foi uma consequência natural da leitura que os comandantes brasileiros fizeram do cenário haitiano e uma estratégia eficaz para ruptura do poder exercido pelas gangues e para promoção da MINUSTAH e das instituições do Estado haitiano.

Ainda que a rigor, conforme esclarece o General Goulart, ex-comandante do componente militar da MINUSTAH, as ações das tropas brasileiras ocorram estritamente nos níveis operacional e tático da missão e encontrem correspondência na doutrina de emprego da ONU, o Capítulo 4 mostra como as práticas dos militares brasileiros no Haiti são igualmente estratégicas. Na ausência de uma doutrina específica para atuação no âmbito do Capítulo VII da Carta da ONU, em missões que envolvem estabilização, as práticas de enfrentamento das gangues haitianas por parte das tropas brasileiras inovaram ao propor que as ações humanitárias fossem executadas pelos próprios militares, postura operacional amparada pelas doutrinas brasileiras de garantia da lei e da ordem e de pacificação.

Com base na doutrina de garantia da lei e da ordem, foi aplicada a estratégia dos pontos fortes, fundamental para retomada do controle de regiões conflagradas no interior das favelas haitianas. Já a doutrina de pacificação por meio, por exemplo, do princípio do apoio da população antevê que a conquista de corações e mentes é fundamental para o sucesso das operações que visam, entre outros fatores, a garantia de um ambiente seguro, o incremento dos serviços essenciais e de infraestrutura, a atitude correta e a boa comunicação entre os integrantes do componente militar e os habitantes locais onde as ações são desencadeadas. Esse e outros temas relacionados aos aspectos institucionais do envolvimento brasileiro com o Haiti foram abordados no Capítulo 5.

Finalmente, os Capítulos 6 e 7 mostram como a postura operacional das tropas brasileiras foi decisiva para reverter a instabilidade causada pelas gangues e abrir caminho para consolidação das instituições haitianas. Trata-se da primeira experiência brasileira de uso da força no nível tático em uma missão de estabilização das Nações Unidas governada majoritariamente pelo Capítulo VII da Carta. Apesar da participação brasileira não se restringir à cessão de tropas e do *force commander*, compreendendo um amplo esforço de cooperação nos mais diversos setores como agricultura, educação e saúde, a abordagem adotada pelas tropas brasileiras quanto ao crônico cenário de instabilidade haitiano apresenta características que habilitam o País como provedor de soluções de desenvolvimento e segurança para crises em Estados fragilizados como o Haiti.

O emprego de tropas envolve a antevisão das circunstâncias operacionais para que os militares possam ser preparados a responder, com base em protocolos exaustivamente ensaiados, a demandas conjunturais utilizando o conhecimento desenvolvido durante o processo de educação militar e aprimorado a partir das experiências colhidas no terreno. A visão estruturada da estratégia permite compreender o arranjo operacional do preparo à mobilização das tropas. Todavia, as ações são iniciadas com relação a mudanças observadas em um contexto local específico e não como uma regra ou princípio universal. Logo, as pequenas adaptações locais e oportunidades envolvidas nos fazeres são incrementais e “nada heroicos” (*unheroic*), de tal maneira que frequentemente passam despercebidas (CHIA e RASCHE, 2010, p. 38-39). Daí a relevância da visão de mundo da habitação, descrita no Capítulo 4, para compreensão do que se passa na periferia estratégica (REGNÉR, 2003).

A inteligência prática envolvida é sutil, tácita e oblíqua; diferente da lógica explicativa dos fins e dos meios usada para abordar a ação humana intencional conforme postula o pensamento estratégico tradicional. A execução de atividades de ajuda humanitária, em apoio às operações ou isoladamente, foi estrategicamente desenhada como uma forma de obter o apoio da população e de amenizar as principais carências em pontos determinados da zona de ação das tropas brasileiras (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 2º Contingente, 2005, p. 116). No entanto, de nada adiantaria um desenho estratégico complexo que previu ações simultâneas de combate e de ajuda humanitária se não houvesse no nível da execução a presença de agentes habilitados para responder adequadamente a várias situações antevistas, mas acima de tudo capazes profissional e pessoalmente de lidar com o outro e suas necessidades em situações que até mesmo não estavam previstas. É importante observar, portanto, que o preparo e a aptidão individual tornam o agente um elo da cadeia estratégica da missão, ou seja, a prática individual na execução de tarefas de natureza distinta como as realizadas pelos militares brasileiros da MINUSTAH é igualmente estratégica.

Preparados para usar força letal caso seja necessário, mas empregados concomitantemente em operações de combate e em atividades de ajuda humanitária e ações cívico-sociais, os soldados brasileiros que atuam na MINUSTAH tornaram-se nexos de atividades sociais deliberadas constituídas de maneira relacional, conforme preconizam Chia e Rasche (2010, p. 39) ao discorrerem sobre visão de mundo da habitação para o estudo da estratégia. Nesse contexto, a proposta analítica de Giddens (1984) quanto à dualidade da estrutura demonstra os diferentes níveis de reciprocidade que caracteriza a ação dos militares brasileiros. Múltiplas estruturas estão em movimento no caso da intervenção da ONU no Haiti. O efeito recursivo das práticas inerentes às intervenções militares multilaterais associado às propriedades estruturais da sociedade haitiana culminou com a constituição de uma missão de paz para estabilização fundamentada nos Capítulos VI e VII da Carta da ONU. O *modus operandi*, nesse contexto, é condicionado pelas estruturas de significação, dominação e legitimação construídas com base na Carta da ONU. Porém, estruturas de significação, dominação e legitimação do país anfitrião, principalmente em termos da sua Constituição Nacional, e dos países contribuintes de tropas e de conhecimento militar também influenciam a ação dos militares da MINUSTAH.

A adequação da prática dos contingentes brasileiros da MINUSTAH às circunstâncias operacionais da realidade haitiana obedece, então, ao domínio legal das estruturas de legitimação (Carta da ONU, Mandatos do CSNU, Regras de Engajamento), as quais subsidiam e conferem poder às estruturas de dominação (tropas, armamentos, veículos) cujas atividades são comunicadas por meio, por exemplo, dos relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH e dos relatórios do Secretário Geral da ONU. Existe um padrão quanto ao *modus operandi* das tropas da ONU, as quais antes de serem mobilizadas recebem instruções de treinamento segundo programas amplamente difundidos pela Organização aos países contribuintes de tropas. Todavia, são os próprios países com base na sua tradição de ensino militar e parâmetros legais que decidem como irão atender às demandas da Organização. Em outras palavras, o “como fazer” operacional, ou seja, a maneira pela qual as instruções recebidas são de fato executadas, segue predisposições inerentes à cultura militar dos países contribuintes.

No caso brasileiro, essas propriedades estruturais são essenciais para ação dos militares ao mesmo tempo em que são produzidas e reproduzidas por esta mesma ação. Porém, a dependência mútua entre agência e estrutura mostra como a prática social é, ao longo do tempo, intensificada em estruturas que regulam e viabilizam a ação. Por muitos anos os militares brasileiros estiveram envolvidos em projetos sociais e de desenvolvimento domésticos, aprimorando conhecimentos e adequando suas práticas à conjuntura de um país em desenvolvimento. Atuar em atividades de apoio humanitário, conforme postula o manual do Exército Brasileiro sobre operações de pacificação, é uma vertente importante do emprego de tropas no cenário estratégico contemporâneo mundial. Logo, a proposta de atuação do Exército no Haiti é inovadora, já que não se constitui como prática rotineira das tropas mobilizadas pela ONU, conforme argumenta o General Augusto Heleno.

No entanto, é preciso estar atento ao que os adeptos da teoria crítica costumam afirmar. O intervencionismo por parte da comunidade internacional em países institucional e economicamente frágeis, além de criar condições para solução da situação de crise junto às populações afetadas, serve a projetos políticos particulares que em última instância objetivam consumir poder global e angariar prestígio internacional. Os conflitos presentes na sociedade haitiana existem desde sua formação como Estado soberano, sendo que a ruptura institucional, no lugar de representar uma cisão das relações sociais normais, são

mais comuns do que a encontrada em sociedades mais estáveis. A sociedade haitiana possui um sério problema estrutural, conforme argumenta o Secretário Geral da ONU (relatório de 16 de abril de 2004 – S/2004/300, p. 6), cujas instituições parecem existir desconectadas dos anseios sociais de grande parte da população.

Problemas estruturais como os encontrados no Haiti demandam que a própria sociedade encontre seus termos de desenvolvimento e justiça social. Uma solução imanente talvez possa ser construída por meio do exemplo e da contribuição financeira e intelectual de sociedades mais estáveis e dinâmicas. Mas por que, então, a fórmula usual encontrada pela comunidade internacional como meio para o encaminhamento da solução tem sido através de missões com contingentes militares? Talvez porque estes sejam os únicos atores capazes de atuar em condições críticas e conflagradas de maneira a assegurar o ambiente seguro e estável para que outros atores civis possam exercer suas atividades. Porém, não existe um padrão de abordagem.

Tradicionalmente, componentes militares exercem funções de enfretamento das forças adversas e de proteção da missão para que o componente civil possa posteriormente atuar na promoção do desenvolvimento, do estado de direito e da boa governança. A atuação dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, com base nas peculiaridades do caso haitiano e dos condicionantes socioeconômicos e culturais do Brasil, inverte esta lógica e promove uma “estratégia” de “enfretamento humanitário” por parte das tropas. Essa “estratégia” segue os estritos desígnios e objetivos militares da missão que estabeleceu como prioritária a obtenção de uma zona de equilíbrio da missão junto à população haitiana angariando sua simpatia e solidariedade (conquista de corações e mentes). Trata-se de uma prática inovadora para o conjunto das missões de paz das Nações Unidas que futuramente poderá ser melhor avaliada por meio de estudo comparativo das operações de manutenção da paz da ONU com base no marco teórico-conceitual elaborado para o presente estudo.

O Estado brasileiro ambiciona ser mais do que um mero contribuinte de tropas para as missões de paz das Nações Unidas. A Estratégia Nacional de Defesa (2012) estabelece como objetivo a inserção do País no processo de tomada de decisão internacional. Para tal, propõe a ampliação da participação brasileira em organizações multilaterais e em operações de manutenção da paz da ONU. Habilitar-se como proponente de metodologias de trabalho que possam ser eficazes em cenários de alta complexidade no âmbito das

missões de paz é uma conquista estratégica que aproxima o País desse processo de tomada de decisão.

As práticas brasileiras de enfrentamento das gangues no Haiti, bem sucedidas em seus objetivos operacionais, contribuíram para que *force commanders* brasileiros fossem mantidos, pela primeira vez na história das Nações Unidas, na liderança do componente militar de uma missão de paz por mais de 10 anos. Além disso, oficiais generais brasileiros que exerceram a função de *force commander* da MINUSTAH ascenderam em suas respectivas carreiras militares tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito das Nações Unidas. Por exemplo, o General Santos Cruz, mesmo estando na reserva, foi convidado pela ONU para liderar o maior esforço militar da Organização em termos das suas missões de paz, tornando-se *force commander* da *United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo* (MONUSCO). Já o General Paul Cruz, também antigo *force commander* da MINUSTAH, atualmente é o primeiro general a comandar o chamado *Strategic Partnership Office* do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO), escritório responsável pela inspetoria geral de contingentes e missões individuais em operações de paz.

A análise de conteúdo dos relatórios finais de emprego dos contingentes brasileiros da MINUSTAH foi fundamental para observação das ações empreendidas pelas tropas. A estrutura analítica criada para revisão dos referidos documentos, com a comparação entre índices temáticos em conjunto com suas respectivas unidades de registro e de contexto, permitiu a extração de informações dos documentos adequadas para elucidação do problema e dos objetivos da pesquisa. A descrição da experiência operacional das tropas brasileiras, das estratégias de emprego e da posição muitas vezes crítica quanto à missão por parte dos militares brasileiros são algumas das principais contribuições do presente estudo. Pela primeira vez no meio acadêmico civil, um estudo pôde contar com o acesso a importantes relatórios do Ministério da Defesa que reportam atividades operacionais de tropas que ainda se encontram mobilizadas.

O acesso aos relatórios finais de emprego foi permitido somente a partir de maio de 2015, dois meses antes do término do prazo regimental para conclusão da tese que era julho de 2015 e passou para dezembro do mesmo ano. Nesse sentido, a estrutura elaborada para análise dos documentos foi fundamental para que o estudo pudesse ser concluído dentro do prazo. Além disso, em resposta às solicitações realizadas pela pesquisadora em

março de 2014, o Exército Brasileiro designou oficiais de ligação para intermediar seu apoio a presente pesquisa oferecendo canais para interlocução junto ao Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP-FDC), ao Centro de Comunicação Social do Exército, ao Gabinete do Comandante do Exército, ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) e à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Esse imenso potencial de pesquisa, contudo, não pôde ser suficientemente explorado, uma vez que a formalização do acesso com indicação dos contatos ocorreu somente em fevereiro de 2015, havendo pouco tempo para o levantamento e análise das informações.

A pesquisa foi orientada, então, para extrair o máximo de informações possível a partir dos relatórios finais de emprego, principais fontes de dados para a tese. Algumas dessas informações podem ser exploradas em projetos de pesquisa futuros. Por exemplo, as implicações do emprego de operações psicológicas no âmbito das missões de paz das Nações Unidas para conquista do apoio das populações locais é um tema pouco explorado pela academia. Outro aspecto que também merece atenção diz respeito à maneira como se dá a chamada coordenação civil-militar (CIMIC) no âmbito doutrinário brasileiro. Talvez, no contexto da MINUSTAH, os contingentes tenham “abrasileirado” o CIMIC. Esse processo de adaptação entre a doutrina brasileira e a doutrina das Nações Unidas é um tema importante que merece ser debatido.

Portanto, a estratégia de inserção internacional brasileira tem sido bem sucedida em consolidar por meio da atuação na MINUSTAH a reputação de líder regional e parceiro de confiança. Além disso, a mobilização de contingentes tem auxiliado a modernização das forças armadas brasileiras, garantindo que seus efetivos tenham uma experiência real de combate. O Brasil tem um histórico de envolvimento com operações de paz da ONU principalmente governadas pelo Capítulo VI da Carta. O envolvimento com a MINUSTAH marca uma evolução da abordagem brasileira em relação às missões de paz. Porém, fieis à tradição de uso moderado da força com base nas doutrinas de emprego domésticas, as tropas brasileiras demonstraram alto grau de imparcialidade e relutância em recorrer à violência no Haiti, algo que analistas como Robert Muggah (2015, p. 14) chamam de “*Brazilian way of peacekeeping*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo 1

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Uma cultura brasileira de missões de paz. In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (orgs.). **Diplomacia brasileira para paz**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2012, p. 215-241.

BARAKAT, Sultan; DEELY, Seán; ZYCK, Steven A. A tradition of forgetting: stabilization and humanitarian action in historical perspective. **Disasters**, Oxford, 34(S3), p. s297-s319, 2010.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D; GRIFFIN, Stuart. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity Press, 2010.

DIEHL, Paul F.; BALAS, Alexandru. **Peace Operations**. Cambridge: Polity Press, 2014.

DIEHL, Pau F.; DRUCKMAN, Daniel. **Evaluating Peace Operations**. Colorado : Lynne Rienner Publishers, 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Departamento de Defesa. Joint Operations Concepts. **Irregular War (IW)**, 2007.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2005.

FRIIS, Karsten. Peacekeeping and counter-insurgency – two of a kind? **International Peacekeeping**, v. 17, n. 1, fev., 2010, p. 49-66.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). United Nations Department for Peacekeeping Operations (UNDPKO). **Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations**, 31 de dezembro de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). United Nations Department for Peacekeeping Operations (UNDPKO). **UN Mission's Summary detailed by Country**, 31 de dezembro de 2014.

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**. Cambridge: Polity Press, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

Capítulo 2

CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. **Em nome da democracia: A OEA e a crise Haitiana – 1991-1994**. Brasília: FUNAG, 1996.

BECKER, David C. Gangs, Netwar, and “Community Counterinsurgency” in Haiti. **Prism**, Center for Complex Operations, Washington, v. 2, n. 3, p. 137-154, 2011.

DUBOIS, Laurent. **Haiti: the aftershocks of history**. New York: Picador, 2012.

DUPUY, Alex. **The prophet and power: Jean-Bertrand Aristide, the international community, and Haiti**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DZIEDZIC, Michael; PERITO, Robert M. Haiti: confronting the gangs of Port-au-Prince, **United States Institute of Peace**, Special Report 208, p. 1-16, 2008.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Spoiling security in Haiti. **Latin America/Caribbean Report**, n. 13 (31 May), 2005.

KOLBE, Athena R. Revisiting Haiti’s Gangs and Organized Violence, **Humanitarian Action in Situations Other Than War (HASOW)**, Discussion Paper 4, p. 1-36, 2013.

MARKS, Stephen R. Durkheim's Theory of Anomie. **American Journal of Sociology**, v. 80, n. 2, p. 329-363, 1974.

MERTON, Robert K. Social Structure and Anomie. **American Sociological Review**, v. 3, n. 5, p. 672-682, 1938.

MUGGAH, Robert; KRAUSE, Keith. A True Measure of Success? The discourse and Practice of Human Security in Haiti. **The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations**, Zurich, v. 57, n. 2, p. 153-181, 2006.

MUGGAH, Robert. The effects of stabilization on humanitarian action in Haiti. **Disasters**, Oxford, 34(S3), p. s444-s463, 2010.

MUGGAH, Robert; CARVALHO, Llona Szabó. O Efeito Sul: reflexões críticas sobre o engajamento do Brasil com Estados frágeis. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 5, edição 9, p. 166-176, ago-set, 2011.

PASSAS, Niko; AGNEW, Robert. **The future of anomie theory**. Boston: Northeastern University Press, 1997.

SCHULZ, Donald E. **Haiti Update**. U.S. Army War College: Strategic Studies Institute, Special Report, 1997.

TRAUB, Stuart H.; LITTLE, Craig B. **Theories of Deviance**. Illinois: Peacock Publishers, 1999.

Capítulo 3

ART, Robert J.; JERVIS, Robert. Anarchy and its consequences. In: ART, Robert J.; JERVIS, Robert. **International Politics: enduring concepts and contemporary issues**. New York: Pearson, 2007, cap. 1, p. 1-6.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. Introduction: Thinking Anew about Peace Operations. **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 1–15, 2004.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D; GRIFFIN, Stuart. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity Press, 2010.

BERDAL, Mats. The Security Council and Peacekeeping. In: LOWE, Vaughan (et al.) (ed.). **The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008, p. 175-204.

BESSLER, Manuel; SEKI, Kaoruko. Civil-Military Relations in Armed Conflicts: A Humanitarian Perspective. **Liaison – A Journal of Civil-Military Humanitarian Relief Collaborations**, Center for Excellence in Disaster Management & Humanitarian Assistance, Hawaii, v. 3, n. 3, p. 1-7, 2006.

BURES, Oldrich. A Mid-Range Theory of International Peacekeeping. **International Studies Review**, vol. 9, n. 3, p. 407-436, 2007.

BLOKKER, Niels; SCHRIJVER, Nico. **The Security Council and the Use of Force: Theory and Reality – A Need for Change?** Leiden: Martinus Nijhoff, 2005.

DIEHL, Paul F.; BALAS, Alexandru. **Peace Operations**. Cambridge: Polity Press, 2014.

DIEHL, Pau F.; DRUCKMAN, Daniel. **Evaluating Peace Operations**. Colorado : Lynne Rienner Publishers, 2010.

DIEHL, Paul F.; DRUCKMAN, Daniel; WALL, James. International Peacekeeping and Conflict Resolution: A Taxonomic Analysis with Implications. **The Journal of Conflict Resolution**, V. 42, N. 1, p. 33-55, 1998

EINSIEDEL, Sabastian Von; MALONE, David M. Haiti. In: MALONE, David. M. (ed.). **The UN Security Council: From the Cold War to the 21st Century**. Colorado: Lynne Rienner, 2004, cap. 31, p. 467-483.

FETHERSTON, A. B. Peacekeeping, Conflict Resolution and Peacebuilding: A Reconsiderations of Theoretical Frameworks. **International Peacekeeping: Special Issue (Peacekeeping and Conflict Resolution)**, v. 7, issue 1, p. 190-218, 2000a.

FETHERSTON, A. B. Peacekeeping for a New Era: Why Theory Matters. **Global Dialogue**, v. 2, n. 2, 2000b, Disponível em: <http://www.worlddialogue.org/content.php?id=82>. Acessado em: 9 de fevereiro de 2014.

KENKEL, Kai Michael. South America's Emerging Power: Brazil as Peacekeeper. **International Peacekeeping**, London, v. 17, n. 5, p. 644-661, 2010.

KENKEL, Kai Michael. O dilema interno da soberania: a evolução das normas de intervenção. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi (org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012, p. 19-47.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from yje “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 56 (1), p. 122-143, 2013.

KEOHANE, Robert O. Political authority after intervention: gradations in sovereignty. In: HOLZGREFE, J. L.; KEOHANE, Robert O (edits.). **Humanitarian Intervention: Ethical, Legal, and Political Dilemmas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 275-298.

JAMNEJAD, Maziar; WOOD, Michael. The Principle of Non-intervention. **Leiden Journal of International Law**, Cambridge, 22, p. 345-381, 2009.

JERVIS, Robert. Security regimes. **International Organization**. Cambridge, v. 36, issue 2, March/Spring, p. 357-378, 1982.

KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. **International Organization**. Cambridge, v. 36, issue 2, p. 325-355, 1982.

KRASNER, Stephen D. Structural Causes and Regime Consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**. Cambridge, v. 36, issue 2, March/Spring, p. 185-205, 1982a.

KRASNER, Stephen D. Regimes and the limits of realism: regimes as autonomous variables. **International Organization**. Cambridge, v. 36, issue 2, March/Spring, p. 497-510, 1982b.

KRASNER, Stephen D. New Institutions for Collapsed and Failing States. **International Security**, v. 29, n. 2, p. 85-120, 2004.

KRASNER, Stephen D. Building Democracy after Conflict: The Case for Shared Sovereignty. **Journal of Democracy**, v. 16, n. 1, p. 69-83, 2005.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

MACQUEEN, Norrie. **Peacekeeping and the International System**. London/New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

MANUSAMA, Kenneth. **The United Nations Security Council in the Post-Cold War Era**. Leiden: Martinus Nijhoff, 2006.

NEACK, Laura. UN Peace-Keeping: In the Interest of Community or Self? **Journal of Peace Research**, v. 32, n. 2, p. 181-196, 1995.

OGUNROTIFA, Ayodeji Bayo. Critical Theory Applied: The International Peacekeeping Experience in the Democratic Republic of Congo. **Sacha Journal of Policy and Strategic Studies**, v. 1, n. 1, p. 94-108, 2011.

PARIS, Roland. Broadening the Study of Peace Operations. **International Studies Review**, v. 2, issue 3, p. 27-44, 2000.

PARIS, Roland. Peacekeeping and the Constraints of Global Culture. **European Journal of International Relations**, v. 9, n. 3, p. 441-473, 2003.

PUGH, Michael. Peacekeeping and IR Theory: Phantom of the Opera? **International Peacekeeping**, London, v. 10, n. 4, p. 104-112, Winter, 2003.

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**. Cambridge: Polity Press, 2011.

ROBERTS, Adam. The Use of Force. In: MALONE, David. M. (ed.). **The UN Security Council: From the Cold War to the 21st Century**. Colorado: Lynne Rienner, 2004, cap. 9, p. 133-152.

SMITH, Alastair; STAM, Allan. Mediation and Peacekeeping in a Random Walk Model of Civil and Interstate War. **International Studies Review**, Dissolving Boundaries, v. 5, n. 4, p. 115-135, 2003.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society: a Comparative Historical Analysis**. London: Routledge, 1992.

WEISS, Thomas G. The Humanitarian Impulse. In: MALONE, David. M. (ed.). **The UN Security Council: From the Cold War to the 21st Century**. Colorado: Lynne Rienner, 2004, cap. 3, p. 37-54.

Capítulo 4

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Uma cultura brasileira de missões de paz. In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (orgs.). **Diplomacia brasileira para paz**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), p. 215-241, 2012.

BAUMARD, P. **Tacit Knowledge in Organizations**. London: Sage, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **The logic of practice**. Cambridge: Polity Press, Cap. 2, p. 42-51, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, Cap. 3, p. 96-158, 2000.

BRASIL. Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). **Manual de Operações de Manutenção da Paz (C95-1)**. Brasília: EMFA, 1998.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Operações de Paz (MD33-M-01)**. Brasília: MD, 2006.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília: MD, 2004.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília: MD, 2008.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: MD, 2012.

de CERTEAU, M. **The Practice of Everyday Life**. Berkley: University of California Press, 1984.

CHIA; R.; HOLT, R. Strategy as Practical Coping: A Heideggerian Perspective. **Organization Studies**, 27:5, p. 635-655, 2006.

CHIA, Robert; MACKAY, Brad.. Post-processual challenges for the emerging strategy-as-practice perspective: discovering strategy in the logic of practice. **Human Relations**, v. 60, n. 1, p. 217-242, 2007.

CHIA, Robert; RASCHE, Andreas. Epistemological alternatives for researching strategy as practice: building and dwelling worldviews. In: GOLSORKHI, Damon et al. **Cambridge Handbook of strategy as practice**. Cambridge: Cambridge University Press, p. Cap. 2, p. 34-46, 2010.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DETIENNE, M; VERNANT, J. P. **Cunning Intelligence in Greek Culture and Society**. Sussex: The Harvester Press, 1978.

DREYFUS, H. **Being-in-the-World**. Massachusetts: MIT Press, 1991.

DUNKLE, Roger. Nestor, Odysseus, and the Mêtis: Biê Antithesis: the Funeral Games, Iliad 23. **The Classical World**, v. 81, n. 1, p. 1-17, 1987.

DUNNE, J. **Back to the Routh Ground: Phronesis and Techné in Modern Philosophy and in Aristotle**. London: University of Notre Dame Press, 1993.

ELIAS, N. **What is Sociology?** Oxford: Blackwell, 1978.

ELIAS, N. **The Society of Individuals**. Oxford: Blackwell, 1991.

EZZAMEL, M.; WILLMOTT, H. Strategy as Discourse in a Global Retailer: A Supplement to Rationalist and Interpretative Accounts. **Organization Studies**, 29:2, p. 191-217, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977**. New York: Pantheon Books, Cap. 5, p. 78-108, 1980.

FREEDMAN, Lawrence. **Strategy a history**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Berkeley: University of California Press, 1984.

GOLSORKHI, Damon; ROULEAU, Linda; SEIDL, David; VAARA, Eero. **Cambridge Handbook of strategy as practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GRAY, Colin S. **Modern Strategy**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HOWARD, Michael; PARET, Peter. Clausewitz's "On War" Introduction. In: CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Oxford: Oxford University Press, p. vii-xxx, 2007.

HUTCHINS, E. **Cognition in the Wild**. Massachusetts: MIT Press, 1995.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment**. London: Routledge, 2000.

JOHNSON, Gerry; MELIN, Leif; WHITTINGTON, Richard. Guest Editor's Introduction. Micro strategy and strategizing: towards an activity-based view. **Journal of Management Studies**, 40:1, January, p. 3-22, 2003.

KUPCHAN, Charles. Strategy. In: KRIEGER, Joel (ed.). **The Oxford Companion to Politics of the World**. Oxford: University Press, p. 805-806, 2001.

NONAKA, I.; TOYAMA, R. Strategic Management as Distributed Practical Wisdom (Phronesis). **Industrial and Corporate Change**, 16:3, p. 1-24, 2007.

NUSSBAUM, M. C. **The Fragility of Goodness: Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy**. London: Cambridge University Press, 1986.

PARET, Peter. **Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age**. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

RAPHALS, L. **Knowing Words: Wisdom and Cunning in the Classical Traditions of China and Greece**. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

REGNÉR, P. Strategy Creation in the Periphery: Inductive versus Deductive Strategy Making. **Journal of Management Studies**, 40:1, p. 57-82, 2003.

ROULEAU, Linda. Studying strategizing through narratives of practice. In: GOLSORKHI, Damon et al. **Cambridge Handbook of strategy as practice**. Cambridge: Cambridge University Press, Cap. 17, p. 258-270, 2010.

STACEY, R. **Strategic Management and Organizational Dynamics**. London: Prentice Hall, 2007.

WEBER, M. **Economy and Society: An Outline of Interpretative Sociology**. Ney York: Bedminster Press, 1968.

WHITTINGTON, Richard. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, 27(5), p. 613-634, 2006.

WHITTINGTON, Richard. Strategy Practice and Strategy Process: Family Differences and the Sociological Eye. **Organization Studies**, v. 28, n. 10, p. 1575-1586, 2007.

WHITTINGTON, Richard. Giddens, structuration theory and strategy das practice. In: GOLSORKHI, Damon et al. **Cambridge Handbook of strategy as practice**. Cambridge: Cambridge University Press, Cap. 7, p. 109-126, 2010.

Capítulo 5

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. **Análise de Conjuntura (OPSA)**, Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM, n. 4, p. 1-14, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). **Manual de Operações de Manutenção da Paz (C95-1)**. Brasília: EMFA, 1998.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Operações de Paz (MD33-M-01)**. Brasília: MD, 2006.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília: MD, 2004.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília: MD, 2008.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília: MD, 2012.

_____. Ministério da Defesa. **Operações de Pacificação (EB20-MC-10.217)**. Brasília: MD, 2015.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: IPEA-ABC, 2010.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. 2ª edição revisada. Brasília: IPEA-ABC, 2013.

_____. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAE). **General Augusto Heleno Ribeiro Pereira - Palestra: Operação de Paz no Haiti**. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional, 2005.

BEIRÃO, André Panno. **Aspectos Políticos-Legais e Legal-Militares da Participação Brasileira em Operações de Manutenção da Paz da ONU, Pós-1988**. 2008. 193f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Contribuição Brasileira às Missões de Paz da ONU**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **MINUSTAH e Diplomacia Solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?** 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Carlos.

da CUNHA, James Bolfoni. A experiência operacional do 7º Contingente do Batalhão Brasileiro no Haiti: Mudança de Fase. **PADECEME**, Rio de Janeiro, nº 19, p. 84-89, 2008.

DA REDAÇÃO. Plenário aprova Política Nacional de Defesa. **Agência Senado**, Brasília, 20 mar. 2013. Disponível em:

<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/03/20/plenario-aprova-proposta-de-politica-nacional-de-defesa>. Acessado em: 02 de outubro de 2013.

ESCOTO, Roberto. **O Impacto das Intervenções da ONU na Construção do Estado e na Democratização do Haiti (1993-1996 e 2004-2008): Uma análise sob o Enfoque da**

Segurança Humana. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Telegrama Secreto (BRASILIA676) de 19 de março de 2004.

_____. Telegrama Secreto (BRASILIA1291) de 27 de maio de 2004.

_____. Telegrama Secreto (BRASILIA2231) de 19 de agosto de 2005.

_____. Department of Defense. **Dictionary of Military and Associated Terms.** Washington: US Defense, 2008.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2005.

LACERDA, Celso Luiz de Souza. Coronel Celso Luiz de Souza Lacerda: entrevista [28 de dezembro de 2011]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: UnB, 2011.

LAMAZIÈRE, Georges. **Ordem, Hegemonia e Transgressão.** Brasília: FUNAG, 2010.

LESSA, Marco Aurélio Gastar. **A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).** 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV), Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro.

MIRANDA, André Luis Novaes. O Batalhão Haiti (3º Contingente) na imposição de paz. **PADECEME**, Rio de Janeiro, nº 12, p. 37-48, 2006.

NETO, Danilo Marcondes de Souza. **A política brasileira para as operações de paz e intervenções humanitárias: normas, ética e regionalização no envolvimento brasileiro na MINUSTAH.** 2010. 357f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Rio de Janeiro.

NEVES, Gilda Motta Santos. **Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz: perspectiva brasileira.** Brasília: FUNAG, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Security Council Resolution (S/RES/940), 1994.

PAROLA, Alexandre Guido Lopes. **A Ordem Injusta.** Brasília: FUNAG, 2007.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva.** Brasília: FUNAG, 1998.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. República Dominicana e Haiti: tropas brasileiras em missões de paz (1965-2005). 2013. 270f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [18 de agosto de 2008]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: UnB, 2008.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [17 de março de 2011]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: UnB, 2011.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **Posições do Brasil no Conselho de Segurança da ONU durante a década de 90: reordenamento mundial e inserção internacional.** 2002. 113f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Brasil, política multilateral e Nações Unidas. **Estudos Avançados**, Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, 19 (53), p. 347-367, 2005.

SOTOMAYOR, Arturo C. **The Peace Soldier from the South: From Praetorianism to Peacekeeping.** 2004. 417f. Tese (Doutorado) – Columbia University, Graduate School of Arts e Sciences, New York.

SOUZA, André Matheus. **O Brasil e as Missões de Paz da ONU da Década de 1990.** 2005. 110f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília.

UZIEL, Eduardo. **Conselho de segurança, as operações e manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2010.

VASCONCELLOS, Alexandre Antonio Urioste. Coronel Alexandre Antonio Urioste Vancellos: entrevistas [26 de julho de 2014 e 3 de agosto de 2014]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: UnB, 2014.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: Motivações e Consequências.** 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Santa Maria.

Capítulo 6

BARRETO, Marcelo Chelminski. **Regras de engajamento como fato de êxito na condução das operações de paz: a experiência do EB na MINUSTAH.** 2007. 127f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Brigada de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego da Brigada de Infantaria de Força de Paz do 2º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2005.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 4º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2006.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 5º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2006.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 6º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2007.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 7º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2007.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 8º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2008.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 9º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2008.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 10º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2009.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 11º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 1. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 1 do 12º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 2. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 2 do 12º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 2. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 2 do 14º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2011.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 2. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 2 do 17º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2013.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 18º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2013.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 19º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2014.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 20º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2014.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)**, Rio de Janeiro, 2014.

da CONCEIÇÃO, Rafael Novaes. **A pacificação de áreas conflagradas no Haiti: considerações sobre os ensinamentos colhidos durante a atuação do 3º Contingente brasileiro na missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

da CUNHA, James Bolfoni. A experiência operacional do 7º Contingente do Batalhão Brasileiro no Haiti: Mudança de Fase. **PADECEME**, Rio de Janeiro, nº 19, p. 84-89, 2008.

ESCOTO, Roberto. **O Impacto das Intervenções da ONU na Construção do Estado e na Democratização do Haiti (1993-1996 e 2004-2008): Uma análise sob o Enfoque da Segurança Humana**. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília.

GOULART, Fernando Rodrigues Goulart. General Fernando Rodrigues Goulart: entrevista [26 de agosto de 2014]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2014.

HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015.

LACERDA, Celso Luiz de Souza. Coronel Celso Luiz de Souza Lacerda: entrevista [28 de dezembro de 2011]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2011.

LESSA, Marco Aurélio Gastar. **A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV), Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro.

MIRANDA, André Luis Novaes. O Batalhão Haiti (3º Contingente) na imposição de paz. **PADECEME**, Rio de Janeiro, nº 12, p. 37-48, 2006.

MUGGAH, Robert. Reflexões sobre a contribuição da MINUSTAH à segurança e estabilidade (2004-2014). In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015, Cap. 1, p. 8-14.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. República Dominicana e Haiti: tropas brasileiras em missões de paz (1965-2005). 2013. 270f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [18 de agosto de 2008]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2008.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [17 de março de 2011]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2011.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. A segurança pública, o Exército Brasileiro e as Operações de Garantia da Lei e da Ordem. **Estudos e Pesquisas nº 322**. Instituto Nacional de Altos Estudos, p. 1-7, 2009

SOTOMAYOR, Arturo C. **The Peace Soldier from the South: From Praetorianism to Peacekeeping**. 2004. 417f. Tese (Doutorado) – Columbia University, Graduate School of Arts e Sciences, New York.

VASCONCELLOS, Alexandre Antonio Urioste. Coronel Alexandre Antonio Urioste Vancellos: entrevistas [26 de julho de 2014 e 3 de agosto de 2014]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: UnB, 2014.

VENDRAMIN, José Ricardo. Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: a consolidação de um modelo. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)**, Rio de Janeiro, 2014.

VENDRAMIN, José Ricardo. Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: a consolidação de um modelo. In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.).

Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015, Cap. 2, p. 16-25.

Capítulo 7

BARRETO, Marcelo Chelminski. **Regras de engajamento como fato de êxito na condução das operações de paz: a experiência do EB na MINUSTAH.** 2007. 127f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Brigada de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego da Brigada de Infantaria de Força de Paz do 2º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2005.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 4º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2006.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 5º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2006.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 6º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2007.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 7º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2007.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 8º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2008.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 9º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2008.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 10º Contingente Brasileiro no Haiti,** CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2009.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 11º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 1. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 1 do 12º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 2. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 2 do 12º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 2. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 2 do 14º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2011.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti 2. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz 2 do 17º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2013.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 18º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2013.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 19º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2014.

_____. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Batalhão de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 20º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2014.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)**, Rio de Janeiro, 2014.

da CONCEIÇÃO, Rafael Novaes. **A pacificação de áreas conflagradas no Haiti: considerações sobre os ensinamentos colhidos durante a atuação do 3º Contingente brasileiro na missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

da CUNHA, James Bolfoni. A experiência operacional do 7º Contingente do Batalhão Brasileiro no Haiti: Mudança de Fase. **PADECEME**, Rio de Janeiro, nº 19, p. 84-89, 2008.

ESCOTO, Roberto. **O Impacto das Intervenções da ONU na Construção do Estado e na Democratização do Haiti (1993-1996 e 2004-2008): Uma análise sob o Enfoque da Segurança Humana**. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –

Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília.

GOULART, Fernando Rodrigues Goulart. General Fernando Rodrigues Goulart: entrevista [26 de agosto de 2014]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2014.

HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015.

LACERDA, Celso Luiz de Souza. Coronel Celso Luiz de Souza Lacerda: entrevista [28 de dezembro de 2011]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2011.

LESSA, Marco Aurélio Gastar. **A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV), Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro.

MIRANDA, André Luis Novaes. O Batalhão Haiti (3º Contingente) na imposição de paz. **PADECEME**, Rio de Janeiro, nº 12, p. 37-48, 2006.

MUGGAH, Robert. Reflexões sobre a contribuição da MINUSTAH à segurança e estabilidade (2004-2014). In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015, Cap. 1, p. 8-14.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. República Dominicana e Haiti: tropas brasileiras em missões de paz (1965-2005). 2013. 270f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [18 de agosto de 2008]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2008.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [17 de março de 2011]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2011.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. A segurança pública, o Exército Brasileiro e as Operações de Garantia da Lei e da Ordem. **Estudos e Pesquisas nº 322**. Instituto Nacional de Altos Estudos, p. 1-7, 2009

SOTOMAYOR, Arturo C. **The Peace Soldier from the South: From Praetorianism to Peacekeeping**. 2004. 417f. Tese (Doutorado) – Columbia University, Graduate School of Arts e Sciences, New York.

VASCONCELLOS, Alexandre Antonio Urioste. Coronel Alexandre Antonio Urioste Vancellos: entrevistas [26 de julho de 2014 e 3 de agosto de 2014]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: UnB, 2014.

VENDRAMIN, José Ricardo. Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: a consolidação de um modelo. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)**, Rio de Janeiro, 2014.

VENDRAMIN, José Ricardo. Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: a consolidação de um modelo. In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015, Cap. 2, p. 16-25.

Capítulo 8

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Brigada de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego da Brigada de Infantaria de Força de Paz do 2º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2005.

CHIA, Robert; RASCHE, Andreas. Epistemological alternatives for researching strategy as practice: building and dwelling worldviews. In: GOLSORKHI, Damon et al. **Cambridge Handbook of strategy as practice**. Cambridge: Cambridge University Press, p. Cap. 2, p. 34-46, 2010.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Berkeley: University of California Press, 1984.

GOULART, Fernando Rodrigues Goulart. General Fernando Rodrigues Goulart: entrevista [26 de agosto de 2014]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2014.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from yje “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 56 (1), p. 122-143, 2013.

MUGGAH, Robert. Reflexões sobre a contribuição da MINUSTAH à segurança e estabilidade (2004-2014). In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015, Cap. 1, p. 8-14.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [18 de agosto de 2008]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/UnB, 2008.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista [17 de março de 2011]. Entrevistadora: Juliana Sandi Pinheiro. Brasília: PPGDSCI/CEAM/Um, 2011.

REGNÉR, P. Strategy Creation in the Periphery: Inductive versus Deductive Strategy Making. **Journal of Management Studies**, 40:1, p. 57-82, 2003.